

RELATÓRIO & CONTAS 2011



Bombaim, Índia
Fotógrafo – Tom Parker



ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Edifício Quartz - Rua Alexandre Herculano nº 38 - 1269-161 Lisboa - Portugal

Capital Social: 226.269.000 euros

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e

Pessoa Colectiva nº 501 385 932



ÍNDICE

Relatório de Gestão

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	1
Órgãos Sociais e Comissão Executiva.....	5
<i>Senior Managing Directors</i>	7
Direcções, Departamentos e Unidades	7
Sucursais, Filiais e Escritório de Representação	11
Princípios e Valores.....	17
Principais Indicadores Financeiros Consolidados	18
Organigrama	19
<i>Rating</i>	20
Proposta de Aplicação de Resultados	21
Declaração de Conformidade	22
1. Ambiente Macroeconómico	24
Enquadramento Económico Internacional	24
Enquadramento Económico na Zona Euro	26
Enquadramento Económico em Portugal	30
Enquadramento Económico em Espanha	31
Enquadramento Económico no Reino Unido	33
Enquadramento Económico na Polónia	35
Enquadramento Económico nos Estados Unidos da América	37
Enquadramento Económico no Brasil	38
Enquadramento Económico em Angola	40
Enquadramento Económico na Índia	42
2. Actividade e Resultados	44
Estrutura do Negócio de Banca de Investimento	44
Clientes - Originação	46
Clientes Particulares	52
Mercado de Capitais - Renda Variável	53
Mercado de Capitais - Renda Fixa	63
Serviços Financeiros	72
Assessoria Financeira a Médias Empresas	81
<i>Project Finance</i> e Securitização	82
<i>Acquisition Finance</i> e Outros Financiamentos	88
<i>Private Equity</i>	92
<i>Wealth Management</i>	94
3. Recursos Humanos	95
4. Gestão Integrada dos Riscos	97

Relatório e Contas 2011

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas às Contas

Demonstrações Financeiras Consolidadas	124
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	129
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	234
• Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria.....	237
• Relatório dos Auditores.....	240

Demonstrações Financeiras Individuais e Notas às Contas

Demonstrações Financeiras Individuais.....	244
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais	249
• Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	337
• Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria.....	340
• Relatório dos Auditores.....	343

Anexos

I - Participações Accionistas e Obrigacionistas dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização.....	346
II - Participações de Accionistas.....	347
III - Adopção das Recomendações do <i>Financial Stability Forum</i> (FSF) e do <i>Committee of European Banking Supervisors</i> (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos.....	348
IV - Estrutura e Práticas do Governo Societário.....	352
V - Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e Colaboradores (<i>Senior Managing Directors</i> e Colaboradores Afectos a Áreas de Controlo nos Termos do Aviso do Banco de Portugal 5/2008).....	355

MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

A actividade do Banco Espírito Santo de Investimento (BESI) em 2011 decorreu num clima de forte instabilidade, com a crise da dívida soberana na Zona Euro, a desaceleração da economia global e os sucessivos cortes de *rating* soberanos a alimentarem o sentimento de incerteza nos mercados financeiros.

As preocupações relativamente ao cumprimento da dívida soberana dos países periféricos (Grécia, Irlanda e Portugal) estenderam-se a economias *core* da Zona Euro como a Espanha, a Itália e a França, gerando uma deterioração de confiança ao nível da verificada após a queda da Lehman Brothers.

Os receios relativos ao contágio da crise da dívida soberana aumentaram a relutância das instituições financeiras em se exporem entre si, provocando a secagem de liquidez e a redução drástica do financiamento do investimento. Por outro lado, as políticas orçamentais restritivas adoptadas como resposta à crise nas economias sob contágio reforçaram a contracção da actividade de consumo, com efeitos directos nas principais economias europeias mas penalizando indirectamente toda a economia mundial, incluindo as economias emergentes.

Em Maio de 2011 o Governo português celebrou um acordo com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional para a concessão de um financiamento no montante de 78 mil milhões de euros. Este acordo estabeleceu objectivos de médio e longo prazo, nomeadamente em relação à desalavancagem do balanço, reforço dos rácios de capital e melhoria da liquidez, que condicionaram o desenvolvimento da actividade do sistema bancário nacional.

Graças ao reforço da internacionalização, ao aumento do peso das actividades de assessoria e de intermediação, com menor consumo de capital e liquidez, e à crescente rotação dos portfolios de crédito, a actividade do BESI mostrou uma importante resiliência em 2011. O produto bancário total ascendeu a 238 milhões de euros, um decréscimo de 8,1% face a 2010. O Resultado Líquido foi positivo em 9,1 milhões de euros, uma redução de 85% face a 2010, resultante sobretudo da deterioração da performance operacional, das perdas suportadas na venda de activos e crédito e do aumento das imparidades de crédito.

O contributo da área internacional para o produto bancário total, que aumentou de 65% em 2010 para 72% em 2011, confirmou os resultados da estratégia de desenvolvimento internacional do BESI. Durante o ano de 2011, reforçámos a nossa aposta de expansão para mercados com elevado potencial de crescimento, através do estabelecimento de uma *joint venture* (75%/25%) na Índia com um parceiro local, a família Burman. Pretendemos, numa primeira fase, lançar a actividade de corretagem e posteriormente consolidar a nossa presença através de um Banco de Investimento. Estamos igualmente a estudar formas de reforçar a nossa presença em Hong Kong, onde através do Execution Noble já detemos uma corretora, e de expandir a nossa actividade em alguns dos principais mercados da África Subsariana, particularmente em Angola, Moçambique e África do Sul.

Relatório e Contas 2011

Nas geografias onde já temos uma presença mais alargada, prosseguimos com a consolidação das áreas de negócio existentes, privilegiando as actividades de intermediação e assessoria financeira:

- Em **Portugal**, mantivemos a nossa posição de liderança de mercado, tendo participado activamente no actual processo de privatizações, assessorando os investidores China Three Gorges Corporation e State Grid Corporation of China na aquisição de 21,35% da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. e 25% da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., respectivamente;
- Em **Espanha**, reforçámos a penetração junto do segmento de Clientes *corporate*, o que nos permitiu participar em diversas operações de grande visibilidade no mercado;
- No **Brasil**, mantivemos uma forte dinâmica da actividade em geral, sendo de salientar as áreas de Fusões e Aquisições (F&A) e Mercado de Capitais, que atingiram posições de relevo nos *rankings* nacionais;
- No **Reino Unido**, concentrámos a nossa actuação no reforço das actividades do Execution Noble, com o objectivo de criar uma diferenciação face à concorrência, promovendo a distribuição de produtos ibéricos, polacos e brasileiros no mercado do Reino Unido;
- Na **Polónia**, onde se verificaram progressos assinaláveis, focámo-nos nas actividades de F&A e Mercado de Capitais, liderando e participando em diversas operações;
- Nos **Estados Unidos**, desenvolvemos as actividades de assessoria e intermediação, com o objectivo de criar uma plataforma de distribuição de produtos e serviços originados noutras geografias;
- No **México**, continuámos a analisar diversas oportunidades de desenvolvimento nas áreas de *Project Finance* e F&A, através do nosso Escritório de Representação conjunto com o Banco Espírito Santo.

A estratégia do Banco consubstanciou-se, mais uma vez, em posições de liderança ou de grande relevo nas suas principais áreas de negócio:

- Fomos distinguidos como ***Best Investment Bank in Portugal*** em 2011, pela revista World Finance e ***Best Equities House in Portugal*** e ***Best M&A House in Portugal*** em 2011 pela revista Euromoney.
- Na área de **Fusões e Aquisições**, mantivemos a liderança do mercado em Portugal e na Península Ibérica, por número de operações anunciadas, de acordo com os *rankings* da Bloomberg. No Brasil, mantivemos a 5ª posição no mercado de F&A, por valor de operações concluídas, de acordo com a ANBIMA.
- Na área de **Mercado de Capitais - Originação**, participámos nas operações de maior relevo realizadas nas geografias onde estamos presentes. No Brasil, conseguimos ombrear com os maiores bancos locais e internacionais na montagem de operações de financiamento e venda de acções, atingindo o 11º lugar nos respectivos *rankings* da ANBIMA.

- Na área de **Corretagem**, mantivemos a liderança da actividade em Portugal, com uma quota de mercado de 11,7% e posicionámo-nos no 4º lugar do *ranking* das corretoras da Bolsa de Madrid, com uma quota de mercado de 7,3%. No Brasil, mantivemos a trajectória ascendente, subindo 5 posições no *ranking* Bovespa, para a 25ª posição, num universo de cerca de 100 corretoras, beneficiando da recente criação de uma mesa de derivativos. Na Polónia, consolidámos a 13ª posição no *ranking* das corretoras polacas, com uma quota de mercado de 2%. No Reino Unido, concentrámos a nossa actuação na integração da actividade com o Execution Noble.
- Na área de **Project Finance e Securitização**, concluímos 23 operações salientando-se a actividade de assessoria. Tomámos diversas iniciativas com o objectivo de explorar soluções de financiamento alternativas, tirando partido da *expertise* do Banco particularmente nos sectores de infra-estruturas e energias renováveis. Neste âmbito, é de destacar o Memorando de Entendimento estabelecido com a DEG - Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH, uma das maiores instituições da Europa em financiamento para o desenvolvimento, com o propósito de originar, estruturar e executar negócios de financiamento na América Latina e noutros mercados em desenvolvimento.
- Na área de **Acquisition Finance e Outros Financiamentos**, apesar das restrições de *funding* foram concluídas diversas operações em Portugal. No Brasil, a actividade de Outros Financiamentos apresentou uma boa dinâmica, principalmente no que respeita aos créditos estruturados.
- Na área de **Private Equity**, o ano foi marcado: i) pela continuação dos trabalhos de lançamento do fundo 2bCapital, destinado ao mercado brasileiro, que deverá ser incorporado no início de 2012, e ii) pela realização de investimentos no montante de 16 milhões de euros, concentrados maioritariamente em duas empresas: Globalwatt (Portugal) e GLT (Espanha).

As expectativas para 2012 continuam marcadas por incertezas quanto à resolução da crise das finanças públicas na Zona Euro, a que acrescem preocupações em relação ao crescimento económico global e regional. Neste contexto, certamente que nos aguarda mais um ano de importantes desafios que contamos enfrentar com a determinação de sempre, continuando a desenvolver a nossa actividade com um crescente rigor de optimização dos recursos disponíveis, certos de que a estratégia que delineámos e que tem vindo a nortear a nossa actuação se traduzirá em oportunidades que saberemos potenciar e que nos ajudarão a ultrapassar as dificuldades do actual momento.

Os nossos agradecimentos vão em primeiro lugar para os nossos Clientes, que nos distinguiram com a sua preferência durante o ano de 2011 e aos quais queremos continuamente retribuir com um serviço de crescente qualidade e inovação.

Queremos igualmente agradecer aos nossos Colaboradores, cientes de que o seu esforço e dedicação são ainda mais importantes nos períodos de maiores dificuldades.

Queremos expressar o nosso apreço ao Conselho Fiscal e aos nossos Auditores, pelo seu contributo para o desenvolvimento e melhoria dos níveis de excelência no reporte da informação contabilística e de gestão do Banco, e também ao Banco de Portugal, à Comissão de Mercado e Valores Imobiliários e às Entidades de Supervisão dos países onde estamos presentes, pela sua constante cooperação e pela confiança depositada no Banco Espírito Santo de Investimento.

Relatório e Contas 2011

Para terminar, uma palavra de saudade e pesar pelo falecimento do Dr. António Espírito Santo Silva Salgado, que exerceu as funções de vogal do Conselho de Administração deste Banco a partir de 1990 e, em nome de todo o Conselho de Administração, enaltecer as suas qualidades pessoais e profissionais e o contributo dado no exercício das suas funções.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva)

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

(Presidente do Conselho de Administração)

ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÃO EXECUTIVA

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente¹

Daniel Proença de Carvalho

Secretário

José Miguel Alecrim Duarte

Conselho de Administração²

Presidente

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Vice-Presidentes

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Francisco Ravara Cary

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Vogais

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

Bernard Marcel Fernand Basecqz

Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia

Christian Georges Jacques Minzolini

Diogo Luís Ramos de Abreu

Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva

Félix Aguirre Cabanyes

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz

Moses Dodo

Nicholas Mark Finegold

Paulo José Lameiras Martins

Phillipe Gilles Fernand Guiral

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

¹ Nomeado na Assembleia Geral de 31 de Março de 2011

² A 15 de Junho de 2011, Pedro Manuel Castro Simões Ferreira Neto apresentou renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva. A 14 de Julho de 2011, Nicholas Mark Finegold foi nomeado Vogal do Conselho de Administração. A 21 de Novembro de 2011, faleceu o Vogal do Conselho de Administração António Espírito Santo Silva Salgado. A 30 de Novembro de 2011, Nigel Keith Purse cessou funções como Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva

Relatório e Contas 2011

Comissão Executiva

Presidente

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Membros

Francisco Ravara Cary

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Christian Georges Jacques Minzolini

Diogo Luís Ramos de Abreu

Félix Aguirre Cabanyes

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz

Moses Dodo

Paulo José Lameiras Martins

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

Directores Centrais com Assento na Comissão Executiva

Alan do Amaral Fernandes

José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto

Pedro Miguel Cordovil Toscano Rico

Secretária da Comissão Executiva

Patrícia Salgado Goldschmidt Catanho Meneses

Conselho Fiscal

Membros Efectivos

José Manuel Macedo Pereira (Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Membro Suplente

Nuno Espírito Santo Leite de Faria

Revisor Oficial de Contas

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas representada por
José Maria Rego Ribeiro da Cunha

SENIOR MANAGING DIRECTORS

Angus Macpherson

Aníbal Paço

Carl Adams

Carlos Ferreira Pinto

Carlos Nogueira

Carolina Ibañez

Charles Ashton

Damien Devine

Dipesh Patel

Fernando Castro Solla

Filipa Schubeius

Garreth Hodgson

João Arantes e Oliveira

João Baptista Pereira

José Gabriel

José Miguel Rego

Leonor Dantas

Lucas Martínez

Luís Sousa Santos

Luís Vasconcelos

Maria Luísa Baroni

Mércia Bruno

Miguel Guiomar

Nuno Cardoso

Patrícia Goldschmidt

Paulo Araújo

Pedro Ventaneira

Ricardo Domenech

Rodrigo Carvalho

Rui Baptista

Sílvia Costa

DIRECÇÕES, DEPARTAMENTOS E UNIDADES**Direcções***Clientes*

Pedro Toscano Rico (Portugal)

Carolina Ibañez (Espanha)

Miguel Lins (BES Investimento do Brasil, S.A.)³

Miguel Borges (Reino Unido)

Bartłomiej Dmitruk (Polónia)

Nuno Cardoso (Estados Unidos da América)

Paulo Araújo (Execution Noble Limited)

Jorge Ramos (Angola)

Clientes Particulares

Lourenço Vieira de Campos

³ Desde 1 de Fevereiro de 2012

Relatório e Contas 2011

Serviços Financeiros

Leonor Dantas / Luís Vasconcelos (Portugal)

José Miguel Rego (Espanha)

Maria Luísa Baroni (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Lukasz Pawlowski (Polónia)

Daniel Pyne (Estados Unidos da América)

Angus Macpherson / Richard Crawley / John Llewellyn-Lloyd (Execution Noble Limited)

Tiago Félix (Cross-Border)

Médias Empresas

Leonor Dantas

Acquisition Finance e Outros Financiamentos

Rui Baptista / Pedro Ruas (Portugal)

Rui Baptista / Gonzalo de Liñán Amusátegui (Espanha)

Rui Baptista / Alan Fernandes (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Rui Baptista (Polónia)

Project Finance e Securitização

Luís Sousa Santos (Portugal e Polónia)

Carlos Álvarez Fernández (Espanha)

Alan Fernandes (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Robin Earle (Reino Unido)

Carl Adams (Estados Unidos da América)

Mercado de Capitais - Originação

Sílvia Costa (Portugal e Espanha)

Miguel Guiomar (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Maciej Ptak / Krzysztof Rosa (Polónia)

Angus Macpherson / Peter Tracey (Execution Noble Limited)

Tara Cemlyn-Jones (Internacional)

Renda Fixa

Carlos Ferreira Pinto (Portugal e Espanha)

Roberto Simões (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Krzysztof Rosa (Polónia)

Marcus Ashworth (Execution Noble Limited)

Tesouraria

Carlos Nogueira (Portugal)

Roberto Simões (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Krzysztof Rosa (Polónia)

Assessoria em Estrutura de Capitais

Cristina Frazão (Portugal e Espanha)

Sindicação de Créditos

Lucas Martinez Vuillier (Reino Unido)

Thomas Friebe (Estados Unidos da América)

Global Markets

Rui Borges de Sousa (Portugal)

Martim Amaral Neto (Espanha)

Roberto Simões (BES Investimento do Brasil, S.A.)

Krzysztof Rosa (Polónia)

Mercado Secundário - Acções

João Baptista Pereira (Portugal e Espanha)

Rui Marques (BES Securities do Brasil, S.A.)

Rodrigo Carvalho (Polónia)

Garreth Hodgson (Estados Unidos da América)

Dipesh Patel (Execution Noble Limited)

Nick Paulson-Ellis (Espírito Santo Securities – Índia)

José Martins Soares (Global Equity Research)

Martin Dolan (Global Equity Research)

Scott Evans (Global Equity Research)

Gestão de Activos

Fernando Castro Solla (Portugal e Espanha)

Paulo César Werneck (BESAF – BES Activos Financeiros, Lda.)

Private Equity

João Arantes e Oliveira (Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.)

Reinsurance

Neil Strong (Execution Noble Limited)

Wealth Management

Francisco Brant de Carvalho / José Carlos Mendes (Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM)

Relatório e Contas 2011

Departamentos

Compliance

Patrícia Salgado Goldschmidt

Comunicação e Imagem

Pedro Pereira Santos

Contabilidade

Pedro Ventaneira

Delfina Mendes

Informação

Paula Ramalhete

Informação e Controlo de Gestão

Pedro Ventaneira

António Pacheco

Informática

Rui Trindade de Sousa

Jurídico

Patrícia Salgado Goldschmidt

Operações

Pedro Ventaneira

João Pereira da Silva

Organização e Meios

José Gabriel

Planeamento e Desenvolvimento Estratégico

José Pinto Basto

Recursos Humanos

José Gabriel

Anibal Paçó

Risco – Análise de Risco de Crédito

Filipa Schubeius

Rui Brigantim Pereira

Risco – Controlo de Risco

Pedro Ventaneira

Luís Pereira

Unidades*Project Management Office & Change Management*

Rui Trindade de Sousa

Sucursais, Filiais e Escritório de Representação**Sucursais***Espanha*

Félix Aguirre Cabanyes

Ricardo Domenech Zamora

Londres

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Aníbal Jorge Campos Paçó

Nova Iorque

Moses Dodo

Nuno David Fernandes Cardoso

Polónia

Christian Georges Jacques Minzolini

Rodrigo Ferreira Cunha Metelo Carvalho

Filiais*BES Investimento do Brasil, S.A. – Banco de Investimento (Brasil)*

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

BES Securities do Brasil, S.A. – Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

BESAF - BES Activos Financeiros, Ltda. (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Portugal)

Francisco Ravara Cary

João Carlos Mendes Reis Arantes e Oliveira

Relatório e Contas 2011

Espírito Santo Investment p.l.c. (Irlanda)

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro
John Patrick Andrew Madigan

Execution Noble Limited (Reino Unido)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

Execution Noble (Hong Kong) Limited

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

Espírito Santo Securities (India)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz
Nick Paulson-Ellis

Escritório de Representação

Cidade do México

Moses Dodo
Hugo Antonio Villalobos Velasco

Comissão Executiva



José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Presidente da Comissão Executiva,
Vice-Presidente do Conselho de Administração,
Presidente do Comité de Gestão Global,
(*Compliance*, Jurídico, Recursos Humanos,
Organização e Meios e
Informação e Controlo de Gestão).



Francisco Ravara Cary

Deputy Chief Executive Officer,
Vice-Presidente do Conselho de Administração,
Chief Financial Officer,
Comité de Activos e Passivos (ALCO),
Comité de Políticas de Risco,
Conselho de Crédito e Riscos Global,
Conselho de Crédito e Riscos Europa,
Comité Operacional,
(Tesouraria, Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A).



Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Vice-Presidente do Conselho de Administração,
Senior Country Officer de Portugal,
Senior Country Officer do Reino Unido,
Presidente do Comité de Geografia Portugal,
(Clientes Portugal, *Acquisition Finance* e Outros Financiamentos,
Clientes Particulares, Sucursal de Londres,
Clientes Londres e Informação).



Miguel António Igrejas Horta e Costa

Vice-Presidente do Conselho de Administração,
(Comunicação e Imagem, Relações Institucionais
e Clientes *Premium*).

Relatório e Contas 2011



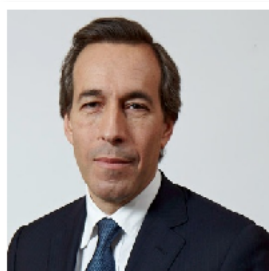
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Vice-Presidente do Conselho de Administração,
Senior Country Officer do Brasil,
Presidente do *Comité* de Geografia Brasil,
Presidente Conjunto do Conselho de Crédito e Riscos Américas,
(*Wealth Management*, BES Investimento do Brasil, S.A. – Banco de
Investimento e suas filiais, Clientes Brasil).



Christian Georges Jacques Minzolini

Administrador,
Senior Country Officer da Polónia,
Presidente do *Comité* de Geografia Polónia,
(Sucursal da Polónia, Espírito Santo Investment Sp. Z.o.o.,
Secretário-Geral, Planeamento e
Desenvolvimento Estratégico e Clientes Polónia).



Diogo Luís Ramos de Abreu

Administrador,
(Assessoria em Estrutura de Capitais).



Félix Aguirre Cabanyes

Administrador,
Senior Country Officer de Espanha,
Presidente do *Comité* de Geografia Espanha
(Sucursal de Espanha e Clientes Espanha).



Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

Administrador,
(*Global Markets*).

**Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz**

Administrador,
(Mercado de Capitais – Originação, Mercado Secundário - Acções,
Renda Fixa, Gestão de Activos, Execution Noble Limited e suas subsidiárias).

**Moses Dodo**

Administrador,
Senior Country Officer dos Estados Unidos da América,
Presidente do Comité de Geografia Estados Unidos da América,
Presidente Conjunto do Conselho de Crédito e Riscos Américas,
(Sucursal de Nova Iorque, Escritório de Representação na
Cidade do México e Sindicação de Créditos).

**Paulo José Lameiras Martins**

Administrador,
(Serviços Financeiros e Médias Empresas).

**Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro**

Administrador,
Senior Country Officer da Irlanda,
Chief Risk Officer,
Chief Operations Officer,
(Risco – Controlo de Risco e Risco de Crédito, Contabilidade, Operações,
Informática, *Project Management Office & Change Management*,
Risco Operacional (incluído no Departamento de *Compliance*),
Informação e Controlo de Gestão e Espírito Santo Investment, plc.).

Directores Centrais com assento na Comissão Executiva



Alan do Amaral Fernandes

*Project Finance e Securitização (Global),
Project Finance e Securitização (Brasil),
Acquisition Finance e Outros Financiamentos (Brasil).*



José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto

*Sindicação de Créditos,
Planeamento e Desenvolvimento Estratégico.*



Pedro Miguel Cordovil Toscano Rico

Clientes – Portugal.

PRINCÍPIOS E VALORES

A actividade do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. é norteada pelos seguintes Princípios e Valores:

Ownership

Forte identificação com a missão e valores corporativos e sentido de integração no grupo, revelando uma vontade explícita e afirmativa de ser e permanecer um membro activo e integrante do Banco. Viver com intensidade a dinâmica, os sucessos e dificuldades da instituição, como se de seus se tratassem. Evidenciar pelos comportamentos e atitudes um forte sentido de responsabilidade, na preocupação com o desempenho e riscos do Banco e dos seus Clientes.

Orientação para o Cliente

Conquistar, manter e desenvolver a confiança do Cliente, através de uma atitude profissional e dedicada, focando nas suas necessidades e tentando superar as suas expectativas, com o objectivo último de maximizar a contribuição para a criação de valor e o estabelecimento de uma relação de parceria.

Excelência

Demonstrar qualidade e potencial através de soluções inovadoras e criativas. Procurar constantemente a perfeição, com atenção aos detalhes, obtendo resultados que superem as expectativas.

Orientação para as Pessoas

Valorizar a dignidade de todos os Colaboradores, oferecendo-lhes espaço para a sua realização e crescimento, pessoal e profissional, num quadro de respeito pelos conhecimentos, competências e individualidade de cada um.

Cultura de Aprendizagem

Atitude de aprendizagem contínua e inovação, promovendo a diversidade de ideias e a partilha de informação. Constante busca de mais conhecimento, para tornar o Banco numa fonte de diferenciação no mercado.

Paixão de Vencer

Revelar forte envolvimento e elevado nível de energia e motivação, que cultivem a vontade de fazer e conseguir cada vez mais e melhor.

Comunicação

Demonstrar a capacidade de expressar opiniões e pontos de vista, de uma forma objectiva e clara, dando ao mesmo tempo, espaço de afirmação e expressão ao interlocutor. Valorizar a informação, sendo assertivo na opinião e atento e activo no entendimento dos demais. Valorizar uma política consistente de *open-door* e comunicação não-hierárquica com as pessoas a todos os níveis da organização, promovendo adequadamente a transparência.

Pensar e Agir Internacionalmente

Estar ciente das tendências globais que afectam os negócios e manter-se informado dos desenvolvimentos relevantes que ocorrem no contexto global. Ter capacidade de avaliar e estimar de que forma eventos globais podem impactar o negócio local e vice-versa, desenvolvendo as tarefas num contexto global. Respeitar as diferenças entre as várias geografias onde o Banco está presente mas garantindo a integridade dos negócios.

Ética e Transparência

Alinhar o pensamento e a conduta corporativa de forma a responder adequadamente a requisitos de solidariedade e de respeito pela dignidade humana. Respeitar a regulamentação vigente e implementar as regras corporativas no desenvolvimento do negócio, comportando-se de uma forma que seja do interesse geral do Banco. Manter um elevado nível de transparência nos relatórios anuais, contas e outros documentos corporativos, assegurando que os Colaboradores, Accionistas, Reguladores, Clientes e mercado em geral, dispõem de informação adequada para entender as actividades do Banco e os seus resultados.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

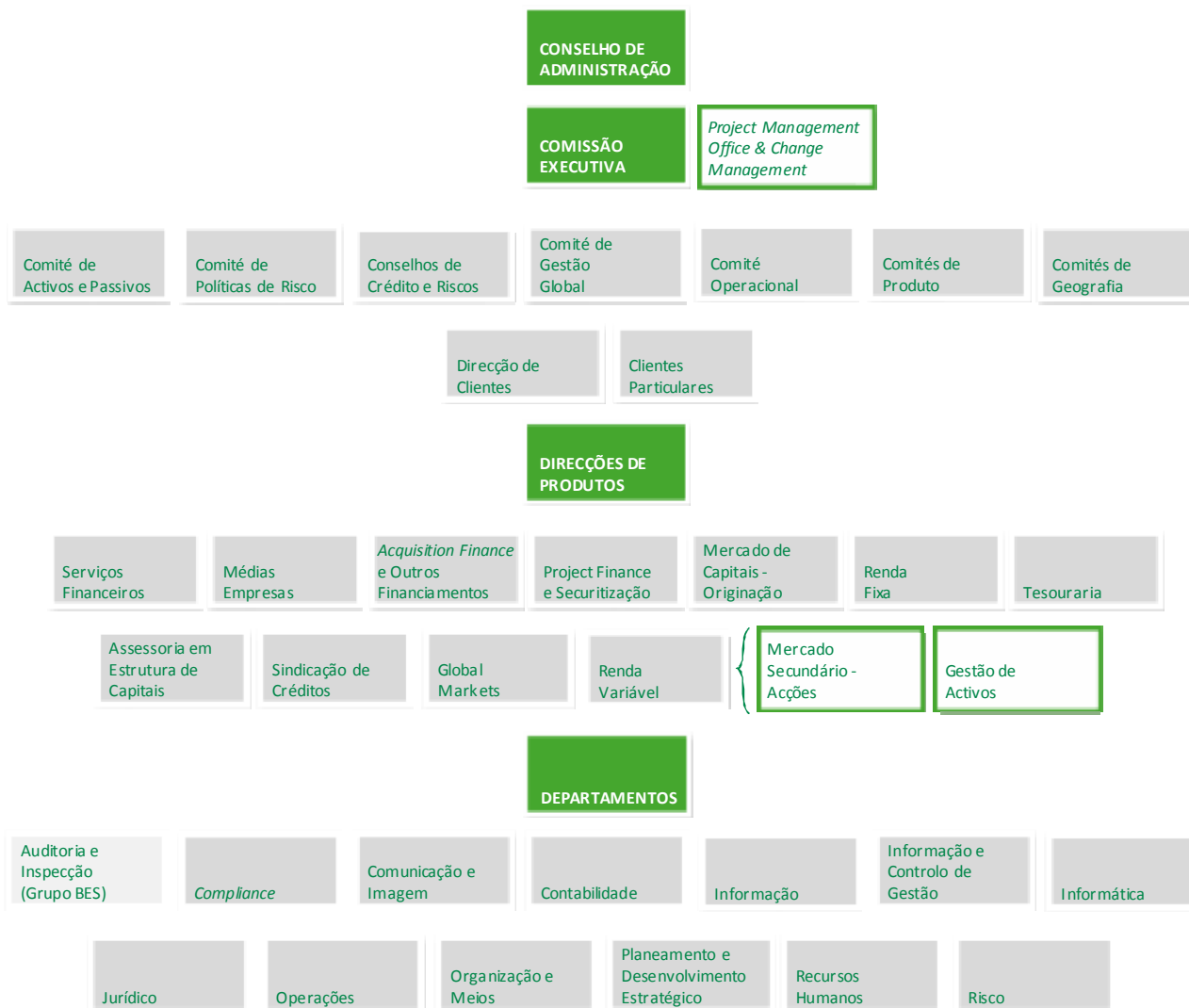
(milhares de euros)

Demonstração de Resultados Consolidados	2011	2010 Reexpresso	Variação
Produto Bancário Consolidado	237.934	258.912	(8,1%)
Comissões	131.467	139.743	(5,9%)
Margem Financeira e Mercados	106.467	119.169	(10,7%)
Total de Custos Operacionais	(178.603)	(137.836)	29,6%
Custos com Pessoal	(109.218)	(87.652)	24,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	(63.866)	(46.741)	36,6%
Amortizações	(5.519)	(3.443)	60,3%
Resultado Operacional	59.331	121.076	(51,0%)
Imparidade e Provisões	(44.169)	(38.602)	14,4%
Interesses que não controlam	(212)	(4.400)	(95,2%)
Resultados antes de Impostos	14.950	78.074	(80,9%)
Impostos	(5.889)	(17.699)	(66,7%)
Resultado Líquido Consolidado	9.061	60.375	(85,0%)

(milhares de euros)

Balanço Consolidado	2011	2010 Reexpresso	Variação
Activo			
Activos financeiros detidos para negociação	1.977.051	2.012.802	(1,8%)
- Títulos	1.133.978	1.276.023	(11,1%)
Activos financeiros disponíveis para venda	303.220	695.005	(56,4%)
Aplicações em instituições de crédito	246.691	372.610	(33,8%)
Crédito a clientes	2.257.945	2.244.842	0,6%
Investimentos detidos até à maturidade	727.998	717.736	1,4%
Outros activos	1.046.880	969.274	8,0%
Total do Activo	6.559.785	7.012.269	(6,5%)
Capital Próprio e Passivo			
Capital	226.269	180.000	25,7%
Interesses que não controlam	79.322	80.727	(1,7%)
Capital Próprio	606.418	628.316	(3,5%)
Passivos financeiros detidos para negociação	791.761	626.472	26,4%
Recursos de outras instituições de crédito	2.452.209	2.313.561	6,0%
Recursos de clientes	859.247	1.338.765	(35,8%)
Responsabilidades representadas por títulos	1.299.619	1.172.281	10,9%
Outros passivos	550.531	932.874	(41,0%)
Total Capital Próprio e Passivo	6.559.785	7.012.269	(6,5%)

ORGANIGRAMA



RATING

Em Março de 2011 a Standard & Poor's (S&P) procedeu a duas revisões consecutivas em baixa dos *ratings* de longo prazo e de curto prazo da República Portuguesa para, respectivamente BBB-/A-3 com *outlook* negativo (anteriormente A-/A-2). A 5 de Dezembro de 2011, a S&P colocou os *ratings* da República Portuguesa em *creditwatch* negativo, tendo ocorrido uma nova revisão em baixa para BB/B no dia 13 de Janeiro de 2012.

Em consequência, foram também revistos em baixa os *ratings* dos bancos portugueses, nomeadamente o *rating* de longo prazo do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o qual passou, em 31 de Março de 2011, para BBB- com *outlook* negativo (anteriormente A-).

A 16 de Dezembro de 2011, em consequência da revisão da metodologia de atribuição de *ratings* a instituições financeiras, a S&P reviu em baixa o *rating* de longo prazo do Banco Espírito Santo de Investimento S.A. para BB, tendo este sido colocado em *creditwatch* negativo em Janeiro de 2012, condicionado pela notação de risco e *outlook* da República Portuguesa.

A 14 de Fevereiro de 2012, em consequência da revisão Banking Industry Country Risk Assessment, a S&P reviu em baixa o *rating* de longo prazo do Banco Espírito Santo de Investimento S.A. de BB para BB-, tendo sido retirado o *creditwatch* negativo de Janeiro de 2012. O *outlook* mantém negativo. Foi reafirmado o *rating* B de curto prazo.

No que diz respeito às subsidiárias do Banco, em comunicado divulgado em Dezembro de 2011, a S&P reviu em baixa os *ratings* do BES Investimento do Brasil, S.A. de BB+/B para BB/B na escala global e de brAA+/brA-1 para brAA/brA-1 na escala local. O *rating* da emissão externa em moeda estrangeira baixou igualmente de BB+ para BB. O *outlook* em ambas as escalas é negativo.

Esta revisão deveu-se às alterações ocorridas nos *ratings* do principal accionista do BES Investimento do Brasil, S.A., em consequência da revisão em baixa dos *ratings* de crédito soberano da República Portuguesa. Não houve alteração no perfil de crédito individual (*stand-alone credit profile*) do BES Investimento do Brasil, S.A. avaliado como BB, ou seja, ao mesmo nível do *rating* do seu principal accionista. A atribuição do *rating* está baseada no nível adequado de capitalização, na *expertise* e reconhecimento da marca nos principais segmentos de negócio e na adequada liquidez do BES Investimento do Brasil, S.A..

Em comunicado divulgado em Outubro de 2011, a Moody's baixou os *ratings* do BES Investimento do Brasil, S.A. de Ba1/Not Prime para Ba2/Not Prime na escala global (*rating* de depósitos de longo prazo, em escala global e moeda local) e de Aa2.br/BR-1 para Aa3.br/BR-1 na escala nacional.

Foram também revistos em baixa os *ratings* dos depósitos em moeda estrangeira de Ba1/Not Prime para Ba2/Not Prime, os *ratings* da emissão externa em moeda estrangeira de Ba1/Not Prime para Ba2/Not Prime, todos com *outlook* negativo, assim como o *rating* de força financeira para bancos de D+ para D.

Estas revisões seguiram a revisão em baixa do perfil de risco de crédito do principal accionista do BES Investimento do Brasil, S.A., na sequência da revisão do *rating* de crédito soberano da República Portuguesa.

O relatório divulgado pela Moody's destaca a recente expansão das operações de crédito, associadas à actividade de Banco de Investimento, a boa qualidade dos activos em carteira e os níveis de rentabilidade satisfatórios resultantes das operações geradoras de receitas de serviços do BES Investimento do Brasil, S.A., tais como *Project Finance* e *Corporate Finance*.

Em comunicado divulgado em 16 de Fevereiro de 2012, a S&P reviu em baixa os *ratings* do BES Investimento do Brasil, S.A. de BB/B para BB-/B na escala global e de brAA+/brA-1 para brA/brA-2 na escala local.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que a conta de resultados individuais do exercício apresentou em 31 de Dezembro de 2011 um saldo negativo de 9.377.433,18 euros (nove milhões trezentos e setenta e sete mil quatrocentos e trinta e três euros e dezoito cêntimos), o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício:

Para Outras Reservas e Resultados Transitados: - 9.377.433,18 euros

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a)** As demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis;
- b)** As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis;
- c)** As demonstrações financeiras referidas nas alíneas a) e b) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- d)** O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no exercício de 2011, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 21 de Março de 2012

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
(Presidente do Conselho de Administração)

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva)

Francisco Ravara Cary
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Miguel António Igrejas Horta e Costa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
(Vogal)

Bernard Marcel Fernand Basecqz
(Vogal)

Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia
(Vogal)

Christian Georges Jacques Minzolini
(Membro da Comissão Executiva)

Diogo Luís Ramos de Abreu
(Membro da Comissão Executiva)

Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva
(Vogal)

Félix Aguirre Cabanyes
(Membro da Comissão Executiva)

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria
(Membro da Comissão Executiva)

João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha
(Vogal)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
(Vogal)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz
(Membro da Comissão Executiva)

Moses Dodo
(Membro da Comissão Executiva)

Nicholas Mark Finegold
(Vogal)

Paulo José Lameiras Martins
(Membro da Comissão Executiva)

Philippe Gilles Fernand Guiral
(Vogal)

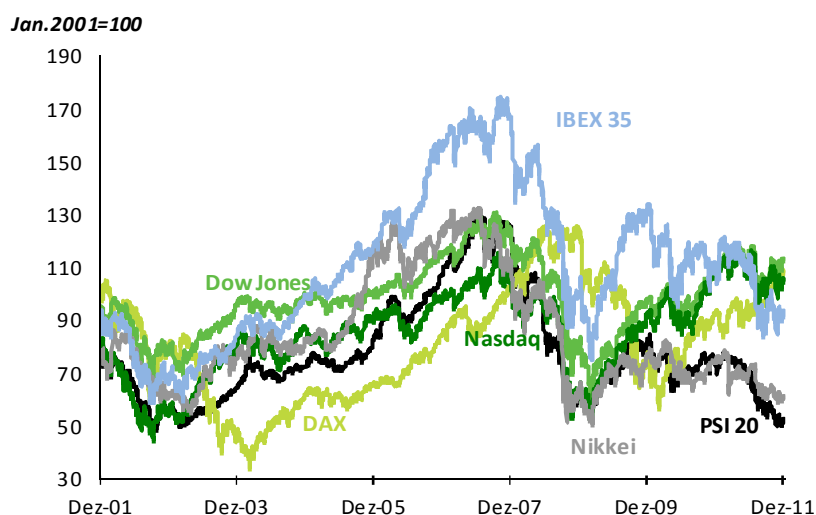
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro
(Membro da Comissão Executiva)

1. AMBIENTE MACROECONÓMICO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

O ano de 2011 ficou marcado, sobretudo, pelas dificuldades resultantes da crise da dívida da Zona Euro. Para além dos receios em torno de um *default* por parte da Grécia foi visível um contágio a economias da periferia como Espanha e Itália e, também, a economias *core*, como França e Áustria. A quebra de confiança e o aumento da aversão ao risco associados à instabilidade financeira na Zona Euro resultaram numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, um efeito particularmente visível a partir de Agosto/Setembro. Neste contexto, os líderes da UE acordaram, já no final do ano, um reforço das regras de consolidação e controlo orçamentais. Por outro lado e após ter elevado a principal taxa de juro directora de 1% para 1,5%, o BCE inverteu o sentido da política monetária e reduziu de novo os juros de referência para 1%, com dois cortes de 25 pontos base no 4º trimestre. Ao mesmo tempo reforçou, significativamente, as injeções de liquidez no sistema financeiro, abrandou as exigências relativas aos colaterais e reduziu o rácio de reservas obrigatórias dos bancos. Em Dezembro, a Autoridade Monetária levou a cabo a primeira de duas operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 anos, tendo a procura atingido 489 mil milhões de euros. A aversão ao risco levou a rentabilidade dos *Bunds* a 10 anos a cair de 2,963% para 1,829% em 2011. O euro depreciou-se cerca de 3% face ao dólar no conjunto do ano, com a respectiva cotação a descer de EUR/USD 1,3366 para EUR/USD 1,296. Este movimento foi mais visível na parte final do ano.

Principais Índices Accionistas

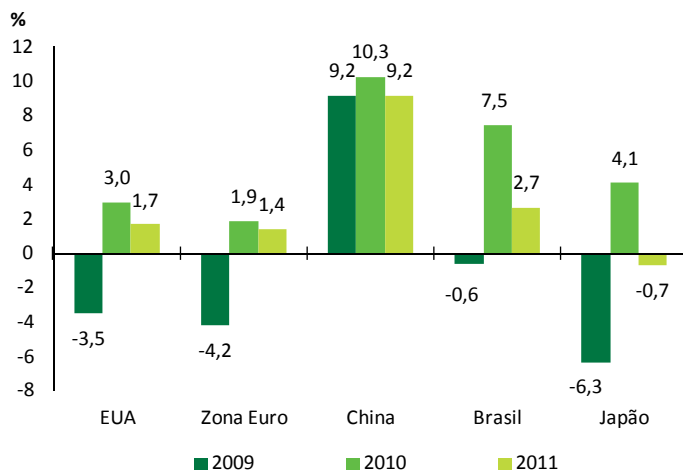


Fonte: Bloomberg

Os receios de contágio da crise da dívida, sobretudo ao nível do sector financeiro, reflectiram-se também nos mercados accionistas, com quedas significativas nos principais índices europeus. Os índices accionistas DAX, CAC40, IBEX35 e PSI20 registaram quedas anuais de 14,7%, 17,0%, 13,1% e 27,6%, respectivamente. Nos EUA, a política monetária mais agressiva do Fed e as perspectivas relativamente positivas para a actividade económica resultaram num desempenho menos desfavorável dos principais índices accionistas. O índice Dow Jones subiu 5,5%, o S&P500 registou uma variação nula e o Nasdaq caiu 1,8%. Na China e no Brasil, os receios

com a inflação e os esforços das autoridades monetárias no sentido do controlo dos preços (em particular na China) contribuíram para a queda de 21,7% no índice Shanghai Composite e de 18,1% no índice Bovespa.

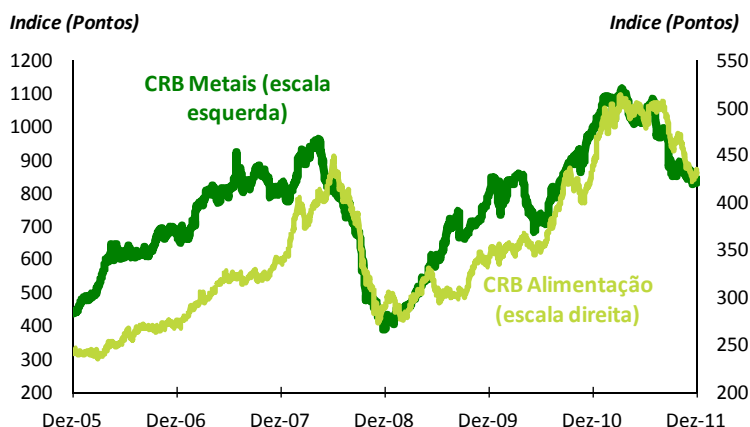
Crescimento do PIB, Economias Seleccionadas



Fonte: FMI, Institutos de Estatística Nacionais

O PIB chinês cresceu 9,2% no conjunto de 2011, em desaceleração face ao registo de 10,3% verificado no ano anterior. Mas a descida da inflação observada no final de 2011 permitiu um maior suporte da política monetária à actividade económica, reduzindo as preocupações em torno de uma queda mais abrupta do crescimento desta economia. No 4º trimestre de 2011, o PIB chinês registou um crescimento homólogo de 8,9%, após uma subida de 9,1% no trimestre anterior.

Índices CRB Alimentação e Metais



Fonte: Bloomberg

O alívio das pressões inflacionistas globais no final de 2011 foi suportado pela tendência de descida dos preços das matérias-primas. Os índices de preços *Commodity Research Bureau Food* e *Metals* caíram, respectivamente, 8,3% e 7,7%, em termos homólogos. O preço do petróleo (Brent) subiu de USD 94,3/barril

Relatório e Contas 2011

para USD 107,6/barril entre o final de 2010 e o final de 2011. No entanto, a partir do final do 1º trimestre de 2011, este preço registou uma queda de 8,2%, em função das expectativas de moderação da procura global.

Preço do Petróleo

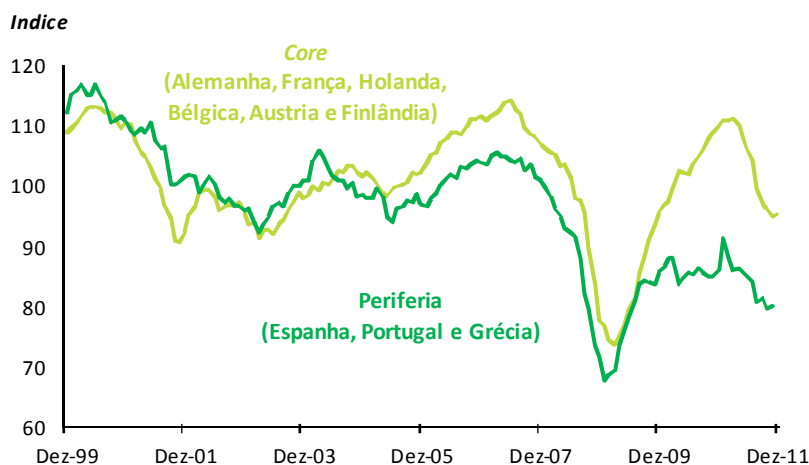


Fonte: Bloomberg

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NA ZONA EURO

Depois de uma expressiva aceleração no início do ano, graças à forte expansão do investimento, e em particular do investimento em construção, beneficiando de condições climáticas favoráveis, a economia da Zona Euro registou uma desaceleração gradual ao longo do ano de 2011, tendo-se registado uma contracção da actividade no 4º trimestre. O crescimento anual da Zona Euro foi, assim, de 1,5%, em desaceleração face ao registo de 1,9% no ano anterior. Embora o crescimento da principal economia da área, a Alemanha, tenha sido forte (de 3% no conjunto do ano), o desempenho foi muito heterogéneo entre Estados-membros, tendo grande parte da Zona Euro registado um crescimento muito mais contido, com variações anuais negativas do PIB na Grécia e em Portugal, e com registos inferiores a 1% em Espanha e Itália.

Indicador de Sentimento Económico, Core vs. Periferia

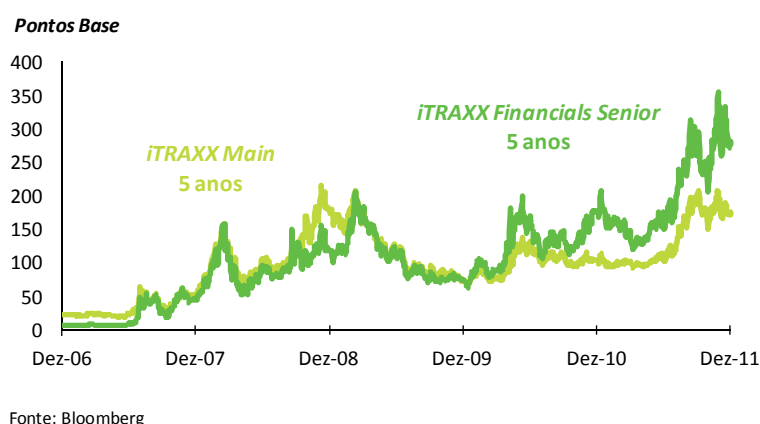


Fonte: Bloomberg, ES Research

O acentuado esforço de consolidação orçamental exerceu um efeito mais restritivo sobre a actividade nestas economias. O desempenho da Zona Euro foi, também, diferenciado ao longo do ano. De facto, a deterioração do sentimento e a maior restritividade da política orçamental acabaram por se reflectir numa contracção da actividade no 4º trimestre (face ao trimestre anterior) também nas principais economias *core*, como a Alemanha, Holanda ou Áustria.

O abrandamento a que se assistiu no decurso do ano deveu-se não só ao forte esforço de consolidação orçamental (em termos agregados, o défice orçamental da Zona Euro reduziu-se de 6,2% do PIB em 2010 para 4,1% do PIB em 2011), mas também à desaceleração evidenciada pelo consumo privado num contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho (a taxa de desemprego ascendeu a 10,4% da população activa). As exportações registaram igualmente uma desaceleração, reflectindo o abrandamento da procura externa, em especial das economias emergentes, e a apreciação do euro registada na primeira metade do ano.

Índice iTraxx Financials



O aumento dos níveis de incerteza e das tensões observadas nos mercados financeiros, particularmente os de dívida pública, e a secagem de liquidez no mercado monetário interbancário, sobretudo a partir do Verão, penalizaram os níveis de confiança dos agentes e dificultaram o financiamento dos bancos a nível europeu, num contexto de crescente interligação entre a evolução dos mercados de dívida pública e o sector bancário. As exigências de recapitalização dos bancos europeus e as maiores dificuldades dos bancos no acesso aos mercados monetário e de crédito conduziram a uma maior restritividade na concessão de crédito às famílias e empresas, contribuindo também para a moderação do consumo e do investimento.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 2,7%, após o registo de 1,6% em 2010, um agravamento que se deveu essencialmente ao impacto da subida de preços da energia (com destaque para o preço dos combustíveis) e da alimentação. A taxa de inflação subjacente, que exclui aquelas componentes, manteve uma evolução contida, de 1,7% face ao ano anterior, traduzindo a ausência de pressões inflacionistas impostas pela procura, algo patente também na elevada capacidade instalada não utilizada e no aumento da taxa de desemprego.

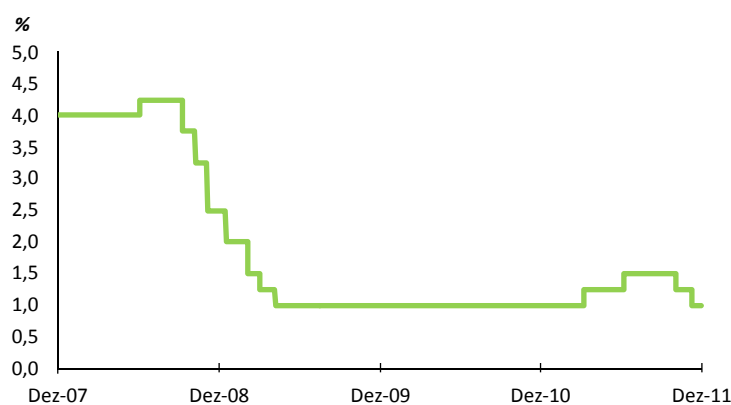
Os riscos de que os aumentos de preços pudessem, a prazo, repercutir-se numa evolução em alta dos salários levaram o Banco Central Europeu a elevar a taxa de juro de referência de 1% para 1,5%, em dois movimentos, ocorridos em Abril e Julho. No entanto, a deterioração do cenário de crescimento e a acentuada



Relatório e Contas 2011

quebra da confiança observada sobretudo a partir do Verão, num contexto de ausência de pressões inflacionistas relevantes, levaram a Autoridade Monetária europeia a reduzir aquela taxa em Novembro e Dezembro, regressando ao nível de 1%. Relativamente às medidas não convencionais de política monetária, que visam minimizar as tensões e a instabilidade dos mercados financeiros, o BCE forneceu ampla liquidez ao sistema bancário promovendo operações de cedência de liquidez, a montantes ilimitados, aos prazos de 1 semana e 1 mês a taxa fixa e a 3 meses à taxa média que vigorar no período. Para além disso, a Autoridade Monetária anunciou duas novas operações de cedência de liquidez de longo prazo (3 anos), aos montantes solicitados pelos bancos e à taxa média das operações principais de refinanciamento em vigor ao longo do período correspondente. A primeira destas operações decorreu a 21 de Dezembro de 2011, tendo ocorrido 523 instituições financeiras, que obtiveram um montante total de 489 mil milhões de euros.

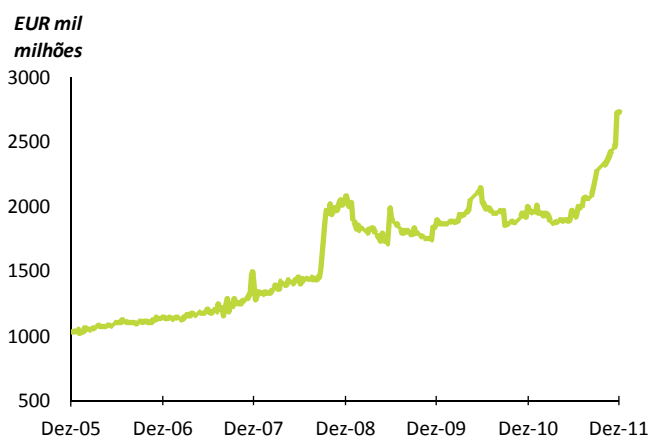
Zona Euro – Taxa Refi



Fonte: Bloomberg

Adicionalmente, o BCE anunciou a reactivação do programa de aquisição de *covered bonds* em mercado primário e secundário, no montante de 40 mil milhões de euros, entre Novembro de 2011 e Outubro de 2012 (recorde-se que o BCE tinha já conduzido um programa semelhante, no montante de 60 mil milhões de euros por um período que terminou em Junho de 2010). O BCE prosseguiu também o programa de aquisição de títulos de dívida pública no mercado secundário, iniciado em Maio de 2010, ao abrigo do qual adquiriu um montante total de cerca de 200 mil milhões de euros até ao final de 2011. Este montante foi objecto de esterilização, através da constituição de depósitos de curto prazo dos bancos comerciais junto do BCE, de modo a não incrementar a oferta monetária. O BCE anunciou também, em Julho, a suspensão da exigência de requisitos mínimos de níveis de *rating* para a aceitação de títulos de dívida pública portuguesa e de todos os títulos garantidos pelo Estado Português como colateral nas operações de refinanciamento, medida que havia sido tomada anteriormente em relação à Grécia e à Irlanda.

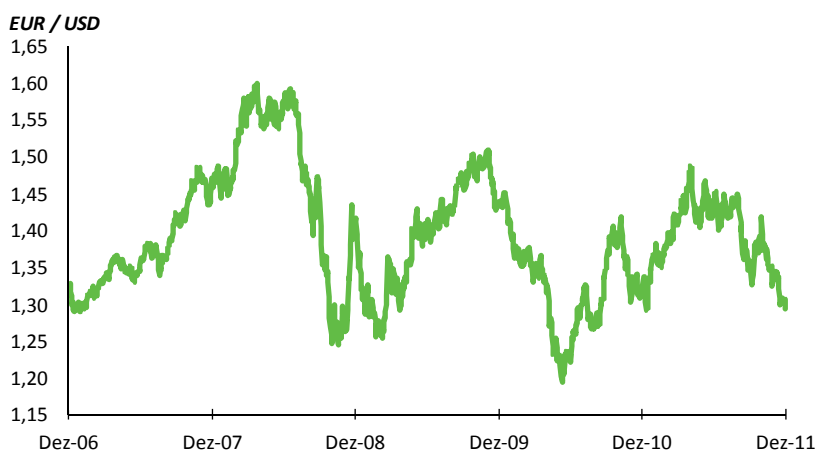
Zona Euro – Balanço do Banco Central Europeu



Fonte: Bloomberg

A cotação do euro exibiu, na primeira metade de 2011, uma trajetória de apreciação relativamente ao dólar, acompanhando a ampliação do diferencial de taxas de juro entre as economias da Zona Euro e norte-americana, dada a elevação dos juros de referência do BCE e expectativas de futuras subidas, em contraste com a crescente perspectiva de manutenção da actual política monetária da Reserva Federal por um período prolongado, em particular no que respeita à taxa *fed funds*. O euro atingiu, assim, no início de Maio, um nível de EUR/USD 1,494, um máximo desde o final de 2009. No entanto, na segunda metade do ano, a aversão ao risco a nível global contribuiu para uma inversão deste movimento. A deterioração do sentimento, associada à crise da dívida da Zona Euro exerceu pressão no sentido da depreciação do euro, tendo este encerrado o ano em EUR/USD 1,296.

EUR/USD

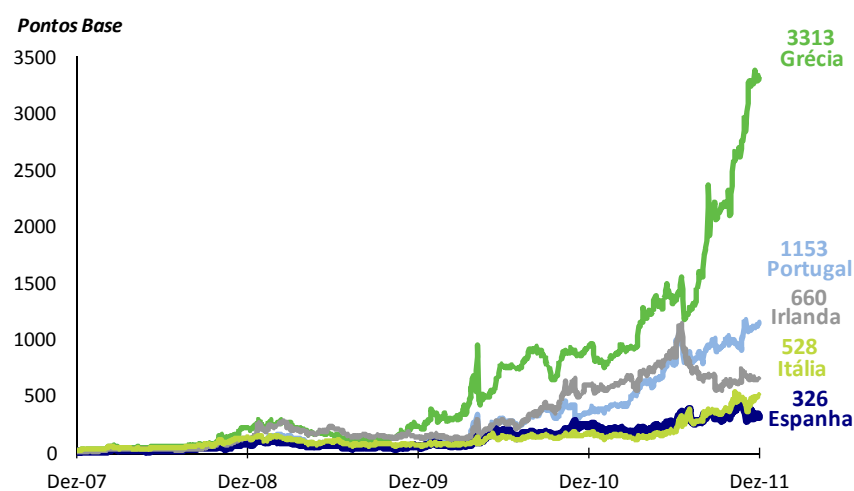


Fonte: Bloomberg

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL

Em Portugal, 2011 foi marcado pelos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro e pelo início da execução do programa de ajustamento financeiro. A deterioração das condições de financiamento associadas ao aumento da aversão ao risco por parte dos investidores foi acentuada, no caso de Portugal, pelas revisões em baixa do *rating* da dívida soberana (que fechou o ano de 2011 em BBB-, no caso da notação atribuída pela S&P, e em Ba2, no caso da Moody's). A *yield* dos títulos de dívida pública a 10 anos subiu de 6,6% para 13,4% no conjunto do ano, com o *spread* face aos títulos da dívida alemã a aumentar 789 pontos base, para 1.153 pontos base.

Spreads das Yields dos Títulos de Dívida Pública a 10 Anos vs. Alemanha, Economias Seleccionadas



Fonte: Bloomberg

O programa de ajustamento financeiro acordado com o FMI-UE-BCE, envolvendo o financiamento da economia portuguesa num montante global de 78 mil milhões de euros, começou a ser implementado em Maio de 2011, tendo sido objecto de duas avaliações favoráveis por parte dos credores oficiais. Ao nível da consolidação orçamental, o défice público reduziu-se de 9,8% do PIB para um valor próximo de 4% do PIB. Embora este registo tenha beneficiado de medidas extraordinárias (em particular, da transferência parcial dos fundos de pensões dos bancos), ele resulta também de um importante esforço de redução da despesa do Estado, com um crescimento inferior ao orçamentado, e de uma execução favorável das receitas fiscais, em linha com o previsto.

Registaram-se igualmente progressos importantes ao nível das reformas estruturais, num ambiente de estabilidade política e social. Destacam-se: (i) as alterações no mercado de trabalho, que têm como objectivo aumentar a flexibilidade e tenderão a reduzir os custos por unidade produzida, com impactos positivos sobre a competitividade; (ii) a reforma no mercado de arrendamento, favorecendo a mobilidade, a redução do endividamento e a absorção da oferta de habitações; e (iii) a melhoria do ambiente concorrencial, com o programa de privatizações, o fim das *golden shares*, uma nova lei da concorrência de acordo com a prática europeia, a reforma do sector dos transportes, a introdução de regras mais concorrenciais nas telecomunicações e na electricidade e a reforma da justiça, neste caso incluindo uma maior flexibilidade nos processos de insolvência e recuperação de empresas.

As medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma contracção da procura interna em 2011, registando-se quedas no consumo público e privado (em torno de 3%, em termos médios anuais) e no investimento (próxima de 11%). As exportações de mercadorias e de serviços mantiveram, no entanto, um crescimento elevado (próximo de 7% em termos reais), com um peso crescente das vendas para mercados emergentes em África, América Latina e Ásia. Esta evolução das exportações atenuou a queda anual do PIB, que atingiu 1,6% em 2011 e contribuiu ainda, em conjunto com o processo de *deleverage* em curso entre os diversos sectores da economia, para uma redução significativa do défice externo, de 8,3% do PIB para um valor em torno de 5,1% do PIB, esperando-se em 2012 uma redução adicional, para valores em torno de 2% do PIB. O stock das responsabilidades externas líquidas da economia portuguesa registou também uma redução, atingindo um valor estimado próximo de 103% do PIB, face a um máximo de 110% do PIB observado em 2009.

Portugal – Principais Indicadores Económicos

	Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 E
PIB	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	(2,9)	1,4	(1,6)
Consumo Privado	2,7	1,7	1,8	2,5	1,3	(2,3)	2,1	(3,9)
Consumo Público	2,4	3,4	(0,6)	0,5	0,3	4,7	0,9	(3,9)
Investimento	3,7	(0,9)	(0,6)	2,1	(0,1)	(13,3)	(3,6)	(14,0)
Exportações	4,1	0,2	11,6	7,5	(0,1)	(10,9)	8,8	7,4
Importações	7,6	2,3	7,2	5,5	2,3	(10,0)	5,4	(5,5)
Inflação (IPC)	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	(0,8)	1,4	3,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	(3,4)	(5,9)	(4,1)	(3,1)	(3,6)	(10,1)	(9,8)	-4,0*
Dívida Pública (% do PIB)	57,6	62,8	63,9	68,3	71,6	83,0	93,4	107,2
Desemprego (% da população activa)	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6	9,5	10,8	12,7
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	(6,0)	(8,2)	(9,1)	(8,9)	(11,1)	(10,1)	(8,3)	(5,1)

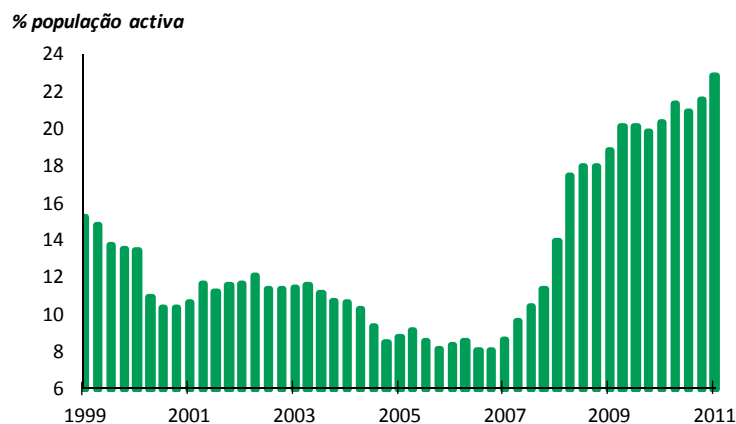
* Assumindo os efeitos resultantes da integração dos fundos de pensões da banca

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, ES Research

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO EM ESPANHA

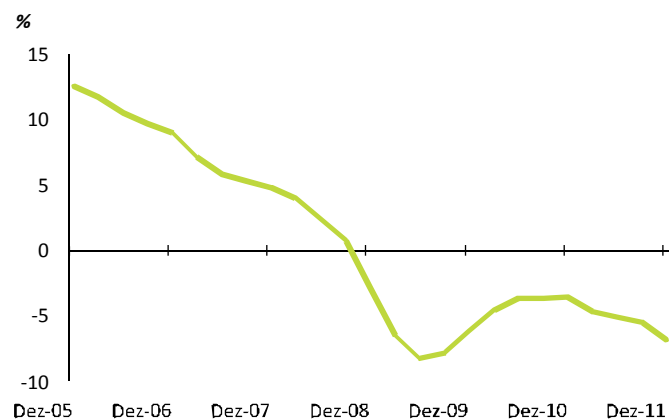
Depois da forte recessão vivida em 2009 (-3,7%) e de um período de estagnação em 2010 (-0,1%), a economia espanhola apresentou um desempenho relativamente favorável ao longo do 1º semestre de 2011, que foi, no entanto, invertido no 2º semestre, fruto dos efeitos de contágio da crise da dívida da Zona Euro, da deterioração das condições de financiamento e da confiança a nível interno e do anúncio de uma maior restritividade da política orçamental. No 4º trimestre, observou-se uma contracção do PIB de 0,3% face ao trimestre anterior, levando a respectiva variação anual para 0,7%. O consumo privado, em particular, foi penalizado pela evolução desfavorável da taxa de desemprego, que atingiu 22,9% da população activa no final do ano. A procura interna continuou ainda a ser restringida pelo ajustamento em curso no sector da habitação e construção residencial. A formação bruta de capital fixo registou uma queda superior a 5% no conjunto do ano, com a componente da construção a recuar cerca de 8% (após uma queda de 11,1% no ano anterior). Reflectindo o contexto ainda difícil no sector, os preços da habitação registaram uma queda anual de 6,8%. Embora com alguma moderação no final do ano, o crescimento das exportações manteve-se forte em 2011, em torno de 8%, observando-se assim um aumento do contributo da procura externa líquida para o crescimento.

Taxa de Desemprego



Fonte: Bloomberg

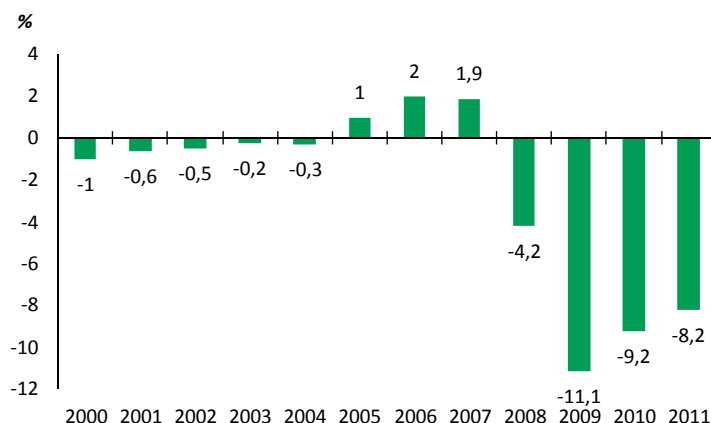
Preços da Habitação (taxa de variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

A deterioração da crise da dívida na Zona Euro e os respectivos efeitos de contágio levaram as *yields* dos títulos de dívida pública espanhola a 10 anos a subir de 5,4% para 6,7% até Novembro, tendo depois caído para 5,1% até ao final do ano. O risco de um contágio adicional reforçou as preocupações com a consolidação orçamental, sobretudo tendo em conta um défice público ligeiramente superior a 8% do PIB em 2011, acima do *target* inicial de 6% do PIB. Para este desvio contribuíram decisivamente os défices maiores que o esperado nos Governos das Autonomias. O novo Governo saído das eleições parlamentares de 20 de Novembro, apoiado por uma maioria absoluta no Parlamento, anunciou assim um reforço das medidas de poupança orçamental e de reformas estruturais, incluindo neste caso uma flexibilização do mercado de trabalho e novas medidas de reforço da estabilidade do sector financeiro.

Saldo orçamental (% do PIB)



Fonte: Comissão Europeia, ES Research

De acordo com a Autoridade Bancária Europeia (EBA), as necessidades de capital dos bancos espanhóis ascenderiam a aproximadamente 26 mil milhões de euros (ou 17 mil milhões de euros, tomando em consideração as obrigações convertíveis que os bancos espanhóis elevaram a capital). Espelhando as dificuldades de financiamento enfrentadas pelo sector financeiro, observou-se em 2011 um aumento significativo do recurso dos bancos à liquidez cedida pelo BCE, para 119 mil milhões de euros em Dezembro. Neste contexto económico e financeiro, as principais agências de *rating* procederam ao *downgrade* da dívida pública espanhola, que fechou o ano com uma notação de AA- atribuída pela S&P.

Apesar da tendência de desaceleração dos preços nos últimos meses do ano, a taxa de inflação média anual subiu de 1,8% para 3,2% em 2011, em resultados dos efeitos desfasados do aumento do IVA de 2010 e da subida dos preços da energia.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NO REINO UNIDO

A economia do Reino Unido abrandou ao longo do ano de 2011, registando um crescimento de 0,9%, que compara com o registo de 2,1% observado no ano anterior. Embora a evolução da actividade nos três primeiros trimestres tenha sido moderadamente favorável, culminando num crescimento de 0,5% no 3º trimestre, os últimos três meses foram marcados por um recuo do PIB de 0,2% face ao trimestre anterior. A quebra do *output* da indústria e da construção, aliada a uma quase estagnação do sector dos serviços, penalizou a actividade na parte final do ano, devendo referir-se também um abrandamento das exportações, associado às dificuldades geradas pela crise da dívida da Zona Euro. O abrandamento do crescimento resultou também dos intensos esforços de consolidação orçamental, tendo em conta um défice público (no ano fiscal) de 8,4% do PIB. Os elevados níveis de endividamento das famílias, o aumento da inflação, os elevados níveis de desemprego e os baixos níveis de confiança dos consumidores contribuíram também para a evolução negativa da procura interna e do investimento.

Relatório e Contas 2011

A taxa média de inflação atingiu um máximo de 5,2% em Setembro, descendo depois até 4,2% em Dezembro (3,3% no final de 2010). A subida do imposto sobre o valor acrescentado de 17,5% para 20% no início do ano, bem como o aumento dos preços da energia, matérias-primas e das importações, foram os principais impulsionadores da aceleração dos preços, com um forte impacto sobre o consumo privado. Embora a taxa de inflação tenha ficado acima do *target* definido pelo Banco de Inglaterra, este optou por manter a taxa de juro de referência em 0,5% e por aumentar em 75 mil milhões de libras o montante do programa de compra de activos (*quantitative easing*) no mês de Outubro, adoptando, assim, uma política monetária claramente expansionista no ano de 2011.

Balanço do Banco de Inglaterra



Fonte: Reuters Ecowin

Em reflexo das medidas orçamentais adoptadas e do agravamento da crise da dívida soberana na Zona Euro na segunda metade do ano, as *yields* dos *Gilts* (títulos de dívida pública britânicos) a 10 anos exibiram uma trajectória decrescente, atingindo um mínimo de 1,963% na última sessão do ano. Dada a elevada incerteza nos mercados e o aumento da aversão ao risco por parte dos investidores, a dívida britânica beneficiou do movimento generalizado de *flight-to-safety*, sendo vista como um activo seguro. Esta tendência foi ainda evidente na performance da libra esterlina face ao euro, com esta divisa a apreciar no primeiro semestre até um máximo de EUR/GBP 0,9032 e a libra a recuperar desde então, até ao mínimo de EUR/GBP 0,84 no final do ano. Face ao dólar norte-americano, o valor da libra manteve-se relativamente estável, com uma leve apreciação de 0,53% em termos anuais.

EUR/GBP

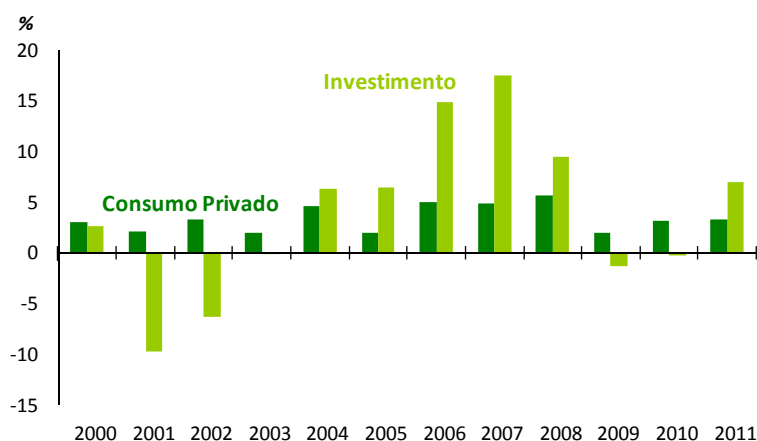


Fonte: Bloomberg

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NA POLÓNIA

A economia da Polónia manteve um desempenho robusto em 2011. Num contexto de abrandamento da actividade no conjunto da União Europeia, o PIB polaco cresceu 4,3%, após um registo de 3,9% em 2010. A procura interna revelou-se um importante alicerce deste desempenho, com o consumo privado a crescer 3,4%, dinamizado pela melhoria no mercado do trabalho, e o investimento a expandir-se 8,7%, impulsionado pela organização do Campeonato Europeu de Futebol de 2012.

Consumo Privado e Investimento (% , variação anual)



Fonte: Comissão Europeia

Por seu turno e beneficiando da depreciação do zloty, a procura externa líquida contribuiu positivamente para o crescimento do PIB, com as exportações a registarem uma expansão de 7,3%, contrapondo com a menor variação das importações, em torno de 7%. Como consequência do contexto económico global e da vulnerabilidade da economia polaca face à evolução das economias da Zona Euro, o zloty oscilou entre



Relatório e Contas 2011

EUR/PLN 3,84 e 4,56, terminando o ano com uma desvalorização em torno de 11% em relação à moeda única europeia, para EUR/PLN 4,46.

EUR/PLN



Fonte: Bloomberg

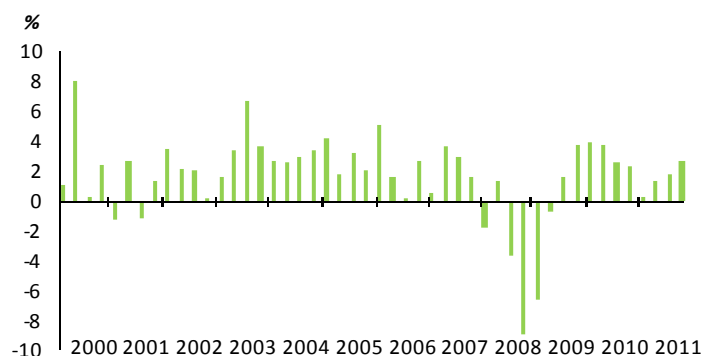
Se este comportamento favoreceu, por um lado, a balança comercial, por outro lado aumentou os riscos relativos à inflação. As fortes pressões inflacionistas de que a economia polaca foi alvo ao longo do ano, originadas pela subida do preço dos produtos alimentares e energéticos e pelo aumento de impostos, levaram a que o Banco Nacional da Polónia elevasse a taxa de juro de referência quatro vezes de Janeiro a Abril, fixando-a em 4,5%. Este *tightening* da política monetária conteve o crescimento dos preços que, depois de registar um máximo de 5% em Maio, terminou o ano a registar um aumento médio de 4,2%, ainda assim acima do *target* definido pelo Banco Central para a inflação no médio prazo (2,5%).

O ano de 2011 foi ainda marcado por um aumento das preocupações com as contas públicas. O défice orçamental atingiu 5,6% do PIB e a dívida pública aumentou para 56,7% do PIB. A vitória da coligação PO-PSL nas eleições parlamentares de Outubro reconduziu o Governo em funções, e este anunciou como prioridade a introdução de reformas estruturais e a consolidação das contas públicas, neste caso através de aumentos de impostos e de cortes na despesa.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,7% em 2011, em desaceleração face ao registo de 3% observado no ano anterior. Apesar de um ritmo crescente de expansão da actividade intra-anual, com a variação do PIB a subir de 0,4% para 2,8%, em termos anualizados, entre o 1º e o 4º trimestre, o crescimento anual revelou-se inferior às expectativas iniciais, traduzindo os impactos negativos de alguns choques externos sobre a economia americana. Estes incluíram os efeitos na produção resultantes do tremor de terra do Japão, a subida do preço do petróleo ou os reflexos da crise da dívida europeia. O menor dinamismo do investimento (cujo crescimento anual diminuiu de 17,9% para 4,7%) e a contracção no consumo público (-2,1%) constituíram as razões fundamentais daquela evolução, uma vez que o consumo privado apresentou uma relativa sustentação (expansão de 2,2% em 2011, após registo de 2% em 2010).

PIB, Crescimento Trimestral Anualizado



Fonte: Bloomberg

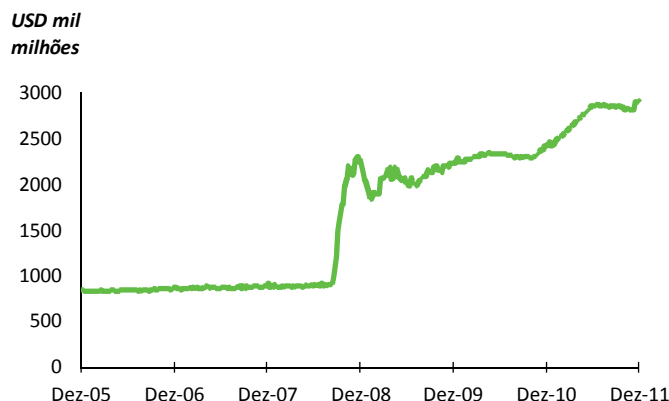
Dada a ausência de suporte dos mercados accionistas e do mercado habitacional, que tradicionalmente sustentam o consumo das famílias, o crescimento deste agregado decorreu fundamentalmente de uma melhoria no mercado de trabalho e da tendência de descida da taxa de poupança. Assistiu-se, no conjunto do ano, à criação de mais de 1,6 milhões de novos empregos e à redução da taxa de desemprego de 9,1% para 8,5% da população activa, entre o primeiro e o último mês do ano. Por seu lado, a taxa de poupança recuou de 5,2% para 4% do rendimento disponível no mesmo período. Dada a persistência de um excesso de habitações não ocupadas, o mercado habitacional prosseguiu o processo de ajustamento já observado nos últimos anos, marcado por níveis baixos de construção de novas habitações, pela falta de confiança dos empresários do sector e pela queda dos preços das habitações, não obstante as baixas taxas de juro do crédito à habitação.

A inflação homóloga fechou o ano em 3%, acima do *target* definido pela autoridade monetária (de 2%), mas com uma tendência claramente decrescente e com as expectativas de crescimento dos preços ancoradas no médio prazo. Neste contexto, a Reserva Federal prosseguiu, até final do 1º semestre, o segundo programa de *quantitative easing* (QE2), completando a aquisição de 600 mil milhões de dólares de *Treasuries* de longo prazo e manteve a *target rate* dos *fed funds* em níveis historicamente baixos (no intervalo entre 0% e 0,25%). A relativa falta de tracção da retoma da actividade levou a Reserva Federal a adoptar medidas adicionais de política monetária na segunda metade de 2011. Em primeiro lugar, decidiu manter a dimensão do seu

Relatório e Contas 2011

balanço, substituindo os títulos que atingissem a maturidade pela aquisição de novos títulos. Ao mesmo tempo, anunciou a intenção de manter os juros de referência em níveis excepcionalmente baixos até, pelo menos, meados de 2013. Por fim, anunciou a operação *twist*, com vista a alongar a maturidade do seu balanço, envolvendo a aquisição, até meados de 2012, de 400 mil milhões de dólares de *Treasuries* com prazos compreendidos entre 6 e 30 anos, por substituição de instrumentos com prazo de 3 anos ou menos.

Balanço da Reserva Federal dos EUA

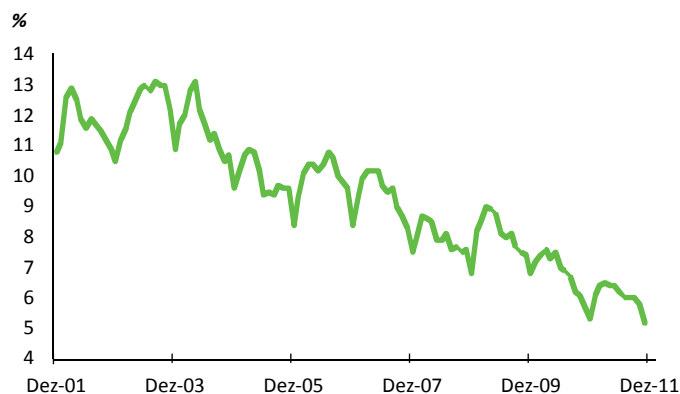


Fonte: Reuters EcoWin

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NO BRASIL

Não obstante uma taxa real de crescimento menor do que a registada em 2010 (7,5%), o PIB brasileiro cresceu cerca de 2,7% em 2011, um resultado próximo do seu potencial estimado de crescimento (4%) e que foi impulsionado, principalmente, pela expansão do consumo privado. Tal suporte foi possível graças à manutenção de condições bastante favoráveis no mercado de trabalho brasileiro, que registou a menor média histórica anual da taxa de desemprego (6% da população activa) e propiciou um incremento de 5,2% da massa salarial em termos reais.

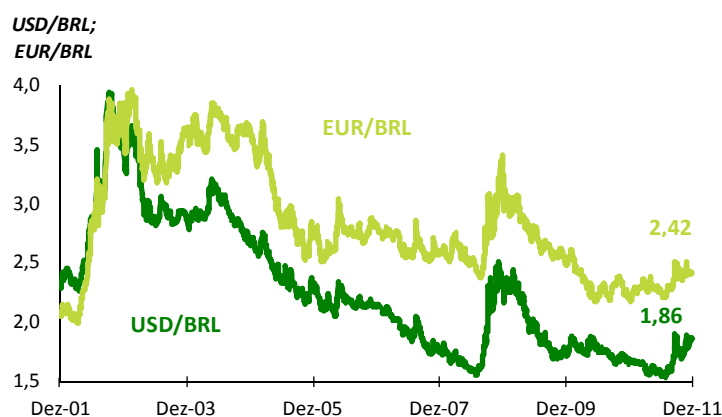
Taxa de Desemprego (% População Activa)



Fonte: Bloomberg

Se na vertente doméstica as perspectivas foram positivas para o Brasil, no tocante à balança de pagamentos, a situação não foi diferente. Com base num bom desempenho das economias emergentes e na ampla liquidez providenciada pelos bancos centrais das economias avançadas, as cotações das *commodities* ajudaram o saldo da balança comercial em 2011 a superar o valor registado no ano anterior, fazendo com que a deterioração do saldo da balança corrente fosse praticamente inexistente (o défice aumentou apenas marginalmente, de 47,5 mil milhões de dólares em 2010 para 52,6 mil milhões de dólares em 2011). A solidez dos fundamentais, aliada às oportunidades derivadas dos eventos desportivos que o país acolherá nos próximos anos, bem como das obras de infra-estruturas necessárias para tais ocasiões, atraiu investimentos externos que ascenderam a 66,7 mil milhões de dólares e que ajudaram as reservas internacionais a atingir 352 mil milhões de dólares. Assim, observou-se uma apreciação do real, com a taxa média de câmbio a recuar face ao ano anterior (BRL/USD 1,67 em 2011 versus BRL/USD 1,76 em 2010).

BRL/USD e BRL/EUR

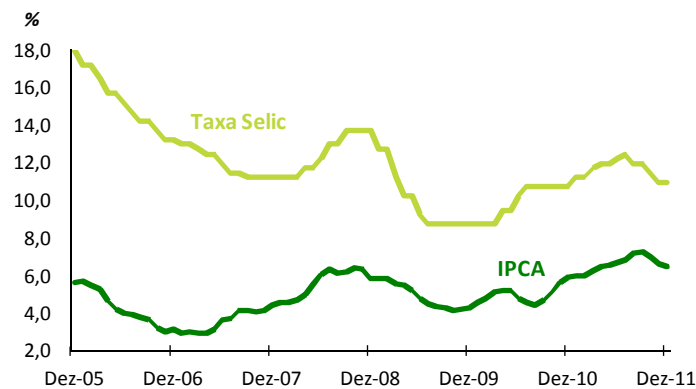


Fonte: Bloomberg

Entretanto, com a manutenção de um ritmo forte da procura, as pressões inflacionistas surgiram e fizeram com que o nível de preços no consumidor encerrasse o ano no tecto do intervalo de tolerância permitido para a inflação (6,5%). Apesar deste quadro inflacionista e da resistência demonstrada pela economia brasileira aos efeitos da conturbada situação financeira internacional, o Banco Central do Brasil decidiu reverter o processo de aperto monetário que havia sido iniciado na primeira metade do ano e reduziu a taxa básica de juros a partir de Agosto, com a SELIC a descer de um máximo anual de 12,5% para 11% até Dezembro (10,75% no final de 2010). A justificação do Banco Central para tal estratégia foi o receio de que a economia local poderia perder vigor de maneira intensa. Assim, para além do foco habitual no combate à inflação, a autoridade monetária terá ampliado os seus objectivos no sentido da defesa da actividade económica.



Inflação (taxa de variação homóloga) e Taxa de juro SELIC



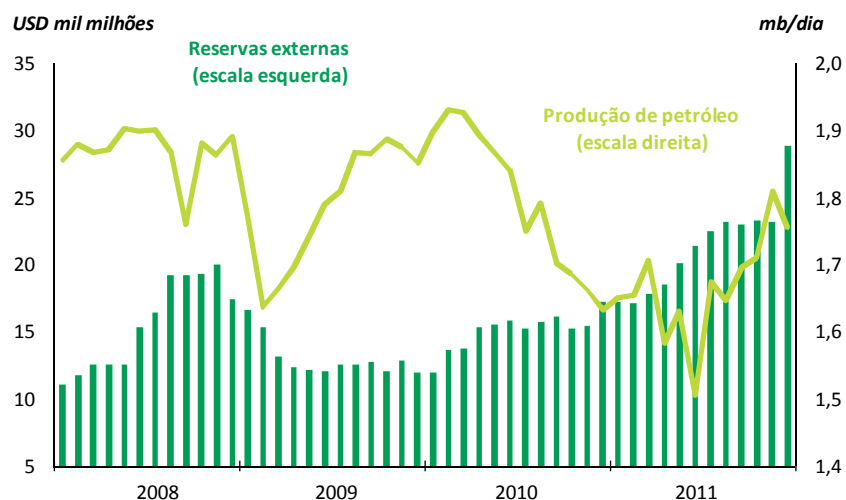
Fonte: Bloomberg

Em suma, o desempenho registado ao longo de 2011 revelou a elevada capacidade de resistência da economia brasileira perante uma difícil conjuntura internacional.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO EM ANGOLA

A intensificação do crescimento da actividade económica em Angola ao longo de 2011 foi fundamentalmente impulsionada por um melhor desempenho do sector petrolífero. Angola veio a consolidar a sua posição como segundo maior produtor da África Subsariana. Depois da resolução de problemas técnicos registados no início do ano, a produção petrolífera intensificou-se, terminando o ano num valor próximo de 1,8 milhões de barris por dia. Para o sector petrolífero angolano, foi de extrema importância a recuperação da cotação do petróleo e da respectiva procura mundial, a fim de viabilizar a exploração de investimentos já previstos que, por se situarem em águas profundas e ultra profundas da costa angolana, exigem montantes de investimento muito significativos.

Reservas Externas Líquidas e Produção de Petróleo em Angola

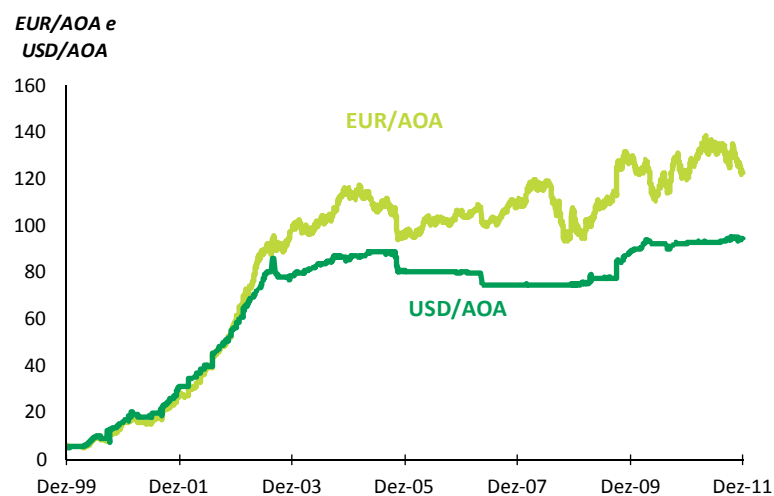


Fontes: OPEP, Banco Nacional de Angola

No entanto, os investimentos na economia angolana não se têm confinado ao sector petrolífero. Angola é actualmente um dos quatro países africanos cujo investimento estrangeiro ultrapassa os 3 mil milhões de dólares, com a indústria transformadora a ser um destino preferencial por parte dos investidores. Manteve-se como um dos objectivos das autoridades angolanas a realização de investimentos num conjunto diversificado de infra-estruturas de grande dimensão em áreas como as estradas, os caminhos-de-ferro e a habitação e, por outro lado, em projectos de recuperação da produção nacional, menos alicerçada em consumos intermédios externos.

A revisão em alta da notação de risco de Angola pelas três principais agências de *rating*, em todos os casos com *outlook* estável, demonstra confiança na economia do país. Em Julho, a Standard & Poor's subiu o *rating* de Angola de B+ para BB-, com previsão estável, colocando Angola em melhor posição do que muitos dos seus vizinhos regionais, incluindo a Nigéria. Paralelamente, a Moody's, em Maio, e a Fitch, em Junho, também reviram positivamente a avaliação do *rating* da dívida angolana, o que foi entendido como o reconhecimento da capacidade do país manter um desempenho macroeconómico robusto e consistente, da boa avaliação que tem vindo a ser realizada por parte do FMI, no âmbito do processo de acompanhamento do acordo de financiamento a Angola no valor de USD 1,4 mil milhões, e dos progressos feitos pelo Governo no pagamento de dívidas acumuladas a empresas de construção em 2008 e 2009.

AOA/USD e AOA/EUR



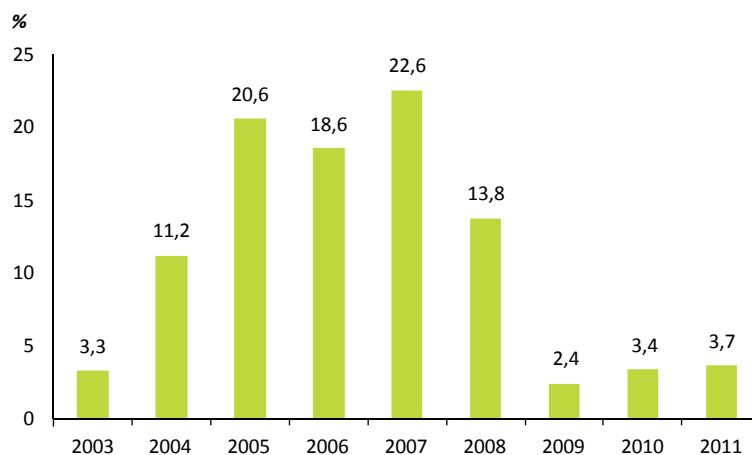
Fonte: Bloomberg

No plano cambial, desde que as autoridades monetárias decidiram abandonar o *peg* face ao dólar, o kwanza oscilou num intervalo USD/AOA 90-94. No entanto, a estabilidade face à divisa norte-americana proporcionou uma valorização face ao euro, tendo em conta as perdas que a moeda única europeia veio a registar. Assim, sendo a maioria das importações angolanas proveniente da União Europeia, este movimento cambial não veio beneficiar as autoridades angolanas na política de sustentação da inflação. A evolução em alta do ritmo de crescimento dos preços continuou, assim, a verificar-se ao longo de 2011, condicionada sobretudo pelo desempenho dos preços dos produtos alimentares e bebidas. Este efeito sobre os preços dos bens alimentares continuou ainda a ser suportado pelas dificuldades ao nível da capacidade logística e de distribuição, o que ajudou a reforçar a natureza prioritária dos investimentos em infra-estruturas logísticas

Relatório e Contas 2011

(armazenamento, transporte e distribuição), bem como no aumento da capacidade produtiva interna. Neste contexto, a inflação média anual subiu para um valor próximo de 15%. Ao nível da política monetária, o Banco Nacional de Angola, considerando a “necessidade de promover o crescimento da economia nacional”, reduziu em Abril a taxa de redesconto de 25% para 20%, valor que se manteve até ao final do ano.

Crescimento Real do PIB

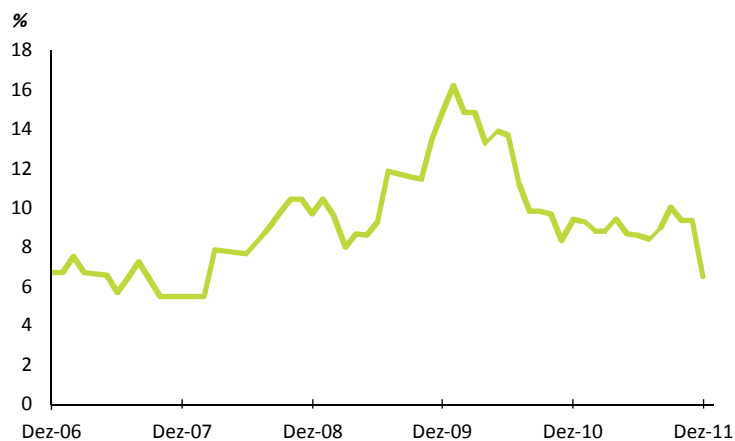


Fonte: FMI

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO NA INDIA

Em contraste com outras economias, onde o foco das políticas se transferiu, no decurso de 2011, do combate à inflação para a gestão do crescimento da actividade, a economia indiana continuou a tentar debelar a inflação e a conter as expectativas inflacionistas, tendo sido visíveis os sinais de inversão na tendência de aceleração dos preços apenas no final do ano. A resistência dos preços traduziu-se, assim, apenas, numa pequena descida da taxa de inflação média anual, de 9,6% para 8,7% (ano fiscal). Os factores inflacionistas foram-se alterando de forma consistente à medida que a subida inicial dos preços da alimentação e energia se transmitiu a outras componentes. O maior problema encontra-se no nível consistentemente elevado da inflação *core*, que reflecte a inflação dos bens manufacturados não alimentares e exhibe uma forte correlação com os preços das matérias-primas a nível global. A descida da inflação no final de 2011 ficou, assim, a dever-se, em parte, ao alívio dos preços das *commodities* na segunda metade do ano. Ao nível da política monetária, o Banco Central (RBI) elevou a taxa *repo* por sete vezes em 2011, de 6,25% para 8,5% (com o último movimento em Outubro), mantendo assim uma postura claramente anti-inflacionista.

Taxa de Inflação Homóloga



Fonte: Bloomberg

A natureza restritiva da política económica traduziu-se numa desaceleração da actividade, com o crescimento do PIB a cair de 8,5% para 7% (ano fiscal), sendo o abrandamento generalizado aos diversos sectores de actividade. O consumo privado e a formação bruta de capital fixo registaram menores taxas de crescimento, de 8,6% para 6% e de 8,6% para 4,2%, respectivamente.

A rupia (INR) sofreu uma depreciação de cerca de 10% em 2011, acompanhando o aumento global da aversão ao risco. Em termos médios anuais, a taxa de câmbio terá atingido INR/USD 49 no ano fiscal 2011/12.

2. ACTIVIDADE E RESULTADOS

ESTRUTURA DO NEGÓCIO DE BANCA DE INVESTIMENTO

Enquanto unidade especializada na área da banca de investimento do Grupo Banco Espírito Santo - a segunda maior instituição financeira privada em Portugal - o Banco Espírito Santo de Investimento⁴ é um banco de investimento que tem vindo a desenvolver uma estratégia de crescente expansão da sua actividade internacional, estando presente em 4 continentes e tendo acesso aos principais mercados financeiros mundiais: Londres, Nova Iorque e Hong Kong.

Desde a sua entrada nos mercados *core* de Espanha e Brasil, em 2000, até à mais recente expansão para o México, o Banco tem vindo a apoiar os seus Clientes nos respectivos processos de internacionalização e a explorar activamente as oportunidades de internacionalização das suas competências técnicas e comerciais distintivas.

No âmbito da sua estratégia de internacionalização, o Banco Espírito Santo de Investimento adquiriu em 2010 uma posição de controlo accionista no Execution Noble, um grupo de banca de investimento com presença no Reino Unido, na Índia, em Hong Kong e nos Estados Unidos. Esta aquisição facilitou o acesso aos mercados asiáticos, tendo o Banco estabelecido, já em 2011, uma *joint venture* na Índia com um parceiro local – a família Burman – para o desenvolvimento da actividade de corretagem e para a prestação de serviços de banca de investimento não creditícia.

O Banco Espírito Santo de Investimento tem como principal objectivo servir o segmento de Clientes empresariais de média e grande dimensão, o segmento de Clientes institucionais e, em algumas vertentes mais específicas, o segmento de particulares. A base de proveitos do Banco provém das comissões auferidas nas actividades de consultoria, corretagem e intermediação financeira e dos resultados financeiros associados às actividades de tomada de crédito estruturado e gestão de activos e riscos.

Para a prossecução destas actividades, o Banco adoptou um modelo que assenta em equipas comerciais com forte especialização sectorial, que desenvolvem a sua actividade de originação de negócio em estreita articulação com as equipas de Produto, responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das soluções e serviços que compõem a oferta de Banca de Investimento, nas diversas Geografias onde o Banco actua.

⁴ Por “Banco Espírito Santo de Investimento” deverá entender-se o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e/ou qualquer uma das suas Sucursais ou Filiais, conjunta ou isoladamente considerados.

Equipas Comerciais

- Gestão global da relação com o Cliente
- Prospecção e originação proactiva de operações
- *Cross Selling Wholesale* com o Grupo BES



Equipas de Produto

- Mercado de Capitais - Renda Variável
- Mercado de Capitais - Renda Fixa
- Serviços Financeiros
- Médias Empresas
- Assessoria em Estrutura de Capitais
- *Project Finance* e *Securitização*
- *Acquisition Finance* e Outros Financiamentos
- *Private Equity*
- *Wealth Management*

O desenvolvimento da estratégia de expansão internacional e a exploração de oportunidades de negócio com outras entidades em 2011 traduziram-se na tomada de diversas iniciativas, das quais se destacam as seguintes:

- 8 de Março de 2011: Alienação da totalidade da participação detida na Execution Noble LLC, *Broker Dealer* norte americana detida pela Execution Noble. Esta transacção foi efectuada em conformidade com o requerido pelas Autoridades norte americanas, no âmbito do processo de autorização da aquisição pelo Banco de uma posição dominante no Execution Noble.
- 21 de Outubro de 2011: Concessão de autorização para a abertura de uma filial em Mumbai, seguida da constituição da Espírito Santo Securities Índia Private Limited.
- 7 de Novembro de 2011: Pedido de autorização de Filial no México, a constituir sobre a forma de SOFOM - Sociedad Financera de Objecto Múltiple - unidade destinada primordialmente a permitir a captação de financiamentos em pesos no mercado mexicano e a concessão de financiamentos também no mercado local.
- 5 de Dezembro de 2011: Deliberação do aumento do capital social do Banco no montante de 46.269.000 de euros (ou seja, de 180.000.000 de euros para 226.269.000 de euros), integralmente subscrito pelo accionista único Banco Espírito Santo, S.A. ("BES"), mediante entrada em espécie constituída por valores mobiliários emitidos pelo Banco, que haviam sido objecto de oferta de troca realizada pelo BES e cujos resultados foram anunciados em 2 de Dezembro de 2011.
- 12 de Dezembro de 2011: Amortização parcial da emissão de valores perpétuos subordinados com juros condicionados, no montante de 46.269.000 de euros, que havia sido emitida pelo Banco e que o mesmo passou a deter em resultado do aumento de capital referido no ponto anterior.
- 22 de Dezembro de 2011: Reforço da participação indirecta na Espírito Santo Investment Holdings Limited (entidade que controla totalmente a Execution Noble Limited), mediante um aumento do respectivo capital social no valor de GBP 20.000.000 e aquisição directa de participações a accionistas.

CLIENTES - ORIGINAÇÃO

A Direcção de Clientes insere-se na estrutura do Banco Espírito Santo de Investimento de forma transversal às distintas áreas de Produto. A sua actuação assenta num relacionamento de proximidade com as empresas e na identificação das suas necessidades e projectos, bem como no profundo conhecimento do mercado e das respectivas oportunidades.

A Direcção de Clientes está organizada segundo princípios de especialização em indústrias e sectores, onde a proactividade e a inovação são elementos essenciais ao desenvolvimento de relações sustentáveis e duradouras com Clientes e mercados. A liderança do mercado português de Banca de Investimento e a crescente globalização dos seus Clientes obrigou ao aprofundamento da presença internacional do Banco, que se desenvolveu no contexto de uma economia global.

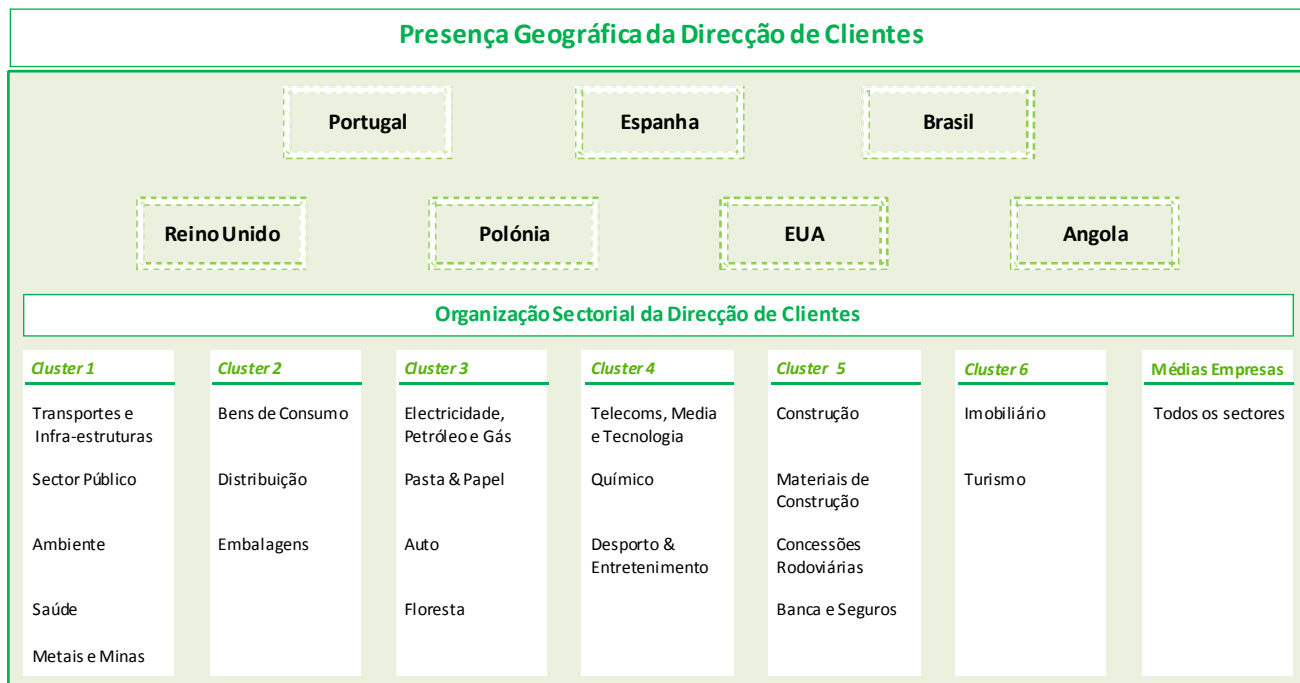
Consequentemente, durante 2011 o Banco aprofundou a sua presença internacional directa - que hoje já abrange os mercados de Espanha, Brasil, Angola, Reino Unido, Polónia e Estados Unidos da América - facto que, cada vez mais, é valorizado pelos nossos Clientes.

2011 foi um ano de grande instabilidade da economia mundial, onde cada tentativa de estabilização económica acabou por sucessivamente desiludir os mercados. A conjuntura foi particularmente adversa e severa nos países da Europa mediterrânica, vítimas de um sentimento muito negativo quanto aos respectivos riscos soberanos, que impossibilitou o acesso aos mercados de financiamento e afastou os investidores. Concretamente em Portugal, o cenário agravou-se ao longo do ano, o que conduziu a eleições antecipadas e à celebração de um programa internacional de apoio à economia portuguesa.

Não obstante, concretizaram-se algumas importantes operações de investimento nas várias geografias, suportadas pela dinâmica de internacionalização de um conjunto alargado de empresas portuguesas e estrangeiras, fomentando a actividade *cross-border* do Banco, e pelo levantamento e aproveitamento das oportunidades de âmbito local. A Direcção de Clientes continuou a apoiar os seus Clientes na realização dos seus objectivos, a partir das seguintes directrizes:

- Reforço do relacionamento a par de um aumento da base de Clientes do Banco nas suas distintas geografias, promovendo uma oferta integrada e *cross-border* dos produtos e serviços de Banca de Investimento;
- Aumento da selectividade na eleição das oportunidades comerciais, em particular antecipando eventuais restrições de balanço susceptíveis de afectar o fecho das transacções;
- Atitude proactiva no acompanhamento dos Clientes através de permanente diálogo e apoio na antecipação e reacção às ocorrências dos mercados;
- Intensificação da actividade *cross-border* nas suas diversas vertentes – investimento directo, alianças e parcerias, fluxos comerciais, etc. – cada vez mais potenciada pela ampliação da presença directa do Banco em distintos países;
- Melhoria da capacidade de origem e coordenação das propostas de valor das várias equipas nas diferentes localizações.

Graças ao empenho e profissionalismo dos seus Colaboradores, o Banco conseguiu manter a eficiência e a eficácia da actuação das suas distintas equipas, comerciais e de produto, bem expressas no relevante *deal flow* e na qualidade dos resultados produzidos pelo Banco no enquadramento recessivo que marcou o ano de 2011.



Direcção de Clientes - Portugal

A extrema adversidade da conjuntura económica e financeira ao longo de 2011 teve efeitos evidentes na descontinuidade de um conjunto alargado de operações baseadas em apoio financeiro, ou no recurso ao mercado de capitais, obrigando naturalmente a uma reorientação do perfil e abordagem de negócio do Banco junto dos seus Clientes.

No entanto, a severidade da conjuntura económica também veio originar um conjunto de oportunidades de negócio no mercado nacional, em particular no *sell side*, bem como junto de empresas portuguesas em processo de internacionalização. Por isso, apesar do menor volume de transacções no mercado em geral, a proximidade e o conhecimento dos Clientes, a par da confiança destes no trabalho desenvolvido pelos profissionais do Banco ao longo dos anos, permitiram ao Banco Espírito Santo de Investimento estar envolvido na maioria dos negócios e transacções relevantes ocorridas em Portugal em 2011, destacando-se o Programa de Privatizações aprovado pelo Governo, no qual o Banco teve um papel de grande relevância reafirmando uma vez mais a sua liderança de mercado.

A marca e a reputação são hoje valiosos activos do Banco, tanto na identificação do interesse de investidores estrangeiros em Portugal, como no apoio às empresas portuguesas em fase de internacionalização. Assim, a plataforma internacional do Banco na originação e execução de operações *cross-border*, bem como a coordenação com as várias áreas de negócio do Grupo Banco Espírito Santo para a detecção de oportunidades e para a montagem conjunta de operações, foram também factores decisivos nos sucessos obtidos.

Direcção de Clientes - Espanha

Apesar do contexto adverso em que se desenrolou a actividade do Banco em 2011, as áreas de F&A e Mercado de Capitais – Renda Variável foram particularmente bem sucedidas, tendo o Banco participado na maior parte das operações de mercado de capitais realizadas em Espanha e assessorado diversas operações de F&A neste mercado. Foram igualmente angariados mandatos *cross-border* de F&A, em especial com o Brasil e Portugal.

Esta Direcção continuou a reforçar as relações com os actuais Clientes e a desenvolver contacto com potenciais Clientes de diferentes sectores de actividade.

O início do ano de 2012 não permite antever melhorias, pelo menos no curto prazo. No entanto, o Banco continuará a explorar todas as potenciais oportunidades de negócio que possam vir a traduzir-se em operações concluídas com sucesso.

Os esforços comerciais deverão ser sobretudo direccionados para a originação de oportunidades de negócio *cross-border*, em coordenação com as diferentes equipas do Grupo BES. O relacionamento com os actuais Clientes deverá continuar a ser uma prioridade, através de um acompanhamento mais regular, dando igualmente especial atenção à angariação de novos Clientes.

Direcção de Clientes – Brasil

O ano de 2011 caracterizou-se por importantes conquistas para o Banco no mercado brasileiro, apesar das dificuldades enfrentadas pelas economias mais avançadas, que tiveram impacto no ritmo de crescimento da economia brasileira. O ambiente fortemente concorrencial existente traduziu-se numa intensa disputa pela conquista de Clientes e operações e teve como consequência uma elevada pressão sobre margens e comissões. As ambiciosas metas traçadas para o exercício foram importantes desafios a superar durante o ano de 2011.

Apesar deste contexto, foi possível atingir os objectivos definidos através de uma estratégia comercial focada, que contribuiu para o aumento da base de Clientes em diversos *clusters* e para a consolidação das relações com os Clientes já existentes. Através da estreita coordenação com as áreas de Produto do Banco e com as demais geografias do Grupo BES, foi possível fechar com êxito importantes operações de grande visibilidade no mercado.

No âmbito da colaboração estabelecida com outras unidades do Grupo BES, destacou-se o forte crescimento da actividade da Unidade Internacional Premium (UIP) no Brasil, que se traduziu na formalização de 49 operações de Banca de Investimento, nas áreas de Tesouraria e Gestão de Risco, Mercado de Capitais, *Project Finance*, *Acquisition Finance* e Serviços Financeiros. Esta actividade beneficia da estratégia de internacionalização do Grupo BES, aumentando a fidelização das empresas ibéricas e multinacionais em novos mercados.

As perspectivas em relação ao mercado brasileiro continuam positivas, antecipando-se um fluxo de investimentos nos sectores de infra-estrutura, *commodities* mas também na indústria, comércio e serviços, com principal foco no mercado consumidor interno.

Este cenário, porém, pode sofrer alterações em função do desenvolvimento da crise económica, que tem afectado particularmente o mercado europeu.

Direcção de Clientes – Reino Unido

Em 2011 foi concretizada a integração das actividades de Corretagem e de Banca de Investimento do Execution Noble no universo Banco Espírito Santo de Investimento, facto que, em conjunto com um sólido *Mid Cap Pan European Research*, permite oferecer aos Clientes do Banco uma plataforma de distribuição de *Securities* com acesso directo aos investidores dos principais mercados financeiros mundiais.

A maior afectação de recursos a actividades geradoras de comissões sem recurso a balanço e a integração da Direcção de Clientes na estrutura do Execution Noble resultou no aumento de visibilidade de empresas sediadas na Ibéria, Brasil e Polónia, permitindo aumentar significativamente a actividade *cross-border* com empresas do Reino Unido e, simultaneamente, lançar as bases para o desenvolvimento de uma abordagem especializada ao mercado britânico, com uma proposta de valor que se pretende diferenciar face à até hoje disponível neste mercado.

Em 2012 a actividade desta Direcção continuará a desenvolver oportunidades *cross-border* e a aprofundar o princípio da especialização sectorial, com foco nos seguintes segmentos: *Natural Resources*, *Financial Institutions*, *Professional Services* e *Financial Sponsors*, para a promoção das áreas de negócio de *Equity Capital Markets*, Serviços Financeiros e *Debt Restructuring*.

Direcção de Clientes – Angola

A actividade de Banca de Investimento em Angola, desenvolvida através do Gabinete de Banca de Investimento (GBI) criado em parceria com o Banco Espírito Santo Angola (BESA), tem sido fundamentalmente orientada, ao longo dos últimos anos, para o apoio ao BESA na montagem e estruturação de financiamentos para entidades públicas no âmbito do programa de reconstrução nacional (PRN) e para a estruturação de financiamentos para projectos de investimento privados, com destaque para o sector imobiliário.

Foi submetido às autoridades angolanas o pedido de licenciamento para a abertura de um Banco de Investimento de direito angolano, de forma a (i) permitir uma cobertura mais ampla do mercado, através de uma presença local, com especial enfoque no sector de infra-estruturas (nomeadamente ao nível de transportes, energia, etc); e (ii) explorar oportunidades de prestação de serviços de assessoria financeira tendo como propósito dinamizar a actividade *cross-border* com outras geografias onde o Banco tem presença (nomeadamente Portugal e Brasil), explorando este factor de diferenciação no mercado local.

Da mesma forma foi submetido um pedido de licenciamento de uma Sociedade Corretora (SCVM) através da qual o Banco irá desenvolver as actividades de Mercado de Capitais, no quadro da futura abertura da Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA). Espera-se que esta importante iniciativa das autoridades angolanas fomente o rápido desenvolvimento do mercado interno de capitais (primário e secundário) e propicie um acrescido dinamismo ao sector bancário, possibilitando uma maior diferenciação entre as estratégias dos diversos operadores com a entrada em novas áreas de negócio.

Direcção de Clientes – Polónia

Durante o ano de 2011 e em linha com a estratégia definida localmente, a Direcção de Clientes direccionou os seus esforços para o estabelecimento e reforço de relações comerciais com os novos Clientes e para a originação de operações nas diversas áreas de negócio do Banco.

A Direcção de Clientes trabalhou ao longo do ano com as equipas de Produto no desenvolvimento de um modelo de negócio mais eficiente, que permita a criação de novas oportunidades de negócio e a identificação de potencial de *cross-selling* nas transacções e relações em curso.

Foram identificadas duas áreas a que foi dado especial enfoque, com resultados visíveis: i) intervenção no processo de privatizações em curso, através duma relação mais próxima com o Ministério do Tesouro; ii) desenvolvimento de relações comerciais com os Clientes *corporate* nas áreas não creditícias de F&A e Originação de Renda Variável e Renda Fixa. A equipa tem vindo igualmente a desenvolver a área de *Trade Finance*, com enfoque na concessão de garantias aos sectores da construção e transportes.

Direcção de Clientes – Estados Unidos da América

No ano de 2011, a Direcção de Clientes orientou a sua actividade no sentido de:

- Assegurar o acompanhamento dos Clientes provenientes das restantes geografias onde o Banco se encontra presente, com actividade ou interesse nas Américas, em particular na América do Norte;
- Alargar a base de Clientes norte-americanos e de Clientes latino-americanos utilizando as competências específicas do Banco como factores diferenciadores e geradores de oportunidades de negócio;
- Aumentar o relacionamento do Banco com as empresas portuguesas radicadas nos EUA procurando sinergias entre produtos e posicionando o Banco como o “*go to bank*” para quaisquer necessidades de Banca de Investimento;
- Posicionar o Banco como a entidade de referência para o triângulo estratégico – Ibéria, África, América Latina – na actividade de Banca de Investimento;
- Desenvolver relações comerciais com empresas mexicanas capitalizando na abertura do escritório de representação na Cidade do México.

A Direcção de Clientes consolidou a sua actividade nos EUA e na América Latina espanhola tendo sido instrumental na originação de novas operações de *Project Finance* e de Assessoria Financeira e também no apoio à actividade de distribuição de valores mobiliários.

Em concertação com as diferentes áreas de produto foram efectuadas inúmeras visitas a empresas norte-americanas com interesses económicos no triângulo estratégico, tendo daí resultado a angariação de vários mandatos para transacções *cross-border*.

No México, a Direcção de Clientes continuou o processo de apresentação do Banco e de desenvolvimento de relações comerciais, tendo conseguido assinalável sucesso, nomeadamente, na originação de linhas de

financiamento para o Banco, no apoio à concretização de operações de *Project Finance*, na apresentação de propostas para operações de Mercado de Capitais e na obtenção de mandatos de Assessoria Financeira.

A Direcção de Clientes esteve ainda directamente envolvida na organização e promoção dos seguintes eventos:

- Segundo Encontro de Políticos Americanos de Descendência Portuguesa, realizado em Washington sob os auspícios da Embaixada de Portugal nos EUA, e que permitiu reunir mais de 45 políticos e algumas dezenas de empresários luso-americanos. O evento foi um enorme sucesso e o mais importante acontecimento realizado nos EUA envolvendo a comunidade luso-americana tendo em 2011 contado com a presença de S. Exa. o Presidente da República Prof. Aníbal Cavaco Silva, e S. Exa. o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Paulo Portas. O Banco Espírito Santo de Investimento, principal patrocinador deste evento, convidou várias das empresas suas Clientes com presença nos EUA a participar neste encontro, nomeadamente Soares da Costa, Sovena, WeDo, EIP e S&F Concrete.
- Clube de Negócios Portugal - México, realizado na Cidade do México em Novembro de 2011 sob o patrocínio da Embaixada de Portugal no México e que reuniu mais de 100 empresários com relações comerciais com Portugal, permitindo dar a conhecer as actividades do Banco e o apoio que este poderá prestar, quer na ligação com Portugal quer na intermediação com outros parceiros de negócio.

CLIENTES PARTICULARES

A actividade da Direcção de Clientes Particulares está, neste momento, ainda circunscrita a Portugal, pelo que foi muito condicionada pelo agravamento da crise de risco soberano, que teve impacto na confiança dos investidores e condicionou de forma significativa as suas decisões de alocação de activos, assistindo-se a um aumento da procura por investimentos com liquidez e de curto prazo.

Apesar das contrariedades decorrentes deste enquadramento, reflectido num reduzido número de operações executadas, o modelo de negócio implementado - abordagem conjunta do mercado por parte da Direcção de Clientes Particulares e das áreas de Produto do Banco – tem permitido continuar a apresentar propostas de investimento de valor acrescentado aos Clientes e alargar a base de distribuição de operações originadas no Banco a um segmento de mercado que tradicionalmente não era abordado de uma forma sistematizada.

A Direcção de Clientes Particulares encara o ano de 2012 com elevada expectativa, consciente de que o ambiente adverso vivido em 2011 deverá manter-se mas sabendo que as ameaças passadas representam oportunidades futuras e que a sistematização, foco e proximidade às áreas de Produto do Banco se traduzirão em oportunidades concretas de investimento para os nossos Clientes.

MERCADO DE CAPITAIS

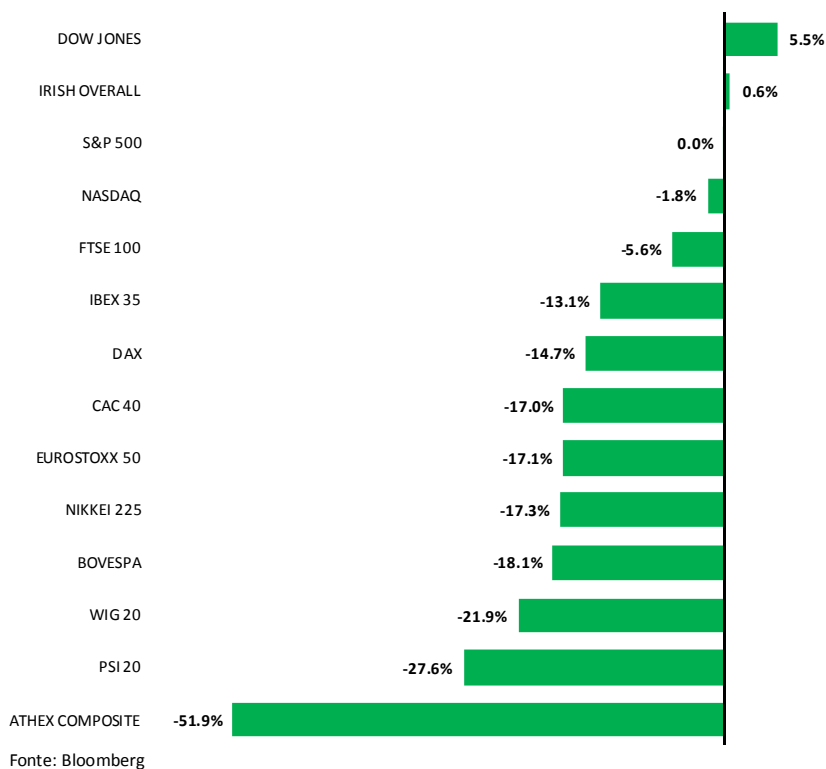
Mercado de Capitais – Renda Variável

Enquadramento de Mercado

O ano de 2011 decorreu num ambiente de extrema volatilidade nos mercados financeiros, em resultado de diversos factores, entre os quais se destacaram (i) o agravar da crise da dívida soberana e a incerteza quanto ao desenrolar da situação na Grécia e respectivo efeito de contágio, que se traduziu em Portugal no pedido de ajuda externa e posterior acordo celebrado com a Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI) e mais para o final do ano, nos receios de alastramento a outros países da Zona Euro como a Itália e Espanha; (ii) a instabilidade geopolítica fruto das tensões vividas em países do Norte de África e Médio Oriente; (iii) o sismo no Japão; (iv) os receios de nova desaceleração do crescimento da economia norte-americana; e (v) o combate à inflação nos mercados emergentes.

A generalidade dos principais índices bolsistas internacionais registou uma performance negativa em 2011, sendo o índice Dow Jones uma das poucas excepções, beneficiando de um efeito refúgio por parte dos investidores.

Performance dos principais Índices Bolsistas em 2011



O mercado accionista brasileiro não ficou imune à crise europeia tendo o Ibovespa terminado o ano com uma queda superior a 18%, representando perdas em valor de mercado de 213,6 mil milhões de dólares. Para esta performance negativa muito contribuiu a Petrobras que registou a segunda maior perda de valor de mercado do mundo, com uma queda de 85,2 mil milhões de reais, equivalente a uma perda de valor de 23%.

Mercado Primário – Renda Variável

No que respeita ao mercado primário, o montante de ofertas de acções e *equity-linked* a nível global ascendeu a, aproximadamente, 618 mil milhões de dólares em 2011, o que representou uma variação negativa de 28% face ao ano anterior, com as ofertas iniciais (*Initial Public Offers* ou *IPOs*) a registarem uma queda anual de 40% e as ofertas secundárias uma queda de 22%. Apesar do crescimento de 27% que se verificou no mercado primário durante o 1º semestre de 2011 face ao período homólogo do ano anterior, o decréscimo em termos anuais foi ditado pela significativa contracção da actividade registada durante o segundo semestre.

O sector financeiro continuou a ter um papel preponderante na actividade de mercado primário a nível global, representando 24% do total.

O montante global de *IPOs* ascendeu a 75 mil milhões de dólares, dos quais 40% foram provenientes de mercados emergentes e 17% resultantes de operações de venda por parte de *Private Equities*.

Ao nível da região *EMEA* (*Europe, Middle East and Africa*) registou-se um montante de ofertas total de 155 mil milhões de dólares, representando um decréscimo de 11% face ao ano anterior. O montante de *IPOs* nesta região ascendeu a 38 mil milhões de dólares (-11% que no ano anterior) enquanto os aumentos de capital com direito de preferência de accionistas ascenderam a 39 mil milhões de euros (-6% face a 2010) e as emissões *equity-linked* a 12 mil milhões de dólares (-13% comparativamente com o ano anterior).

No Brasil e em relação às ofertas públicas de acções em 2011, o volume captado foi de 19 mil milhões de reais, um dos mais baixos registados nos últimos anos. Desse total, destacam-se as operações de *follow-on* que representaram 60,7% das captações (11,5 mil milhões de reais). Mais de 70% das ofertas foram realizadas ainda no primeiro semestre de 2011 e apenas seis ofertas foram realizadas no segundo semestre de 2011 em resultado do agravamento da crise económica mundial.

Península Ibérica

Em Portugal, não se verificaram entradas de novas empresas em Bolsa em 2011, limitando-se as ofertas de acções existentes a aumentos de capital e a ofertas de troca de dívida por acções. Em Espanha, há a assinalar dois *IPOs* no sector financeiro, bem como operações no Mercado Alternativo Bursátil (MAB) e *block trades* de empresas cotadas.

Neste contexto, o Banco Espírito Santo de Investimento actuou em Portugal como Coordenador Global do aumento de capital e da emissão de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis da Sporting SAD (73 milhões de euros), do aumento de capital da Reditus (21,6 milhões de euros), do aumento de capital da CIPAN (2,5 milhões de euros) e da OPA sobre acções próprias da Orey (2,7 milhões de euros).

Em Espanha, o Banco actuou como *Co-Bookrunner* do IPO da Banca Cívica (599,2 milhões de euros) e como *Sole Bookrunner* do IPO da Catenon no MAB (5 milhões de euros).



Polónia

No primeiro semestre de 2011, o mercado bolsista polaco sofreu apenas de forma moderada o movimento de fuga de capitais que afectou a generalidade das economias emergentes em benefício das economias desenvolvidas, pelo que o índice WIG20 encerrou o semestre a valorizar 2,1%. Mas a tendência de queda iniciada durante o segundo trimestre prolongou-se até ao final do ano e o índice WIG20 registou perdas anuais de 21,9%.

O mercado primário de renda variável manteve-se animado com o programa de privatizações do Governo polaco em curso e com o recrudescimento de operações de captação de recursos por parte de empresas do sector privado. O Banco Espírito Santo de Investimento continuou a reforçar as suas credenciais no mercado polaco, tendo actuado como *Joint Bookrunner* na privatização de 11,9% da *utility* Tauron no valor de 1.282 milhões de zlotys, como *Joint Bookrunner* na privatização de 12,1% do Banco BGZ, no valor de 312 milhões de zlotys e como *Sole Global Coordinator and Bookrunner* no aumento de capital da financeira Kredyt Inkaso no valor de 47 milhões de zlotys.

Em 2012, o Banco deverá continuar a participar activamente no programa de privatizações e na dinamização do mercado de capitais na Polónia.

Relatório e Contas 2011



Reino Unido

O mercado primário de renda variável continuou pouco activo fruto da falta de confiança gerada pela contínua incerteza em relação à envolvente macroeconómica. Nestas circunstâncias, a maior parte das operações previstas para 2011 no segmento de mercado em que o Banco actua foram adiadas ou mesmo canceladas.

Este cenário de reduzida actividade deverá manter-se em 2012, enquanto persistirem as actuais condições de mercado. Poderão vir a concretizar-se operações de aumento de capital para empresas com perspectivas de crescimento, por expansão ou de forma orgânica, embora os mercados antecipem que os processos de reestruturação em curso nos últimos 18 meses devam estar praticamente concluídos.

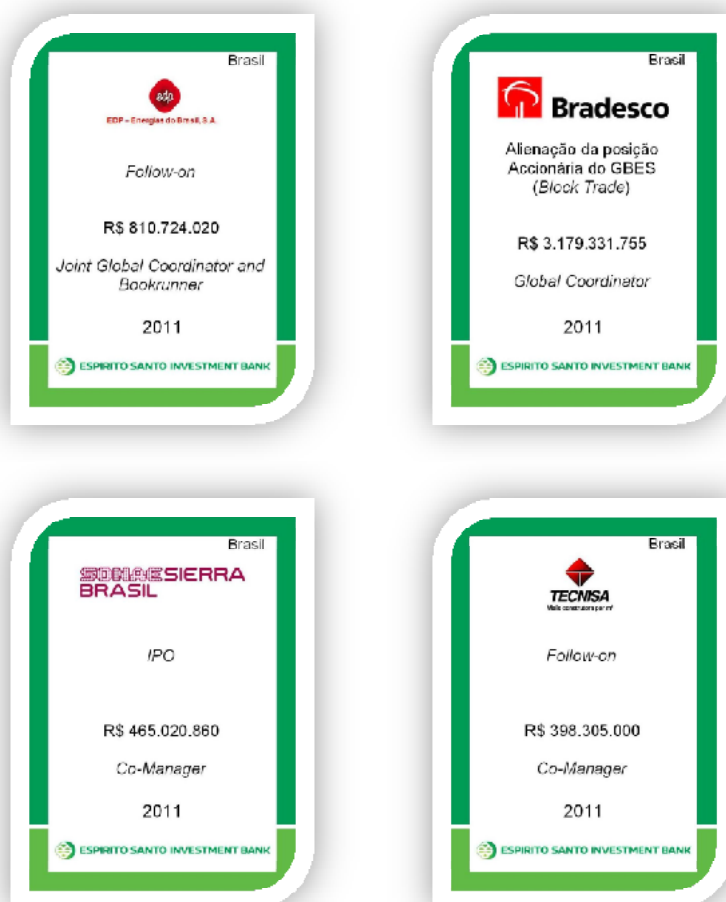
Apesar do contexto desfavorável, o Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *Bookrunner* na colocação de acções da Shaftesbury PLC, no montante de 102,2 milhões de libras esterlinas, como *Sole Bookrunner* no *private placement* da GlobeOp Financial Services, no montante de 81 milhões de libras esterlinas e como *Joint Bookrunner* da operação de aumento de capital do Workspace Group Plc, no montante de 66 milhões de libras.



A actividade do Banco nesta área poderá registar uma melhoria significativa, dado que existe um número considerável de empresas que pretendem aceder ao mercado de acções assim que estejam criadas condições para o efeito.

Brasil

O Banco Espírito Santo de Investimento destacou-se em 2011 através da sua actuação como *Joint Global Coordinator* e *Bookrunner* na Oferta Secundária de Acções correspondente a uma posição de 13,8% do capital social da EDP Energias do Brasil (811 milhões de reais), como *Sole Placement Agent* da alienação da posição accionista do Grupo BES no Banco Bradesco (3.179 milhões de reais), como *Co-Manager* na Oferta Secundária de Acções da Tecnis (398 milhões de reais) e como *Co-Manager* no IPO da Sonae Sierra Brasil (465 milhões de reais).



Os eventos desportivos a realizar em 2014 (Jogos Olímpicos) e 2016 (Campeonato do Mundo de Futebol), os leilões para a privatização dos principais aeroportos brasileiros e o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento deverão gerar necessidades de investimento e financiamento bastante elevadas, o que levará ao aumento significativo da captação de recursos, tanto no mercado de capitais local como no mercado internacional, devendo traduzir boas oportunidades de negócio nesta actividade.



Relatório e Contas 2011

Mercado Secundário – Renda Variável

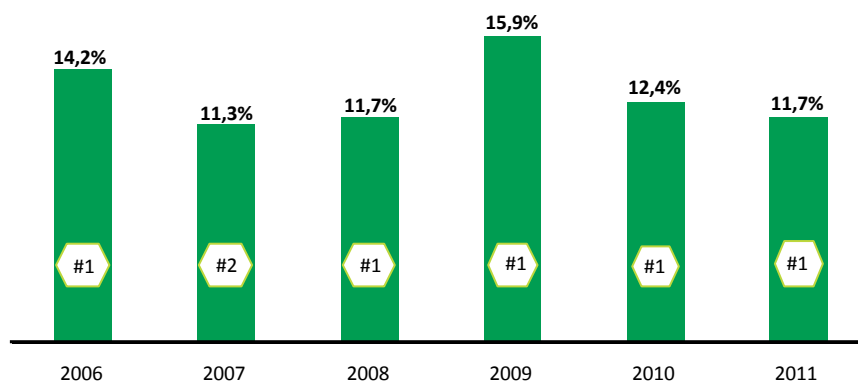
Península Ibérica

A crise da dívida soberana que teve início em 2010 agravou-se significativamente ao longo de 2011, atingindo Itália e Espanha no final do ano, e contribuiu para a deterioração da crise de confiança sentida pelos agentes económicos em geral e pelos investidores em particular.

Portugal foi um dos mercados mais penalizados, com o índice PSI20 a sofrer uma desvalorização de 27,6% e os volumes transaccionados na NYSE Euronext Lisbon a registarem uma quebra de quase 30% face a 2010. Espanha viu o seu principal índice bolsista, o IBEX35, cair 13,1% em 2011 registando-se igualmente uma quebra do volume de transacções na BME (Bolsa y Mercados Españoles) de 11%.

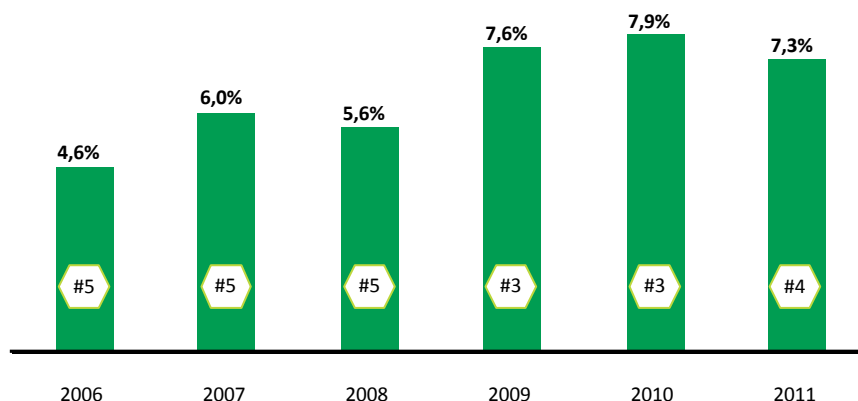
O Banco Espírito Santo de Investimento manteve a sua posição de liderança na negociação de acções em Portugal, alcançando uma quota de mercado anual de 11,7% e em Espanha posicionou-se no 4º lugar no *ranking* das corretoras, com uma quota de mercado de 7,3%.

Ranking e Quotas de Mercado na Euronext Lisbon



Fonte: Euronext Lisbon

Ranking e Quotas de Mercado na Bolsa de Madrid



Fonte: Six TeleKurs

Neste contexto, os receios são agora de quão profunda será a verdadeira dimensão desta crise, quer a nível europeu quer a nível mundial, que impacto terá na economia em geral e nos resultados das empresas em particular, e até quando se prolongará.

As expectativas para a Europa em 2012 são em geral pouco animadoras. Os elevados níveis de incerteza e de falta de confiança deverão manter-se, não sendo de esperar o regresso em força dos investidores aos mercados, pelo que não se perspectiva uma recuperação significativa dos volumes em 2012.

Assim, o crescimento esperado das receitas no próximo ano deverá ter origem na abertura de novas contas de Clientes, não só nas geografias onde o Banco já está presente mas sobretudo no Reino Unido onde, ao longo de 2011, foi desenvolvido um importante trabalho de integração e reestruturação das equipas. Para 2012 espera-se um crescimento significativo deste negócio, resultante não só do desenvolvimento da actividade em Londres como também nos Estados Unidos, onde o Banco está a consolidar uma nova unidade de distribuição.

Brasil

O índice Bovespa registou uma performance negativa de 18,1% em 2011, atingindo o mais baixo nível desde 2009. No entanto esta queda não implicou uma drástica redução dos volumes transaccionados, cuja média diária atingiu os 6,5 mil milhões de reais (-0,2% face a 2010). Através da sua subsidiária BES Securities, o Banco continuou a subir no *ranking* Bovespa em 2011, alcançando a 25ª posição no final do ano, com a actividade ainda fortemente apoiada no amadurecimento das novas áreas de negócio implementadas ao longo dos últimos 3 anos, que deverão continuar a ser importantes vectores de crescimento em 2012.

Não obstante a saída líquida de 1,4 mil milhões de reais do mercado accionista por parte dos investidores estrangeiros, o seu peso no volume total transaccionado subiu de 29,5% em 2010 para 34,7% em 2011. Já no último trimestre de 2011, o Governo eliminou o Imposto sobre Operações Financeiras sobre a entrada de recursos para investimento em acções, o que tenderá a incrementar os volumes em 2012 (a entrada líquida de recursos para o mercado accionista em Janeiro de 2012 atingiu cerca de 5,5 mil milhões de reais).

Apesar das incertezas em torno da economia europeia no começo de 2012, o mercado accionista brasileiro deverá beneficiar do novo ciclo de queda de taxas de juros domésticas e da aceleração do crescimento económico.

Polónia

O mercado de acções polaco em 2011 teve um comportamento bastante em linha com a generalidade dos mercados globais. O primeiro semestre registou uma performance moderadamente positiva sendo que o agravamento da crise da Zona Euro provocou fortes quedas nos mercados na segunda metade do ano, às quais a Bolsa de Varsóvia não ficou imune.

O ano de 2011 foi marcado por eleições legislativas na Polónia. Estas eleições resultaram na manutenção da anterior coligação no poder, o que reforça a estabilidade política e deverá manter a Polónia na sua trajectória de convergência para os níveis de riqueza da União Europeia. Ao longo de 2011 o Governo polaco levou a cabo uma parte significativa do seu programa de privatizações em diversos sectores, nomeadamente Banca e

Relatório e Contas 2011

Utilities. O Banco Espírito Santo de Investimento actuou como *adviser* do Governo, tendo participado em duas operações de privatização em 2011.

Apesar da reforma do sistema dos fundos de pensões, que reduziu de forma significativa a sua actuação no mercado accionista, o volume de transacções na Bolsa de Varsóvia registou uma subida de cerca de 20% face ao ano anterior. O Banco prosseguiu com a sua estratégia de vender o produto de *research* polaco, tanto a fundos locais como a *asset managers* internacionais, usando para tal as plataformas de Londres e Nova Iorque. Esta estratégia permitiu ao Banco aumentar em cerca de 25% os volumes intermediados face a 2010, mantendo o 13º lugar no *ranking* das corretoras polacas em 2011, com uma quota de mercado de 2%. O produto de *research* também teve desenvolvimentos consideráveis, tendo a cobertura de alguns sectores sido alargada para a empresas da república Checa e da Hungria, tornando o produto mais regional.

Reino Unido

O mercado de acções no Reino Unido mostrou uma quebra nos volumes transaccionados resultante da incerteza gerada pela crise da dívida soberana que tem afectado a Europa em particular e os mercados em geral.

Neste contexto, o Banco tem vindo a tomar diversas medidas que lhe permitam um melhor posicionamento no momento em que se iniciar a recuperação dos mercados. A integração desta actividade no universo Banco Espírito Santo de Investimento irá permitir intensificar a distribuição de produtos ibéricos, polacos e brasileiros no mercado inglês, possibilitando ao Banco diferenciar-se dos seus concorrentes.

Durante o ano de 2011, foi dado início à actividade de *market making* de um conjunto de empresas cotadas de pequena e média capitalização, o que permitirá desenvolver relações mais estreitas com o segmento de Clientes *corporate*, apoiando assim o *franchise* do Banco neste mercado. Foi igualmente criada uma mesa de vendas local de Mercados Emergentes. Adicionalmente, o Banco tem vindo a focar a sua actuação nos produtos e sectores em que detém maior *expertise*, resultando daí um melhor serviço para os Clientes.

As perspectivas para os mercados europeus de acções continuam muito incertas devido à crise de dívida soberana e às preocupações com a evolução do crescimento económico global. No entanto, o nível de integração desta actividade com as restantes geografias deverá permitir ao Banco beneficiar de uma eventual recuperação dos mercados, logo que seja encontrada uma solução para a actual crise.

Gestão de Activos

Península Ibérica

O ano de 2011 ficou marcado por um contexto particularmente adverso para a actividade de Gestão de Activos na Península Ibérica, especialmente em Portugal. A volatilidade existente nos mercados accionistas, que se agravou de Agosto em diante, a par do agravar da crise da dívida soberana, conduziu os investidores em Portugal e Espanha para alternativas tidas como sendo de menor risco (incluindo depósitos e obrigações), aproveitando assim as elevadas taxas oferecidas no mercado. Os Activos sob Gestão sofreram naturalmente com este contexto registando uma quebra que, ainda que aquém da registada no sector, é em si relevante (na ordem dos 22%) para cerca de 200 milhões de euros.

Ainda assim, a actividade em Espanha apresentou uma trajectória distinta com os Activos sob Gestão a crescer cerca de 3,3% para 12,3 milhões de euros apesar das mesmas adversidades sentidas em Portugal terem prejudicado esse crescimento no segundo semestre do ano. Importa também referir que este crescimento foi conseguido em simultâneo com a construção de uma base de Clientes mais diversificada, que conta neste momento com 150 Clientes, um aumento de 39% face ao final de 2010.

As carteiras apresentaram no ano de 2011 um prejuízo de cerca de 7%. Apesar de negativo, este resultado foi em termos relativos de encontro às expectativas criadas pelo já longo histórico (de quase 10 anos) desta actividade criando uma protecção significativa especialmente no que diz respeito aos índices europeus onde as quedas foram, como no caso do Eurostoxx50, próximas dos 20%. A estratégia de gestão continuou a ser baseada na flexibilidade e diversificação o que, por mitigar significativamente o risco, se revelou importante como factor de retenção de Clientes num período particularmente exigente. Destaque para a intensificação do investimento directo em mercados de crescimento onde o Banco tem presença, com especial ênfase para o mercado polaco, onde o maior conhecimento do mercado local tem contribuído positivamente e de forma crescente para a performance dos vários veículos sob gestão.

Neste contexto, um dos desafios para o ano de 2012 é o de aprofundar o conhecimento no mercado pan-europeu de acções, aproveitando o *know-how* do Execution Noble nesta área, assim como nas restantes geografias onde o grupo mantém presença directa como sejam a Polónia, Índia e Brasil. O objectivo de alargamento dos canais de distribuição, sempre em parceria com as redes comerciais do Grupo Banco Espírito Santo, e tanto em termos domésticos como internacionais, mantém-se. Acresce como projecto a desenvolver em 2012 a distribuição institucional destinada às várias geografias mas com centro em Londres, procurando dessa forma extrair sinergias dos contactos já existentes a esse nível na actividade de Corretagem.

Brasil

A actividade de Gestão de Fundos no mercado brasileiro em 2011 atingiu um montante de Activos sob Gestão de 1,9 biliões de reais e ficou marcada pela tendência de crescimento verificada nos últimos anos, embora a um ritmo inferior (22% em 2009, 17% em 2010 e 12% em 2011). Os recursos captados pela indústria foram, na sua maioria, direccionados para fundos de renda fixa e de previdência e os resgates líquidos ocorreram maioritariamente nos fundos de acções e multimercados.

Relatório e Contas 2011

A BESAF – BES Activos Financeiros encerrou o ano de 2011 com um total de Activos sob Gestão de 775,6 milhões de reais, repartidos por um total de 39 fundos (+15% face a 2010), sendo 66% fundos exclusivos e 34% fundos abertos. Os recursos captados totalizaram 353,6 milhões de reais e os resgates ascenderam a 662,9 milhões de reais, o que representou um saldo de resgate líquido de 309,3 milhões de reais, mantendo-se no entanto o volume médio de recursos captados próximo de mil milhões de reais.

Esta performance menos positiva resultou dos seguintes factores: (i) baixo desempenho dos fundos multimercados e da Bolsa de Valores durante 2011; (ii) aumento da captação de recursos pelas instituições financeiras através da emissão de títulos de renda fixa (CDB's e LF's) com preços mais atractivos; e (iii) cenário macroeconómico conturbado na Europa.

Em 2011 foi realizada uma revisão do planeamento estratégico desta actividade para o período 2011-2015. Foram definidas as metas e a estratégia de médio e longo prazo para fomentar o crescimento da empresa, que passa por: (i) revisão dos produtos local e *off-shore*; (ii) lançamento de novos produtos e novas parcerias; e (iii) investimentos no reforço da equipa e dos sistemas. O *cross-selling* com as áreas do Grupo BES, o aumento da base de relacionamento directo com os distribuidores independentes que actuam no mercado local e com os *family offices* são igualmente linhas de actuação presentes nesta redefinição estratégica.

Neste contexto, a BESAF realizou, ainda em 2011, importantes investimentos na sua estrutura, fortalecendo as áreas de gestão de investimentos e comercial com o propósito de aperfeiçoar o processo de investimento, ampliar a capacidade de distribuição e aumentar a sua participação relativa na indústria de fundos de investimento brasileira.

Para 2012 mantém-se a expectativa de crescimento dos Activos sob Gestão sustentada pelos resultados dos investimentos realizados em 2011. Pretende-se atingir um volume de 2 mil milhões de reais de Activos sob Gestão, fruto de uma maior penetração nos segmentos de Clientes Institucionais, *Corporates*, *Private* e Distribuidores / *Family Offices*.

O *cross-selling* será decididamente mais intensificado durante 2012. A BESAF concentrará a sua actuação junto da rede comercial do Grupo BES, nomeadamente em Portugal, Espanha, Suíça, Estados Unidos da América e Ásia, com o propósito de oferecer a sua gama de produtos “mercado brasileiro” como alternativa de investimento.

Mercado de Capitais – Renda Fixa

Enquadramento de Mercado

No início do ano, verificou-se alguma melhoria na actividade de mercado primário, fruto da perspectiva de crescimento económico liderada pelos mercados emergentes, da possibilidade de uma retoma mais robusta da economia norte-americana em resposta ao ciclo de estímulos monetários do *quantitative easing 2* e do crescimento das economias *core* da Zona Euro liderado pela Alemanha. Os sectores corporativos foram favorecidos pela melhoria dos indicadores económicos, tendo-se assistido a uma maior procura comparativamente com os emitentes do sector financeiro e do sector público.

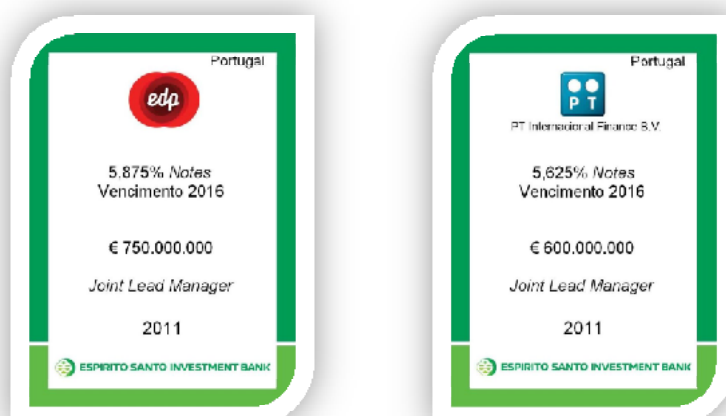
No entanto, perante a perspectiva de abrandamento na actividade económica global, a evolução insatisfatória da retoma na economia norte-americana e o agravamento da crise da dívida na Zona Euro, a actividade global do mercado de capitais de renda fixa começou a demonstrar maior selectividade. O decréscimo da actividade foi particularmente evidente na Europa durante o segundo semestre, em especial no sector financeiro, que registou um dos piores semestres de que há registo.

Mercado Primário – Renda Fixa

Península Ibérica

A actividade de mercado primário de renda fixa permaneceu em níveis reduzidos durante o ano de 2011, verificando-se apenas duas emissões de dívida sénior de grande dimensão em Portugal, em Janeiro. Nos restantes meses do ano, a actividade foi muito condicionada pela crise da dívida soberana que afectou os mercados periféricos da Zona Euro em geral e Portugal em particular. O contágio da crise dos países periféricos da Zona Euro continuou a restringir a actividade no mercado de capitais primário em Espanha, embora em menor escala, registando-se emissões por parte de instituições financeiras, regiões autónomas, nomes corporativos e Tesouro Espanhol.

Em 2011, o Banco actuou como *Joint Lead Manager* das emissões de dívida sénior da EDP Finance B.V. (750 milhões de euros) e da Portugal Telecom Finance B.V. (600 milhões de euros) e como *Lead Manager* das emissões da Ascendi Financing B.V. (15 milhões de euros) e da ESF Portugal (17 milhões de euros).



Relatório e Contas 2011



As operações de *liability management* por parte de entidades financeiras assumiram particular relevância durante o ano, dado o aumento dos requisitos de capital *core* impostos ao sector financeiro europeu. Neste contexto, é de destacar a actuação do Banco Espírito Santo de Investimento como *Joint Dealer Manager* de duas Ofertas de Troca sobre emissões de dívida subordinada do Grupo BES (no montante total de 776,6 milhões de euros) e de duas Ofertas de Troca sobre emissões de dívida subordinada da ESFG (no montante total de 692,6 milhões de euros).



Ao nível de Ofertas Públicas de Subscrição, o Banco actuou como *Joint Lead Manager* das emissões de obrigações da EDP (200 milhões de euros) e da Sporting SAD (20 milhões de euros).



Por último, é de referir que o Banco Espírito Santo de Investimento foi responsável pela organização e liderança de 9 novos programas de Papel Comercial, no montante global de cerca de 926 milhões de euros.

Polónia

Durante o ano de 2011, o Banco reforçou as suas credenciais no mercado primário de renda fixa, actuando como *Joint Lead Manager* na emissão de *Eurobonds* a 5 anos da Mazovian Railways no valor de 100 milhões de euros.



Brasil

Renda Fixa Local

O volume total de emissões de renda fixa no ano de 2011 no mercado local foi de 93,7 mil milhões de reais, ligeiramente superior ao valor captado em 2010 de 93,3 mil milhões de reais. A maior parte dos títulos, aproximadamente 84,6%, foi distribuída em regime de esforços restritos (ao abrigo da Instrução CVM 476), reflectindo a forte concentração de investidores institucionais no mercado brasileiro, além da grande presença das instituições financeiras neste mercado.

Relatório e Contas 2011

As *debentures* foram o instrumento mais utilizado para captar recursos no mercado local em 2011 (43% do montante total captado), representando as notas promissórias 16% do montante total captado e os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), um dos instrumentos de captação que mais cresceu desde 2009, 15% do montante total captado.

O Banco participou em 12 ofertas de renda fixa no mercado local, destacando-se a sua actuação como: (i) *Joint Bookrunner* das emissões de *debentures* (500 milhões de reais) e de notas promissórias (325 milhões de reais) da Unidas; (ii) *Lead Manager* da emissão de *debentures* da Ouro Verde (165 milhões de reais), (iii) *Joint Bookrunner* da emissão de *debentures* da TCI (66 milhões de reais), (iv) *Lead Manager* da emissão de notas promissórias da Ejesa (91,5 milhões de reais), (v) *Lead Manager* da emissão de notas promissórias da Ongoing Participações (60,5 milhões de reais), (vi) *Joint Bookrunner* da emissão de notas promissórias da CRT (484 milhões de reais), (vii) *Joint Bookrunner* da emissão de *debentures* da IESA (60 milhões de reais) e como (viii) distribuidor contratado das unidades de participação do FIDC do Banco Pine (207 milhões de reais).



Renda Fixa Internacional

No segmento de Renda Fixa Internacional, apesar da volatilidade do cenário económico mundial, as captações externas mostraram-se particularmente activas na primeira metade de 2011, com um volume captado de 37,4 mil milhões de dólares, um valor ligeiramente inferior aos 40,3 mil milhões de dólares captados em 2010. Apesar do dinamismo deste segmento, o mercado mostrou algumas restrições à captação de recursos por parte de empresas com *rating* abaixo de *investment grade*. Os sectores financeiro e de petróleo e gás representaram mais de 68% das novas emissões. Apesar do cenário global conturbado, as três principais agências de *rating* mundiais elevaram a classificação de risco do Brasil, o que demonstra a solidez financeira e o momento positivo que se vive no país.

Gestão de Risco e Trading & Sales

Península Ibérica

Gestão de Risco para Empresas

O ano de 2011 foi marcado por uma redução da actividade na área de Gestão de Risco para Empresas em consequência da crise financeira. Assistiu-se a um apetite reduzido para coberturas de taxa de juro em virtude do ambiente de taxas baixas e as restrições ao nível de liquidez impediram a concessão de crédito e a participação em algumas operações de reestruturação de derivados.

No entanto, verificou-se um grande interesse pela cobertura do preço de matérias-primas, nomeadamente em derivados de petróleo e licenças de carbono, em resultado do forte crescimento deste mercado na Península Ibérica. Adicionalmente, a volatilidade cambial verificada em 2011 permitiu manter um volume considerável de operações em derivados cambiais.

Acompanhando a estratégia internacional do Banco, tem sido dado especial foco a operações entre geografias para um melhor acompanhamento dos Clientes com actividade Internacional.

Estruturação para Clientes Institucionais

O Banco continuou a centrar a sua estratégia na melhoria da qualidade do serviço de estruturação, apresentação de novas ideias e execução. A deterioração do *rating* de Portugal e do Grupo BES originou uma maior concentração nos Clientes *core* do Banco.

Em 2011 registou-se um aumento de 82% no montante de produtos estruturados colocados em mercado primário face a 2010 e um aumento do peso de operações transaccionadas em formato de emissão de dívida, (de 75% do montante transaccionado em 2010 para cerca de 90% em 2011), o que se deve, sobretudo, à redução de operações de derivados em Espanha.

A actividade de mercado secundário registou uma menor contribuição para os resultados, tanto em termos absolutos como em termos relativos, principalmente devido à conjuntura de mercado verificada no segundo semestre mas também devido à necessidade de assegurar o mercado secundário para determinadas emissões (garantia de montantes e *spreads* mínimo praticado).

Relatório e Contas 2011

Os produtos estruturados indexados ao mercado de crédito e ao mercado accionista continuaram a ser os que apresentaram maior receptividade por parte dos Clientes.

Trading & Sales

No ano de 2011, esta actividade orientou a sua estratégia de acordo com os seguintes objectivos específicos: (i) foco na actividade recorrente com Clientes; (ii) apresentação de ideias de investimento; (iii) captação de *funding* para o Banco; e (iv) cotação de novas emissões em mercado primário.

O trabalho contínuo de desenvolvimento e consolidação da actual base de Clientes institucionais do Banco foi determinante para o crescimento da actividade, mais do que compensando a redução verificada no mercado primário.

Brasil

Gestão de Risco / Estruturação

O ano de 2011 foi marcado por um período de forte volatilidade quer a nível global, quer a nível do mercado brasileiro (visível no comportamento do real e da Bolsa local, em especial no segundo semestre), o que não impediu que se verificasse um aumento do fluxo de capitais para o Brasil. De facto e apesar da nova tributação imposta pelo Governo brasileiro (alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras de 6% sobre os investimentos estrangeiros em renda fixa), o elevado diferencial existente entre as taxas de juro locais e internacionais continuou a incentivar a arbitragem nos mercados cambiais e de taxas de juro. A queda da taxa básica do Banco Central do Brasil, processo que se iniciou no segundo semestre e que veio aumentar o risco de não cumprimento da política inflacionista do Governo, trouxe igualmente volatilidade aos mercados locais de juros.

O número de empresas brasileiras a captar recursos no mercado internacional reduziu-se, em especial no segundo semestre, devido aos problemas de liquidez resultantes da crise, o que se reflectiu num incremento de emissões no mercado doméstico, com maior liquidez.

Neste contexto de elevada incerteza, registou-se um crescimento da procura por operações de cobertura cambial de curto prazo (até 1 ano), com margens menores e forte concorrência entre os bancos, em detrimento das operações de longo prazo.

O Banco tem vindo a diferenciar-se da concorrência, assessorando os seus Clientes de forma mais activa na definição de cenários de juros, câmbios e acções, dada a relativa volatilidade destes mercados e os instrumentos disponíveis para execução de operações de cobertura.

O primeiro semestre de 2012 deverá manter a mesma tendência em termos de volatilidade nos mercados verificada em 2011, embora uma eventual melhoria no cenário internacional conjugada com uma tendência de queda das taxas de juro locais possa vir a beneficiar os activos de uma forma geral, incrementando as transacções de mercado de capitais e potenciando as oportunidades na actividade de Gestão de Risco.

Trading & Sales

Mercado Local

O ano de 2011 ficou marcado pela elevada liquidez no mercado de renda fixa local, o que se traduziu num maior número de emissores, numa redução de *spreads* e num alongamento de prazos. Verificou-se igualmente a entrada de empresas com perfil de crédito menos óbvio em operações sindicadas e com potencial distribuição futura no mercado secundário (Operações Públicas com Distribuição de Esforço Restrito – Instrução CVM 476). A garantia firme manteve-se como a principal característica deste mercado, tendo a elevada liquidez incrementado a concorrência por mandatos por parte dos bancos *underwriters*.

Neste contexto, o Banco procurou posicionar-se no mercado como líder de operações sindicadas através da colocação de propostas em regime de garantia firme, tirando partido do bom relacionamento existente com os seus Clientes institucionais que permitiu uma leitura para distribuição dos títulos bastante apurada.

O Banco Espírito Santo de Investimento actuou na distribuição das seguintes emissões de *debentures*: Ouro Verde (165 milhões de reais), TCI (66 milhões de reais), Unidas (500 milhões de reais) e IESA (60 milhões de reais), nas quais desempenhou o papel de Coordenador Líder. O Banco participou ainda na distribuição de *debentures* emitidas pela WTorre Properties (200 milhões de reais) e pela JHSF Participações (270 milhões de reais) e na distribuição de unidades de participação do FIDC do Banco Pine (207 milhões de reais).

Adicionalmente, o Banco afirmou-se em 2011 como um dos maiores participantes do mercado secundário de renda fixa local, aumentando o relacionamento com o público investidor e suportando melhor as leituras para as propostas de emissões em mercado primário. Neste período, foram negociados no mercado secundário aproximadamente 700 milhões de reais, com volumes médios de 5 a 10 milhões de reais por transacção.

Mercado Internacional

No mercado internacional e fruto das incertezas resultantes da crise na Zona Euro verificou-se um acréscimo importante nas restrições de liquidez que se traduziram numa postura mais conservadora por parte dos investidores institucionais Clientes do Banco em relação a emissões primárias de títulos brasileiros no exterior.

Em 2012, o mercado de renda fixa internacional deverá continuar a apresentar uma elevada volatilidade, ao contrário do mercado doméstico, onde se deverá assistir à tendência de alongamento de prazos e de estreitamento de *spreads* das novas emissões. A redução das taxas de juros domésticas deverá conduzir a uma maior participação dos fundos de pensões e dos investidores institucionais no mercado de capitais doméstico, primário e secundário, com o consequente aumento de liquidez e de oportunidades neste mercado.

Em 2011, o BES Investimento do Brasil iniciou a sua actividade no mercado de renda fixa internacional através da filial nas Ilhas Cayman, com o objectivo de participar no mercado secundário, principalmente da América Latina (LATAM), e de dar suporte às emissões lideradas pelo Banco no mercado primário. Com esta actuação, o Banco alarga o seu leque de produtos e o relacionamento com os seus Clientes, dentro e fora do Brasil.

Tesouraria

Península Ibérica

O mercado de crédito manteve-se relativamente estável durante o primeiro semestre de 2011, mas essa estabilidade terminou em Julho, com os receios de contágio da crise do risco soberano a Itália e a Espanha.

As agências de *rating* estiveram em grande destaque, dados os múltiplos (e por vezes sucessivos) *downgrades* a soberanos e instituições financeiras, penalizando fortemente os países periféricos e os seus sistemas bancários. Para além de agravar a aversão a estes riscos, esta actuação teve como consequência a redução do stock de colateral elegível para redesconto junto do Banco Central Europeu (BCE). Neste contexto, o mercado *corporate* teve um comportamento bastante menos negativo, já que foi visto como refúgio.

Portugal, tal como os restantes países periféricos, manteve-se sob enorme pressão. No início de 2011, os *Credit Default Swaps* (CDS) a 5 anos estavam nos 500 pontos base e terminaram o ano acima dos 1000 pontos base, contagiando mais uma vez os activos financeiros nacionais, particularmente os do sector bancário, que continuou a não ter acesso ao mercado de dívida.

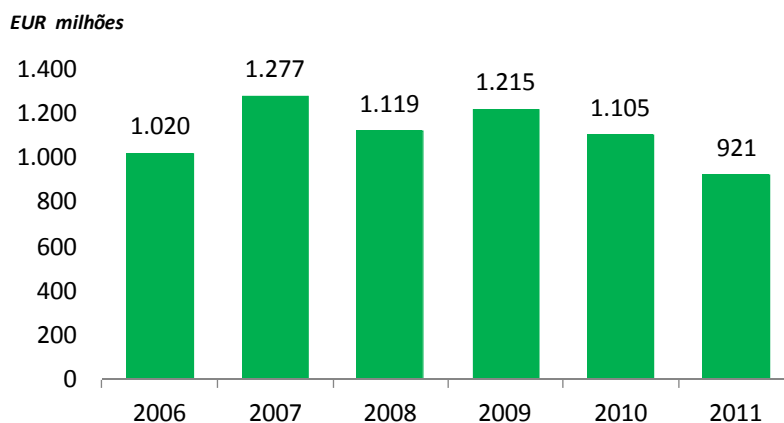
O BCE manteve o seu papel fundamental no regular funcionamento dos mercados, flexibilizando a política de activos elegíveis e de oferta de liquidez via *repos*, bem como a compra selectiva de dívida governamental. De realçar o alargamento do prazo da cedência de liquidez de longo prazo (*Longer Term Refinancing Operations* ou LTRO), introduzindo *repos* a 3 anos destinados a criar uma base de *funding* mais estável. Em termos globais, verificou-se em 2011 uma maior dependência do financiamento do BCE por parte das instituições financeiras da Zona Euro, que se depararam com dificuldades em aceder ao mercado de dívida.

Neste contexto, o Banco Espírito Santo de Investimento continuou limitado na sua capacidade de aceder aos mercados, não se perspectivando neste aspecto melhorias substanciais nos próximos trimestres para toda a banca portuguesa.

A dívida sob a forma de *Medium Term Notes* (MTNs) totalizava 921 milhões de euros em Dezembro de 2011, um decréscimo de 184 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2010, mantendo-se este programa como instrumento fundamental na estratégia de *funding* do Banco.

Dados os previsíveis condicionalismos de mercado, os objectivos de utilização do programa EMTN (e de emissão de dívida em geral) para 2012 deverão manter-se estáveis, devendo o montante emitido permanecer próximo dos níveis actuais. Manter-se-á a mesma lógica de serviço ao Cliente investidor e de foco na melhoria do perfil de *funding* do Banco.

Programa de EMTN / Total Outstanding (Valor de Emissão)



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

A 31 de Dezembro de 2011, a carteira de Tesouraria (excluindo o Brasil) ascendia a 279 milhões de euros (*market value*), sendo composta por produtos *cash* (264 milhões de euros) e por produtos sintéticos (15 milhões de euros). Os activos vencidos em 2011 não foram repostos e foram adicionalmente realizadas algumas vendas selectivas, de forma a melhorar a posição de liquidez do Banco.

Para 2012, espera-se uma redução da carteira de produtos *cash*, já que o montante vincendo não deverá ser reinvestido. Quanto à carteira de produtos sintéticos, é previsível o seu aumento, tirando partido de oportunidades que surjam ao longo do ano.

Brasil

O mercado brasileiro apresentou um excesso de liquidez durante o ano de 2011, consequência da forte entrada de recursos no país.

Neste contexto, o BES Investimento do Brasil manteve a elevada liquidez do seu balanço, aproveitando o momento de mercado para reduzir o seu custo de *funding*, promovendo igualmente a diversificação das fontes de financiamento, seja através da abertura de limites junto de novos investidores locais e internacionais, seja através da colocação de instrumentos de financiamento diferenciados e com maturidades distintas.

No final do ano, o BES Investimento do Brasil detinha um excedente de liquidez, de forma a garantir as necessidades previstas para os próximos semestres.



SERVIÇOS FINANCEIROS

Enquadramento de Mercado

A recuperação gradual da actividade de Fusões e Aquisições (F&A), que se vinha observando desde o final de 2009 perdeu sustentabilidade no segundo semestre de 2011, momento a partir do qual se voltaram a verificar decréscimos no nível de actividade, face a igual período de 2010.

A actividade de F&A apresentou em 2011 um crescimento anual de 2% em valor e de 12% em número de operações anunciadas, alcançando o valor de 2.280 mil milhões de dólares. No entanto, a performance no segundo semestre do ano foi negativa, tendo sido observada uma quebra das operações anunciadas de 20% em valor, apesar da manutenção do crescimento de 11% em número, face ao segundo semestre de 2010.

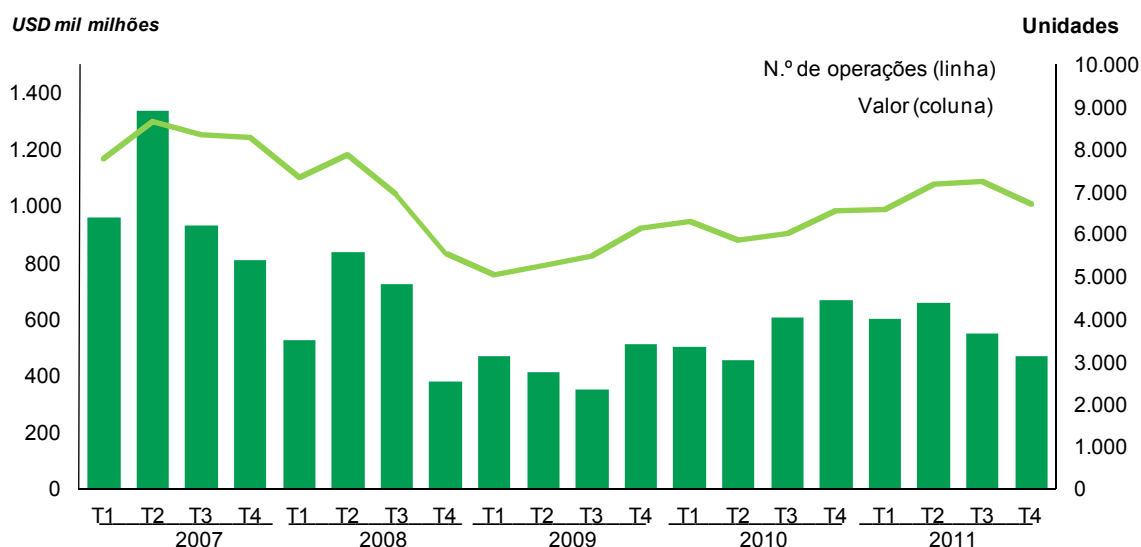
Em 2010 o crescimento da actividade de F&A havia sido de 28% em valor e 13% em número de operações anunciadas.

A Europa manteve um comportamento em linha com a tendência mundial e registou um crescimento do mercado de F&A de 3% em valor e de 16% em número de operações anunciadas, alcançando o valor de 874 mil milhões de dólares, de acordo com os dados publicados pela Bloomberg.

As operações *cross-border* em 2011 representaram 46% do total das operações anunciadas a nível mundial (49% em 2010). Na Europa, as operações *cross-border* continuaram a ser o principal motor do mercado de F&A, representando 80% do valor total das operações anunciadas, tal como em 2010.

As operações de F&A anunciadas nas economias emergentes, que representaram cerca de 26% do mercado global, registaram em 2011 uma redução de 14% em valor. A China, o Brasil e a Rússia continuaram a ser as geografias com o maior nível de actividade (42% do total dos mercados emergentes).

Operações a Nível Mundial – Anunciadas



Fonte: Bloomberg

Península Ibérica

A crise nos mercados financeiros da Zona Euro, que afectou Portugal e Espanha em 2010, acentuou-se em 2011. O aumento dos custos da dívida soberana, o consequente aumento dos custos de *funding* dos bancos e um crescimento económico marginal ou mesmo negativo, afectou uma vez mais a actividade de F&A na Península Ibérica, à semelhança do que já havia acontecido em 2010.

Deste modo e de acordo com os dados divulgados pela Bloomberg, o mercado de F&A na Península Ibérica em 2011 registou uma quebra de 19% em valor e também em número de operações anunciadas, alcançando o valor de 80 mil milhões de dólares. O mercado português registou uma diminuição das operações anunciadas de 40% em valor e de 50% em número, alcançando o valor de 12,7 mil milhões de dólares e o mercado espanhol, de maior dimensão (85% do mercado ibérico), apresentou uma quebra de 25% em valor e de 14% em número de operações anunciadas, alcançando o valor de 68 mil milhões de dólares.

Brasil

O Brasil destacou-se entre os mercados emergentes como o segundo principal mercado de destino para a actividade de F&A, a seguir à China. O Brasil apresentou em 2011 uma quebra de 38% no valor das operações de F&A anunciadas mas um crescimento de 30% em número, de acordo com dados da Bloomberg, alcançando o valor de 100 mil milhões de dólares.

Apesar da queda do mercado em valor, o forte crescimento do número de operações, num contexto de crise financeira global, reflecte os bons fundamentos da economia brasileira e a sua resiliência às turbulências e às incertezas do mercado externo. O crescimento sustentado da economia, impulsionado pelo aumento do consumo das classes B e C, confirma o forte dinamismo do mercado doméstico, um factor-chave na manutenção da atractividade do mercado brasileiro para os investimentos estrangeiros no panorama internacional.

Em 2011 e de acordo com dados da KPMG do Brasil relativamente ao perfil das operações, verificou-se um aumento significativo das operações no mercado doméstico, que representaram 50% do total das operações de F&A do ano, um crescimento de 23% face a 2010. Verificou-se igualmente um crescimento significativo das operações envolvendo empresas familiares brasileiras, que registaram um novo recorde face ao ano passado.

Reino Unido

O ano de 2011 foi um ano difícil para a actividade de F&A no Reino Unido, verificando-se uma quebra de 13% em valor, para 245 mil milhões de dólares, e uma estagnação em termos do número de operações anunciadas. Um mercado de capitais pouco activo e a dificuldade em obter financiamento para as operações são apontadas como as principais causas desta performance.

As operações envolvendo *Private Equities* (35% do total em valor) em conjunto com as operações sobre empresas em financial *distress* e as oportunidades estratégicas continuaram a ser os motores do mercado de F&A no Reino Unido.

Relatório e Contas 2011

Em termos gerais, o mercado do Reino Unido é principalmente internacional, com as transacções *cross-border* a representarem 92% do total de operações anunciadas em valor e 69% em número, de acordo com os dados publicados pela Bloomberg.

Polónia

O mercado polaco é actualmente um dos mais atractivos na Europa, fruto de um sistema financeiro estável, uma base alargada de consumidores e um elevado crescimento económico (crescimento do PIB de 4,0% em 2011 que compara com 1,6% na UE27). A sua atractividade resulta ainda de um forte programa de privatizações, de uma maior facilidade de acesso a financiamento (*acquisition finance*), bem como de um mercado de capitais local dinâmico.

O mercado polaco de F&A apresentou em 2011 um crescimento de 10% em valor e de 35% em número de operações anunciadas face a 2010, alcançando o valor de 20 mil milhões de dólares. Este crescimento foi particularmente significativo tendo em conta que no ano de 2010 o mercado de F&A já havia registado uma performance excepcional, em resultado da aquisição pelo Santander do banco polaco BZ WBK (o mercado de F&A polaco havia aumentado em 2010 cerca de 287% em valor).

A maior operação de F&A a ter lugar na Polónia em 2011 foi a aquisição por um investidor financeiro local, do maior operador telefónico móvel polaco – Polkomtel, uma transacção que ascendeu a 4,2 mil milhões de euros.

Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos da América, a actividade de F&A apresentou um crescimento positivo face a 2010, 21% em valor e 29% em número de operações anunciadas, alcançando o valor de 1.180 mil milhões de dólares, de acordo com os dados publicados pela Bloomberg.

A actividade do Banco Espírito Santo de Investimento

Em 2011 a performance global do Banco Espírito Santo de Investimento materializou-se na assessoria de cerca de 28 operações de F&A, com um valor aproximado de 5,2 mil milhões de euros (operações anunciadas). Em termos de operações concluídas, o Banco assessorou 32 operações com um valor aproximado de 6 mil milhões de euros.

Península Ibérica

O Banco manteve a liderança em Portugal do mercado de F&A (por número de operações anunciadas) e alcançou uma vez mais o 1º lugar na Península Ibérica (por número de operações anunciadas), confirmando ser uma vez mais um Banco de referência na prestação de serviços financeiros de Banca de Investimento na Península Ibérica.

BLOOMBERG – Ordenado por número de transacções anunciadas - 1.1.2011 – 31.12.2011


PORTUGUESE TARGET – PORTUGUESE ACQUIRER		
1	Banco Espírito Santo de Investimento	15
2	Caixa Banco de Investimento	6
3	BBVA	3
4	UBS	2
4	Citi	2
4	JP Morgan	2
4	Morgan Stanley	2
4	Rothschild	2
4	Credit Suisse	2
4	BTG Pactual	2



IBERIAN TARGET – IBERIAN ACQUIRER		
1	Banco Espírito Santo de Investimento	21
2	BBVA	20
3	Société Générale	18
4	Goldman Sachs	14
4	Citi	13
4	Morgan Stanley	13
4	JP Morgan	11
4	Barclays Capital	11
4	Santander	10
4	UBS	9

Fonte: Bloomberg. Nota: Informação à data de 14 de Fevereiro de 2012

Apesar do contexto adverso vivido em Portugal e Espanha, o Banco Espírito Santo de Investimento registou em 2011 um dos seus melhores anos na actividade de F&A. Os resultados reflectem o enfoque estratégico nos *players* internacionais, interessados em aproveitar a incerteza económica e o processo de ajustamento das valorizações, bem como o conhecimento profundo que o Banco tem de alguns sectores.

O sector da energia continua a ser um sector em destaque, tendo o Banco vindo a trabalhar com Clientes internacionais interessados em participar activamente na reestruturação em curso no mercado energético espanhol e no programa de privatizações deste sector em Portugal.

Relatório e Contas 2011

Em 2011 e na Península Ibérica destacaram-se algumas das operações em que o Banco esteve envolvido:

Espanha

ALPIQ

Aquisição de uma CCGT de 400 MW, mais opção de aquisição de uma segunda unidade de 400 MW à Gas Natural

€ 200.000.000 (EV)

Financial Adviser

2011

 **ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK**

Espanha

CONTOURGLOBAL

Aquisição de uma central de ciclo combinado (CCGT) de 800 MW à Gas Natural SDG, S.A.

€ 310.000.000

Financial Adviser

2011

 **ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK**

Espanha

renovalia

Constituição de uma parceria (50/50) com a First Reserve Energy Infrastructure Advisers, LLC para um portfolio de parques eólicos de 259 MW

€ 743.000.000

Financial Adviser

2011

 **ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK**

Portugal

中国长江三峡集团公司
China Three Gorges Corporation

Aquisição de 21,35% da EDP - Energias de Portugal, SA, na 8ª fase de reprivatização da EDP *

€ 2,7 mil milhões

Financial Adviser

2011

 **ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK**

Portugal

SPAL
SOTOLANAS

Assessoria financeira à Ângelo Mesquita, Lda na alienação de 34,98% da Ações Mais

Financial Adviser

2011

 **ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK**

Portugal

Saludões

Aquisição de 55% da Saludões Produtos Alimentares, S.A. pela M101, SGPS, S.A.

€ 6.000.000

Financial Adviser

2011

 **ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK**

Espanha

Assessoria Financeira à TDR Capital, LLP e à Capricorn Associates, LTD na alienação da Pizza Marzano, S.A. à Thesan Capital, S.L.

Financial Adviser

2011

 **ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK**

Portugal

SECIL

Aquisição da Lafarge Belões

€ 65.000.000

Financial Adviser

2011

 **ESPIRITO SANTO INVESTMENT BANK**

* Operação anunciada e pendente de aprovações regulamentares

Brasil

No ano de 2011, para além da forte presença no mercado *cross-border*, é de salientar a bem sucedida assessoria em operações de F&A domésticas, acompanhando a tendência de mercado apresentada anteriormente.

Segundo a ANBIMA, em 2011 foram anunciadas no mercado brasileiro 179 operações de F&A com um valor de 142,8 mil milhões de reais tendo o Banco Espírito Santo de Investimento assegurado o 5º lugar, em termos de valor, no *ranking* de operações concluídas.

ANBIMA - Ordenado por valor de transacções concluídas (R\$ milhões) - 1.1.2011 – 31.12.2011



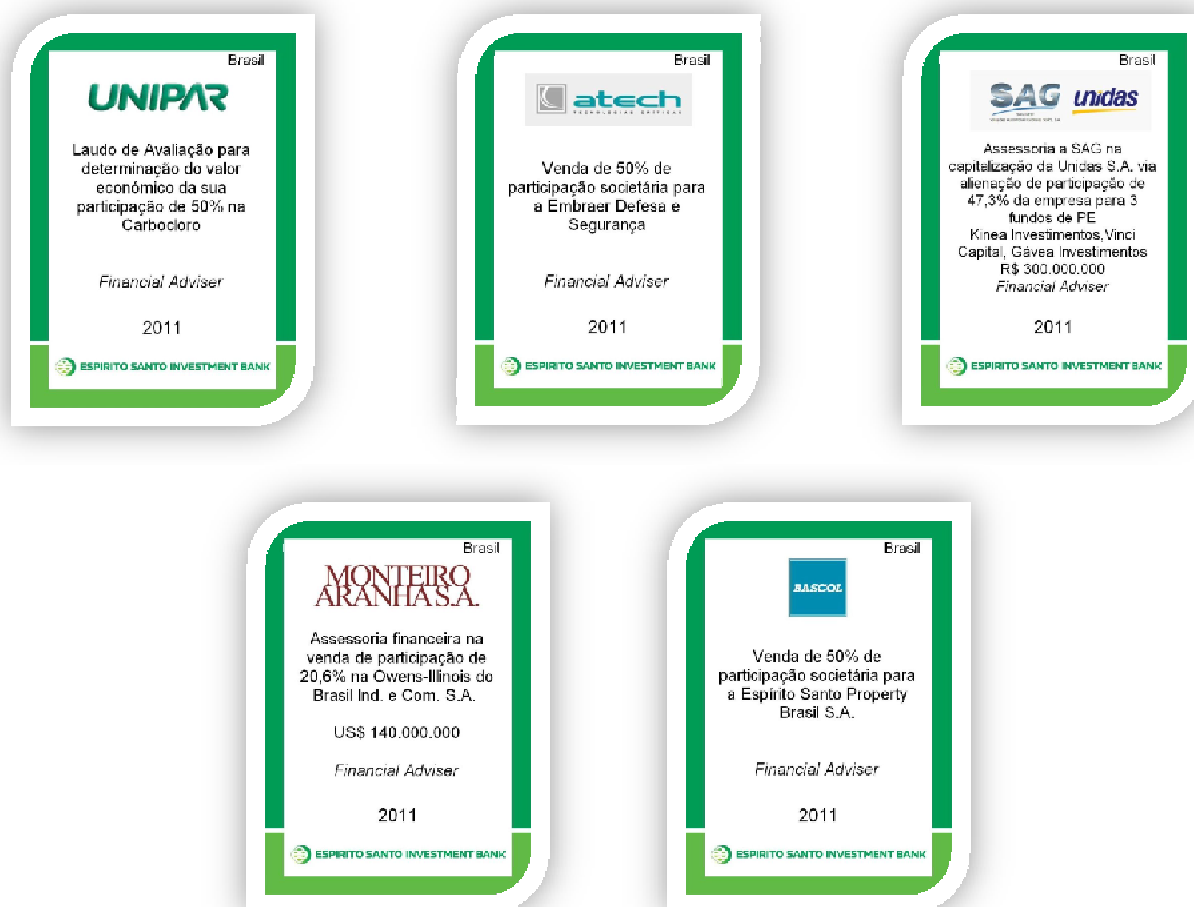
BRAZILIAN TARGET – BRAZILIAN ACQUIRER		
1	BTG Pactual	34.070
2	Morgan Stanley	16.507
3	Santander	16.382
4	JP Morgan	14.231
5	Banco Espírito Santo de Investimento	13.424
6	HSBC	11.329
7	Caixa BI	11.087
8	BofA Merrill Lynch	10.656
9	Bradesco BBI	10.020
10	Citigroup	10.013

Fonte: Boletim ANBIMA

Das operações executadas em 2011 pelo Banco Espírito Santo de Investimento no Brasil são de salientar: (i) a conclusão da assessoria financeira ao Grupo Portugal Telecom na entrada no capital do Grupo Oi e no estabelecimento de uma parceria estratégica entre estes dois grupos, e (ii) a assessoria financeira à empresa Drogarias Pacheco na fusão com a Drogarias São Paulo que deu origem à Drogarias DPSP, a maior rede de retalho farmacêutico no Brasil com um volume de receitas anual bruto de 4,4 mil milhões de reais.



Relatório e Contas 2011



Polónia

Os últimos dois anos no mercado polaco foram de reforço do posicionamento do Banco Espírito Santo de Investimento. A introdução de novas áreas de produto em 2010 e o reforço da equipa local com profissionais experientes com conhecimento e acesso aos *players* locais permitiu potenciar o desenvolvimento da actividade e concluir em 2011 a assessoria de três operações nos sectores das energias renováveis e da construção.

Apesar de actualmente as empresas polacas revelarem pouco interesse em investir em mercados externos, principalmente nos que constituem o eixo estratégico do Banco Espírito Santo de Investimento - Portugal, Espanha e Brasil - o Banco mantém o objectivo ambicioso de promover e funcionar como parceiro financeiro preferencial na expansão das empresas ibéricas e brasileiras para o mercado polaco e na expansão das empresas polacas para os mercados ibérico e brasileiro.

As operações concluídas na Polónia pelo Banco em 2011 foram as seguintes:

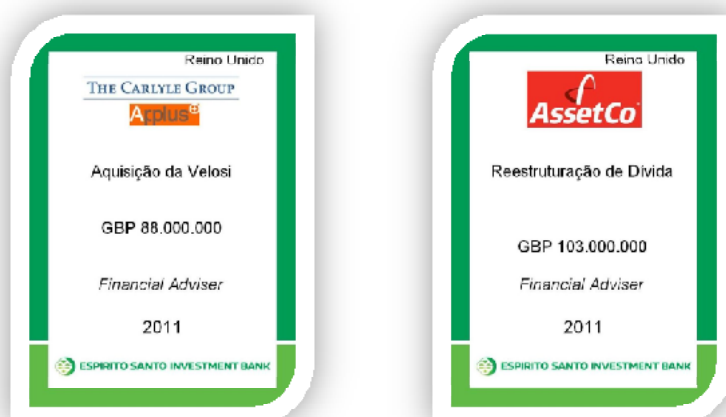


Reino Unido

A actividade de F&A no Reino Unido em 2011 apresentou uma performance positiva. Este crescimento foi suportado pelo regresso gradual ao mercado de F&A dos fundos de *private equity* e das empresas. A dimensão das operações de F&A realizadas ainda se encontra muito focada no *middle market* o que tem aumentado significativamente a concorrência entre os operadores do mercado. Os sectores mais activos continuam a ser o sector dos recursos naturais e *commodities* e o de tecnologias em geral.

O ano de 2011 marcou o primeiro ano completo de actividade da área de F&A do Banco Espírito Santo de Investimento no Reino Unido, após a integração do Execution Noble. Esta área está orientada principalmente para o *middle-market* de F&A e para a utilização do mercado local como base para operações *cross-border*. Adicionalmente, para além da actividade pura de F&A a equipa local tem desenvolvido com sucesso diversas assessorias em processos de reestruturação de dívida.

Durante o ano de 2011, o Banco assessorou o Grupo Carlyle na aquisição do Grupo Velosi (88 milhões de libras) e a AssetCo na reestruturação da sua dívida, no montante de 103 milhões de libras.



Estados Unidos da América

O enfoque da equipa de F&A nos Estados Unidos está dirigido para a concretização de operações *cross-border* com a Península Ibérica mas também com a América Latina, nomeadamente com o Brasil e com o México.

A aposta continua a estar orientada para o sector energético, nomeadamente para as energias renováveis e redes de transmissão, sendo expectável que em 2012 se mantenha o interesse neste sector.

Perspectivas

O ano de 2012 trará novos desafios para a área de F&A do Banco Espírito Santo de Investimento.

A crise da Zona Euro não tem ainda uma solução à vista e existem muitas questões em aberto sobre o comportamento futuro dos principais mercados onde o Banco opera. Neste enquadramento o financiamento de operações de aquisição continua a ser extremamente complexo, a diferença de valorizações entre vendedores e compradores continua a ser difícil de conciliar, e a avaliação do risco dos negócios por parte dos investidores tem vindo a agravar-se. Todos estes factores têm comprometido a concretização de transacções de F&A nos diversos mercados.

Apesar disso, os objectivos do Banco Espírito Santo de Investimento para a área de F&A em 2012 permanecem ambiciosos.

O Banco irá continuar a apostar nos sectores mais resilientes à conjuntura económica e onde, com provas dadas, tem vindo a desenvolver fortes competências, nomeadamente, nos sectores das energias e das infra-estruturas.

Em termos geográficos o Banco continuará a privilegiar as operações *cross-border*, nos mercados onde está presente, aproveitando o potencial de crescimento dos mercados emergentes e explorando as oportunidades de valor que existem nos mercados mais maduros.

ASSESSORIA FINANCEIRA A MÉDIAS EMPRESAS

O Espírito Santo Assessoria Financeira foi constituído em 2004, em parceria com a Direcção de Médias Empresas do Banco Espírito Santo, com o objectivo de prestar serviços de Banca de Investimento ao segmento de médias empresas.

Os principais serviços de Banca de Investimento prestados a este segmento de mercado incluem assessoria em fusões e aquisições, assessoria em processos de reestruturação financeira e serviços de consultoria financeira pura, nomeadamente avaliações e estudos de viabilidade económico-financeira.

O esforço mais relevante de dinamização comercial tem sido exercido através dos Centros de Empresas do Banco Espírito Santo, que continuam a ser um catalisador importante de negócio para o Espírito Santo Assessoria Financeira. As oportunidades de negócio são maioritariamente identificadas por estes e os serviços de Banca de Investimento são disponibilizados aos potenciais Clientes mediante a realização de um plano de visitas, onde se procede à apresentação do serviço e posteriormente à angariação de mandatos de assessoria financeira.

Com vista ao aumento dos canais de angariação de negócio, o Espírito Santo Assessoria Financeira estabeleceu um protocolo de colaboração com o *Private Banking* do Banco Espírito Santo. Com esta iniciativa pretende-se oferecer os serviços de assessoria financeira aos Clientes *Private* no desenvolvimento dos seus projectos de investimento, bem como na aquisição e alienação de participações societárias.

O ano de 2011 correspondeu ao esperado em termos de actividade e de receitas, tendo sido angariados e executados 11 mandatos, entre os quais se destacam as seguintes operações:



Os objectivos do Espírito Santo Assessoria Financeira para 2012 apontam para a manutenção do nível de actividade e receitas atingido em 2011, apesar da conjuntura económica adversa. O trabalho conjunto com os responsáveis dos Centros de Empresas com vista à identificação de novas oportunidades de negócio deverá prosseguir em 2012. Manter-se-á igualmente a ênfase na articulação interna com as Direcções de Clientes e de Serviços Financeiros do Banco Espírito Santo de Investimento, de forma a aproveitar a complementaridade da oferta de serviços e captação de negócios.

PROJECT FINANCE E SECURITIZAÇÃO

O ano de 2011 ficou marcado pela deterioração da envolvente macroeconómica e financeira na Zona Euro, em especial em Portugal e nos restantes países periféricos europeus. Este enquadramento, a par de um clima de elevada incerteza nos mercados financeiros e de crédito, condicionou de forma significativa o desenvolvimento da actividade de *Project Finance* e Securitização, nomeadamente no que respeita à execução de operações de financiamento e assessoria financeira.

No entanto, o Banco Espírito Santo de Investimento continuou activamente a procurar oportunidades de negócio, tendo concretizado um total de 23 operações durante o exercício de 2011.

Dispondo de uma estrutura composta por equipas distribuídas por várias geografias - a Direcção de *Project Finance* e Securitização conta actualmente com uma presença local e um bom nível de conhecimento em vários mercados internacionais - o Banco tem actuado de uma forma selectiva e potenciado a actividade em regiões em que o ciclo económico e financeiro é mais favorável. No Brasil, a actividade de financiamento de projectos manteve-se num ritmo intenso, resultante sobretudo dos investimentos necessários para a redução dos constrangimentos no sector de infra-estruturas. Na Polónia e em Angola, geografias onde existem inúmeras oportunidades, nomeadamente nos sectores de infra-estruturas e energias renováveis, o Banco tem actuado de forma consistente na estruturação financeira de projectos de investimento.

Simultaneamente, o Banco Espírito Santo de Investimento mantém a sua forte aposta em contornar as actuais restrições de liquidez através do enfoque em actividades não consumidoras de liquidez, nomeadamente assessoria financeira e prestação de serviços de gestão de portfólio, e da procura de soluções de financiamento alternativas. Neste âmbito são de realçar o Memorando de Entendimento estabelecido com o DEG - Deutsche Investitions-und Entwicklungsgesellschaft mbH ("DEG") e o financiamento em negociação junto do Inter - American Development Bank ("IDB"). O Memorando com o DEG visa fomentar a cooperação na área de *Project Finance* e foi projectado para maximizar sinergias agregando os pontos fortes de cada Instituição com o propósito de originar, estruturar e executar negócios de financiamento na América Latina e noutros mercados em desenvolvimento. O financiamento junto do IDB está direccionado para projectos localizados na América Latina e Caraíbas.

Portugal

Em 2011, o Banco Espírito Santo de Investimento confirmou novamente a sua posição de *player* de referência neste mercado, tendo assumido posições de destaque nas principais operações realizadas, quer ao nível da estruturação e montagem de operações de financiamento, quer ao nível da assessoria financeira.

Durante o ano de 2011, destacaram-se as seguintes operações:

- Global Watt - Liderança na estruturação e montagem de um financiamento à PV Loiral, Produção de Energia, Lda., pelo montante total de 14 milhões de euros, para a construção de um parque solar fotovoltaico na ilha da Madeira, com uma potência total de 7 MW;
- ELOS – Liderança na prestação de garantias ao Banco Europeu de Investimento (BEI), no valor total de 488 milhões de euros, para a construção, operação e manutenção da ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid (troço Poceirão-Caia e Estação de Évora);

- Parque Eólico Vale Grande – Refinanciamento, no montante de 2,2 milhões de euros, concedido à empresa responsável pela construção, operação e manutenção de um parque eólico desenvolvido pela Ventinveste, S.A. em Arganil, com uma capacidade instalada de 12,3 MW;
- Parque Eólico da Lagoa Funda – Refinanciamento, no montante de 2,8 milhões de euros, concedido à Iberwind Produção para o *repowering* e *overpowering* do Parque Eólico da Lagoa Funda, através de um processo de substituição de turbinas e de um aumento de capacidade de 10MW para 12MW;
- Concessões Ascendi – Assessoria financeira e financiamento à Ascendi O&M, S.A., no montante de 45 milhões de euros, para aquisição do equipamento para introdução de portagens nas concessões da Costa de Prata e Grande Porto.



Ainda que o cenário global para 2012 se caracterize por uma expectativa de crescimento económico reduzido, ou mesmo recessão em algumas regiões como a Zona Euro, e o *outlook* para a economia portuguesa continue marcado pelo programa de ajustamento em curso e pelo processo de *deleverage* ao nível dos vários sectores, perspectiva-se a continuação de uma *performance* positiva nesta área de negócio, tendo por base a estratégia de actuação que tem vindo a ser implementada.

Relatório e Contas 2011

Espanha

O enquadramento macroeconómico e as restrições de liquidez condicionaram o desenvolvimento da actividade neste mercado em 2011. Os esforços de redução do *deficit* e da despesa pública espanhola, bem como o *downgrade* da dívida soberana contribuíram para a redução do número de projectos a realizar em regime de parceria público privada em Espanha. Foram ainda implementadas algumas alterações na regulamentação do sector das energias renováveis que resultaram numa diminuição do número de projectos a desenvolver.

Neste contexto, o Banco adoptou uma política de maior selectividade das transacções, tanto no sector das energias renováveis como no de infra-estruturas, concentrando-se igualmente na revisão de alguns projectos em carteira de forma a assegurar a sua viabilidade. Apesar de se ter verificado uma forte redução na actividade de financiamento de projectos do Banco em 2011, o estreito relacionamento desenvolvido com os principais *players* deste mercado nos últimos anos continuou a ser reforçado, o que permitiu assegurar alguns mandatos de assessoria ao longo de 2011, que deverão ter impacto na actividade em 2012.

Em 2011, o Banco destacou-se pela sua actuação como Assessor Financeiro e *Mandated Lead Arranger* no financiamento do projecto Villanueva Cosolar (Tecneira) para a construção e operação de um parque fotovoltaico, com uma potência de 3,5 MW, em Córdoba, um investimento total de 15 milhões de euros.



As perspectivas para 2012 são de manutenção das actuais condições do mercado. O Banco continuará a focar a sua actuação no desenvolvimento de actividades de assessoria financeira, de gestão do portfólio e outras actividades não creditícias, mantendo a abordagem selectiva de transacções a realizar e privilegiando a diversificação do *pipeline*.

Reino Unido

A actividade de *Project Finance* e Securitização do Banco em Londres sofreu o impacto das restrições de liquidez que conduziram a uma contracção generalizada do mercado e à queda significativa do número de projectos financiados pelo Banco. No caso das transacções que foram concluídas no mercado, assistiu-se a um alargamento dos *spreads* e a um aumento das comissões associadas.

Durante o ano de 2011, o Banco participou no refinanciamento à Blue Ocean, empresa detentora de terminais de contentores no Pacífico, nomeadamente nos Estados Unidos, China e Japão, que ilustra bem a tendência de alargamento dos *spreads* verificada no mercado.

Adicionalmente, a equipa de Londres prosseguiu o projecto de constituição de um Fundo de Créditos para Projectos de Infra-estruturas, denominado em euros, em associação com a gestora de fundos independente Sequoia Investment Management Company.



Em 2012, a equipa de Londres continuará a participar nos trabalhos de lançamento do Fundo de Créditos, cuja concretização permitirá incrementar a originação de novas transacções para o Banco. O *pipeline* de projectos é reduzido face a anos anteriores, embora seja constituído por activos de melhor qualidade com preços em linha com as novas condições de mercado.

Brasil

A actividade de financiamento de projectos no Brasil decorreu num ritmo intenso, reflectindo os efeitos dos investimentos que o país tem vindo a implementar no sector de infra-estrutura, nomeadamente energia, concessões rodoviárias, mobilidade urbana e saneamento básico.

Durante o ano de 2011, destacaram-se as seguintes operações concretizadas pelo Banco:

- Renova S.A. - Estruturação e emissão de fiança a favor do BNDES, no montante de 410 milhões de reais, para garantir o financiamento de projectos eólicos com 195 MW de capacidade instalada;
- Hidrotérmica S.A. - Estruturação e emissão de fiança a favor do BNDES, no montante de 158 milhões de reais, para garantir o financiamento da construção de pequenas centrais hídricas;
- VIABAHIA S.A. - Estruturação e emissão de fiança a favor do BNDES, no montante de 87 milhões de reais, para garantir as obrigações da concessionária de rodovias no estado da Bahia, detida pela Isolux e pela Engevix (financiamento total de 650 milhões de reais);
- CRT, S.A. - Estruturação de um *bridge loan*, no montante de 484 milhões de reais, para o desenvolvimento da concessão rodoviária no interior do estado de São Paulo;

Relatório e Contas 2011

- GPA - Estruturação e emissão de fiança a favor do BNDES, no montante de 46 milhões de reais, para o desenvolvimento, em regime de parceria público-privada, do projecto de implantação de presídios no estado de Minas Gerais, um financiamento total de 225 milhões de reais.



As perspectivas para 2012 são extremamente positivas, tendo em vista os leilões de concessões de infra-estruturas já agendados para o ano de 2012, principalmente no que respeita a concessões de aeroportos, de rodovias, de sistemas de transporte público, serviços de água e esgoto e geração e transmissão de energia. Os investimentos previstos para o sector de infra-estrutura no ano de 2012, incluindo o sector de óleo e gás, ascendem a 240 mil milhões de reais.

Américas

A actividade de *Project Finance* e Securitização continuou a registar uma boa dinâmica em 2011, nomeadamente no sector de energias renováveis nos Estados Unidos da América e no sector de infra-estruturas no Canadá. O sector de infra-estruturas nos Estados Unidos da América mostrou-se menos dinâmico em resultado da fragmentação do mercado.

Os países de língua espanhola da América Latina mantiveram o investimento nos sectores de infra-estruturas e de energia em 2011, potenciados pelos desenvolvimentos verificados tanto a nível de regulamentação

como a nível de incentivos. De uma forma geral, a América Latina continua a atrair capitais estrangeiros e a expandir a sua base de capital local. Em particular, o sector de energias renováveis no México e na região dos Andes tem vindo a mostrar uma importante dinâmica, tanto em termos de regulamentação como em termos do número de projectos existentes no mercado. Os bancos japoneses e canadianos têm vindo a aproveitar as restrições verificadas no mercado europeu para se posicionarem nesta região, tendência que se deverá manter em 2012.

A actividade do Banco na América do Norte e nas regiões de língua espanhola da América Latina foi fortemente reduzida em 2011, em resultado da crise de risco soberano em Portugal e da deterioração geral dos mercados financeiros na Europa. As restrições ao crédito e os elevados custos de *funding* resultantes do actual contexto levaram o Banco a suspender a sua actividade de *Project Finance* nos Estados Unidos e no Canadá e a limitar a sua actividade na América Latina à prestação de serviços de assessoria financeira e à estruturação selectiva de projectos de financiamento, em associação com agências de desenvolvimento internacionais e locais. De acordo com esta nova estratégia, o Banco angariou um conjunto de mandatos de *advisory* que deverão ser executados ao longo de 2012.

As perspectivas para 2012 apontam para a manutenção das restrições verificadas em 2011. Neste pressuposto, foram tomadas diversas medidas e iniciativas de forma a maximizar a rentabilidade desta área de negócio, mantendo-se a estratégia de alocação selectiva de crédito a operações que possam ser financiadas por Bancos de Desenvolvimento (DEG, IDB, NAFIN – Nacional Financiera, BANOBRAS - Banco Nacional de Obras y Servicios Públicos, CAF – Banco de Desarrollo de América Latina, COFIDE - Corporación Financiera de Desarrollo S.A., etc.), usando os recursos disponíveis para originar, estruturar e distribuir transacções geradoras de comissões para o Banco.

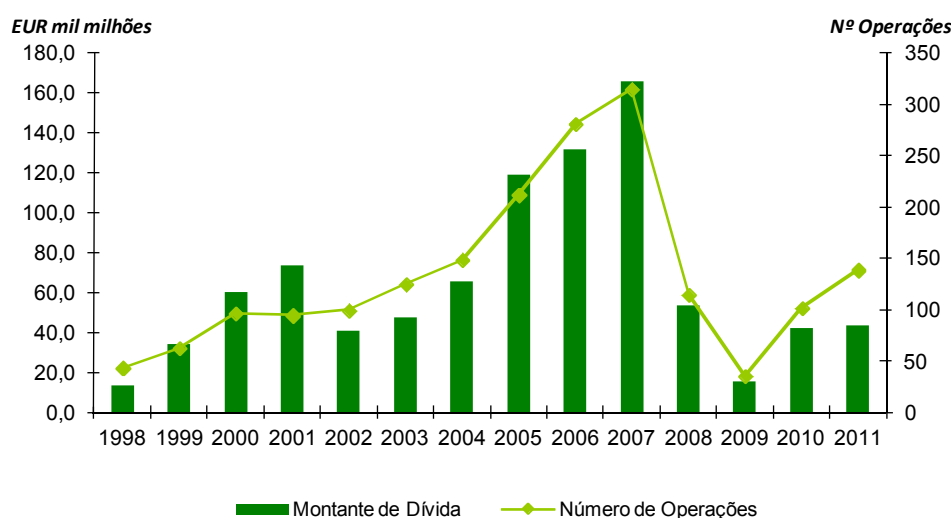
ACQUISITION FINANCE E OUTROS FINANCIAMENTOS

Enquadramento de Mercado

Durante 2011, a evolução do mercado de operações de *acquisition finance* continuou fortemente condicionada pela evolução da crise financeira relacionada com a dívida soberana da Zona Euro, prolongando-se assim a pressão que se faz sentir desde 2007. A recuperação vislumbrada em 2010 não teve pois continuidade.

O volume europeu total de dívida *leveraged* ascendeu a 43,5 mil milhões de euros, resultantes da realização de 139 operações, de acordo com os dados da S&P. Apesar dos indicadores de 2011 se encontrarem próximos dos verificados no ano anterior, reflectem de facto realidades bem distintas. Na verdade, apesar do primeiro semestre de 2011 ter mantido a tendência de crescimento observada no ano anterior, o segundo semestre ficou marcado por uma queda abrupta neste tipo de operações, resultante de uma enorme redução de liquidez no mercado.

Dívida Financeira Sénior – Mercado Europeu



Fonte: Standard & Poor's

Actividade do Banco Espírito Santo de Investimento

A actuação do Banco Espírito Santo de Investimento foi muito afectada pelas crescentes limitações ao financiamento de transacções, o que se traduziu numa queda acentuada de actividade, principalmente em Espanha e na Polónia, onde não foram realizadas novas operações.

Apesar deste contexto desfavorável, o Banco continuou a manter o apoio aos Clientes do Grupo BES, em particular no contexto de operações de internacionalização, razão pela qual a maioria das operações realizadas se situou em Portugal e no Brasil.

Entre as operações realizadas pelo Banco Espírito Santo de Investimento em 2011 em Portugal, destacaram-se as seguintes:

- PortQuay – O Banco actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento à PortQuay, no montante global de 22 milhões de euros, para aquisição de 10% do Grupo Media Capital;
- J.F. Edwards Construction Company - O Banco actuou como *Mandated Lead Arranger* no refinanciamento da dívida da J.F. Edwards Construction Company, no montante global de 9 milhões de dólares;
- Secil - O Banco actuou como *Mandated Lead Arranger* na operação de financiamento à Secil, no montante de 75 milhões de euros, para aquisição de 100% da Lafarge Betões;
- Águas do Ribatejo - O Banco actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento às Águas do Ribatejo, no montante de 10 milhões de euros, para o plano de expansão da sua actividade;
- Mares Lusos - O Banco actuou como *Mandated Lead Arranger* na operação de financiamento à Mares Lusos, S.A., no montante de 42,5 milhões de euros, para aquisição do Grupo ETE;
- Fomentinveste - O Banco actuou como *Mandated Lead Arranger* na operação de financiamento à Fomentinveste Energia, SGPS, S.A., no montante de 1,782 milhões de euros, para aquisição da Floponor - Florestas e Obras Públicas, S.A..



Relatório e Contas 2011

A actividade de Outros Financiamentos no Brasil ampliou a sua actuação em 2011, tendo concretizado 53 operações estruturadas, que totalizaram 792,7 milhões de reais de crédito concedido (incluindo renovações e novos financiamentos). Foram avaliadas pela área mais de 100 operações.

É de salientar o forte crescimento (20% face a 2010) verificado nas operações de crédito a empresas portuguesas, Clientes do Grupo Banco Espírito Santo, que estão em processo de internacionalização da sua actividade no Brasil.

Entre as operações concluídas destacaram-se as seguintes:

- Haztec – estruturação e execução, em conjunto com o Banco Santander e o Banco Bradesco, de uma operação de CCB – Cédula de Crédito Bancário, no montante total de 280 milhões de reais, para alongamento de Passivo;
- Ouro Verde – liderança na estruturação de uma operação de emissão de *debentures* no mercado local, via Instrução 476 da CVM, no montante de 100 milhões de reais, para financiar o programa de investimentos da empresa em 2011 e 2012;
- Louis Dreyfus – estruturação de um financiamento, no montante de 40 milhões de reais, através de uma Nota de Crédito à Exportação;
- IESA – estruturação e execução de uma operação de emissão *debentures* no mercado local, no montante total de 28,5 milhões de reais;
- Copobras – estruturação e execução de uma operação de CCB – Cédula de Crédito Bancário, no montante total de 25 milhões de reais;
- Logoplaste – estruturação e execução de uma operação de CCB – Cédula de Crédito Bancário, no montante total de 25 milhões de reais.





Perspectivas

A contracção da economia e a manutenção do esforço de *deleverage* do sistema financeiro deverão continuar a condicionar a actividade de *acquisition finance* em 2012. Ainda que com diferentes graus de severidade, este esforço deverá ser transversal a todos os países europeus, criando dificuldades ao crescimento e financiamento da actividade económica.

Na Península Ibérica, as dificuldades de financiamento das empresas deverão continuar a condicionar a realização de transacções, especialmente as de maior dimensão.

Na Polónia, espera-se uma desaceleração do crescimento económico em 2012, motivada pelo enfraquecimento da confiança dos agentes económicos e pela quebra da procura externa, fruto do contexto económico internacional, condicionando o desenvolvimento desta actividade.

Na actividade de Outros Financiamentos, espera-se um crescimento da carteira de crédito, privilegiando a partilha de risco através de operações sindicadas.

PRIVATE EQUITY

Caracterização da actividade

Apesar da deterioração das condições macroeconómicas, o investimento concretizado ao longo de 2011 pela Espírito Santo Capital registou uma evolução favorável face a 2010, particularmente nas áreas de infra-estruturas e energia. Os investimentos de *follow-on* foram o tipo de investimento mais dinâmico, sendo de registar apenas um único investimento na área de *later stage*.

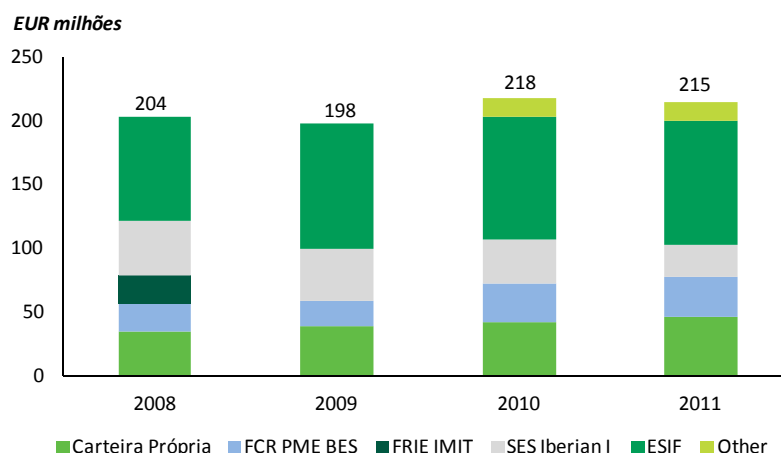
No que respeita à originação de operações, verificou-se uma redução global de 24% no fluxo de projectos analisados, reflectindo uma maior prudência por parte dos agentes económicos no lançamento de novas iniciativas de investimento. O montante total investido através da carteira própria e dos fundos SES Iberia e ESIF atingiu cerca de 16 milhões de euros, merecendo destaque, na área de *later stage*, o investimento de *buyout* concretizado na GLT, empresa espanhola de transporte de mercadorias e, na área de Infra-estruturas, o investimento de *follow-on* na Globalwatt para financiamento da construção do parque solar PV Loiral na Madeira.

O valor global dos desinvestimentos ascendeu a 10,3 milhões de euros e permitiu a obtenção de mais-valias líquidas de 1,3 milhões de euros. Foram distribuídos aos investidores cerca de 0,9 milhões de euros, decorrentes do reembolso de suprimentos e prestações suplementares das participadas Logic, Amal e Iberwind.

No que respeita à actividade de *fund raising*, esta manteve-se focada nos trabalhos de lançamento do fundo 2bCapital no Brasil, o qual deverá ser, finalmente, incorporado no início de 2012.

O valor dos Fundos sob Gestão no final do ano atingiu 215 milhões de euros, dos quais 59% correspondiam a fundos de terceiros.

Evolução dos Fundos sob Gestão



Fonte: Espírito Santo Capital

Carteira de Participações, Resultados e Situação Financeira (em base individual)

De acordo com as práticas definidas sectorialmente e por recurso à metodologia recorrentemente utilizada, procedeu-se à reavaliação da carteira própria e das carteiras dos Fundos sob Gestão. O valor global de mercado da totalidade das carteiras à data de 31 de Dezembro de 2011 ascendia a 121 milhões de euros, cerca de 8% superior ao valor registado no final de 2010.

Esta evolução favorável da carteira de participações próprias viria também a contribuir favoravelmente para o Resultado Líquido do exercício, que atingiu o valor de 7,4 milhões de euros em 2011. Os fundos próprios da Espírito Santo Capital ascenderam a 47 milhões de euros no final do exercício.

Perspectivas***Península Ibérica***

As perspectivas macroeconómicas negativas verificadas no mercado Ibérico ao longo de todo o ano condicionaram as actividades de investimento e de levantamento de fundos. Em Portugal, a debilidade no mercado de crédito afectou de forma particularmente negativa a actividade de *buyout*, mas também o financiamento de novos projectos de infra-estruturas e de energia, situação que se espera venha a manter-se ao longo de 2012.

Brasil

O contexto macroeconómico brasileiro, embora substancialmente diferente do verificado na Península Ibérica, mostrou um abrandamento do crescimento económico no segundo semestre de 2011. Ainda assim, prosseguiu a tendência positiva de alocação de recursos por parte do segmento institucional para a actividade de *private equity*, atraindo novos *players* para este sector.

Para 2012, espera-se uma melhoria nos indicadores económicos, o que poderá incrementar o interesse por investimentos em *private equity*. O Brasil é um dos mercados emergentes mais atractivos actualmente, com sectores como o petróleo, os aeroportos, as energias renováveis, as infra-estruturas e os bens de consumo a atraírem a atenção de inúmeros investidores estrangeiros.

WEALTH MANAGEMENT

A BES DTVM centraliza todos os serviços de gestão de património financeiro do Grupo BES no Brasil. A empresa baseia a sua actividade no conceito de “arquitectura aberta” no aconselhamento de investimentos, actuando de forma proactiva na procura dos melhores produtos financeiros para os seus Clientes, promovendo desta forma a sua fidelização.

O mercado de *Wealth Management* brasileiro vivenciou um período de grande crescimento na segunda metade dos anos 90. No seguimento das privatizações e fusões desencadeadas no governo de Fernando Henrique Cardoso, surgiu um número elevado de ex-proprietários de empresas com um volume expressivo de recursos disponíveis para investir, com necessidade de aconselhamento financeiro personalizado.

O actual surto de desenvolvimento do negócio de gestão de fortunas (de acordo com publicação Forbes, o Brasil tem 19 novos milionários por dia), resulta do facto dos brasileiros terem recuperado a confiança anteriormente perdida no mercado local, deixando parcelas crescentes do seu património em território nacional, longe das turbulências dos mercados mundiais.

O segmento de *private banking* brasileiro repetiu em 2011 o bom desempenho apresentado em 2010, tendo crescido 24% em termos nominais (dados de captação mais rentabilidade), de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), superando o valor de 460 mil milhões de reais de Activos sob Gestão.

Embora a concentração de riqueza continue nos grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro e Região Sul), o Nordeste começa a ter alguma representatividade, devido a uma taxa de crescimento económico elevada nos últimos anos.

A situação económica do país, que mais uma vez conseguiu manter-se relativamente longe das turbulências internacionais, tem favorecido o crescimento da actividade de *Wealth Management*, levando a que um número crescente de empresários, profissionais liberais e famílias procurem serviços especializados de gestão e consultoria financeira.

É neste contexto que a BES DTVM tem vindo a operar no mercado local. Com a missão de assessorar, de forma activa, os Clientes na gestão das suas disponibilidades financeiras, a BES DTVM tem como objectivo alcançar o máximo retorno com um adequado controlo de riscos e uma constante preocupação com a redução de custos. Em 2011, no seu segundo ano de actividade, a BES DTVM encerrou o ano com 948,4 milhões de reais de activos sob co-gestão, um crescimento de 14,5% face ao ano anterior.

A equipa comercial da BES DTVM tem vindo a actuar nas principais cidades brasileiras, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em cidades como Salvador, Belém e Manaus.

As sinergias com as restantes empresas do Banco no Brasil têm resultado num aumento de *cross-selling*, com destaque para as operações de M&A e para os produtos de tesouraria.

O ano de 2012 deverá ser mais um ano de crescimento, em que a BES DTVM procurará continuar a atender os seus Clientes de forma independente, oferecendo os melhores produtos e um serviço de excelência. O investimento em profissionais capacitados e em novas plataformas de sistemas que assegurem o acompanhamento dos investimentos e das carteiras continuarão a ser uma prioridade.

3. RECURSOS HUMANOS

A redução verificada no número de Colaboradores em 2011 reflecte o agravamento da crise internacional e o seu impacto na actividade em algumas geografias onde o Banco Espírito Santo de Investimento está presente.

Quadro de Colaboradores	Dez-11	Dez-10	Var.	Var. %
CONSOLIDADO	853	904	-51	-5,6%
PORTUGAL	259	270	-11	-4,1%
Banco Espírito Santo de Investimento	245	257	-12	
Espírito Santo Capital	14	13	1	
ESPANHA				
Sucursal	109	124	-15	-12,1%
BRASIL	188	193	-5	-2,6%
BES Investimento do Brasil	119	124	-5	
BES Securities do Brasil	37	36	1	
BESAF	16	14	2	
2bCapital	0	4	-4	
BES Refran Invest	0	1	-1	
BES Refran Consultoria Financeira	0	1	-1	
ES Serviços Financeiros DTVM	16	13	3	
REINO UNIDO	199	230	-31	-13,5%
Sucursal	13	19	-6	
Execution Noble	186	211	-25	
IRLANDA				
Espírito Santo Investment plc	3	3	0	0,0%
POLONIA				
Sucursal	49	43	6	14,0%
EUA				
Sucursal	46	41	5	12,2%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Com excepção das geografias Polónia e EUA, onde se verificou um crescimento do número de Colaboradores fruto da dinâmica económica que se faz sentir e do alargamento da actividade do Banco a novas áreas de negócio, registou-se um decréscimo do número de Colaboradores do Banco nas restantes geografias.

Com a aquisição do Execution Noble e no seguimento do processo de integração daí resultante, verificou-se um reposicionamento das actividades desenvolvidas, sendo a diminuição do número de efectivos uma das consequências daí resultantes.

Formação

Apesar do contexto económico adverso, a Formação Profissional continuou a ser uma das apostas do Banco Espírito Santo de Investimento, nomeadamente no patrocínio de formação em Inglês, a língua oficial do Banco, assim como na formação para Executivos, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Área de Gestão de Talento

O Banco tem dado primordial atenção à contenção de custos. Neste contexto, a área de Gestão de Talento tem promovido a Mobilidade Interna dos seus Colaboradores, numa lógica de recrutamento interno, tendo como princípio subjacente conceder novas oportunidades de desenvolvimento aos seus Quadros, alocando-os aos departamentos e geografias onde a actividade do Banco assim o justifica. Para esta actividade, foi fundamental o resultado da implementação da aplicação *Your Career* que permite aos Colaboradores registarem numa plataforma *Web* as suas experiências, qualificações, ambições e interesses profissionais.

Esta estratégia tem vindo a revelar-se bastante positiva e tem permitido expandir a cultura do Banco, assim como aproveitar as sinergias existentes nos diversos mercados e produtos.

Esta área ficou igualmente responsável pela realização de *workshops* internos tirando partido do *know-how* existente no Banco. Assim, foi realizado simultaneamente em Lisboa e em Londres um *workshop* sobre Mercados de Capitais, aberto à participação de todos os Colaboradores do Banco. Este evento revelou-se uma forte mais-valia para os Colaboradores presentes, pelo que futuramente está prevista a realização de actividades semelhantes.

Ações de Responsabilidade Social

O Banco e os seus Colaboradores desenvolveram algumas acções de Responsabilidade Social, entre as quais se destacam as seguintes:

- Recolha de fundos a favor das vítimas do terramoto e tsunami ocorrido no Japão, e entrega do montante angariado à Cruz Vermelha Portuguesa;
- Participação no Movimento Social e Educacional - Banco do Livro Escolar – através de doações individuais de livros escolares do ensino básico e secundário;
- Divulgação do projecto da Cruz Vermelha Portuguesa - “Portugal mais Feliz” - através do convite para a participação dos Colaboradores do Banco na corrida solidária “Corre por um Portugal mais Feliz”;
- Patrocínio e atribuição de Donativo para a Feira da Solidariedade Rastrillo 2011, promovida pela Instituição Particular de Solidariedade Social - Associação Novo Futuro.
- Continuação do processo de doação de mobiliário a diversas instituições de carácter social.

4. GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS

A FUNÇÃO DE RISCO NO GRUPO BES

A Função de Gestão de Risco identifica, avalia, acompanha e controla todos os riscos materialmente relevantes a que cada instituição do Grupo BES se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e, dessa forma, não afectem a situação patrimonial do Grupo BES. Contribui igualmente para os objectivos de criação de valor através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e decisão de operações, do desenvolvimento de técnicas de avaliação de *performance* e de optimização da base de capital.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a optimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio asseguram, também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, do provisionamento e da liquidez.

As competências da Função de Gestão de Risco são desempenhadas de forma independente face às restantes áreas funcionais do Grupo BES.

Organização da Função da Gestão de Risco no Grupo BES

A definição do perfil de risco é efectuada ao nível do Grupo BES, sendo responsabilidade da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento assegurar o seu cumprimento e controlo, garantindo que para tal o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objectivos traçados.

A nível operacional as equipas de análise e controlo de risco do Banco Espírito Santo de Investimento trabalham de uma forma integrada e em consonância com o Departamento de Risco Global (“DRG”) do BES que centraliza a função de Risco do Grupo BES, quer ao nível da actividade doméstica, quer ao nível da actividade internacional, abrangendo os diversos tipos de risco: crédito, mercado, operacional, liquidez, taxa de juro e de balanço.

Dentro desse relacionamento a função de Gestão de Risco ao nível da Banca de Investimento assenta nos seguintes princípios básicos:

- Avaliação contínua e permanente do risco;
- Estabelecimento de limites de tolerância tendo em conta a solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- Análise, Quantificação, Controlo e Monitorização de risco por entidades independentes das áreas de negócio;
- Utilização de diversas metodologias, nomeadamente *ratings* internos e externos, estes últimos fornecidos pelas principais agências de *rating* internacionais, *VaR* (*Value at Risk*) e análises de sensibilidade e de posições;

Relatório e Contas 2011

- Análise das especificidades dos mercados onde as suas diversas unidades de negócio estão implantadas, bem como as características dos seus portfólios (negociação, investimento ou de detenção até à maturidade).

O controlo e supervisão de risco é efectuado pela Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, que delega no Comité de Políticas de Risco e no Conselho de Crédito e Riscos (CCR) a definição das normas e procedimentos conducentes da actividade e a aprovação das operações, e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) a definição e o acompanhamento das políticas de gestão de balanço e de liquidez.

BASILEIA II

No ano de 2009 o Grupo BES foi autorizado pelo Banco de Portugal a utilizar o método das Notações Internas (método *IRB Foundation*) no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e o método *Standard (TSA)* no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

Uma vez mais o Grupo BES assumiu-se como líder de mercado ao ser o primeiro banco português a obter tal autorização, sendo de salientar que a mesma foi concedida num contexto económico depressivo, facto que confirma a razoabilidade e o conservadorismo dos parâmetros usados nos modelos internos do Grupo BES.

Também assumiu papel fundamental na obtenção da referida autorização o facto do Grupo BES dispor de ferramentas de gestão de risco que lhe permitem aplicar as melhores práticas internacionais nesta área e, deste modo, ter uma cultura de negócio muito sensível ao risco, disseminada por toda a organização.

Esta etapa de sucesso foi, por um lado, o culminar de um plano de investimento significativo levado a cabo pelo Grupo BES nos seus modelos, processos e sistemas de gestão do risco iniciado em 2000 e, por outro, o início do programa de extensão destes modelos e processos a todas as unidades do Grupo, assente num plano de *Roll-Out* definido a 3 anos.

Plano de Roll-Out

A referida autorização para a utilização do método *IRB Foundation* abrangeu o BES Sede, a Sucursal do BES em Londres e o Grupo Banco Espírito Santo de Investimento. A utilização deste método será alargada a diversas entidades e portfólios do Grupo BES ao longo dos próximos anos através de um plano de *Roll-Out* em curso desde Junho de 2009 de modo a garantir que: (i) serão atingidos níveis de cobertura de *rating* elevados (>95%) nos portfólios *IRB*, quer nas entidades já certificadas, quer nas entidades candidatas a certificação (incluídas no plano de *Roll-Out*), (ii) serão realizados *Use Tests*, comprovando a utilização das ferramentas de risco na originação, acompanhamento, *pricing*, provisionamento, reporte e gestão estratégica e (iii) existirá uma validação e actualização contínua dos modelos de risco.



O processo de *Roll-Out* está em curso, tendo entretanto sido concretizadas as candidaturas das entidades Sucursal do BES em Nova Iorque, Sucursal do BES em *Cayman*, Sucursal Financeira Exterior do BES na Madeira e Espírito Santo Plc, aguardando-se a respectiva decisão por parte do Banco de Portugal.

A aceitação definitiva das candidaturas para a utilização do método *IRB Foundation* no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito e do método *Standard (TSA)* no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura de risco operacional prevê o preenchimento de algumas condicionantes identificadas pelo Banco de Portugal. O nível de cumprimento das mesmas é apresentado ao Banco de Portugal através do envio de relatórios de progresso. Ao longo de 2011 foi enviado o último relatório de progresso relativamente ao Risco Operacional, sendo que no primeiro trimestre de 2012 se prevê o envio do último relatório de progresso relativo ao Risco de Crédito.

ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process

Para além da perspectiva regulamentar, o Grupo BES e neste caso particular o Banco Espírito Santo de Investimento recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis (*“Risk Taking Capacity”* ou *RTC*) para o exercício de auto-avaliação da adequação de capital interno previsto no Pilar II de Basileia II e no Aviso nº 15/2007 do Banco de Portugal.

A visão económica dos riscos e da *RTC* é estimada quer numa perspectiva de continuidade de negócio, onde o Banco Espírito Santo de Investimento pretende ter capacidade financeira para absorver perdas sem necessidade de alteração da sua estratégia de negócio, quer numa perspectiva de liquidação, através da qual se pretende salvaguardar a capacidade de reembolso da dívida sénior e dos depósitos. As duas ópticas de avaliação da adequação de capital utilizam diferentes níveis de confiança na estimação dos riscos e diferentes conceitos dos recursos financeiros disponíveis para fazer face a esses riscos, em linha com o apetite de risco definido ao nível do Banco Espírito Santo de Investimento.

Em 2011, no exercício efectuado com referência a 31/12/2010, o Grupo BES optou por realizar o exercício de *ICAAP* focando apenas na perspectiva de liquidação, considerando que com as novas exigências regulamentares de capital (*Core Tier I* mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012) e com as alterações do modelo de negócio daí decorrentes, nomeadamente o processo em curso de *deleverage*, a perspectiva *going concern*, que assume a manutenção do modelo anterior de negócio, não tem, neste momento, aplicabilidade.

Para a quantificação dos riscos, foram desenvolvidos ao nível do Grupo BES vários modelos de capital económico que estimam a perda máxima potencial para o período de um ano com base num nível de confiança predefinido. Estes modelos abrangem os vários tipos de risco a que o Grupo BES está exposto, dos quais se salientam os risco de crédito, risco de mercado (carteira de *trading* e carteira bancária), risco imobiliário, risco do fundo de pensões, risco operacional, risco reputacional, risco de liquidez e risco de estratégia e de negócio.

O cálculo dos requisitos de capital económico para os últimos três riscos é efectuado através de testes de esforço (*stress-tests*).

O valor dos requisitos de capital económico de cada risco é agregado tendo em conta os efeitos de diversificação inter-riscos. Paralelamente ao cálculo dos requisitos de capital económico, são efectuados

Relatório e Contas 2011

testes de esforço aos principais factores de risco para identificar eventuais fragilidades ou riscos não capturados pelos modelos internos.

A análise da adequação de capital no final de cada ano é complementada com a evolução prevista para os requisitos de capital (riscos) e os recursos financeiros disponíveis para o prazo de 3 anos, quer no cenário base do planeamento, quer num cenário de agravamento adicional da conjuntura macroeconómica.

O ano de 2011 foi marcado por um agravamento do quadro macroeconómico adverso já patente nos anos anteriores e por uma elevada volatilidade dos mercados financeiros, o que se reflectiu num aumento dos requisitos de capital económico para fazer face a riscos acrescidos.

Os principais riscos a que o Banco Espírito Santo de Investimento está sujeito são o risco de crédito e o risco de mercado da carteira de negociação, e o risco de taxa de juro e outros riscos de mercado da carteira bancária, o que está globalmente em linha com a estratégia de negócio do Grupo. O risco de crédito derivado das relações bancárias com os Clientes decorre do negócio *core* do Grupo BES, sendo originado principalmente nos segmentos de Empresas, com peso significativo da área internacional e do segmento de *Project Finance*. O risco de mercado da carteira de negociação é medido através das políticas de limites de *VaR* e *Stop Loss* implementadas. O risco de mercado da carteira bancária advém maioritariamente do risco de *spread* de crédito das obrigações. No exercício de 2010, os requisitos de capital económico apresentaram um acréscimo de cerca de 23% face a 2009 (após efeito de diversificação), essencialmente por via do aumento dos requisitos para o risco de crédito e para o risco de taxa de juro da carteira bancária. No que se refere à distribuição do capital económico por tipo de risco, esta não sofreu grandes alterações face ao exercício anterior, onde o risco de crédito e os riscos de mercado da carteira de negociação já se apresentavam como os mais relevantes em termos de materialidade.

Os resultados obtidos no exercício *ICAAP* entregue ao Banco de Portugal em Setembro de 2011, e relativos a 31 de Dezembro de 2010, permitem concluir que o Banco Espírito Santo de Investimento detém fundos próprios suficientes para fazer face aos riscos incorridos, quer na óptica regulamentar, quer na óptica económica.

RECOMENDAÇÕES DE BASILEIA III

No final do terceiro trimestre de 2010, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia tomou um conjunto de decisões relativas ao funcionamento do sistema financeiro mundial que se materializaram em recomendações que passaram a ser conhecidas como Basileia III. Os bancos abrangidos irão dispor de um período transitório (de 1 de Janeiro de 2013 até 1 de Janeiro de 2019) para cumprimento das regras aprovadas que têm em vista a garantia de uma maior solidez das instituições e a prevenção de novas crises financeiras no futuro.

As regras de Basileia III apontam para o seguinte enquadramento regulamentar a alcançar, de forma gradual, até 1 de Janeiro de 2019:

- rácio mínimo *Core Tier I* : 7% (4,5% de valor base e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- rácio mínimo *Tier I* : 8,5% (6,0% de valor e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);

- rácio de solvabilidade total: 10,5%;
- introdução de um *buffer* anti-ciclo entre 0% e 2,5% de elementos *Core Tier I* em condições a designar pelas autoridades regulamentares;
- fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo *BIS III* e para as novas deduções à base de capital;
- estabelecimento de rácios de alavancagem e de liquidez de curto e de médio/longo prazos em condições a definir.

O Grupo BES continua a acompanhar muito de perto a evolução do enquadramento regulamentar, bem como os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de apurar as regras finais que suportarão os novos rácios prudenciais regulamentares.

PROGRAMA ESPECIAL DE INSPECÇÕES (SIP)

O Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal estabelecido entre as autoridades portuguesas e a CE, BCE e FMI em Maio de 2011 definiu um Programa Especial de Inspeções (*SIP*) aos 8 maiores grupos bancários.

O *SIP* teve como objectivo validar, com referência a 30 de Junho de 2011, os dados sobre o risco de crédito utilizados na avaliação da solidez financeira dos bancos inspeccionados, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, bem como confirmar o cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito.

No Banco Espírito Santo de Investimento, o exercício abrangeu a avaliação de créditos no valor de 1.752 milhões de euros, cobrindo 54,4% do total da carteira de crédito do Grupo Banco Espírito Santo de Investimento, e concluiu existir uma necessidade de reforço de 1,3 milhões de euros no valor da imparidade individual registada a nível consolidado.

SOLVABILIDADE

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado, como já foi referido, a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método *IRB Foundation*) para cobertura do risco de crédito e da abordagem *TSA* para a cobertura do risco operacional.

No decurso do 2º trimestre de 2011 e no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal em que ficou estabelecido o reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 em 10 de Maio onde estabeleceu que o rácio *Core Tier I*, em base consolidada, teria de apresentar um valor não inferior a 9% até Dezembro de 2011 e a 10% até Dezembro de 2012.

Necessidades de Capital com Base na Metodologia EBA

Face ao aumento do risco sistémico gerado pela crise da dívida soberana na zona Euro, foi decidido que os grupos bancários sujeitos ao exercício de *stress-tests* da Autoridade Bancária Europeia (EBA) deveriam reforçar os respectivos níveis de capitalização de forma a atingir, até 30 de Junho de 2012, um rácio *Core Tier I* de 9%, depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana detidas em 30 de Setembro de 2011.

O montante global das necessidades de capital aplicando a metodologia utilizada pela EBA, com data de referência de 30 de Setembro de 2011, foram identificadas ao nível Grupo BES.

Aumento do capital social do Banco Espírito Santo de Investimento

Em 11 de Novembro de 2011, o Banco Espírito Santo deliberou aumentar o seu capital por entradas em espécie, através do lançamento de ofertas públicas de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance. As ofertas públicas decorreram entre os dias 14 e 30 de Novembro.

No dia 5 de Dezembro de 2011, o Banco Espírito Santo de Investimento deliberou aumentar o seu capital por entradas em espécie, a realizar pelo seu accionista único através da entrega de 46.269 valores mobiliários perpétuos emitidos pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., com o valor nominal de 1.000 euros cada, e adquiridos pelo Banco Espírito Santo no âmbito da oferta pública de troca supra referida. Na sequência desta operação, o capital do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. passou de 180.000.000 euros para 226.269.000 euros, mediante a emissão de 9.253.800 novas acções com o valor nominal de 5 euros cada. Esta operação proporcionou o reforço dos fundos próprios *Core Tier I*, cujo detalhe se apresenta de seguida.

Rácios de Capital

Em resultado essencialmente do aumento de capital anteriormente referido, verificou-se o aumento do *Core Tier I* em 46 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011. A aquisição de dívida subordinada *Tier II* emitida levou a uma redução do saldo prudencial elegível para cerca de 33 milhões de euros.

Os Activos Ponderados pelo Risco sofreram uma redução de 300 milhões de euros para a qual contribuiu sobretudo a carteira de mercado.

Decorrente das medidas implementadas registou-se um aumento muito expressivo no rácio *Core Tier I* que atingiu os 9,1%, cumprindo o valor mínimo fixado pelo Banco de Portugal para 31 de Dezembro de 2011 (Aviso nº3/2011). O rácio *Tier I* subiu para 8,9% e o rácio de Solvabilidade atingiu os 9,5%.

Activos de Risco e Capitais Elegíveis (Banco de Portugal)

		(milhares de euros)	
Variáveis		2011	2010
		Basileia II (IRB)	Basileia II (IRB)
Activo Líquido	A	6.559.785	7.012.269
Índice de risco	B/A	83,7%	82,6%
Activos de risco equivalente	B	5.493.073	5.793.310
Banking Book		4.125.928	4.165.942
Trading Book		891.582	1.200.780
Risco de liquidação		2	1
Risco operacional		475.561	426.587
Fundos Próprios Totais	C	522.258	577.949
De base (TIER I)	D	489.294	503.261
Core TIER I	E	500.877	454.477
Outros Elementos		-11.583	48.784
Complementares e deduções		32.964	74.688
Rácio Core Tier I	E/B	9,1%	7,8%
Rácio Tier I	D/B	8,9%	8,7%
Rácio de Solvabilidade	C/B	9,5%	10,0%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios totais registaram um decréscimo de cerca de 55 milhões de euros essencialmente devido às deduções efectuadas aos Fundos Próprios de Base e Complementares e à aquisição de dívida subordinada Tier II.

Activos Ponderados pelo Risco

Em 31 de Dezembro de 2011, os Activos Ponderados pelo Risco atingiram 5.493 milhões de euros, sendo cerca de 4.126 milhões de euros (75% do total) provenientes do Risco de Crédito e Contraparte, 891,6 milhões de euros de Risco de Mercado e 475,6 milhões de Risco Operacional.

Risco de Crédito e Contraparte

Como referido anteriormente, o Banco Espírito Santo de Investimento utiliza a abordagem baseada no Método das Notações internas (*Internal Ratings Based - IRB*) para tratamento das exposições sujeitas a risco de crédito, em conformidade com as regras dispostas no Anexo IV do Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal.



*Activos Ponderados pelo Risco
Por Classe de Risco*

(milhares de euros)

	Activos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco ⁽¹⁾
Administrações Centrais e Bancos Centrais	58.700	8%
Instituições	697.416	33%
Empresas	3.029.336	82%
Carteira de retalho	6.126	68%
Acções	110.179	245%
Outros	224.171	45%
Total	4.125.928	59%

(1) Ponderador de Risco: Activos Ponderado pelo Risco / Posição em Risco Original
Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

No que diz respeito à decomposição dos Activos Ponderados pelo Risco por classes de risco destaca-se o segmento de Empresas que contribui em cerca de 73% do total dos activos ponderados pelo risco, em linha com a preponderância que este segmento representa na actividade desenvolvida pelo Banco Espírito Santo de Investimento bem como pelo Grupo BES.

Risco de Mercado

Os requisitos de capital de Risco de Mercado são calculados com base no Método Padrão.

A 31 de Dezembro de 2011, os requisitos em termos de Activos Ponderados pelo Risco ascenderam a 891,6 milhões de euros sendo o Risco de Taxa de Juro/ Instrumentos de Dívida (risco geral e específico) e Risco de Títulos de Capital (risco geral e específico) os principais contribuintes.

Variação Anual dos Activos Ponderados pelo Risco

(milhares de euros)

	2011	2010	Variação
Instrumentos de Dívida			
Risco Específico	504.226	332.916	171.310
Risco Geral	318.310	567.565	-249.255
Títulos de Capital			
Risco Específico	19.179	29.232	-10.053
Risco Geral	21.600	26.885	-5.285
Risco Cambial	26.531	244.181	-217.650
Risco Mercadorias	1.734	0	1.734
Risco Liquidação	2	1	1
Total	891.582	1.200.780	-309.198

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

A variação anual dos requisitos deveu-se à descida generalizada dos diversos tipos de risco, destacando-se a diminuição no Risco Cambial.

Risco Operacional

Os requisitos de fundos próprios para cobertura do Risco Operacional são calculados de acordo com o Método *Standard*, que consiste na média, dos últimos três anos, da soma dos indicadores relevantes ponderados pelos riscos (calculados em cada ano), relativamente aos segmentos de actividade regulamentares.

No ano de 2011, os Activos Ponderados pelo Risco (*RWA*) evidenciaram um acréscimo de cerca de 49 milhões de euros face ao exercício anterior, como consequência do efeito combinado do aumento verificado nos segmentos de *Corporate* e Negociação e Vendas que não foi compensado pela redução verificada ao nível do segmento de Banca Comercial.

Activos Ponderados pelo Risco

Variáveis	2011		2010	
	RFP	RWA	RFP	RWA
GBESI	38.045	475.561	34.127	426.587
<i>Corporate Finance</i>	7.228	90.348	5.346	66.831
Negociação e Vendas	12.363	154.531	8.574	107.174
Intermediação relativa à Carteira de Retalho	760	9.506	680	8.497
Banca Comercial	16.996	212.456	18.927	236.583
Banca de Retalho	0	0	0	0
Pagamento e Liquidação	-4	-54	0	0
Serviços de agência	0	0	0	0
Gestão de Activos	702	8.774	600	7.502

Nota: RFP - Requisitos de Fundos Próprios

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

RISCOS DE CRÉDITO, MERCADO, LIQUIDEZ E OPERACIONAL

Risco de Crédito

Práticas de Gestão

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem assenta nos seguintes vectores:

- Desenvolvimento contínuo da modelização do risco de crédito, com a consequente diminuição do peso da subjectividade na sua apreciação;
- Melhoria contínua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a já referida independência da função de risco, a delegação de poderes de acordo com níveis de *rating* e a adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias aos *ratings* dos Clientes;
- Melhoria contínua dos sistemas de informação relacionados com a disponibilização das diferentes variáveis inerentes à avaliação do risco de crédito de modo a permitir a sua consulta a todos os intervenientes do processo de crédito de uma forma periódica e actual;
- Independência do processo de formalização/execução das operações face à estrutura de originação.

Relatório e Contas 2011

A implementação do vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos relacionadas, nomeadamente, com o projecto global de revisão e adaptação dos processos de crédito nos vários segmentos comerciais, aliada à cobertura quase integral das posições creditícias por *ratings* internos, permitiu que o processo de concessão de crédito no Grupo BES seja actualmente assente na utilização abrangente de métricas de rendibilidade ajustada pelo risco.

Para além do referido, foi igualmente alargada a utilização dos *ratings* para efeitos de definição de limites de portfólio que condicionam a concessão de crédito por produto e classes de *rating*, restringindo a produção de crédito nas notações de risco mais elevado. O cumprimento dos limites estabelecidos é objecto de monitorização permanente, sendo a informação distribuída às áreas comerciais, bem como apresentada em Conselho de Crédito e Riscos.

Assim, seguindo as práticas do Grupo BES, o Banco Espírito Santo de Investimento tem adoptado uma política de gestão de risco de crédito rigorosa que lhe permite mitigar significativamente o risco assumido perante os seus Clientes, situação que, atendendo ao contexto económico recessivo e à crise que se verifica nos mercados financeiros, foi ainda mais visível no decorrer dos últimos anos. Esta abordagem assenta nos seguintes vectores de intervenção:

Originação	Monitorização	Recuperação
• Limites mais restritos na concessão de crédito; • Aumento da exigência de garantias associadas aos créditos; • Melhoria da diferenciação do preço consoante o risco; • Manutenção da elevada cobertura da exposição com <i>ratings</i>; • Automatização na disponibilização da informação de suporte à decisão de concessão de crédito, nomeadamente no <i>Front Office</i>.	• Processo de monitorização com forte envolvimento da Gestão de Topo; • Disponibilização da informação de risco de crédito às áreas comerciais; • Acções de acompanhamento (antes do <i>default</i>) de acordo com <i>triggers</i> de imparidade; • Melhoria dos processos e controlos de gestão das garantias recebidas.	• Antecipação das acções de recuperação; • Monitorização dos devedores e dos activos recebidos em garantia; • Adequação do processo de recuperação de crédito de acordo com o negócio, recuperação e áreas de desinvestimento;

Os Sistemas Internos de Notação de Risco

Face às particularidades inerentes aos diferentes segmentos de Clientes do Grupo BES, foram desenvolvidos diversos sistemas internos de notações e parâmetros de risco, quer para empresas, quer para particulares.

Conforme previsto na nova regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II), e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação dos sistemas internos de notações de risco utilizados no Banco Espírito Santo de Investimento é efectuada de uma forma periódica a nível central pela Unidade de Validação Independente. O exercício anual de validação interna dos diversos modelos de *rating* para os diferentes portfólios de crédito confirma a robustez e aderência destes modelos no exercício de aferição do risco de crédito.

Modelos Internos de *Rating* para Carteiras de Empresas

No que concerne aos modelos de *rating* para carteiras de empresas, que são essencialmente os modelos utilizados pelo Banco Espírito Santo de Investimento, são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão e do sector de actividade dos Clientes, sendo ainda utilizados modelos específicos adaptados a operações de *Project Finance*, *Commodity Finance*, *Object Finance* e *Acquisition Finance*.

	Critério de Segmentação	Tipo de Modelo	Descrição
 <i>Expert Judgement</i> Estatístico	Sector, Dimensão, Produto · Instituições Financeiras · Municípios · Institucionais · Adm. Locais e Regionais · Grandes Empresas [Vol. Negócios > 50 M€] · Imobiliário (Investimento/Promoção) · <i>Acquisition Finance</i> · <i>Project Finance</i> · <i>Object Finance</i> · <i>Commodity Finance</i>	<i>Template</i>	Ratings atribuídos por equipas de analistas, utilizando modelos específicos por sector (<i>templates</i>) e informação financeira e qualitativa.
	Médias Empresas: · Vol. Negócios [1,25 M€ - 50 M€]	Semi-automático	Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação financeira e qualitativa validado por analistas.
	Pequenos Negócios · Vol. Negócios até 1,25 M€	Automático	Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental.
	Start-Up's e Empresários em Nome Individual		Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação qualitativa e comportamental.

Relativamente aos principais segmentos onde opera o Banco Espírito Santo de Investimento - Grandes Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e Empréstimos especializados (nomeadamente *Project Finance*, *Object Finance*, *Commodity Finance* e *Acquisition Finance*) - as notações de risco são atribuídas pela Mesa de *Rating*. Esta estrutura é constituída por analistas técnicos especializados, organizados em equipas multi-sectoriais, e centraliza, também, a validação dos *ratings* propostos pelos analistas de risco de crédito que se encontram geograficamente dispersos pelas várias entidades do Grupo BES.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como portfólios de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*), assenta na utilização de modelos de *rating* do tipo "*expert-based*" (*templates*) que se baseiam em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes do sector ou sectores de actividade em que operam os Clientes em análise. Com excepção da atribuição de *rating* a empréstimos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de *Rating* rege-se, ainda, por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada empresa participada no respectivo grupo económico.

Relatório e Contas 2011

Quantificação dos Riscos de Mercado

As principais medidas de risco utilizadas para os Riscos de Mercado são o *VaR* (*Value at Risk*), o *BPV* (*Basis Point Value*) e o *Stress-test*.

Uma vez que nenhuma medida de risco, por si só, reflecte todos as vertentes associadas a este tipo de riscos, são utilizados complementarmente outros indicadores de risco, tais como níveis de avisos de perda (*stop losses*) e de ganhos (*profit taking*), posições abertas, concentração de posições, medidas de *turnover* e “gregos”.

Quando o Banco transacciona instrumentos financeiros que não têm preços de mercado disponíveis em mercados organizados, são aplicados para estes casos modelos teóricos de avaliação, que são posteriormente utilizados na gestão e controlo das posições, nomeadamente na sua comparação com os limites aprovados.

São realizados periodicamente testes de aderência (*Back Testing* e *Price Testing*), no sentido de (i) aperfeiçoar a calibração dos modelos existentes e da sua adequabilidade aos instrumentos utilizados (ii) analisar a razoabilidade, independência e consistência dos dados utilizados pelos modelos (iii) verificar a consistência dos algoritmos utilizados e (iv) comparar os resultados obtidos com os recebidos de outros intervenientes no mercado.

Aprovação de Exposições e Limites

A aprovação de todas as operações que envolvem risco de Crédito e de Mercado, bem como os limites para todas as medidas de risco de cada unidade de negócio do Banco Espírito Santo de Investimento (Portugal, Espanha, Polónia, Estados Unidos da América, Brasil e Irlanda) é efectuada pelo Conselho de Crédito e Riscos.

Foi ainda criado o Comité de Políticas de Risco, que tem como principais atribuições:

- Aprovar e rever a Política Global de Risco alargada a todas as geografias onde o Banco se encontra presente;
- Definir limites globais e regionais de exposição e tolerância ao risco, tendo em conta a solvência e a maximização do binómio retorno/ risco;
- Monitorizar todos os parâmetros de risco relevantes para a actividade do Banco;
- Delegar poderes, quando aplicável, de aprovação às diversas unidades de negócio dentro de determinados perfis de risco, tendo em conta o *rating*, montantes globais e parciais por cada *rating bucket*, por maturidades, sectores, países, entre outros.

As atribuições específicas do Conselho de Crédito e Riscos são as seguintes:

- Analisar e decidir sobre a aprovação ou recusa das operações propostas por cada uma das geografias garantindo a sua adequação ao perfil de risco definido pela Comissão Executiva e aprovado pelo Comité de Políticas de Risco, tendo em conta os necessários requisitos legais e regulamentares vigentes, bem como as *best practices* de mercado;

- Aprovar alterações a limites individuais e agregados, de acordo com as linhas de negócio e produto definidas.

Assim, limites de níveis mínimos de *Rating*, de *VaR*, *BPV* (*Basis Point Value*), níveis de avisos de perda (*stop losses*) e ganhos (*profit taking*), posições abertas, concentração de posições, medidas de turnover e “gregos” propostos e aprovados, são atribuídos tendo em conta as especificidade dos mercados, produtos, moedas e maturidades.

Previamente à atribuição de limites, é efectuada uma análise profunda dos mercados, nomeadamente a sua liquidez, no sentido de se assegurar os objectivos propostos estrategicamente para o Banco, quer em termos individuais quer em termos consolidados.

A revisão dos diversos limites de risco ocorre com carácter anual ou sempre que sucedam alterações de mercado ou de posicionamento estratégico das áreas de negócio que assim o justifiquem.

Monitorização e Controlo

As actividades de acompanhamento e de controlo têm como objectivo quantificar e controlar os riscos de Crédito e de Mercado, por forma a que sejam definidas e implementadas, antecipadamente, medidas concretas para situações específicas, que possam indiciar agravamento do risco bem como estratégias globais de gestão das diversas carteiras do Banco.

O Banco Espírito Santo de Investimento dispõe de equipas em cada unidade de negócio que, em conjugação com a equipa de Portugal e o Departamento de Risco Global do BES, asseguram a função de controlo e monitorização desses riscos, assente nos seguintes processos:

- Recolha, preparação, controlo e difusão diária pelas diferentes áreas de negócio das posições dos empréstimos, das carteiras de obrigações, derivados, utilização dos limites aprovados.
- Elaboração semanal de um relatório de Risco (Semanário de Risco) onde são abordados os diferentes tipos de risco, nomeadamente:
 - Crédito – Perfil de Risco de crédito da carteira do Banco nos seus diferentes instrumentos, Exposição Global por instrumento, por País, por *Rating*, por Sector Económico, por Maturidade, P/L, Requisitos de capital, aprovações em Comité de Crédito e Riscos, Limites excedidos, indícios de imparidade, etc.;
 - Mercado (taxa de Juro e acções) – P/L por instrumento, Posição cambial, Vo1 para as diferentes carteiras, Vega, DeaR, etc.
- Preparação da informação de apoio à elaboração dos diversos *reportings* externos e internos sobre crédito, risco de contraparte, risco de liquidez e risco de mercado.

Tendo em vista o reforço da monitorização e controlo da carteira de crédito, foi criado um Comité de Imparidade com o propósito específico de avaliar os créditos com imparidade numa base individual e em base de portfólio e onde é utilizada a informação de base dos modelos de risco de crédito complementada com a análise, entre outros:

- da exposição global do Cliente e da existência de créditos em situação de incumprimento;

Relatório e Contas 2011

- da viabilidade económico-financeira do negócio do Cliente e da sua capacidade de gerar meios capazes de responder ao serviço da dívida no futuro;
- da existência de credores privilegiados;
- da existência, da natureza e do valor estimado dos colaterais;
- do endividamento do Cliente no sector financeiro;
- do montante e dos prazos de recuperação estimados.

Cabe-nos ainda referenciar a este propósito que um crédito concedido a Clientes ou uma carteira de crédito concedido encontra-se em imparidade quando: (i) existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial e (ii) esse(s) evento(s) tenha(m) um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Risco de Crédito

Carteira de Crédito a Clientes

(i) Estrutura da Carteira de Crédito

Estrutura da Carteira de Crédito Consolidada

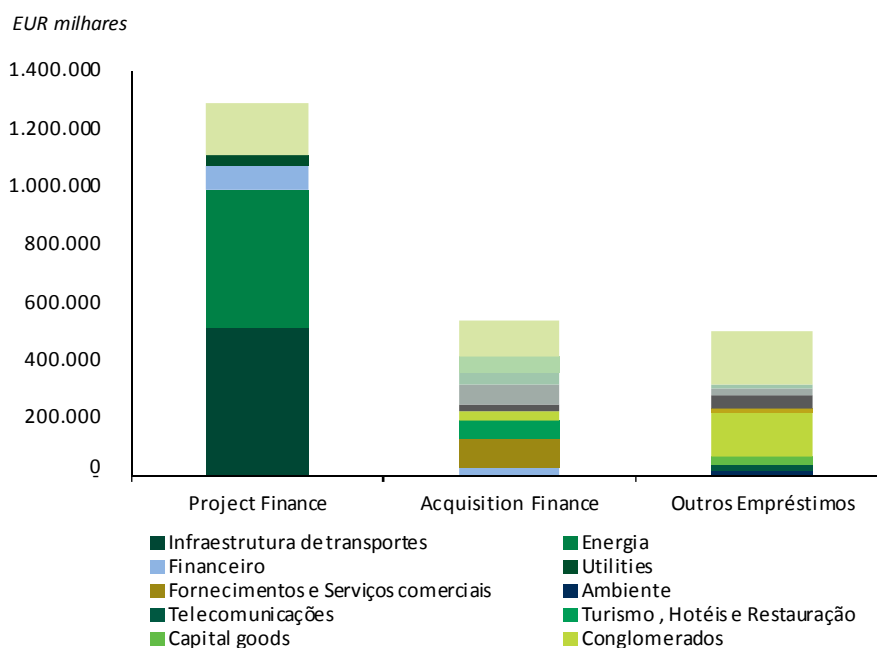
(milhares de euros)

	Dez-11	Dez-10	Varição
Crédito Vivo Bruto	2.309.133	2.287.250	1%
<i>Project Finance</i>	1.281.826	1.376.850	-7%
<i>Acquisition Finance</i>	531.745	540.588	-2%
<u>Outros Empréstimos</u>	<u>495.562</u>	<u>369.812</u>	<u>34%</u>

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Quer o perfil de *rating* quer a distribuição sectorial da carteira de crédito espelham as actividades de concessão de crédito que o Banco tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, salientando-se o particular enfoque nas operações em regime de *Project Finance* nos sectores das Infra-estruturas de Transportes e Energia, em diversas geografias onde o Banco e/ou o Grupo BES estão presentes.

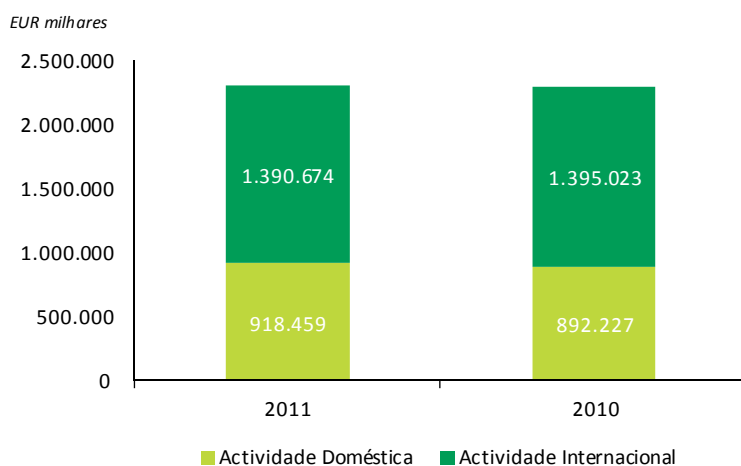
Distribuição Sectorial da Carteira de Crédito



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Em termos da repartição geográfica da carteira de crédito, a actividade internacional representa cerca de 60% do total da carteira, tendo-se mantido estável ao longo do exercício de 2011. A alienação dos créditos internacionais provocou sobretudo uma redução dos portfólios em Espanha e nos Estados Unidos, compensada pelo crescimento da actividade no Brasil.

Distribuição Geográfica da Carteira de Crédito



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

(ii) Distribuição da carteira de crédito por notação de *rating*

O Banco Espírito Santo de Investimento utiliza, no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito, os sistemas de *rating* internos desenvolvidos ao nível do Grupo BES, cujas probabilidades médias de incumprimento reflectem, nos segmentos de *Corporate* e nas operações de *Project Finance* e *Acquisition Finance*, o actual contexto de desaceleração da actividade económica.

Perfil de Ratings internos da Carteira de Crédito

(milhares de euros)

Rating Interno	Valor	% Valor Carteira	PD Média
[a aa;a-]	37.597	2,0%	0,05%
[bbb+;bbb-]	226.152	11,7%	0,23%
[bb+;bb-]	527.961	27,4%	0,80%
[b+;b-]	692.225	35,9%	3,88%
[ccc+]	77.733	4,0%	25,41%
[ccc;lccc]	218.441	11,3%	27,68%
Default	146.521	7,6%	100,00%
Total	1.926.630	100,0%	5,81%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Do total da carteira de crédito coberta com *ratings* internos, cerca de 13,7% da exposição era *investment grade*. Na área do *non investment grade*, cerca de 35% está concentrada nos *ratings* [bb+ e bb-], tratando-se na sua maioria de operações de crédito com um elevado grau de complexidade, estando, normalmente, garantidas por activos reais, os quais não se encontram reflectidos ao nível dos *ratings* internos atribuídos, sendo no entanto importantes mitigadores de risco, nomeadamente ao nível do cálculo das perdas esperadas (*Expected Losses*).

(iii) Qualidade do Crédito

Não obstante o esforço do Grupo BES na melhoria contínua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, o direccionamento dos créditos para os segmentos de Clientes e para produtos de menor risco e o reforço dos meios afectos à recuperação, a deterioração da situação económica doméstica e internacional penalizou o comportamento dos indicadores de crédito conforme em seguida se apresenta:

Qualidade do Crédito

(milhares de euros)

	Dez-11	Dez-10
Crédito a Clientes (Bruto)	2.330.842	2.262.945
Crédito e Juros Vencidos	18.952	8.583
Provisões para Crédito a Clientes	104.394	72.077
Crédito e Juros Vencidos / Crédito a Clientes	0,81%	0,38%
Provisões para Crédito a Clientes / Crédito e Juros Vencidos	550,8%	839,90%
Rácio de Crédito em Incumprimento (*)	0,81%	0,38%

(*) calculado de acordo com a Carta-Circular nº99/2003/DSB do Banco de Portugal

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Crédito em Risco

	Dez-11
Crédito em risco (*)/ Crédito Total	8,60%
Crédito em risco líquido/ Crédito Total líquido	5,50%

(*) calculado de acordo com a Instrução 23/2011 do Banco de Portugal

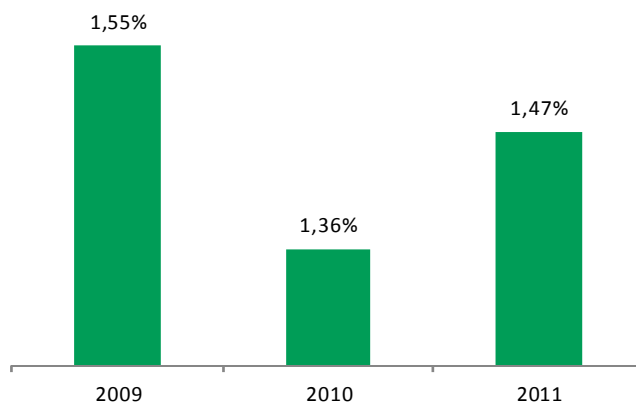
Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

O rácio de crédito em incumprimento evoluiu para 0,81% (em Dezembro de 2010 era de 0,38%). O rácio do crédito em risco atingiu os 8,6%, mas considerando o esforço de provisionamento efectuado ao longo do exercício de 2011, o seu valor reduziu-se para 5,5%.

Ao nível do rácio de cobertura por provisões e apesar do decréscimo verificado face a 2010, o seu valor mantém-se em níveis confortáveis (550,8% em Dezembro de 2011).

O aumento das provisões teve um impacto negativo no custo de provisionamento, o qual registou um aumento de cerca de 11 pontos base em 2011, tendo no final do exercício atingido o valor de 1,47%, tal como se pode observar no quadro a seguir apresentado.

Custo de Provisionamento



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Risco de Contraparte - Carteira de Derivados sobre Instrumentos de Taxa de Juro, Câmbio e Acções

O risco de crédito subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio e acções do Banco em 2011 (quantificado através das regras definidas pelo Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal e que assenta na soma entre o custo de substituição e o risco de crédito potencial futuro), manteve-se sensivelmente ao nível dos valores de 2010, tendo atingido o montante de 1.067 milhares de euros no final de 2011.

Em termos do perfil de risco das exposições do Banco nestes instrumentos, cerca de 30% era constituído por contrapartes com *rating investment grade*, sendo cerca de 51% da exposição global ao sector financeiro.

Perfil de Ratings Internos – Carteira de Derivados (Taxa de Juro, Câmbio e Acções)

(milhares de euros)

Rating	Exposição	% valor da carteira
[aaa+;a-]	182.921	17%
[bbb+;bbb-]	133.691	13%
[bb+;bb-]	527.606	49%
[b+;b-]	113.547	11%
ccc+	2.209	0%
NR	107.118	10%
TOTAL	1.067.092	100%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Carteira de Derivados de Crédito

No que respeita aos derivados de crédito, no final de 2011 o Banco apresentava uma exposição praticamente residual (cerca de 6 milhões de euros), mantendo assim a tendência de redução iniciada em 2008. O risco é calculado tendo em conta o valor “nacional” subjacente aos contratos transaccionados e o risco do emitente de referência (*underlying*) no caso de venda de protecção por parte do Banco Espírito Santo de Investimento, e de contraparte, no caso de compra de protecção (instituições financeiras).

Carteira de Títulos de Rendimento Fixo/ Obrigações

A Carteira de Títulos de Rendimento Fixo atingiu no final do ano de 2011 o montante de 2.046 milhões de euros, o que significou uma redução de cerca de 18,5% face ao ano anterior.

Por força da consolidação integral da carteira do BES Investimento do Brasil, onde se destacam as Notas do Tesouro Nacional do Brasil e Notas do Banco Central Brasileiro (denominadas e financiadas em moeda local), o perfil de risco da carteira de títulos de rendimento fixo do Banco em 2011 manteve-se concentrado ao nível de emittentes *investment grade* por via da manutenção do *rating* da Republica do Brasil.

Em termos de distribuição sectorial, verificou-se que cerca de 81% da carteira de Títulos de Rendimento Fixo dizia respeito a títulos emitidos por entidades dos sectores Estado/ Administração Central e Financeiras sediadas no Brasil e em Portugal.

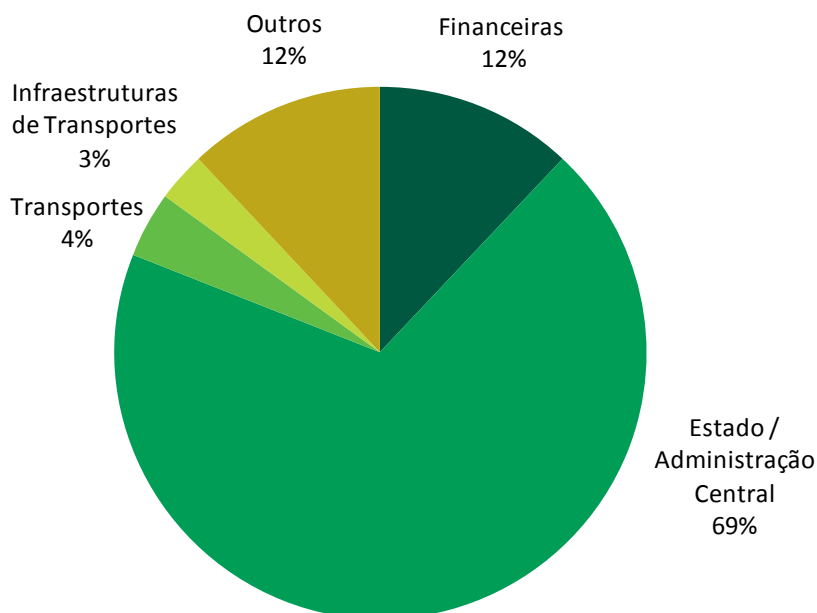
Perfil de Ratings Internos – Títulos de Rendimento Fixo / Obrigações

(milhares de euros)

Rating	Montante	% valor da carteira
[aaa;a-]	22.185	1%
[bbb+;bbb-]	1.476.281	72%
[bb+;bb-]	287.654	14%
[b+;b-]	75.144	4%
NR	185.386	9%
TOTAL	2.046.650	100%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Distribuição Sectorial de Títulos de Rendimento Fixo



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Exposição a Mercados Emergentes

As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando fortes crescimentos do PIB em 2011. O Grupo BES e o Banco Espírito Santo de Investimento estão presentes em muitas destas economias, nomeadamente em Angola e no Brasil. No final de 2011, a exposição líquida a Mercados Emergentes em moeda estrangeira, determinada de acordo com os critérios do Banco de Portugal para efeitos do cálculo do risco país, ascendia a 2.294 milhões de euros.

Exposição a Mercados Emergentes

(milhares de euros)

Países Emergentes	Dez-11				Dez-10	
	Coefficiente de Risco BoP	Exposição Bruta	Provisões	Garantias e Outras Deduções	Exposição Líquida	Exposição Líquida
América Latina						
México	10,0%	12.759	66	10.820	1.873	1.358
Chile	0,0%	26.396	0	0	26.396	0
Brasil	0,0%	2.264.244	29	1.945	2.262.270	2.320.284
Colômbia	25,0%	2.871	-59	-2.319	493	718
Africa						
Angola	10,0%	3.371	532	0	2.839	1.923
Exposição Total em Mercados Emergentes		2.309.641	567	10.447	2.293.871	2.324.284
Exposição Total / Activo Líquido Consolidado		35,15%	0,01%	0,16%	34,91%	33,12%
Exposição Financiada em Moeda Local		2.029.656	0	0	2.029.656	2.045.664
Exposição financiada em Moeda Local / Exposição Total		87,88%	0,00%	0,00%	88,48%	88,01%

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro em consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

Práticas de Gestão

A gestão do Risco de Mercado é integrada na gestão de balanço do Banco através do Comité ALCO. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez do Banco, em coordenação com as políticas aprovadas no ALCO do Grupo BES.

O principal elemento de medição de risco de mercado consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual é utilizada a metodologia *Value at Risk (VaR)*. No Grupo BES é utilizada a simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias.

As tarefas de identificação, valorização, monitorização e controlo do Risco de Mercado no Banco Espírito Santo de Investimento são desenvolvidas por uma área específica - Controlo de Risco de Mercado - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos funcionais, o Controlo de Risco de Mercado reporta directamente a um Administrador Executivo, bem como à demais Comissão Executiva.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas unidades de negócio, com competências adequadas, atendendo às especificidades da actividade desenvolvida, e dos riscos incorridos em cada empresa do Grupo Banco Espírito Santo de Investimento.

A esta área cabe a apresentação de propostas de limites precedida da análise dos factores relevantes a cada risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação da actividade em causa sob diversas condições de mercado de modo a fundamentar convenientemente os limites propostos pelas áreas de negócio. Além do fundamento técnico dos limites existe uma adequação ao *track record* e experiência da área de negócio e aos objectivos estratégicos, pelo que os limites reflectem a apetência do Banco por cada um dos tipos de risco em que incorre.

As propostas de limites são apresentadas e aprovadas em sede de Conselho de Crédito e Riscos (CCR) de cada unidade de negócio e posteriormente submetidas à aprovação por parte do Conselho de Crédito e Riscos Global sediado em Lisboa. Com periodicidade no mínimo anual procede-se à sua revisão, podendo esta ser igualmente despoletada sempre que as opções estratégicas ou as condições de mercado o justifiquem.

De modo a construir uma imagem que se pretende completa sobre os riscos incorridos e a transmitir a toda a organização sinais claros acerca do perfil de risco desejado, são utilizadas diversas medidas de risco complementadas com limites de posição, de *stop losses* e de concentração.

Entre as medidas de risco utilizadas encontram-se o *VaR* (*Value at Risk*) e entre as de sensibilidade, o *BPV* (*Basis Point Value*) e os “Gregos” (*Vega* e *Rho*). A calibração do modelo de *VaR* é feita com uma análise de *back testing*. As diferentes posições de risco de mercado do Banco são ainda enquadradas na simulação de cenários extremos efectuada ao nível do Grupo BES que tem como base as variações a 10 dias mais e menos positivas verificadas nos últimos 20 anos.

Os mercados em que cada unidade de negócio opera encerram especificidades que obrigam à adaptação da forma de implementação das referidas metodologias de medição e controlo do risco.

De forma a melhorar a medição do *VaR* são efectuados exercícios de *back testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar a sua capacidade preditiva.

Como complemento ao *VaR*, têm sido igualmente utilizados ao nível do Grupo BES cenários extremos (*stress testing*) para avaliação das consequentes perdas potenciais.

Análise de Risco de Mercado

O Banco Espírito Santo de Investimento apresentava um valor em risco (*VaR*) de 7,9 milhões de euros em Dezembro de 2011, nas suas posições de risco cambial, taxa de juro e *trading* em acções. Este valor compara com 6,6 milhões de euros no final do exercício anterior e representa um acréscimo de 19,7%.

Value at Risk 99% a 10 dias

(milhões de euros)

	2011				2010
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro
Risco cambial	3,42	3,69	5,82	2,95	3,78
Risco taxa de juro	7,56	6,41	8,12	5,47	5,16
Acções	1,99	2,38	2,43	2,77	3,81
Covariância	-5,06	-4,81	-5,46	-5,49	-6,14
Total	7,91	7,67	10,91	5,70	6,61

Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Alguns dos instrumentos transaccionados pelo Banco não são avaliados com base em preços de mercado disponíveis em mercados organizados, mas sim com recurso a modelos teóricos de avaliação. Estes modelos são, posteriormente, utilizados na gestão e controlo das posições, nomeadamente na sua comparação com os limites.

Assim, o Banco tem implementado uma metodologia de *price testing* que tem como objectivos:

- a revisão de modelos e sua adequabilidade aos instrumentos;
- a razoabilidade, independência e consistência dos dados utilizados pelos modelos;
- A razoabilidade dos algoritmos utilizados;
- O confronto dos resultados obtidos com aqueles recebidos de outros intervenientes no mercado.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco em que incorre uma instituição de ser incapaz de cumprir os seus compromissos financeiros em qualquer altura, local ou divisa sem incorrer em perdas substanciais. Os bancos estão sujeitos ao Risco de Liquidez por inerência do seu negócio de emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo.

Durante o ano de 2011, o Risco de Liquidez manteve-se como um dos riscos principais para o Grupo BES e para o sector como um todo. Este risco, que se encontrava essencialmente concentrado nos países periféricos da Europa que foram intervencionados, estendeu-se a grande parte da Europa com o agravamento da crise. O mercado de dívida não mostrou grande apetência pelos emitentes do sector financeiro europeu e esteve totalmente fechado para os emitentes portugueses.

Neste enquadramento, as operações de redesconto do BCE continuaram a ser fundamentais para colmatar a ausência de acesso aos mercados internacionais de financiamento. De forma a reforçar o seu “*buffer*” de liquidez, durante o ano de 2011, o Grupo BES aumentou a *pool* de títulos redescontáveis no Banco Central Europeu em cerca de 2.900 milhões de euros (valores após *haircuts*).

Neste ambiente adverso, o Banco Espírito Santo de Investimento, integrado no Grupo BES, dedicou particular atenção à gestão do Risco de Liquidez alinhando-se com as melhores práticas de mercado, actualizando ferramentas de identificação, avaliação e reporte do risco, reforçando assim a sua capacidade de cumprir atempadamente todas as responsabilidades, quer em períodos normais quer em períodos de stress.

Com o objectivo de tentar antecipar possíveis constrangimentos, o Grupo BES efectua testes de *stress* com cenários extremos de liquidez, calculando os impactos a 3 meses de acordo com vários graus de severidade. Os *cash-flows* de balanço e fora de balanço são sujeitos a cenários que replicam problemas de carácter específico ou carácter sistémico para avaliar o impacto de eventos extremos mas plausíveis nas posições de liquidez. Os resultados destes cenários são depois comparados com o *buffer* de liquidez e com o plano de contingência para assegurar que é possível gerar a liquidez suficiente para fazer face a eventos extremos.

A gestão do Risco de Liquidez no Grupo BES é um processo centralizado que cobre todas as suas actividades e veículos. No Banco Espírito Santo de Investimento, a gestão e monitorização do Risco de Liquidez, em articulação e incorporada na gestão e monitorização do Risco de Liquidez global do Grupo BES, é da responsabilidade da Direcção de Tesouraria que tem como principais atribuições:

- Executar o plano financeiro baseado no orçamento aprovado e nas necessidades de financiamento previstas. Este plano é monitorizado regularmente e é revisto ao longo do ano sempre que necessário;
- Monitorizar e controlar o Risco de Liquidez de acordo com as políticas do Grupo BES;
- Participar nos stress-tests efectuados a nível central onde são consideradas necessidades adicionais de financiamento, com base em cenários extremos mas plausíveis. Desta forma o Grupo BES pretende antecipar possíveis constrangimentos que afectem a sua liquidez;
- Produção da documentação e realização de ALCO’s periódicos, apreciados em Comissão Executiva.

Desenvolvimentos ocorridos no Grupo BES em 2011

Ao abrigo da assinatura do Memorando de Entendimento em Maio entre o Estado Português e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, para preservar a estabilidade do sector financeiro português, manter liquidez e apoiar a desalavancagem equilibrada e ordenada do sector bancário, foram impostos aos bancos um rácio de transformação de 120% em Dezembro de 2014 e um rácio de financiamento estável (limita o financiamento do Banco Central Europeu e o financiamento de *wholesale* de curto prazo) de 100% também em 2014. O Grupo BES efectua o seu planeamento tendo em consideração estes limites.

Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Desta forma, assume-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

O modelo de gestão de risco operacional implementado encontra-se suportado por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, em estreita articulação e com a participação activa dos seguintes elementos:

- Representantes de Risco Operacional, dos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes que têm a responsabilidade de garantir a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional, nas suas áreas de competência;
- Departamento de *Compliance*, responsável pela Gestão do Sistema de Controlo Interno, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- Departamento de Auditoria Interna (Grupo BES), pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias;
- Departamento de Gestão e Coordenação de Segurança (Grupo BES), pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

No caso do Banco Espírito Santo de Investimento, existe um representante de Risco Operacional, responsável não só por articular esta matéria junto do Departamento de Risco Global (Grupo BES), mas também por



Relatório e Contas 2011

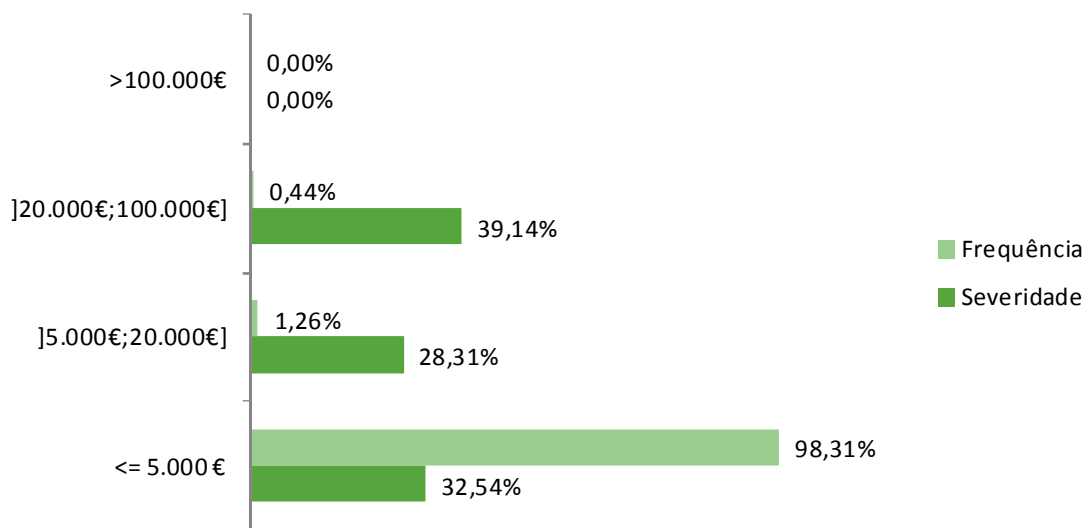
dinamizar a implementação dos procedimentos de gestão de Risco Operacional a nível interno, bem como nas respectivas sucursais e filiais. Tais funções estão atribuídas ao Departamento de *Compliance*.

O ano de 2011 reflecte a consolidação do modelo de *governance* instituído e implementado, sendo de destacar as seguintes concretizações, com resultados positivos na gestão do risco operacional:

- Exercício de auto-avaliação realizado no Banco Espírito Santo de Investimento e nas várias subsidiárias e sucursais, permitindo a aferição dos principais riscos. Este exercício permitiu a definição de um perfil de risco operacional do Grupo Banco Espírito Santo de Investimento de acordo com as metodologias implementadas.
- Implementação de Indicadores Chave de Risco (*KRI*), definidos no ano transacto, de acordo com as categorias de risco caracterizadas pelo Banco de Portugal, no Modelo de Avaliação dos Riscos (*MAR*), no Banco Espírito Santo de Investimento.
- Dinamização do tema Risco Operacional em várias subsidiárias e sucursais, destacando-se as acções relativas à implementação de processos de controlo de registo de eventos, como meio de verificação que o modelo de identificação e reporte de eventos é eficaz.

Análise do Risco Operacional

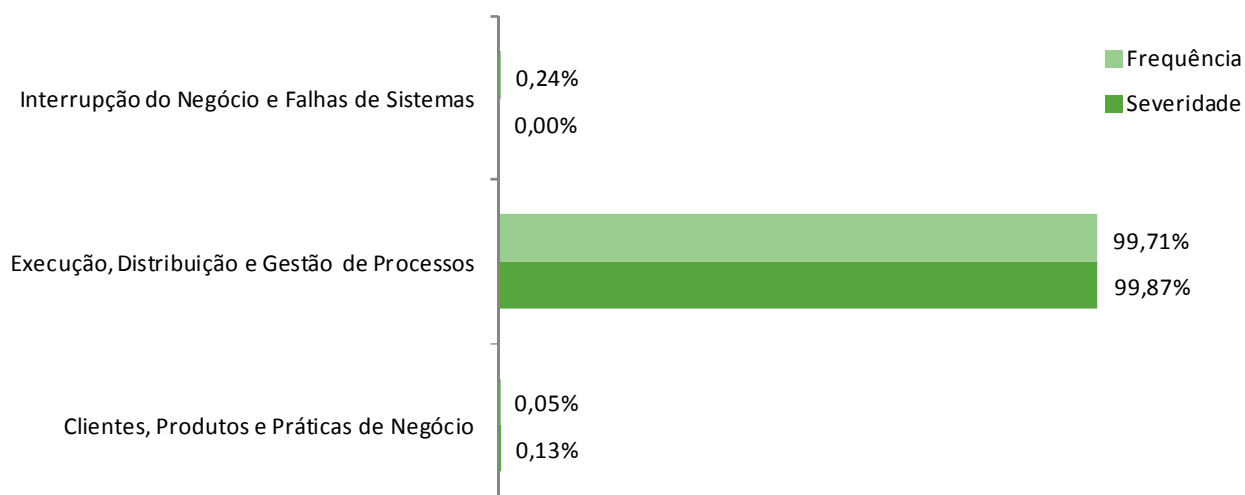
O perfil de risco operacional do Banco Espírito Santo de Investimento apresenta uma elevada percentagem de incidentes com impacto financeiro associado reduzido.



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento

Distribuição dos eventos por tipologias de Risco

A tipologia “Execução, Distribuição e Gestão de Processos” representa a quase totalidade dos eventos identificados.



Fonte: Banco Espírito Santo de Investimento



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

E

NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração dos Resultados Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2011	31.12.2010
			Reexpresso
Juros e proveitos similares	5	384 161	322 188
Juros e custos similares	5	307 664	238 552
Margem financeira		76 497	83 636
Rendimentos de instrumentos de capital		1 061	2 385
Rendimentos de serviços e comissões	6	158 779	158 138
Encargos com serviços e comissões	6	(27 312)	(18 395)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	86 805	(8 941)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	47 658	23 810
Resultados de reavaliação cambial	9	(71 502)	25 155
Resultados na alienação de outros activos	10	(24 071)	2 592
Outros resultados operacionais	11	(12 555)	(11 118)
Proveitos operacionais		235 360	257 262
Custos com pessoal	12	109 218	87 652
Gastos gerais administrativos	14	63 866	46 741
Depreciações e amortizações	25 e 26	5 519	3 443
Provisões líquidas de anulações	34	7 425	10 206
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	32 798	30 107
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18, 19, 20 e 22	3 040	139
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	28	906	(1 850)
Custos operacionais		222 772	176 438
Resultados de associadas	27	2 574	1 650
Resultado antes de impostos		15 162	82 474
Impostos			
Correntes	35	4 110	24 138
Diferidos	35	1 779	(6 439)
		5 889	17 699
Resultado líquido do exercício		9 273	64 775
Atribuível aos accionistas do Banco		9 061	60 375
Atribuível aos interesses que não controlam		212	4 400
		9 273	64 775
Resultados por acção básicos (em Euros)	15	0,16	1,68
Resultados por acção diluídos (em Euros)	15	0,16	1,68

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos accionistas do Banco	9 061	60 375
Atribuível aos interesses que não controlam	212	4 400
	9 273	64 775
Outro rendimento integral do exercício		
Benefícios de longo prazo	5 445	396
Diferenças de câmbio	(21 682)	24 497
	(16 237)	24 893
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	37 106	725
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(44 627)	(23 474)
Impostos diferidos	(4 238)	6 232
	(11 759)	(16 517)
Total do rendimento integral do exercício	(18 723)	73 151
Atribuível aos accionistas do Banco	(11 855)	63 982
Atribuível aos interesses que não controlam	(6 868)	9 169
	(18 723)	73 151

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



Relatório e Contas 2011

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso	01.01.2010 Reexpresso
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	1 893	12 078	29 748
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	75 716	49 369	31 940
Activos financeiros detidos para negociação	18	1 977 051	2 012 802	1 365 581
Activos financeiros disponíveis para venda	19	303 220	695 005	528 678
Aplicações em instituições de crédito	20	246 691	372 610	747 085
Crédito a clientes	21	2 257 945	2 244 842	2 072 859
Investimentos detidos até à maturidade	22	727 998	717 736	436 445
Derivados para gestão de risco	23	88 071	104 039	111 126
Activos não correntes detidos para venda	24	1 255	1 283	1 311
Outros activos tangíveis	25	20 315	20 292	8 728
Activos intangíveis	26	69 565	63 936	16 561
Investimentos em associadas	27	35 226	35 335	29 182
Activos por impostos correntes		3 464	870	9 745
Activos por impostos diferidos	35	49 177	27 905	20 379
Outros activos	28	702 198	654 167	462 035
Total de Activo		6 559 785	7 012 269	5 871 403
Passivo				
Recursos de bancos centrais	29	64 007	264 604	-
Passivos financeiros detidos para negociação	18	791 761	626 472	456 511
Recursos de outras instituições de crédito	30	2 452 209	2 313 561	1 657 092
Recursos de clientes	31	859 247	1 338 765	833 456
Responsabilidades representadas por títulos	32	1 299 619	1 172 281	1 941 066
Passivos financeiros associados a activos transferidos	33	31 498	53 815	-
Derivados para gestão de risco	23	127 582	81 256	54 879
Provisões	34	23 663	23 768	13 219
Passivos por impostos correntes		8 666	5 554	4 590
Passivos por impostos diferidos	35	18 624	3 697	10 810
Passivos subordinados	36	90 304	109 473	104 140
Outros passivos	37	186 187	390 707	274 956
Total de Passivo		5 953 367	6 383 953	5 350 719
Capital Próprio				
Capital	38	226 269	180 000	180 000
Prémios de emissão	38	8 796	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	38	3 731	50 000	-
Reservas de justo valor	39	(5 779)	3 819	18 446
Outras reservas e resultados transitados	39	285 018	244 599	203 075
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do banco		9 061	60 375	50 384
Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		527 096	547 589	460 701
Interesses que não controlam	39	79 322	80 727	59 983
Total de Capital Próprio		606 418	628 316	520 684
Total de Passivo e Capital Próprio		6 559 785	7 012 269	5 871 403

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas

Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas, resultados transitados e outro rendimento			Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
				Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento	Total				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	180 000	8 796	-	18 446	203 075	221 521	50 384	460 701	59 983	520 684
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(14 627)	-	(14 627)	-	(14 627)	(1 890)	(16 517)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	396	396	-	396	-	396
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	17 838	17 838	-	17 838	6 659	24 497
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	60 375	60 375	4 400	64 775
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(14 627)	18 234	3 607	60 375	65 982	9 169	75 151
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 38)	-	-	50 000	-	(94)	(94)	-	49 906	-	49 906
Constituição de reservas	-	-	-	-	29 044	29 044	(29 044)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	(5 660)	(5 660)	(21 340)	(27 000)	-	(27 000)
Outras variações em interesses que não controlam (ver Nota 39)	-	-	-	-	-	-	-	-	11 575	11 575
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)	180 000	8 796	50 000	3 819	244 599	248 418	60 375	547 589	80 727	628 316
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(9 598)	-	(9 598)	-	(9 598)	(2 161)	(11 759)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	5 445	5 445	-	5 445	-	5 445
Diferenças de câmbio e outras	-	-	-	-	(16 763)	(16 763)	-	(16 763)	(4 919)	(21 682)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9 061	9 061	212	9 273
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(9 598)	(11 318)	(20 916)	9 061	(11 855)	(6 868)	(18 723)
Aumento de capital	46 269	-	-	-	-	-	-	46 269	-	46 269
Constituição de reservas	-	-	-	-	60 375	60 375	(60 375)	-	-	-
Reembolso de instrumentos de capital	-	-	(46 269)	-	-	-	-	(46 269)	-	(46 269)
Juros de outros instrumentos de capital, líquido de imposto (b)	-	-	-	-	(3 175)	(3 175)	-	(3 175)	-	(3 175)
Transacções com interesses que não controlam	-	-	-	-	(5 463)	(5 463)	-	-	5 463	5 463
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	226 269	8 796	3 731	(5 779)	285 018	279 239	9 061	532 559	79 322	611 881

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,75 euros em 2010.

(b) Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BES (ver Nota 38).

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.



Relatório e Contas 2011

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		384 161	212 559
Juros e custos pagos		(301 437)	(164 279)
Serviços e comissões recebidas		158 779	158 138
Serviços e comissões pagas		(27 313)	(18 396)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(173 084)	(134 737)
		41 106	53 285
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em Bancos Centrais		10 188	17 676
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		337 928	(497 006)
Aplicações em instituições de crédito		125 867	374 765
Recursos de Bancos Centrais		(200 597)	264 604
Recursos de instituições de crédito		138 593	655 674
Crédito a clientes		(57 677)	(128 045)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(471 548)	443 119
Derivados para gestão de risco		12 211	33 205
Outros activos e passivos operacionais		(111 950)	48 773
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(175 879)	1 266 050
Impostos sobre os lucros pagos		(3 593)	(14 299)
		(179 472)	1 251 751
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	(6 086)
Dividendos recebidos		1 061	2 385
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(24 078)	(218 671)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		409 804	108 216
Investimentos detidos até à maturidade		(27 516)	(244 640)
Compra de imobilizações		(10 845)	(66 285)
Venda de imobilizações		2 874	57
		351 300	(425 024)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		904 369	613 951
Reembolso de obrigações de caixa		(1 049 847)	(1 446 171)
Emissão de outros instrumentos de capital		-	50 000
Dividendos de acções ordinárias pagos		-	(27 000)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(145 478)	(809 220)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		-	(72)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		26 350	17 435
Caixa e equivalentes no início do exercício		49 385	31 950
Caixa e equivalentes no fim do exercício		75 735	49 385
		26 350	17 435
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	19	16
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	75 716	49 369
Total		75 735	49 385

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI)** é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Nova Iorque e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

Relatório e Contas 2011

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	Interesse económico Grupo BESI	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A. (BESI)	1983	-	Portugal	Banca		
ESSI Comunicações SGPS, S.A.	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI SGPS, S.A.	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
ESSI Investimentos SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Essi Fin, SGPS, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
Espírito Santo Investment Sp. z o.o.	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100%	Integral
Espírito Santo Securities India	2011	2011	India	Corretagem	75%	Integral
Espírito Santo Investment Holding Ltd	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	65%	Integral
Execution Holding Limited	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	65%	Integral
Execution Noble Holding LLC - U.S. Holding	2002	2010	EUA	Gestão de participações sociais	65%	Integral
Execution Noble Limited	2000	2010	Reino Unido	Corretagem	65%	Integral
Execution Noble (Hong Kong) Limited	2005	2010	China	Corretagem	65%	Integral
Noble Group Holding Limited	2006	2010	Ilha Man	Sociedade Gestora de Participações Sociais	65%	Integral
Noble Advisory India Private Ltd	2008	2010	India	Prestação de serviços de research	65%	Integral
Noble Corporate Advisory	2000	2010	Escócia	Sociedade Gestora de Participações Sociais	65%	Integral
Noble Financial Holding Limited	1980	2010	Escócia	Sociedade Gestora de Participações Sociais	65%	Integral
Execution Noble & Company Limited	1990	2010	Escócia	Actividades advisory on investments	65%	Integral
Noble Fund Advisers Limited	1997	2010	Escócia	Gestão de fundos	65%	Integral
Noble Venture General Partner Limited	2003	2010	Jersey	General Partner	65%	Integral
Clear Capital Group Limited	2007	2010	Reino Unido	Sociedade Gestora de Participações Sociais	65%	Integral
Execution Noble Research	2003	2010	Reino Unido	Prestação de serviços de research	65%	Integral
Clear Info-Analytic Private Ltd	2004	2010	India	Prestação de serviços de research	65%	Integral
Espírito Santo Investimentos, S.A.	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
BES Investimento do Brasil, S.A.	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
2B Capital S.A.	2005	2005	Brasil	Capital de risco	45%	Eq. Patrimonial
BES Activos Financeiros, Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	40%	Integral (b)
BES Refran Invest Agente Autônomo de Investimento Ltda	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80%	Integral
BES Refran Consultoria Financeira Ltda	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80%	Integral
FI Multimercado treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
BES Securities do Brasil, S.A.	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
Gespar Participações, LDA	2001	2008	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
BES Absolute Return FIM LP	2002	2009	Brasil	Fundo de Investimento	26%	Integral (b)
BES FIM Moderado	2004	2009	Brasil	Fundo de Investimento	45%	Integral (b)
Espírito Santo Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobília	2009	2010	Brasil	Intermediação Financeira	75%	Integral
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (ES CAPITAL)	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
HLC - Centrais de Cogeração, S.A.	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	25%	Eq. Patrimonial
Coporgest S.A.	2002	2005	Portugal	Imobiliário / Financeiro	25%	Eq. Patrimonial
Só Peso Restauração e Hotelaria SA	2000	2007	Portugal	Restauração e Hotelaria	23%	Eq. Patrimonial
Synergy Industry and Technology SA	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	15%	Eq. Patrimonial (a)
Salgar Investments	2007	2007	Espanha	Imobiliário / Financeiro	52%	Eq. Patrimonial (a)
Espírito Santo Investments PLC	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100%	Integral
Polish Hotel Company SP	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	33%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Capital SP	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	33%	Eq. Patrimonial
Polish Hotel Management Company	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	25%	Eq. Patrimonial
Fin Solutia Consultoria e Gestão de Créditos SA	2007	2007	Portugal	Gestão e Recuperação de Créditos	30%	Eq. Patrimonial
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	39%	Eq. Patrimonial
BRB Internacional, S.A.	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
Prosport - Com. Desportivas, S.A.	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
Apolo Films, SL	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
Cominvest-SGII, S.A.	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral (b)

- (a) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.
- (b) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo de têm o controlo sobre as suas actividades.

No decorrer do exercício de 2011 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo BESl, das quais se destacam as seguintes:

- No dia 01 de Dezembro de 2011, a ESSI SGPS S.A. adquiriu 2 582 000 acções da sociedade Espírito Santo Securities India Pvt Ltd, SL pelo montante de 500 milhares de dólares, passando o Grupo BESl a deter na totalidade 75% da sociedade;
- Em Janeiro de 2011, o BES Investimento do Brasil SA, passou a deter directamente 100% das sociedades BES Refran Investimento LDA e BES Refran Consultoria Financeira Lda;
- Em Agosto de 2011, ocorreu a incorporação do Fundo BES FI Multimercado pelo Fundo BES FIM Moderado. Em 31 de Dezembro de 2011 o Grupo detinha 45,35% deste fundo.
- A sociedade Kutaya foi vendida pelo montante de 1€ a uma sociedade denominada “NIELTON SA” com sede em Montevideo, Uruguai;
- No dia 20 de Outubro de 2011, a ESSI SGPS adquiriu 817.769 acções ao valor unitário de 1,25 GBP da sociedade Espírito Santo Investment Holding, Limited. Em 22 de Dezembro de 2011 adquiriu mais 20 000 000 acções ao valor unitário de 1,0 GBP, totalizando um número de acções com direito a voto de 46 117 159. Em 31 de Dezembro de 2011 a ESSI SGPS passou a deter 65.40% do capital social desta Sociedade.
- Em Agosto de 2011, foi alienada a participação detida na sociedade Neumáticos Andrés a Andrés Grupo Empresarial SL.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco, BESl ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BESl agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010. Contudo, em

Relatório e Contas 2011

2011 o Grupo alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 44.

Adicionalmente e tal como descrito na Nota 45, o Grupo adoptou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2011 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 45.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Março de 2012.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do BESI e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BESI), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa

Relatório e Contas 2011

associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a respectiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflecte as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transacções com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BESI.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 28) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i. À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- ii. Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iii. A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- iv. Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 18 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.11. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.13. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.14. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.15. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, e conforme descrito na Nota 44, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 “Benefícios a empregados”, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Relatório e Contas 2011

Os custos com serviços passados associados à introdução de um plano de benefícios definido ou de alterações introduzidas nos planos existentes, são diferidos durante o período até que os mesmos se tornam de direito adquirido.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008, cobertas pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BESI assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

O BESI e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BESI e das suas subsidiárias tinham o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.17. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.18. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.19. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.20. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.21. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22. Reporte por segmentos

O Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.23. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- i. Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- ii. Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.5. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.6. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Relatório e Contas 2011

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.7. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 - Reporte por Segmentos

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Project Finance

As suas funções principais consistem (a) na intervenção em operações *non-recourse* e *limited-recourse*, ligadas a projectos de investimento, envolvendo entre outros modelos contratuais, concessões e parcerias público-privadas; e (b) em proporcionar aos clientes do Grupo BESI um serviço de alta qualidade e inovação técnica, quer numa perspectiva de *advisory*, quer numa perspectiva de *arranging* e *lending*, proporcionando-lhes acesso às estruturas de financiamento ideais, nas melhores condições de mercado. Compete-lhe a gestão do portfolio de projectos em regime de *Project Finance* em que o Grupo BESI participa. Este segmento é, ainda, responsável pelo desenvolvimento da actividade de securitização, tendo por principais funções (a) a participação na originação e estruturação de operações de securitização para o Grupo BESI e para clientes; e (b) o desenvolvimento de estruturas de financiamento óptimas com a conjugação de formatos *off-balance*, *asset-based* e *limited recourse*, com recurso preferencial ao mercado de capitais para obtenção de fundos para os clientes do Grupo BESI nas melhores condições de mercado.

Acquisition Finance

A função principal deste segmento consiste em apoiar os clientes do Grupo BESI em operações de aquisição com recurso a operações estruturadas de endividamento (nomeadamente, *leverage buy-out* e *management buy-out*) e em operações de financiamento de activos em *non-recourse* ou de *releverage*. O Banco procura posicionar-se nestas operações como *Mandated Lead Arranger* e seu tomador firme, procedendo depois à sua sindicância se e quando a dimensão e características das mesmas o justificam.

Fixed Income

Este segmento está subdividido em duas áreas distintas.

- Distribuição e *Trading*

Esta Área tem por principais funções (a) efectuar *trading* para Clientes de títulos da dívida pública portuguesa, de títulos da dívida estrangeira, de outros títulos do Euromercado e de produtos de dívida de empresas; e (b) colocar os produtos de dívida estruturados por outros segmentos do Banco, junto de investidores institucionais nacionais e estrangeiros.

- Gestão de Risco

À Área de Gestão de Risco compete o estudo, a montagem e a gestão de novos produtos estruturados (derivados) relacionados com as operações referenciadas no ponto supra, bem como de produtos de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro para imunização de Balanços, quer do Banco, quer dos seus Clientes.

Global Markets

A principal função deste segmento consiste nas actividades de (i) gestão das carteiras próprias de acções e obrigações do Banco, (ii) arbitragem de acções e *equity derivatives* e (iii) de gestão do livro de derivados *Over the Counter* (OTC).

Brokerage

A missão deste segmento é desenvolver as actividades de *trading* e vendas nos mercados organizados em que o Banco está presente, designadamente em Portugal, Espanha, Brasil, Polónia e Nova Iorque.

Este segmento integra ainda, se bem que completamente segregada, uma unidade de *equity research* que tem a seu cargo o estudo, acompanhamento e produção de informação sobre as principais empresas do mercado ibérico, com realce para a cobertura das que integram os índices PSI20 e IBEX35.

Centro Corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento Estratégico, Contabilidade, Controlo de Risco, Clientes, entre outras.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não é obrigatório individualizar (Serviços Financeiros, Médias Empresas, Mercado Capitais Originação, Gestão de Activos, Tesouraria, *Private Equity*, Assessoria em Estrutura de Capitais, *Private Banking* e outros centros de proveitos)

4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do BESI dedicadas ao Segmento

A actividade do BESI abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de

captação de recursos e da concessão de crédito); estas margens são atribuídas aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*).

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do BESI. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, inclui os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda.

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Activos por benefícios pós-emprego

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os activos por impostos diferidos, sendo afectos ao segmento Centro corporativo. Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Polónia e Nova Iorque e as subsidiárias BES Investimento do Brasil, BES Securities do Brasil, BESAF, 2bCapital e Espírito Santo Investment (Polónia).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.



Relatório e Contas 2011

Informação retrospectiva

O Grupo, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem substancialmente das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação de forma a torná-la consistente com as exigências do IFRS 8.

(milhares de euros)

31.12.2011

	Project Finance	Acquisition Finance	Corporate Finance	Origination	Fixed Income	Global Markets	Brokerage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	15.880	17.366	11	154	2.932	(36.999)	518	-	76.635	76.497
Serviço a Clientes	19.449	8.515	32.070	21.877	2.088	(10)	38.913	-	13.316	136.218
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	35.329	25.881	32.081	22.031	5.020	-37.009	39.431	-	89.951	212.715
Resultados Op Financeiras e diversos	(461)	(128)	(2.680)	(650)	25.671	31.423	(1.641)	-	(26.315)	25.219
Proveitos Operacionais Intersegmentos	516	3.794	(6)	(4.031)	332	172	(2.376)	-	1.599	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	35.384	29.547	29.395	17.350	31.023	-5.414	35.414	-	65.235	237.934
Custos Operativos	7.413	2.071	10.493	6.053	6.326	8.027	47.687	75.687	14.846	178.603
Custos com Pessoal	4.674	1.396	7.491	3.765	3.631	4.000	29.704	44.971	9.586	109.218
Outros custos administrativos	2.604	626	2.799	2.205	2.572	3.924	16.945	27.234	4.957	63.866
Depreciações e Amortizações	135	49	203	83	123	103	1.038	3.482	303	5.519
RESULTADO BRUTO	27.971	27.476	18.902	11.297	24.697	-13.441	-12.273	-75.687	50.389	59.331
Imparidade e Provisões	2.971	-33.061	-600	0	-1.276	-870	-22	-4.682	-6.629	-44.169
Imparidade de crédito	1.941	(32.578)	(100)	-	-	-	(30)	(738)	(1.293)	-32.798
Imparidade de títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.031)	-3.031
Provisões líquidas e outras imparidades	1.030	(483)	(500)	-	(1.276)	(870)	8	(3.944)	(2.305)	-8.340
Resultado antes de impostos	30.942	-5.585	18.302	11.297	23.421	-14.311	-12.295	-80.369	43.760	15.162
Activo Líquido	1.315.647	927.690	-	34.881	217.917	2.660.263	58.167	806.908	538.312	6.559.785
Passivo	-	31.498	-	-	129.001	-	-	248.091	5.544.777	5.953.367
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	35.226	35.226

(milhares de euros)

31.12.2010

	Project Finance	Acquisition Finance	Corporate Finance	Origination	Fixed Income	Global Markets	Brokerage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado Financeiro	16.665	20.206	8	422	3.670	25.098	639	-	16.928	83.636
Serviço a Clientes	51.718	9.687	23.858	11.959	10.423	-1.364	19.488	-	21.347	147.116
PRODUTO BANCÁRIO COMERCIAL	68.383	29.893	23.866	12.381	14.093	23.734	20.127	-	38.276	230.752
Resultados Op Financeiras e diversos	(280)	(1.250)	30	(205)	21.860	(16.845)	(2.335)	-	27.185	28.160
Proveitos Operacionais Intersegmentos	778	-	2.230	(1.281)	568	489	(2.562)	-	(222)	-
PRODUTO BANCÁRIO TOTAL	68.881	28.643	26.126	10.895	36.521	7.378	15.230	-	65.239	258.912
Custos Operativos	7.785	1.986	8.058	2.889	5.667	6.657	16.094	77.279	11.421	137.836
Custos com Pessoal	5.019	1.358	5.548	1.909	2.980	3.508	8.520	52.264	6.546	87.652
Outros custos administrativos	2.629	583	2.352	930	2.549	3.018	7.091	22.871	4.718	46.741
Depreciações e Amortizações	137	45	158	50	138	131	483	2.144	157	3.443
RESULTADO BRUTO	61.096	26.657	18.068	8.006	30.854	721	-864	-77.279	53.818	121.076
Imparidade e Provisões	-2.240	-23.360	78	2	-1.879	-3.775	52	-11.798	4.318	-38.602
Imparidade de crédito	(1.070)	(23.467)	70	-	367	(2)	55	(5.976)	(84)	-30.107
Imparidade de títulos	-	-	-	-	-	95	-	-	(371)	-276
Provisões líquidas e outras imparidades	(1.170)	107	8	2	(2.246)	(3.868)	(3)	(5.822)	4.773	-8.219
Resultado antes de impostos	58.856	3.297	18.146	8.008	28.975	-3.054	-812	-89.077	57.791	82.474
Activo Líquido	1.376.850	853.011	-	33.862	313.771	2.030.925	19.073	741.886	1.642.892	7.012.269
Passivo	-	53.815	-	-	308.021	-	11.081	412.646	5.598.391	6.383.953
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	35.335	35.335

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

31.12.2011				
	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido (1)	(7 239)	(10 234)	26 534	9 061
Activo líquido	3 140 026	776 108	2 643 651	6 559 785
Investimentos em activos	-	-	-	-
tangíveis	398	1 616	1 162	3 176
intangíveis	6 553	973	143	7 669

(1) Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco após eliminação de transações intragrupo

(milhares de euros)

31.12.2010				
	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido (1)	29 711	4 196	26 468	60 375
Activo líquido	3 692 108	679 979	2 640 182	7 012 269
Investimentos em activos	-	-	-	-
tangíveis	3 681	10 857	2 142	16 680
intangíveis	2 568	48 276	229	51 073

(1) Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco após eliminação de transações intragrupo

NOTA 5 - Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	123 775	-	123 775	99 887	-	99 887
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	163 196	163 196	-	98 018	98 018
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	5 157	-	5 157	14 258	-	14 258
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	21 294	-	21 294	21 266	-	21 266
Juros de derivados para gestão de risco	-	21 205	21 205	-	23 979	23 979
Juros de investimentos detidos até à maturidade	47 397	-	47 397	63 142	-	63 142
Outros juros e proveitos similares	2 137	-	2 137	1 638	-	1 638
	199 760	184 401	384 161	200 191	121 997	322 188
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	39 747	21 822	61 569	7 024	45 264	52 288
Juros de recursos de clientes	82 623	-	82 623	77 740	-	77 740
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	135 341	-	135 341	81 235	-	81 235
Juros de derivados para gestão de risco	-	21 472	21 472	-	21 247	21 247
Juros de passivos subordinados	6 382	-	6 382	5 523	-	5 523
Outros juros e custos similares	277	-	277	519	-	519
	264 370	43 294	307 664	172 041	66 511	238 552
	(64 610)	141 107	76 497	28 150	55 486	83 636

A rubrica de juros de crédito inclui 22.071 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1.440 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

Relatório e Contas 2011

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.1.9. os juros de derivados de cobertura e os juros de derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.6 e 2.8.

NOTA 6 - Resultados de Serviços e Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	82 262	105 965
Por operações realizadas com títulos	68 337	46 455
Por garantias prestadas	8 180	5 718
	158 779	158 138
Encargos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	8 261	1 983
Por operações realizadas com títulos	19 051	16 410
Por garantias recebidas	-	1
Outros custos com serviços e comissões	-	1
	27 312	18 395
	131 467	139 743

NOTA 7 - Resultados de Activos e Passivos ao Justo Valor Através de Resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	62 765	28 369	34 396	55 344	33 679	21 665
De outros emissores	13 651	5 685	7 966	13 052	6 221	6 831
Acções	62 749	60 792	1 957	68 113	69 032	(919)
Outros títulos de rendimento variável	195	212	(17)	10	18	(8)
	139 360	95 058	44 302	136 519	108 950	27 569
Instrumentos financeiros derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 178 666	1 149 061	29 605	1 002 061	1 081 076	(79 015)
Contratos sobre taxas de juro	1 412 920	1 403 742	9 178	1 105 153	1 079 068	26 085
Contratos sobre acções/índices	137 643	133 181	4 462	245 885	242 942	2 943
Contratos sobre créditos	7 984	5 724	2 260	57 705	57 481	224
Outros	36	922	(886)	1 117	2 647	(1 530)
	2 737 249	2 692 630	44 619	2 411 921	2 463 214	(51 293)
Instrumentos financeiros derivados para gestão de risco						
Contratos sobre taxas de câmbio	5 076	5 232	(156)	12 906	17 807	(4 901)
Contratos sobre taxas de juro	16 836	17 471	(635)	2 118	1 476	642
Contratos sobre acções/índices	16 460	42 525	(26 065)	19 020	30 364	(11 344)
Contratos sobre créditos	15 265	38 492	(23 227)	824	10 704	(9 880)
	53 637	103 720	(50 083)	34 868	60 351	(25 483)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Recursos de outras instituições de crédito	215	235	(20)	15	1 612	(1 597)
Responsabilidades representadas por títulos	51 206	6 665	44 541	44 014	1 842	42 172
Outros passivos subordinados	3 501	55	3 446	-	309	(309)
	54 922	6 955	47 967	44 029	3 763	40 266
	2 985 168	2 898 363	86 805	2 627 337	2 636 278	(8 941)

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor desta rubrica inclui um efeito positivo de 3 626 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 3 954 milhares de euros de efeito positivo) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver Nota 23).

NOTA 8 - Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	2 557	535	2 022
De outros emissores	2 451	3 145	(694)	1 367	1 330	37
Acções	48 372	-	48 372	21 764	-	21 764
Outros títulos de rendimento variável	-	20	(20)	-	13	(13)
	50 823	3 165	47 658	25 688	1 878	23 810

NOTA 9 - Resultados de Reavaliação Cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	84 524	(156 026)	(71 502)	93 856	(68 701)	25 155
	84 524	(156 026)	(71 502)	93 856	(68 701)	25 155

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 10 – Resultados na Alienação de Outros Activos

A 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica incluía o montante de 25 135 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 863 mil euros) relativo a perdas reconhecidas no âmbito da venda de contratos de crédito.

NOTA 11 – Outros Resultados Operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Outros serviços clientes	4 751	7 374
Impostos directos e indirectos	(9 791)	(6 476)
Perda na transferência das responsabilidades para a Segurança Social	(438)	-
Outros resultados de exploração	(7 077)	(12 016)
	(12 555)	(11 118)

NOTA 12 - Custos com Pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Vencimentos e salários	85 089	70 551
Remunerações	84 924	70 108
Prémios de antiguidade (ver Nota 13)	165	443
Custos com pensões de reforma (ver Nota 13)	1 683	1 597
Outros encargos sociais obrigatórios	12 286	8 328
Outros custos	10 160	7 176
	109 218	87 652

Relatório e Contas 2011

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BESI são como segue:

			(milhares de euros)
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2011			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	5 854	3 612	9 466
Prémios de antiguidade	64	14	79
Remunerações variáveis	2 086	2 629	4 714
Total	8 004	6 255	14 259
2010			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 544	3 456	8 000
Prémios de antiguidade	37	-	37
Remunerações variáveis	2 141	1 866	4 007
Total	6 722	5 322	12 044

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores Responsáveis e Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Grupo BESI ascendia a 322 mil euros e 370 mil euros respectivamente.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo BESI analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Funções directivas	402	354
Funções de chefia	4	4
Funções específicas	382	268
Funções administrativas	72	55
Funções auxiliares	10	7
	870	688

NOTA 13 - Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Relatório e Contas 2011

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2011	31.12.2010
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	2,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 (ajustada)	TV 73/77 (ajustada)
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Activos	240	238
Reformados	20	21
Sobreviventes	7	7
TOTAL	267	266

Tendo em consideração a alteração da política contabilística efectuada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, conforme explicado na Nota 44, a aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	3.612	301	3.913	8.143	529	8.672
Activos	29.070	1.398	30.468	22.866	1.486	24.352
	<u>32.682</u>	<u>1.699</u>	<u>34.381</u>	<u>31.009</u>	<u>2.015</u>	<u>33.024</u>
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro			46.686			35.164
Excesso de cobertura/(valores a entregar ao fundo/passivos) reconhecidos			12.305			2.140
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro			12.175			-
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro			<u>24.480</u>			<u>2.140</u>
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral			160			7.853

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.16 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

Relatório e Contas 2011

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	31.009	2.015	33.024	28.910	1.879	30.789
Custo do serviço corrente	1.701	121	1.822	1.606	120	1.726
Custo dos juros	1.659	110	1.769	1.559	103	1.662
Contribuições dos empregados	156	-	156	167	-	167
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	(13.265)	(535)	(13.800)	(650)	(87)	(737)
- Alteração dos pressupostos actuariais	(4.300)	(279)	(4.579)	-	-	-
- (Ganhos)/perdas de experiência	(8.965)	(256)	(9.221)	(650)	(87)	(737)
Pensões pagas pelo fundo	(667)	-	(667)	(583)	-	(583)
Responsabilidades por serviços passados associados a benefícios atribuídos durante o ano	12.275		12.275			-
Outros	(186)	(12)	(198)	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	32.682	1.699	22.304	31.009	2.015	33.024

No âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante a pagar pelo Grupo ao Estado ascendeu a 4 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 438 mil euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total a pagar no valor de 4 milhões de euros, cerca de 3,8 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 438 mil euros directamente pelo Grupo. No final de Dezembro de 2011 foi efectuado o pagamento de 55% do montante a liquidar, devendo o remanescente ser pago no primeiro semestre de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 327 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 310 milhares de euros), e um acréscimo no custo anual do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 37 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 36 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	35.164	32.711
Rendimento real do fundo	(4.199)	1.682
Contribuições do Grupo	16.447	1.187
Contribuições dos empregados	156	167
Pensões pagas pelo fundo	(667)	(583)
Outros	(215)	-
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	46.686	35.164

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	% Carteira	
	2011	2010
Obrigações	35,91%	54,60%
Acções	33,85%	37,50%
Investimento alternativo	4,14%	5,90%
Liquidez	26,10%	2,00%
Total	100,00%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	7.853	8.552
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- Alteração de pressupostos actuariais	(4.579)	-
- (Ganhos)/Perdas de experiência	(3.114)	(628)
Outros	-	(71)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	160	7.853

Relatório e Contas 2011

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Custo do serviço corrente	1.822	1.726
Custo dos juros	1.769	1.662
Rendimento esperado do fundo	(1.908)	(1.791)
Custos do exercício	1.683	1.597

A evolução dos activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo em 1 de Janeiro	2.140	1.922
Custo do exercício	(1.683)	(1.597)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento integral	7.693	628
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	16.603	1.187
Outros	(273)	-
Saldo em 31 de Dezembro	24.480	2.140

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(32.682)	(31.009)	(28.910)	(27.722)	(26.462)
Benefícios de saúde	(1.699)	(2.015)	(1.879)	(1.802)	(1.720)
	(34.381)	(33.024)	(30.789)	(29.524)	(28.182)
Saldo dos fundos	46.686	35.164	32.711	27.752	25.834
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	12.305	2.140	1.922	(1.772)	(2.348)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	(8.965)	(650)	449	(168)	(403)
Benefícios de saúde	(256)	(87)	(11)	-	(63)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(6.107)	109	(2.255)	7.983	764

Prémios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Responsabilidades a 1 de Janeiro	1 845	1 457
Custo do exercício	166	443
Prémios pagos	(97)	(55)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	1 914	1 845

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 35).

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 ^(a)
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	700 000	1 159 988
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	1 806	

^(a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Relatório e Contas 2011

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 1 806 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2010 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 257 milhares de euros (2009: 597 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 o seu justo valor era nulo (31 de Dezembro de 2009: 55.2 milhares de euros).

NOTA 14 - Gastos Gerais Administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e alugueres	10 688	8 145
Publicidade e publicações	2 549	2 058
Comunicações e expedição	16 094	7 213
Deslocações e representação	9 403	8 053
Conservação e reparação	1 285	1 137
Seguros	638	472
Serviços especializados		
Informática	5 214	3 512
Mão de obra eventual	493	329
Trabalho independente	1 778	2 510
Outros serviços especializados	8 117	6 892
Outros custos	7 607	6 420
	63 866	46 741

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com informação, consultores e auditores externos e judiciais. A rubrica Outros custos inclui, entre outros, custos com formação, custos com serviços de contencioso e notariado, custos com segurança e vigilância e custos com fornecimentos externos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até um ano	1 232	1 077
De um a cinco anos	2 025	1 076
	3 257	2 153

Os honorários facturados durante o exercício de 2011 e 2010 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC		
Revisão legal das contas anuais (BESI)	81	78
KPMG & Associados, SROC		
Revisão legal das contas anuais (subsidiárias)	238	411
Outros serviços de garantia de fiabilidade	450	61
Consultoria fiscal	189	62
	877	534
Valor total dos serviços facturados	958	612

NOTA 15 - Resultados por Acção

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco ⁽¹⁾	6 044	60 375
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	36 659	36 000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	0,16	1,68

⁽¹⁾ Corresponde ao resultado líquido do período ajustado da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco detém instrumentos emitidos sem efeito diluidor, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

O número médio ponderado de acções em 2011 reflecte o aumento de capital do Banco efectuado durante o mês de Dezembro.

NOTA 16 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	19	16
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1 301	8 008
Outros bancos centrais	573	4 054
	1 874	12 062
	1 893	12 078

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2011 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 1,00% (31 de Dezembro de 2010: 1,00%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2011 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2011 a 17 de Janeiro de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 4 milhões de euros.

NOTA 17 - Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	27 798	12 758
	<u>27 798</u>	<u>12 758</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	47 918	36 611
	<u>47 918</u>	<u>36 611</u>
	<u>75 716</u>	<u>49 369</u>

NOTA 18 - Activos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	760 310	925 470
De outros emissores	348 662	280 182
Acções	24 279	69 833
Outros títulos de rendimento variável	727	538
	<u>1 133 978</u>	<u>1 276 023</u>
Derivados	843 073	736 779
	<u>1 977 051</u>	<u>2 012 802</u>
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	9 485
Acções	865	-
	<u>865</u>	<u>9 485</u>
Derivados	790 896	616 987
	<u>791 761</u>	<u>626 472</u>

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	45 027	298 894
De 3 meses a um ano	106 982	67 949
De um a cinco anos	263 987	292 159
Mais de cinco anos	692 976	546 650
Duração indeterminada	25 006	70 371
	1 133 978	1 276 023

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação inclui: 5 600 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2010: 17 735 milhares de euros), (ver nota 40).

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	760 310	-	760 310	925 057	413	925 470
De outros emissores	-	348 662	348 662	-	280 182	280 182
Acções	24 279	-	24 279	69 833	-	69 833
Outros títulos de rendimento variável	727	-	727	538	-	538
Total valor de balanço	785 316	348 662	1 133 978	995 428	280 595	1 276 023

Durante o exercício de 2011 constituíram-se provisões para risco país como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Dotações	-	5
Diferenças de câmbio e outras	-	(5)
Saldo a 31 de Dezembro	-	-



Relatório e Contas 2011

A rubrica instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)						
	31.12.2011			31.12.2010		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward	1 448 034	11 524	-	1 198 138	-	47 352
Fx Swaps	252 258	573	-	243 918	-	211
Interest Rate Futures	58 029	-	-	319 608	-	-
CIRS	39 304	183	10 095	4 211 725	187 003	52 892
Fx Options	1 490 382	10 528	13 069	1 330 853	16 638	8 481
	3 288 007	22 808	23 164	7 304 242	203 641	108 936
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	-	-	-	-	-	-
Interest Rate Swaps	27 058 289	717 895	656 640	25 468 664	465 170	408 443
Swaption - Interest Rate Options	341 000	-	-	394 000	-	-
Interest Rate Caps & Floors	4 525 524	20 473	19 542	3 898 337	20 511	20 288
Interest Rate Futures	3 573 796	-	-	17 207 167	-	-
Interest Rate Options	1 893 558	25 473	31 715	32 310 535	194	28 261
	37 392 167	763 841	707 897	79 278 703	485 875	456 992
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps	472 980	41 479	43 151	609 798	25 625	26 412
Equity / Index Options	208 579	8 705	8 395	310 050	15 852	17 124
Equity / Index Futures	142 690	-	-	50 216	-	-
	824 249	50 184	51 546	970 064	41 477	43 536
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	221 636	6 240	8 289	284 741	5 786	7 523
	221 636	6 240	8 289	284 741	5 786	7 523
Total	41 726 059	843 073	790 896	87 837 750	736 779	616 987

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2011		31.12.2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	20 270	13 989	7 584	6 959
De 3 meses a um ano	34 433	30 160	217 663	131 304
De um a cinco anos	221 793	229 429	136 505	166 108
Mais de cinco anos	566 577	517 318	375 027	312 616
	843 073	790 896	736 779	616 987

NOTA 19 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 495	-	(579)	-	3 916
De outros emissores	217 135	200	(9 609)	(2 319)	205 407
Acções	16 401	2 931	(2 064)	(2 078)	15 190
Outros títulos de rendimento variável	85 007	3 266	(1 449)	(8 117)	78 707
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	323 038	6 397	(13 701)	(12 514)	303 220
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 214	-	(34)	-	2 180
De outros emissores	606 118	994	(6 571)	(15 351)	585 190
Acções	22 289	12 147	(926)	(1 740)	31 770
Outros títulos de rendimento variável	77 820	3 611	(68)	(5 498)	75 865
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	708 441	16 752	(7 599)	(22 589)	695 005

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	22 589	26 200
Dotações	3 099	1 917
Utilizações	(13 263)	(3 776)
Reversões	(68)	(1 937)
Diferenças de câmbio e outras	157	185
Saldo a 31 de Dezembro	12 514	22 589

A rubrica de activos financeiros disponíveis para venda inclui 26 450 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2010: 106 733 milhares de euros) (ver Nota 40).

Relatório e Contas 2011

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	7 888	15 058
De 3 meses a um ano	14 499	147 206
De um a cinco anos	139 475	221 781
Mais de cinco anos	47 461	203 325
Duração indeterminada	93 897	107 635
	303 220	695 005

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica dos activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 916	-	3 916	2 180	-	2 180
De outros emissores	35 841	169 566	205 407	54 479	530 711	585 190
Acções	<u>6 626</u>	<u>8 564</u>	<u>15 190</u>	<u>18 761</u>	<u>13 009</u>	<u>31 770</u>
Outros títulos de rendimento variável	<u>10 492</u>	<u>68 215</u>	<u>78 707</u>	<u>-</u>	<u>75 865</u>	<u>75 865</u>
Total valor de balanço	<u>56 875</u>	<u>246 345</u>	<u>303 220</u>	<u>75 420</u>	<u>619 585</u>	<u>695 005</u>

NOTA 20 - Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações em instituições de crédito no país		
Outras aplicações	1 054	1 127
	1 054	1 127
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações de muito curto prazo	-	2
Empréstimos	-	3 788
Operações com acordo de revenda	217 727	343 488
Outras aplicações	28 140	24 416
	245 867	371 694
	246 921	372 821
Perdas por imparidade	(230)	(211)
	246 691	372 610

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	230 774	367 862
De 3 meses a um ano	15 093	44
De um a cinco anos	1 054	4 915
	246 921	372 821

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	211	286
Dotações	71	8
Reversões	(63)	(210)
Diferenças de câmbio e outras	11	127
Saldo a 31 de Dezembro	230	211

NOTA 21 - Crédito a Clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	19 088	23 870
Empréstimos	728 679	849 801
Descobertos	28	97
Outros créditos	61 498	75 280
A particulares		
Habitação	671	770
	809 964	949 818
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	1 466 171	1 235 922
Descobertos	-	280
Outros créditos	67 252	122 316
	1 533 423	1 358 518
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	5 075	1 235
Há mais de 90 dias	13 877	7 348
	18 952	8 583
	2 362 339	2 316 919
Perdas por imparidade	(104 394)	(72 077)
	2 257 945	2 244 842

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	70 342	166 660
De 3 meses a um ano	402 417	211 082
De um a cinco anos	674 415	660 836
Mais de cinco anos	1 196 213	1 269 758
Duração indeterminada	18 952	8 583
	2 362 339	2 316 919

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	72 077	48 358
Dotações	84 757	45 270
Reversões	(51 959)	(15 163)
Utilizações	-	(6 387)
Diferenças de câmbio e outras	(481)	(1)
Saldo a 31 de Dezembro	104 394	72 077

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Taxa fixa	163 854	2 720
Taxa variável	2 198 485	2 314 199
	2 362 339	2 316 919

NOTA 22 – Investimentos Detidos até à Maturidade

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Emissores públicos	656 043	632 907
De outros emissores	72 312	85 185
Perdas por imparidade	(357)	(356)
Saldo a 31 de Dezembro	727 998	717 736

A rubrica de activos detidos até à maturidade inclui 5 532 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2010: 11 823 milhares de euros) (ver Nota 40).

A 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	318 464	3 102
De 3 meses a um ano	301 051	6 796
De um a cinco anos	47 066	651 665
Mais de cinco anos	61 417	56 173
	727 998	717 736

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	656 044	-	656 044	632 907	-	632 907
De outros emissores	-	71 954	71 954	-	84 829	84 829
	656 044	71 954	727 998	632 907	84 829	717 736

O valor de mercado dos investimentos detidos até à maturidade a 31 de Dezembro de 2011 é de 724 446 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 711 370 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	356	-
Dotações	1	356
Saldo a 31 de Dezembro	357	356

Os investimentos detidos até à maturidade incluem títulos transferidos durante o exercício de 2008 da carteira de negociação. Estas transferências foram efectuadas de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.6.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Activos e passivos ao justo valor através de resultados		
Impacto em resultados do exercício	(1 347)	(4.838)
Efeito fiscal	183	524
	<u>(1.164)</u>	<u>(4.314)</u>

Durante os exercícios de 2011 e 2010 o Grupo não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

NOTA 23 – Derivados para Gestão de Risco

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	6 225	12 493
Contratos sobre acções/índices	76 591	89 748
Outros contratos	5 255	1 798
	<u>88 071</u>	<u>104 039</u>
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	4 781	8 394
Contratos sobre acções/índices	73 974	61 910
Outros contratos	48 827	10 952
	<u>127 582</u>	<u>81 256</u>
	(39 511)	22 783

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos

Relatório e Contas 2011

financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	78 330	(1 463)	(734)	215	(731)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	6 600	1 035	457	(1 014)	(131)
			84 930	(428)	(277)	(799)	(862)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2010							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	137 687	(727)	(271)	1 104	1 801
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	11 644	100	(164)	(1 230)	(313)
			149 331	(627)	(435)	(126)	1 488

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

31.12.2011 (milhares de euros)								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Equity/ Index Swap	516 213	2 572	(25 271)	15 371	23 203	334 881	349 886
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	127 331	(48 306)	(37 779)	22 287	14 514	219 839	238 524
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap	36 349	1 870	(1 897)	6 289	8 871	42 546	45 867
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Options	105 301	4 228	2 903	1 124	1 032	91 926	95 061
Responsabilidades representadas por títulos	FX Options	18 992	553	382	(576)	(515)	15 595	14 978
		804 186	(39 083)	(61 662)	44 495	47 105	704 787	744 316

31.12.2010 (milhares de euros)								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Equity/ Index Swap	366 519	26 300	(23 899)	(4 992)	24 135	216 724	206 873
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	19 780	1 556	1 503	(1 268)	(1 359)	21 065	19 639
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	124 819	(10 446)	(9 632)	7 779	10 536	131 640	137 637
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap	156 235	4 745	332	(2 582)	3 119	136 851	134 150
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Options	122 529	1 230	783	19	39	10 391	10 387
Responsabilidades representadas por títulos	FX Options	9 635	171	(192)	(21)	255	15 475	15 453
Recursos de outras instituições de crédito	Interest Rate Swap + CDS	33 260	(146)	(47)	132	15	27 628	27 760
		832 777	23 410	(31 152)	(933)	36 740	559 774	551 899

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo é positiva e o respectivo valor acumulado em 31 de Dezembro de 2011 ascende a 10 574 milhares (31 de Dezembro de 2010: 6 949 milhares de euros).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

31.12.2011 (milhares de euros)				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	-	66 905	-	(1 068)
De 3 meses a um ano	13 683	118 725	186	20 297
De um a cinco anos	41 653	586 216	526	(58 312)
Mais de cinco anos	29 594	32 340	(1 140)	-
	84 930	804 186	(428)	(39 083)



Relatório e Contas 2011

(milhares de euros)

31.12.2010				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	2 245	73 098	60	(1 547)
De 3 meses a um ano	25 801	181 799	398	(993)
De um a cinco anos	55 454	543 941	(1 278)	26 821
Mais de cinco anos	65 831	33 939	193	(871)
	149 331	832 777	(627)	23 410

NOTA 24 - Activos não Correntes Detidos para Venda

O valor registado nesta rubrica é referente aos imóveis registados no activo da participada detida pelo BESI em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 – Cominvest – SGII, SA.

NOTA 25 - Outros Activos Tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Imóveis		
De serviço próprio	646	646
Beneficiações em edifícios arrendados	7 892	8 642
Outros		
	8 538	9 288
Equipamento		
Equipamento informático	10 746	8 447
Instalações interiores	3 464	3 585
Mobiliário e material	3 862	3 497
Equipamento de segurança	379	381
Máquinas e ferramentas	2 326	2 352
Material de transporte	1 789	1 146
Outros	85	82
	22 651	19 490
	31 189	28 778
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	29	122
Equipamento informático e outros	5 290	6 856
	5 319	6 978
	36 508	35 756
Depreciação acumulada	(16 193)	(15 464)
	20 315	20 292

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	5 520	13 271	358	19 149
Alteração Perímetro Consolidação				
Adições	3 582	6 146	6 952	16 680
Abates / vendas	(137)	(597)	-	(734)
Transferências	94	238	(332)	-
Variação cambial e Outros Movimentos	229	432	-	661
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	9 288	19 490	6 978	35 756
Alteração Perímetro Consolidação				
Adições	161	1 707	1 308	3 176
Abates / vendas	(1 051)	(1 779)	(4)	(2 834)
Transferências	189	2 688	(2 877)	-
Variação cambial e Outros Movimentos	(49)	545	(86)	410
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	8 538	22 651	5 319	36 508
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 535	7 886	-	10 421
Depreciações do exercício	875	1 535	-	2 410
Abates / vendas	(137)	(597)	-	(734)
Variação cambial e Outros Movimentos	385	2 982	-	3 367
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	3 658	11 806	-	15 464
Depreciações do exercício	1 414	2 275	-	3 689
Abates / vendas	(1 051)	(1 788)	-	(2 839)
Variação cambial e Outros Movimentos	(698)	577	-	(121)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	3 323	12 870	-	16 193
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	5 215	9 781	5 319	20 315
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	5 630	7 684	6 978	20 292

NOTA 26 - Activos Intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Goodwill	59 465	59 184
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	16 133	13 514
Outras	915	915
	17 048	14 429
Imobilizações em curso	6 519	1 975
	83 032	75 588
Amortização acumulada	(13 467)	(11 652)
	(13 467)	(11 652)
	69 565	63 936

Relatório e Contas 2011

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	14 049	10 106	897	630	25 682
Adições:					
Adquiridas a terceiros	46 046	3 611	18	1 398	51 073
Abates / vendas	-	(395)	-	-	(395)
Transferências	-	53	-	(53)	-
Variação cambial e Outros Movimentos	(911)	139	-	-	(772)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	59 184	13 514	915	1 975	75 588
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	828	-	6 841	7 669
Abates / vendas	-	(35)	-	-	(35)
Transferências	-	1 703	-	(1 703)	-
Variação cambial e Outros Movimentos	281	123	-	(594)	(190)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	59 465	16 133	915	6 519	83 032
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	-	8 497	624	-	9 121
Amortizações do exercício	-	904	129	-	1 033
Abates / vendas	-	(395)	-	-	(395)
Variação cambial e outros movimentos	-	1 893	-	-	1 893
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	-	10 899	753	-	11 652
Amortizações do exercício	-	1 704	126	-	1 830
Abates / vendas	-	(35)	-	-	(35)
Variação cambial e outros movimentos	-	20	-	-	20
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	-	12 588	879	-	13 467
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	59 465	3 545	36	6 519	69 565
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	59 184	2 615	162	1 975	63 936

NOTA 27 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
F. IBÉRIA	13 965	12 665	12	15	13 952	12 650	2 101	3 683	(703)	1 948	10 530	10 530
BRB	14 899	12 247	12 596	10 029	2 303	2 219	3 537	5 070	84	108	10 659	10 659
OUTRAS											18 417	18 417
											39 606	39 606

	(milhares de euros)					
	% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
F. IBÉRIA	39%	39%	5 387	7 287	(272)	753
BRB	25%	25%	335	243	21	27
OUTRAS	-	-	29 504	27 805	2 825	870
			35 226	35 335	2 574	1 650

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	35 335	29 182
Aquisições	30	6 086
Resultados de associadas	2 574	1 650
Alteração do perímetro de consolidação	(2 713)	(1 583)
Saldo a 31 de Dezembro	35 226	35 335

NOTA 28 - Outros Activos

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	21 645	18 123
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	500 678	297 507
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	5 492	3 509
Sector público administrativo	802	821
Outros devedores diversos	28 157	47 026
	556 774	366 986
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(5 612)	(5 496)
	551 162	361 490
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1 129	276
Outros activos	4 964	4 887
	6 093	5 163
Proveitos a receber	862	1 621
Despesas com custo diferido	18 036	4 530
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	2 219	8 962
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	60 400	191 081
Outras operações a regularizar	38 946	79 180
	101 565	279 223
Pensões de reforma	24 480	2 140
	702 198	654 167

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem as operações realizadas com títulos registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	5 496	12 360
Dotações	4 106	6 200
Utilizações	(723)	(5 938)
Reversões	(3 200)	(8 050)
Transferências	-	356
Diferenças de câmbio e outras	(67)	568
Saldo a 31 de Dezembro	5 612	5 496

NOTA 29 - Recursos de Bancos Centrais

Em 31 de Dezembro de 2011 o saldo desta rubrica no montante de 64 007 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 264 604 milhares de euros) refere-se a recursos junto do Banco de Portugal.

O saldo desta rubrica encontrava-se colateralizado por activos financeiros do Grupo (ver Nota 19).

NOTA 30 - Recursos de Outras Instituições de Crédito

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
No país		
Mercado monetário interbancário	646 373	573 646
Depósitos	379 641	454 514
Empréstimos medio e longo prazo	-	31 545
Operações com acordo de recompra	17 607	30 389
Outros recursos	369 456	412 788
	1 413 077	1 502 882
No estrangeiro		
Recursos a muito curto prazo	-	2
Depósitos	-	29
Empréstimos	19 601	1 024
Operações com acordo de recompra	927 855	686 995
Outros recursos	91 676	122 629
	1 039 132	810 679
	2 452 209	2 313 561

O escalonamento dos recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	2 087 314	1 109 028
De 3 meses a um ano	1 371	717 384
De um a cinco anos	326 365	487 149
Mais de 10 anos	37 159	-
	2 452 209	2 313 561

NOTA 31 - Recursos de Clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	4 271	14 568
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	725 424	983 309
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	129 001	308 021
Outros Depósitos	108	32 696
Outros	443	171
	129 552	340 888
	859 247	1 338 765

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Exigível à vista	4 714	14 739
Exigível a prazo		
Até 3 meses	373 585	383 036
De 3 meses a um ano	142 000	263 549
De um a cinco anos	338 948	668 428
Mais de cinco anos	-	9 013
	854 533	1 324 026
	859 247	1 338 765

NOTA 32 - Responsabilidades Representadas por Títulos

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Euro Medium Term Notes	1 225 121	1 083 756
Obrigações de caixa	5 039	9 106
Outras Obrigações	66 560	76 440
Certificados de Depósito	2 899	2 979
	1 299 619	1 172 281

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 42.

Esta rubrica inclui 704 787 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 532 146 milhares de euros) de responsabilidades registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 23).

Durante o exercício de 2011 o Grupo BESI procedeu à emissão de 904 369 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 613 951 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 1 049 847 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1 446 171 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	61 385	94 181
De 3 meses a um ano	175 281	183 539
De um a cinco anos	1 004 513	809 952
Mais de cinco anos	58 440	84 609
	1 299 619	1 172 281



Relatório e Contas 2011

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011						
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	1.428	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3.610	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CERT DUALREND-EUSTOXX AUG14	a)	EUR	2.899	2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED	a)	EUR	3.281	2014	aj)
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL	a)	EUR	10.535	2014	ao)
BESI	BESI 1.8% GOLD APR2015	a)	EUR	1.737	2015	Taxa fixa 1,8% + indexada ao ouro
ESIP	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	EUR	2004	3.430	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	5.744	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	2.725	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	1.256	2015	Range accrual
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	234	2015	Range accrual
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	4.829	2013	Taxa Fixa 4.75% + Range accrual
ESIP	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	a)	EUR	8.996	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + g)
ESIP	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1.237	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ESIP	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	10.025	2035	Euribor 12 meses + i)
ESIP	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	3.330	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	a)	EUR	2.103	2017	Range accrual
ESIP	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	a)	EUR	13.839	2036	Taxa Fixa 7.44% + Indexada a CMS
ESIP	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	4.061	2016	Euribor 12M
ESIP	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a)	EUR	8.423	2012	g)
ESIP	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	4.515	2017	j)
ESIP	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a)	EUR	2.835	2012	Indexada a Deutsche Telecom
ESIP	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	342	2012	n)
ESIP	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a)	USD	1.171	2014	p)
ESIP	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a)	EUR	3.467	2012	am)
ESIP	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a)	EUR	312	2012	Commodity Linked
ESIP	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	a)	EUR	2.786	2015	g)
ESIP	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	a)	EUR	-	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ESIP	ESIP JAN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	3.666	2012	x)
ESIP	ESIP JAN2012 EQUITY BASKET LINKED	a)	EUR	923	2012	y)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a)	EUR	1.877	2016	ZC + g)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a)	EUR	4.499	2016	Taxa Fixa 6.30% + g)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD EUR3M MAR2016	a)	EUR	1.107	2016	Euribor 3M + 2.20% + g)
ESIP	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a)	EUR	1.373	2013	Indexada a AEGON
ESIP	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a)	EUR	3.792	2013	an)
ESIP	ESIP JUL2014 EQL LINKED	a)	EUR	981	2014	Indexada a DT, TEF e France Telecom
ESIP	ESIP AUG2012 EQL LINKED	a)	EUR	3.964	2012	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP OCT2014 EQL LINKED	a)	EUR	2.573	2014	Indexada a BBVA e Deutsche Bank
ESIP	ESIP MAY2012 EQL LINKED	a)	EUR	3.494	2012	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP OCT2014 BANKS EQL LINKED	a)	EUR	2.231	2014	Indexada a BBVA e Santander
ESIP	ESIP OCT2014 EQL LINKED 2	a)	EUR	607	2014	Indexada a BBVA e Santander
ESIP	ESIP DEC12 ENI LINKED	a)	EUR	975	2012	Indexada a ENI
ESIP	ESIP NOV2012 EQL LINKED	a)	EUR	316	2012	Indexada a Santander e Deutsche Bank
ESIP	ESIP MAY2012 BBVA LINKED	a)	EUR	2.012	2012	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP DEC2014 EQL LINKED	a)	EUR	58	2014	Indexada a BNP e Credit Agricole
ESIP	ESIP DEC2013 SPANISH EQL LINKED	a)	EUR	281	2013	Indexada a BBVA e Repsol
ESIP	ESIP DEC2012 ENI LINKED 2	a)	EUR	6.908	2012	Indexada a ENI
ESIP	ESIP FIXED AMOUNT + AMORT NOV22	a)	EUR	2.162	2022	Fixed Amounts
ESIP	ESIP LACAIXA EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	2.016	2016	EURIBOR3M +2% + g)
ESIP	ESIP MAY2012 SX5E LINKED	a)	EUR	1.227	2012	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP JUN2013 EQL LINKED	a)	EUR	42	2013	aa)
ESIP	ESIP JUL2014 INFLATION LINKED	a)	EUR	1.698	2014	Indexada a Inflação
ESIP	ESIP AUG2012 BESI BRASIL LINKED	a)	EUR	4.354	2012	ak)
ESIP	ESIP FEB2020 EQL LINKED	a)	EUR	-	2020	ad)
ESIP	ESIP SEP2014 OCIDENTE II EQL	a)	EUR	8.336	2014	ae)
ESIP	ESIP CLN 5.45% OCT2014	a)	EUR	6.708	2014	g)
ESIP	ESIP OCT2014 EQL	a)	EUR	964	2014	Indexada a Gazprom, Nokia e DU PONT
ESIP	ESIP OCT2012 EQL LINKED	a)	EUR	1.965	2012	Indexada a Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP
ESIP	ESIP 5.25% RANGE ACCRUAL OCT2016	a)	EUR	4.606	2016	Range accrual
ESIP	ESIP FTD IBERIA 5.95% DEC2014	a)	EUR	10.226	2014	g)
ESIP	ESIP FTD IBERIA II 5.5% DEC2014	a)	EUR	3.341	2014	g)
ESIP	ESIP USD FTD IBERIA 5.5% DEC2014	a)	USD	2.552	2014	g)
ESIP	ESIP CIMPOR CLN EUR3M DEC2014	a)	EUR	3.781	2014	g)

(milhares de euros)

31.12.2011

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro	
ESIP	ESIP NOV 2012 CLN BESIBRASIL	a)	EUR	2009	9.854	2012	g)
ESIP	ESIP DEC 2012 USDBRL LINKED	a)	USD	2009	1.891	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP DEC 2014 SX5E LINKED	a)	EUR	2009	3.220	2014	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP BRAZIL EQL LINKED	a)	EUR	2009	3.529	2014	al)
ESIP	ESIP DEC 2012 EWZ + HSCE LINKED	a)	EUR	2009	2.690	2012	Indexado a EWZ e HSCE
ESIP	ESIP BRAZIL EQL JAN 2015	a)	EUR	2010	1.421	2015	b)
ESIP	ESIP BSKT MERC EMERG EQL FEB 2014	a)	EUR	2010	4.684	2014	d)
ESIP	ESIP WORST SOFT QMDT MAR 2013	a)	EUR	2010	1.237	2013	k)
ESIP	ESIP DJ US REAL EST LKD MAR 2015	a)	EUR	2010	3.051	2015	indexado a Ishares DJ US Real State Index fund
ESIP	ESIP SOFT COMMODIT LKD APR 2013	a)	EUR	2010	2.418	2013	o)
ESIP	ESIP USDEUR FX LKD MAY 2015	a)	EUR	2010	359	2015	indexado a EUR/USD
ESIP	ESIP CRDA GRI CL EUR6M+1.15 JUN15	a)	EUR	2010	2.840	2015	Euribor 6M ACT/360
ESIP	ESIP EDP BCP PT LKD JUN 2013	a)	EUR	2010	1.436	2013	w)
ESIP	ESIP FTD CRD LINKED JUN 2015	a)	EUR	2010	4.066	2015	x)
ESIP	ESIP BES RENDIM CRD LKD JUN 2013	a)	EUR	2010	16.408	2013	ag)
ESIP	ESIP BRAZIL EQL MAY 2016	a)	EUR	2010	2.776	2016	ac)
ESIP	ESIP SX5E MAY 14 EQL	a)	EUR	2010	1.407	2014	Indexada a Eurostoxx
ESIP	ESIP JUN 2013 BASKET LINKED	a)	EUR	2010	3.037	2013	5.70% + af)
ESIP	ESIP TELECOM LKD JUL 2013	a)	EUR	2010	8.785	2013	ah)
ESIP	ESIP BASKET LKD JUL 2013	a)	EUR	2010	3.884	2013	ai)
ESIP	ESIP BASKET LKD JUL 2014	a)	EUR	2010	1.869	2014	ai)
ESIP	ESIP GOLD LKD FEB 2012	a)	EUR	2010	441	2012	Indexada ao Gold
ESIP	ESIP SEP 2013 CURRENCIES LINKED	a)	EUR	2010	867	2013	ap)
ESIP	ESIP AUG 13 RANGE ACCRUAL	a)	EUR	2010	978	2013	Range accrual
ESIP	ESIP AUG 2013 EURUSD FX LINKED	a)	EUR	2010	718	2013	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP SEP 15 DIGITAL	a)	USD	2010	1.101	2015	Digital US Libor 3M
ESIP	ESIP JAN 2011 DOW JONES INDUS LKD	a)	EUR	2010	1.107	2013	Indexada a INDU
ESIP	ESIP ASIA INDEX LKD SEP 2014	a)	EUR	2010	2.035	2014	ab)
ESIP	ESIP EDP PT CGD CRDLKD DEC 2013	a)	EUR	2010	5.377	2013	v)
ESIP	ESIP GOLD LKD OCT 2013	a)	EUR	2010	2.453	2013	Indexada ao Gold
ESIP	ESIP EDP CRDLKD DEC 2013	a)	EUR	2010	4.084	2013	Eurobor 6m + 3,5% + Indexada à EDP
ESIP	ESIP NOV 2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	2010	1.569	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP DEC 2015 CREDLINKED BSCH	a)	EUR	2011	1.408	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ESIP	ESIP NOV 2013 SANTANDER LKD	a)	EUR	2010	826	2013	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP SAN BBVA LINKED NOV 2013	a)	EUR	2010	2.531	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP DEC 2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	2010	855	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP MAY 12 EURPLN LINKED	a)	EUR	2010	695	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP NOV 2013 ASIA PACIF BSKT LKD	a)	EUR	2010	1.886	2013	u)
ESIP	ESIP NOV 2013 AMERLATIN BSKT LKD	a)	EUR	2010	1.572	2013	t)
ESIP	ESIP MAY 2012 EWZ LINKED	a)	EUR	2010	1.722	2012	Indexada ao EWZ
ESIP	ESIP TEF PT LKD APR 2014	a)	EUR	2011	519	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ESIP	ESIP CABAZ BRASIL LKD FEB 14	a)	EUR	2011	1.778	2014	b)
ESIP	ESIP FEB 16 5A EXPOSIC AFRICA LKD	a)	EUR	2011	1.108	2016	c)
ESIP	ESIP EXPOSIÇÃO EURUSD LKD FEB 14	a)	EUR	2011	1.448	2014	FX EUR/USD Linked
ESIP	ESIP DUAL 5% + AFRICA LKD FEB 15	a)	EUR	2011	1.111	2015	s)
ESIP	ESIP 2 ANOS EURUSD LKD FEB 13	a)	EUR	2011	1.484	2013	FX EUR/USD Linked
ESIP	ESIP CLN EDP MAR 2014	a)	EUR	2011	9.155	2014	7% + CLN EDP
ESIP	ESIP STEP-UP FEB 2012	a)	EUR	2011	4.807	2012	Fixed STEP-UP Rate
ESIP	ESIP WORST DIG COMM EQL MAR 2013	a)	EUR	2011	922	2013	e)
ESIP	ESIP SX5E LKD FEB 14	a)	EUR	2011	1.042	2014	Eurostoxx Linked
ESIP	ESIP MAR 14 BES EURUSD LINKED	a)	EUR	2011	1.480	2014	FX USD/BRL Linked
ESIP	ESIP APR 2015 BES ENERGIA LINKED	a)	EUR	2011	10.598	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ESIP	ESIP MAR 14 EUROCHF LINKED	a)	EUR	2011	2.355	2014	FX EUR/CHF Linked
ESIP	ESIP CLN SANTANDER MAR 2014	a)	EUR	2011	5.860	2014	6.35% + CLN BSCH SUB
ESIP	ESIP EDP MAR 2014 CLN	a)	EUR	2011	13.530	2014	6.5% + CLN EDP
ESIP	ESIP SX5E SPX LKD MAR 2016	a)	EUR	2011	1.389	2016	Eurostoxx Linked
ESIP	ESIP STEP-UP APR 2012	a)	EUR	2011	4.344	2012	Fixed STEP-UP Rate
ESIP	ESIP APRIL 2014 HEALTH CARE LKD	a)	EUR	2011	7.530	2014	Health Care Select Sector SPDR Fund Linked
ESIP	ESIP APR 2015 BES ENERGIA LKD	a)	USD	2011	2.781	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ESIP	ESIP APR 2013 EURUSD LKD	a)	EUR	2011	3.284	2013	FX EUR/USD Linked
ESIP	ESIP APR 2012 TELEFONICA LINKED	a)	EUR	2011	2.924	2012	Telefonica Linked
ESIP	ESIP SX5E SPX LKD APR 2014	a)	EUR	2011	2.042	2014	SX5E e SPX Linked
ESIP	ESIP HEALTH CARE LKD APR 2014	a)	EUR	2011	2.792	2014	f)
ESIP	ESIP MAR 2014 TEF FTE LINKED	a)	EUR	2011	769	2014	Telefonica e France Telecom Linked
ESIP	ESIP SEP 2012 SANTANDER LINKED	a)	EUR	2011	362	2012	BCSH Linked
ESIP	ESIP TEF PT LKD 26 APR 2014	a)	EUR	2011	527	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ESIP	ESIP EDP CLN JUN 2014	a)	EUR	2011	12.378	2014	7% + CLN EDP



Relatório e Contas 2011

(milhares de euros)

31.12.2011

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanco	Maturidade	Taxa de juro	
ESIP	ESIP STEP-UP APR2013	a)	EUR	2011	1.221	2013	Fixed STEP-UP Rate
ESIP	ESIP EUR CLN JUN2014	a)	EUR	2011	8.384	2014	6.75% + CLN PT
ESIP	ESIP APR2012 TELEFONICA II LINKD	a)	EUR	2011	4.327	2012	Telefonica Linked
ESIP	ESIP BES MOMENTUM JUN2015	a)	EUR	2011	6.537	2015	Espirito Santo Momentum Fund Linked
ESIP	ESIP INOV TECNOLÓGICA JUN2014	a)	EUR	2011	9.289	2014	l)
ESIP	ESIP BSCH CLN JUN2014	a)	EUR	2011	5.682	2014	6.1% + CLN BSCH
ESIP	ESIP BES PROTECÇÃO JUN2014	a)	EUR	2011	52.916	2014	m)
ESIP	ESIP JAN2013 BES BRASIL 18M	a)	EUR	2011	7.571	2013	EWZ Linked
ESIP	ESIP MAY2012 TEF LINKED	a)	EUR	2011	1.968	2012	Telefonica Linked
ESIP	ESIP BRAZIL NOTES LKD MAY2011	a)	EUR	2011	3.909	2016	11.50% + FX EUR/BRL Linked
ESIP	ESIP BES 5ANOS EFC ENERGI JUNE16	a)	EUR	2011	4.337	2016	r)
ESIP	ESIP PETROBRAS CLN JUN2014	a)	USD	2011	2.227	2014	3-Month USD libor + 3.70% + CLN PETROBRAS
ESIP	ESIP PT II CLN JUN2014	a)	EUR	2011	6.732	2014	7% + CLN PT
ESIP	ESIP TEF PT JUN2014	a)	EUR	2011	1.019	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ESIP	ESIP JUN2012 ISHR BRAZIL LINKED	a)	EUR	2011	654	2012	iShares MSCI Brazil Index Fund Linked
ESIP	ESIP SANTANDER CLN JUN2014	a)	EUR	2011	2.669	2014	6.4% + CLN BSCH
ESIP	ESIP BRL FXL LINKED SEP2016	a)	EUR	2011	1.830	2016	Fx linked
ESIP	ESIP BES PROTECÇÃO II JUN2014	a)	EUR	2011	24.899	2014	Inflation and Euribor 12M Liked
ESIP	ESIP EUR PRICING POWER 5Y JUL14	a)	EUR	2011	1.773	2016	z)
ESIP	ESIP 2Y BULLISH CAB VS USD JUL13	a)	EUR	2011	2.007	2013	Fx linked
ESIP	ESIP ASCENDI CLN JUL2013	a)	USD	2011	5.260	2013	7.25% + Ascendi CLN
ESIP	ESIP AUG14 ES ROCKEFELLERGLD LKD	a)	EUR	2011	874	2014	Espirito Santo Rockefeller Linked
ESIP	ESIP BARCLAYS CLN SEP2014	a)	EUR	2011	2.809	2014	6% + Barclays CLN
ESIP	ESIP SX5E JUL15 EQL	a)	EUR	2011	1.509	2015	Eurostoxx Linked
ESIP	ESIP SEP14 TRY LKD	a)	EUR	2011	1.423	2014	Fx linked
ESIP	ESIP AUG14 INFLATION LKD	a)	EUR	2011	42.837	2014	Inflation Linked
ESIP	ESIP AUG2014 ALEMANHA EQL LINKED	a)	EUR	2011	549	2014	q)
ESIP	ESIP ESFP CLN JUL2013	a)	USD	2011	5.826	2013	ESFP CLN
ESIP	ESIP BANCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR	2011	2.992	2014	8.75% + POPULAR CLN
ESIP	ESIP BCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR	2011	1.587	2014	8.75% + POPULAR CLN
ESIP	ESIP SEP2014 INFLATION+EURIBOR	a)	EUR	2011	28.676	2014	Inflation and Euribor 12M Liked
ESIP	ESIP SEP2014 PSI20 EQL 4	a)	EUR	2011	2.118	2014	PSI20 Linked
ESIP	ESIP SEP2014 EUROSTOXX 50 EQL 5	a)	EUR	2011	1.530	2014	Eurostoxx Linked
ESIP	ESIP DEC2013 BES4% GLOBAL LINKED	a)	EUR	2011	27.786	2015	aq)
ESIP	ESIP BCO POPULAR CRDLK SEP2014	a)	EUR	2011	7.187	2014	9.40% + Banco Popular CLN
ESIP	ESIP OCT2014 WORLD INVESTM EQL 3	a)	EUR	2011	1.585	2014	j)
ESIP	ESIP AUTOCALLABLE 2014	a)	EUR	2011	2.635	2014	ar)
ESIP	ESIP PT CLN DEC2014	a)	EUR	2011	14.523	2014	11% + PT CLN
ESIP	ESIP TELECOM ITALIA CLN DEC2014	a)	EUR	2011	4.949	2014	7.25% + Telecom Italia CLN
ESIP	ESIP NOV2011 SPANISH NOTES	a)	EUR	2011	151	2016	as)
ESIP	ESIP AUTOCALL HIGH DIVD DEC2014	a)	EUR	2011	2.034	2014	at)
ESIP	ESIP EDP USD CLN DEC2014	a)	USD	2011	1.407	2014	8.5% + EDP CLN
ESIP	ESIP IBEX LINKED DEC2013	a)	EUR	2011	1.214	2013	IBEX Linked
ESIP	ESIP WORLD INVESTMENT II DEC2014	a)	EUR	2011	1.027	2014	j)
ESIP	ESIP TELEFONICA CLN DEC2014	a)	EUR	2011	4.480	2014	7.15% + Telefonica CLN
ESIP	ESIP PORTUGUESE REP CLN DEC2021	a)	EUR	2011	16.815	2021	6% + Republica Portuguesa CLN
ESIP	ESIP UTILITIES SHS DEC2018	a)	EUR	2011	617	2018	au)
ESIP	ESIP UTILIT FINANCIALS SHS DEC18	a)	EUR	2011	2.620	2018	av)
BRA SİL	BES INVEST BRASİL 5.75% MAY2012	USD	2009	111.084	2012	Taxa fixa 5,75%	
BRA SİL	BES INVEST BRASİL	BRL	2010	513	2013	Taxa Fixa - 11,53%	
BRA SİL	BES INVEST BRASİL 5.625% MAR2015	USD	2010	368.320	2015	Taxa Fixa - 5.625%	
BRA SİL	49-LCA - Letra	BRL	2011	40.290	2012	Indexada ao CDI	
BRA SİL	53-LF LETRA FIN	BRL	2010	26.270	2013	Indexada ao CDI	
				1 299 619			

- a) passivos designados ao justo valor através de resultados ou com derivado embutido
b) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Vale SA, Itau Unibanco e Banco Bradesco
c) Indexado a cabaz de index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40
d) Indexada a Cabaz de Ações Ericsson, Komatsu, Santander, Sanofi-Aventis e AB B LTD.
e) Indexado a cabaz de commodities sobre Copper, Oil, Sugar, e Gold
f) Indexado a cabaz de ações de Gilead sciences, Celgene corp, Mylan Inc, Teva Pharmaceutical Ind Ltd e Amgen Inc
g) Indexado a risco de crédito
h) Indexado a cupão anterior + spread - Euribor
i) Indexado a reverse floater
j) Indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225
k) Indexada a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Soybean
l) Indexado a cabaz de ações de Apple, Samsung, Amazon e Google
m) 4%+ indexado a Eurostat Consumer Price Index (CPI) (excl. To baco) for the Eurozone
n) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP 500 e Topix
o) Indexada a Cabaz de Commodities Corn, Wheat e Sugar
p) Indexado a cabaz composto pelas ações BBVA e BSCH
q) Indexado a cabaz de ações Daimler, DB, E.ON
r) Indexado a cabaz de ações de Philips, Siemens, Iberdrola e Veolia
s) 5%+ indexado a cabaz de index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40
t) Indexada a Cabaz de Índices MSCI Brasil, Chile e México
u) Indexada a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, KOSPI200 e SP ASX500
v) Indexada a Crédito EDP, PT e CGD
w) Indexada a Cabaz de Ações EDP, BCP e PT
x) Indexada a Crédito (First to default) sobre Santander, PT INT FIN, EDP e Brisa
y) Indexada a Cabaz de Ações BBVA, Repsol e Telefonica
z) Indexado a cabaz de ações Oracle, SAP, Caterpillar, Komatsu, BHP Billiton, Mitsubishi
aa) Indexada a cabaz de Ações BBVA, REPSOL e ENEL
ab) Indexada a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, MSCI Taiwan e SP ASX200
ac) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco
ad) Indexada a cabaz de Ações France Telecom e Deutsche Telekom
ae) Indexada a cabaz de Índices Eurostoxx, SP 500, Nasdaq100 e iShares MSCI Brazil Fund
af) Indexada a Crédito Brisa, EDP, PT e Crédito Agrícola
ag) Indexada a Crédito PT, EDP e Brisa
ah) Indexada a Cabaz de Ações Telefonica, Deutsche Telekom e Vodafone
ai) Indexada a Cabaz de Ações Louis Vuitton, Nokia, Bayer e E.ON
aj) Indexada a Cabaz composto pelos Índices Eurostoxx50, SP 500, Nasdaq100 e EWZ
ak) 1º ano: Taxa fixa, 2º ano e seguintes: Euribor 6M + 100bps, indexada ao BESI Brasil
al) Indexada a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco
am) Indexada a Cabaz de Ações Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP
an) Indexada a Cabaz de Ações Petróleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce
ao) Indexada a Cabaz composto pelo Índices TOPIX, HANG SENG, HSCEI, NIFTY, KOSPI2 e MSCI Singapore
ap) Indexada a Cabaz de moedas EUR/AUD, EUR/CAD, EUR/NZD, EUR/INR
aq) 4%+ Barclays Capital Armur EUR 7% Index
ar) Indexada a Cabaz de Ações Ambev, TAM, Brasil Foods, Itau Unibanco, Gerdau e Cia Energética de Minas Gerais
as) Indexada a cabaz de ações Telefonica, Banco Santander, BBVA e Banco Popular
at) Indexada a cabaz de ações Vodafone Gro up PLC, Sanofi, Novartis AG e MacDonald's Corp.
au) Indexada a Cabaz de ações Telefonica, Iberdrola, ENI spa e Deutsche Telekom
av) Indexada a cabaz de ações Telefonica, Banco Santander, Deutsche Bank e Deutsche Telekom

NOTA 33 – Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos

Esta rubrica no montante de 31 498 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 53 815 milhares de euros) refere-se a passivos por activos não desreconhecidos em operações de securitização.

NOTA 34 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)
	Provisões para outros riscos e encargos
Saldo a 1 de Janeiro de 2010	13 219
Dotações	10 589
Reversões	(383)
Diferenças de câmbio e outras	343
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	23 768
Dotações	11 831
Reversões	(4 406)
Utilizações	(1 400)
Diferenças de câmbio e outras	(6 130)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	23 663

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo, incluindo contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais.

NOTA 35 – Impostos

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 foi apurado pelo Grupo BESI com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2.5% referente à derrama estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do plano de estabilidade e crescimento (PEC) aprovadas pela Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho.

Relatório e Contas 2011

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de Capital Próprio. Nestas situações o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de Capital Próprio, não afectando o resultado do exercício.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2011 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 91.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	26%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	45,95%

As subsidiárias no estrangeiro, nomeadamente as localizadas no Brasil e na Irlanda, encontram-se sujeitas a tributação sobre os respectivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor nos respectivos países. No caso da Irlanda, os lucros aí obtidos são sujeitos a uma taxa nominal de 12,5%, sendo que nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 40%.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos financeiros derivados	3 214	-	(26 772)	(6 582)	(23 558)	(6 582)
Activos financeiros disponíveis para venda	3 129	1 512	-	(3 270)	3 129	(1 758)
Crédito a clientes	28 939	18 160	-	-	28 939	18 160
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(1 218)	(1 113)	(1 218)	(1 113)
Provisões	12 995	9 516	(146)	-	12 849	9 516
Pensões	2 183	2 177	(6)	-	2 177	2 177
Outros	-	611	(1 648)	(2 160)	(1 648)	(1 549)
Prejuízos fiscais reportáveis	9 883	5 357	-	-	9 883	5 357
Imposto diferido activo/(passivo)	60 343	37 333	(29 790)	(13 125)	30 553	24 208
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(11 166)	(9 428)	11 166	9 428	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	49 177	27 905	(18 624)	(3 697)	30 553	24 208

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	24 208	7 089
Reconhecido em resultados	(1 779)	6 439
Reconhecido em reservas de justo valor	4 238	6 232
Reconhecido em outras reservas	2 996	2 177
Variação cambial e outros	890	2 271
Saldo a 31 de Dezembro	30 553	24 208

O imposto diferido reconhecido em reservas – outro rendimento integral respeita aos desvios actuariais também reconhecidos nesta rubrica, conforme descrito na Nota 13.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2011 e 2010 explica-se como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2011		31.12.2010	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	16 977	-	2 945	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(4 238)	(291)	(6 232)
Crédito a clientes	(10 779)	-	(7 274)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	105	-	-	-
Provisões	(3 332)	-	(3 721)	-
Pensões	-	-	-	(2 177)
Outros	2 511	(1 737)	(163)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(3 703)	(1 259)	2 065	-
	1 779	(7 234)	(6 439)	(8 409)
Impostos Correntes	4 110	-	24 138	-
Total do imposto reconhecido	5 889	(7 234)	17 699	(8 409)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:



Relatório e Contas 2011

(milhares de euros)				
	31.12.2011		31.12.2010	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		15 162		82 474
Taxa de imposto do BESI	29,0		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESI		4 397		23 917
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	23,5	3 565	(13,0)	(1 972)
Dividendos excluídos de tributação	(0,8)	(127)	(5,6)	(854)
Mais-valias não tributadas	(26,6)	(4 028)	(2,4)	(362)
Proveitos não tributáveis	0,7	101	(1,4)	(212)
Imposto sobre lucros das sucursais	(1,0)	(146)	21,1	3 202
Alterações de estimativas	(2,8)	(426)	0,0	
Alteração da taxa de imposto	(12,4)	(1 887)	0,0	
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no exercício	(1,3)	(202)	1,0	158
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	(9,7)	(1 475)	(15,2)	(2 312)
Benefícios fiscais	(1,3)	(202)	0,4	59
Custos não dedutíveis	54,8	8 303	2,2	328
Outros	(13,1)	(1 984)	(32,1)	(4 866)
	39,0	5 889	(12,0)	17 699

No seguimento da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a contribuição sobre o sector bancário. A 31 de Dezembro de 2011 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 1,5 milhões de euros, o qual foi incluído nos outros resultados operacionais – Impostos directos e indirectos (Ver Nota 11).

NOTA 36 - Passivos Subordinados

A rubrica Passivos Subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Outros passivos subordinados		
Obrigações de caixa	90 304	109 473
	90 304	109 473

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

		(milhares de euros)				
		31.12.2011				
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 954	Indexada à CMS	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	Euribor 3m + 0,95%	2015
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	42 494	Euribor 3m + 0,95%	2015
BSI BRASIL	VBES IA001	2007	22 766	22 766	1,300	2014
BSI BRASIL	VBES IA002	2008	10 348	10 348	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA003	2008	1 863	2 070	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA005	2008	828	828	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA006	2008	1 242	1 242	1,300	2015
Sub-total			167 046	89 702		
Juro Corrido				602		
			167 046	90 304		

		(milhares de euros)				
		31.12.2010				
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 869	5,500	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	Euribor 3m + 0,95%	2015
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	58 235	Euribor 3m + 0,95%	2015
BSI BRASIL	VBES IA001	2007	21 901	24 801	1,300	2014
BSI BRASIL	VBES IA002	2008	9 955	11 273	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA003	2008	1 792	2 029	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA004	2008	199	226	1,300	2013
BSI BRASIL	VBES IA005	2008	796	902	1,300	2015
BSI BRASIL	VBES IA006	2008	1 195	1 353	1,300	2015
Sub-total			165 838	108 688		
Juro Corrido				785		
			165 838	109 473		

Durante os exercícios de 2011 e 2010 o Grupo BESI não emitiu nem reembolsou passivos subordinados.

NOTA 37 - Outros Passivos

A rubrica outros passivos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	9 481	12 014
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	66 277	86 215
Credores por fornecimento de bens	1 778	3 062
Outros credores	13 837	28 420
	81 892	117 697
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	1 832	1 845
Outros custos a pagar	18 258	15 967
	20 090	17 812
Receitas com proveito diferido	1 596	1 292
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	60 208	190 853
Outras operações a regularizar	12 920	51 039
	73 128	241 892
	186 187	390 707

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 38 - Capital, Prémios de Emissão e Outros Instrumentos de Capital

Acções ordinárias

Em 29 de Junho de 2009, o Banco procedeu à emissão de 22 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, totalizando 36 milhões de acções com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital no montante de 46 269 milhares de euros, através da emissão de 9 253 800 acções com o valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Banco Espírito Santo, S.A., mediante entrada em espécie, constituída por 46 269 valores mobiliários emitidos pelo BESI com o valor nominal de 1 000 euros cada.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes a prémios pagos pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros.

Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Este juro condicionado correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do BESI, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

Durante o exercício de 2011 o Grupo efectuou o pagamento de juros no montante de 4 250 milhares de euros os quais foram registados como uma dedução a reservas. Adicionalmente foi efectuado o reembolso de 46 269 milhares de euros de outros instrumentos de capital.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

NOTA 39 - Reservas de Justo Valor, Outras Reservas e Resultados Transitados e Interesses que não Controlam**Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto.



Relatório e Contas 2011

Durante os exercícios de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados				
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Diferenças cambiais	Outras reservas e resultados transitados	Total outras reservas e resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	26 145	(7 699)	18 446	46 594	(6 072)	13 543	149 010	203 075
Desvios actuariais	-	-	-	-	396	-	-	396
Emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(94)	(94)
Alterações de justo valor	(21 258)	5 594	(15 664)	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	(5 660)	(5 660)
Diferenças cambiais	2 365	(1 328)	1 037	2 302	-	10 417	5 119	17 838
Constituição de reservas	-	-	-	9 400	-	-	19 644	29 044
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)	7 252	(3 433)	3 819	58 296	(5 676)	23 960	168 019	244 599
Desvios actuariais	-	-	-	-	5 445	-	-	5 445
Emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(3 175)	(3 175)
Alterações de justo valor	(13 513)	4 744	(8 769)	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	(1 603)	774	(829)	(1 219)	-	(15 544)	-	(16 763)
Constituição de reservas	-	-	-	8 089	-	-	52 286	60 375
Transacções com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(5 463)	(5 463)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(7 864)	2 085	(5 779)	65 166	(231)	8 416	211 667	285 018

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses que não controlam, no exercício de 2011 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	3 819	18 446
Variação de justo valor	(7 417)	2 001
Alienações do exercício	-	(20 894)
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	(2 181)	4 266
Saldo a 31 de Dezembro	(5 779)	3 819

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES Investimento do Brasil	31 922	4 538	19 414	355
BES Securities	13 191	1 253	22 681	3 095
Bes Absolute Return	9 664	740	10 697	421
Bes Multimercado	721	721	11 651	502
Bes FIM Moderado	9 448	252	-	-
Espírito Santo Investment Holding	4 730	(7 347)	12 085	11
Outras	9 646	55	4 199	16
	79 322	212	80 727	4 400

O movimento de interesses que não controlam nos anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser assim analisada:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Interesses que não controlam em 1 de Janeiro	80 727	59 983
Alterações de perímetro de consolidação	-	12 075
Aumento/Redução de capital de subsidiárias	2 890	3 025
Dividendos distribuídos	(2 234)	(3 773)
Variação da reserva de justo valor	(923)	(2 926)
Variação cambial e outros	(1 350)	7 943
Resultado líquido do ano	212	4 400
Interesses que não controlam em 31 de Dezembro	79 322	80 727

NOTA 40 - Passivos Contingentes e Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	714 777	790 572
Activos financeiros dados em garantia	141 540	333 157
	856 317	1 123 729
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	141 906	371 577
	141 906	371 577

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 18 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 20 000 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 83 403 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 266 625 milhares de euros) (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 37 582 e 136 291 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011 e 2010);

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 336 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 11 810 milhares de euros).

Relatório e Contas 2011

Títulos dados em garantia à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indeminização aos Investidores no montante de 1 813 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 2 900 milhares de euros).

Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 80 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 80 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	6 273 217	5 012 634
Credito Securitizado sob gestão	-	780 100
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 316 989	5 626 102
	<u>9 590 206</u>	<u>11 418 836</u>

NOTA 41 – Transacções com Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante global dos activos e passivos do Grupo BESI que se referem a operações realizadas com entidades relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco) resume-se como segue:

	31.12.2011							31.12.2010						
	Activos			Garantias	Recursos	Proveitos	Custos	Activos			Garantias	Recursos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total					Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total				
Banco Espírito Santo, S.A.	112 215	115 958	228 173	368 078	1 310 005	95 724	125 074	5 690	52 216	57 906	358 032	1 469 288	24 699	60 072
BES Finance	-	3 231	3 231	-	-	-	-	-	7 093	7 093	-	-	-	-
ESF(P)	-	20 635	20 635	-	-	170	-	-	35 758	35 758	-	-	-	-
ES Financial service	-	-	-	-	-	-	-	-	429	429	-	-	-	-
ESFG	-	4 878	4 878	-	-	-	-	-	152	152	-	-	-	-
ES Saúde	-	-	-	-	-	348	-	-	-	-	-	-	934	-
ES Tourism	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESCOM	-	-	-	-	-	289	-	-	-	-	-	-	260	-
ESEGUR	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	60	7
ES PLC	-	-	-	-	-	87 711	2 440	-	-	-	-	-	7 148	555
ES Concessões	-	-	-	-	-	143	-	-	-	-	-	-	58	-
BES Venetie	-	-	-	-	-	39	-	-	4 585	4 585	-	30	-	-
BEST, S.A.	-	-	-	-	2 233	432	13	-	-	-	-	2 233	1 680	319
BES Vida, S.A.	-	-	-	-	16 108	290	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo FCR PME	-	-	-	-	7 864	403	-	-	-	-	-	80	408	14
FRIE-IMIT/BES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LOCARENT	-	-	-	-	-	-	104	-	-	-	-	-	-	84
Bes Angola	2 970	-	2 970	-	-	-	-	2 111	-	2 111	-	-	87	-
TOTAL	115 185	144 702	259 887	368 078	1 336 210	185 549	127 640	7 801	100 233	108 034	358 032	1 471 631	35 334	61 051

NOTA 42 – Justo Valor

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2011						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 893	-	-	-	1 893	1 893
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75 716	-	-	-	75 716	75 716
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	785 316	1 191 735	-	1 977 051	1 977 051
Activos financeiros disponíveis para venda	-	56 875	219 241	27 104	303 220	303 220
Aplicações em instituições de crédito	246 691	-	-	-	246 691	246 691
Crédito a clientes	2 257 945	-	-	-	2 257 945	2 257 945
Investimentos detidos até à maturidade	727 998	-	-	-	727 998	724 446
Derivados para gestão de risco	-	-	88 071	-	88 071	88 071
Activos financeiros	3 310 243	842 191	1 499 047	27 104	5 678 585	5 675 033
Recursos de bancos centrais	64 007	-	-	-	64 007	64 007
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	791 761	-	791 761	791 761
Recursos de outras instituições de crédito	2 452 209	-	-	-	2 452 209	2 452 209
Recursos de clientes e outros empréstimos	859 247	-	-	-	859 247	859 247
Responsabilidades representadas por títulos	544 626	-	754 993	-	1 299 619	1 287 842
Passivos financeiros associados a activos transferido	31 498	-	-	-	31 498	31 498
Derivados para gestão de risco	-	-	127 582	-	127 582	127 582
Passivos subordinados	80 350	-	9 954	-	90 304	72 600
Passivos financeiros	4 031 937	-	1 684 290	-	5 716 227	5 686 746
31 de Dezembro de 2010						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	12 078	-	-	-	12 078	12 078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 369	-	-	-	46 369	46 369
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	995 428	1 017 374	-	2 012 802	2 012 802
Activos financeiros disponíveis para venda	-	75 420	590 041	29 544	695 005	695 005
Aplicações em instituições de crédito	372 610	-	-	-	372 610	372 610
Crédito a clientes	2 244 842	-	-	-	2 244 842	2 244 842
Investimentos detidos até à maturidade	717 736	-	-	-	717 736	711 370
Derivados para gestão de risco	-	-	104 039	-	104 039	104 039
Activos financeiros	3 393 635	1 070 848	1 711 454	29 544	6 205 481	6 199 115
Recursos de bancos centrais	264 604	-	-	-	264 604	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	626 472	-	626 472	626 472
Recursos de outras instituições de crédito	2 313 561	-	-	-	2 313 561	2 313 561
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 338 765	-	-	-	1 338 765	1 338 765
Responsabilidades representadas por títulos	550 166	-	622 115	-	1 172 281	1 157 681
Passivos financeiros associados a activos transferido	53 815	-	-	-	53 815	53 815
Derivados para gestão de risco	-	-	81 256	-	81 256	81 256
Passivos subordinados	99 604	-	9 869	-	109 473	85 264
Passivos financeiros	4 620 515	-	1 339 712	-	5 960 227	5 921 418

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BESI, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2011 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2011, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo no início do exercício	29 544	51 797
Aquisições	1 561	-
Saídas	-	(6 520)
Variação de valor	(4 001)	(15 733)
Saldo no fim do exercício	27 104	29 544

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,33	0,11	0,43	0,45	0,30	0,58
1 mês	1,02	0,30	0,76	0,78	0,26	0,68
3 meses	1,36	0,58	1,09	1,01	0,30	0,82
6 meses	1,62	0,81	1,34	1,23	0,46	1,26
9 meses	1,79	0,97	1,59	1,37	0,62	1,42
1 ano	1,42	0,68	1,09	1,33	0,46	0,89
3 anos	1,38	0,82	1,36	1,95	1,30	1,95
5 anos	1,72	1,23	1,56	2,48	2,20	2,62
7 anos	2,07	1,63	1,86	2,89	2,84	3,10
10 anos	2,39	2,02	2,29	3,31	3,40	3,54
15 anos	2,68	2,37	2,65	3,64	3,86	3,88
20 anos	2,69	2,50	2,83	3,70	4,00	3,95
25 anos	2,63	2,55	2,94	3,67	4,08	3,95
30 anos	2,56	2,59	2,99	3,50	4,12	3,92

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)						
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2011						
CDX USD Main	17	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	16	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	16	-	-	275,25	-	275,25
Ano 2010						
CDX USD Main	15	55,50	49,81	85,07	95,85	104,23
iTraxx Eur Main	14	-	79,49	105,35	113,24	120,17
iTraxx Eur Senior Financial	14	-	-	177,71	-	182,17

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	51,08	76,51	53,15	42,00	104,76	56,90
3 anos	52,92	77,70	67,00	42,80	67,49	52,00
5 anos	50,31	67,85	62,90	36,20	47,52	39,60
7 anos	44,19	56,34	52,30	31,30	37,90	32,00
10 anos	38,00	47,78	39,70	26,80	31,35	25,50
15 anos	32,42	42,36	29,70	23,19	27,04	20,50

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2011	31.12.2010	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,23	14,68	15,15	15,25	15,35
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,28	9,55	10,48	10,85	11,23
EUR/CHF	1,2156	1,2504	9,75	9,20	8,85	8,85	8,58
EUR/NOK	7,7540	7,8000	7,10	8,05	8,60	8,81	9,03
EUR/PLN	4,4580	3,9750	10,95	12,30	13,10	13,43	13,60
EUR/RUB	41,7650	40,8200	11,75	12,60	13,50	14,05	14,50
USD/BRL a)	1,8671	1,6597	17,15	18,45	18,90	19,23	19,55
USD/TRY b)	1,8882	1,5487	14,20	15,75	16,50	16,85	17,00

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		
	31.12.2011	31.12.2010	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita (%)
DJ Euro Stoxx 50	2 317	2 793	-17,05	32,14	38,50	29,23
PSI 20	5 494	7 588	-27,60	23,53	27,79	-
IBEX 35	8 566	9 859	-13,11	30,60	35,06	-
FTSE 100	5 572	5 900	-5,55	20,99	26,58	19,26
DAX	5 898	6 914	-14,69	31,54	38,80	27,85
S&P 500	1 258	1 258	0,00	24,04	27,70	20,27
BOVESPA	56 754	69 305	-18,11	23,60	28,47	24,57

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 43 – Gestão dos Riscos de Actividade

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo BESl.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos *Credit Default Swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.



Relatório e Contas 2011

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BESl ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades e aplicações em instituições de créditos	324 281	434 041
Activos financeiros detidos para negociação	1 952 045	1 942 431
Activos financeiros disponíveis para venda	209 323	587 370
Crédito a clientes	2 257 945	2 244 842
Investimentos detidos até à maturidade	727 998	717 736
Derivados para gestão de risco	88 071	104 039
Outros activos	201 520	356 660
Garantias e avals prestados	714 777	790 572
Compromissos irrevogáveis	141 906	216 102
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	7 025	16 626
	6 624 891	7 410 419

Concentração de Riscos

A repartição do crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2011					
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Valor bruto Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	-	-	-	368	-
Indústrias extractivas	20 625	-	2 363	-	1 157	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	50 054	-	-	-	619	-
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	720	-	217	-	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	343	5 029
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	525	4 154
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	55 839	168	-	2	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	29 213	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	2 264	-	143	-	16	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	44 037	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Outras Industrias Transformadoras	2 088	-	-	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	475 875	249	1 196	1	13 590	5 859 1 855
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	15 509	-	-	-	-	600
Construção	293 001	83	-	-	54 508	-
Actividades imobiliárias	401	116	-	-	9 700	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	90 069	-	1 429	-	2 621	-
Transportes e armazenagem	171 649	20	-	-	186 268	-
Alojamento, restauração e similares	43 369	2 082	2 820	1 271	3 254	-
Actividades de edição	25 311	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de	3 406	-	-	-	690	-
Actividades de rádio e de televisão	12 402	-	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	87 747	12 427	501	4 343	9 519	-
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	13 864	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	518 520	88 365
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	156 278	283	33 567	3	51 715	-
Outras actividades financeiras e de seguros	171 922	-	-	-	2 439	97 673 7 090
Actividades imobiliárias	142 658	18	28 562	-	9 919	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	61 899	183	1 340	46	9 319	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	20 139	-	-	-	14 671	-
Viagens	24 859	-	-	-	5 833	-
Actividades de Aluguer	76 910	-	21 756	-	-	-
Administração Pública Central	-	-	-	-	760 310	3 916
Actividades de saúde humana e apoio social	23 418	-	-	-	426	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	22 205	1 761	3 268	4	4 107	-
Outras actividades de serviços	218 849	1 562	1 546	16	299 854	110 138 3 569
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	2 897	-
Crédito à Habitação	671	-	-	-	-	-
TOTAL	2 343 387	18 952	98 708	5 686	1 977 051	315 734 12 514

(milhares de euros)

	31.12.2010				
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros disponíveis para venda
	Valor bruto		Imparidade		
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	1 108	-	(1 108)	-
Indústrias extractivas	38 362	-	(265)	-	815
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	55 862	-	(2 072)	-	172
Indústrias transformadoras - Curtumes e Calçado	-	-	-	-	914
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	4 866	-	(243)	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	810
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	178
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	33 321	-	(3 988)	-	542
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	15 487	-	(154)	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	38 122	-	(179)	-	770
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	3 531
Indústrias transformadoras - Outras Indústrias Transformadoras	2 843	-	-	-	445
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	480 715	-	(3 827)	-	14 831
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	29 949	-	(623)	-	345
Construção	296 233	-	(4 174)	-	8 624
Actividades imobiliárias	1 176	-	(13)	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	105 528	915	(1 083)	(5)	4 065
Transportes e armazenagem	228 677	-	(3 078)	-	138 332
Alojamento, restauração e similares	54 411	-	(562)	-	1 333
Actividades de edição	30 981	-	(329)	-	32 284
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de	6 008	-	(60)	-	-
Actividades de rádio e de televisão	12 520	-	(125)	-	3 168
Actividades de telecomunicação	25 652	6 238	(234)	(1 560)	5 827
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	5 907
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	555 454
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	207 038	-	(19 593)	-	31 118
Outras actividades financeiras e de seguros	68 192	-	(959)	-	75 177
Actividades imobiliárias	80 403	-	(19 308)	-	38
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	83 896	6	(946)	-	3 233
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	33 090	-	(16)	-	39
Viagens	26 261	-	(262)	-	-
Actividades de Aluguer	74 926	-	(1 308)	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	952 155
Actividades de saúde humana e apoio social	28 164	-	(663)	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	21 860	-	(1 928)	-	2 107
Outras actividades de serviços	223 023	316	(3 346)	(62)	171 947
Crédito à Habitação	770	-	(4)	-	-
TOTAL	2 308 336	8 583	(69 342)	(2 735)	2 012 802
					717 594
					(22 589)

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BESI utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhões de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3,42	3,69	5,82	2,95	3,78	4,14	2,23	2,64
Risco taxa de juro	7,56	6,41	8,12	5,47	5,16	5,32	4,16	5,52
Acções	1,99	2,38	2,43	2,77	3,81	4,38	10,29	3,29
Covariância	-5,06	-4,81	-5,46	-5,49	-6,14	-5,63	-3,73	-5,00
Total	7,91	7,67	10,91	5,70	6,61	8,21	12,95	6,45

Relatório e Contas 2011

O Grupo BESI encerrou o ano com um VaR de 7,91 milhões de euros para as suas posições de negociação, registando um acréscimo de 20% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	2	2	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	322	46	272	-	4	-	-
Crédito a clientes	2 258	48	1 174	675	314	15	32
Títulos	1 033	89	459	65	304	93	23
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensa	501	-	501	-	-	-	-
Fora de balanço	98	-	3	12	36	30	17
Total		185	2 409	752	658	138	72
Recursos de bancos centrais	64	-	64	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	2 453	160	2 268	3	5	17	-
Depósitos	730	-	720	2	8	-	-
Repo's com clientes	129	-	129	-	-	-	-
Títulos emitidos	1 390	-	521	49	80	674	66
Outros instrumentos equiparáveis a capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensa	6	-	6	-	-	-	-
Fora de Balanço	98	-	35	46	4	13	-
Total		160	3 743	100	97	704	70
GAP (Activos - Passivos)		25	(1 334)	652	561	(566)	2

(milhões de euros)

	31.12.2010						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	12	12	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	422	20	402	-	-	-	-
Crédito a clientes	2 246	20	1 194	959	25	48	-
Títulos	1 413	117	511	77	4	675	29
Fora de balanço	-	-	13	12	43	40	39
Total		169	2 120	1 048	72	763	68
Recursos de bancos centrais	265	-	265	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	2 313	6	2 252	53	-	2	-
Depósitos	1 030	15	1 005	-	5	5	-
Repo's com clientes	308	-	308	-	-	-	-
Outros instrumentos equiparáveis a capital	50	-	-	-	-	-	50
Fora de Balanço	-	-	44	74	8	22	-
Total		30	4 536	257	84	371	118
GAP (Activos - Passivos)		139	(2 416)	791	(12)	392	(50)

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

	31.12.2011		31.12.2010	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	22,6	(22,6)	26,2	(26,2)
Média do exercício	23,5	(23,5)	8,1	(8,1)
Máximo para o exercício	26,6	(20,2)	26,2	0,6
Mínimo para o exercício	20,2	(26,6)	(0,6)	(26,2)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	316 494	28 499	9,00%	763 057	39 875	5,23%
Crédito a clientes	2 201 681	123 775	5,62%	2 254 806	99 887	4,43%
Aplicações em títulos	2 378 069	231 887	9,75%	2 177 079	182 426	8,38%
Activos financeiros	4 896 244	384 161	7,85%	5 194 942	322 188	6,20%
Recursos monetários	2 375 079	135 341	5,70%	2 336 274	81 235	3,48%
Recursos de clientes	1 149 210	82 623	7,19%	789 162	77 740	9,85%
Outros recursos	1 907 403	89 700	4,70%	1 936 332	79 577	4,11%
Passivos financeiros	5 431 692	307 664	5,66%	5 061 768	238 552	4,71%
Resultado Financeiro		76 497	2,19%		83 636	1,49%

Relatório e Contas 2011

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por moeda, é analisado como segue:

		31.12.2011			31.12.2010		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	52.119	(76.673)	(24.554)	22.948	13.816	36.764
GBP	LIBRA ESTERLINA	74.276	(73.715)	561	44.017	2.033	46.050
BRL	REAL BRASILEIRO	137.462	(135.950)	1.512	144.973	-	144.973
JPY	YEN	(311)	-	(311)	(63)	11.308	11.245
CHF	FRANCO SUICO	617	(972)	(355)	2.389	-	2.389
PLN	ZLOTI POLACO	(353)	-	(353)	(5.757)	5	(5.752)
	OUTRAS	5.036	(10.290)	(5.254)	10.048	(5.291)	4.757
		268.846	(297.600)	(28.754)	218.555	21.871	240.426

Nota: activo / (passivo)

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Apresentam-se de seguida os Indicadores de Liquidez ao nível Consolidado.

		(milhares euros)	
		Dez 11	Dez 10
Mismatch acumulado ¹		-699.905	-1.416.185
Buffer de activos líquidos ²		807.642	879.080
Liquidez Global		107.737	-537.105

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Grupo concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do Grupo BESI dividem-se em Fundos Próprios Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

Fundos Próprios de Base (Tier I): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários. São deduzidos pelo seu valor de balanço os valores relativos a *goodwill* apurado, a activos intangíveis, o valor das reservas de reavaliação de títulos de capital negativas, 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e a desvios actuariais negativos decorrentes com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, reconhecidos até ao exercício de 2008, e o rendimento esperado, e não obtido, do rendimento dos activos do fundo de pensões referentes ao exercício de 2008.

Fundos Próprios Complementares: Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

Deduções: Compreende, essencialmente, a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder o *Tier I* e determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar 50% do *Tier I*.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, essas deduções eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a esse mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB, elegíveis de *Tier I*, em 2010 e 2009 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhares euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo do início do exercício	503.260	435.716
Capital realizado	46.269	-
Outros instrumentos equiparáveis a capital	(46.269)	50.000
Reservas e resultados transitados	8.612	48.444
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto p	1.707	(187)
Interesses que não controlam	(4.315)	17.166
Diferença de reavaliação de activos disponíveis para venda	(446)	(805)
Activos intangíveis	(5.426)	(47.381)
Deduções aos FPB	(14.098)	307
Saldo no final do exercício	489.294	503.260

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BESl para 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

	(milhares euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Total Activos Consolidados	6.559.785	7.012.269
Activos Ponderados	5.493.073	5.793.310
% Ponderação	83,60%	82,55%
Requisitos de Fundos Próprios	439.446	463.464
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	330.074	333.275
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	71.327	96.062
Requisitos de Fundos Próprios Risco Operacional	38.045	34.127
Fundos Próprios Elegíveis	522.258	577.949
Fundos Próprios Core Tier I	500.877	454.477
Fundos Próprios de Base	489.294	503.261
Fundos Próprios Complementares	32.989	75.417
Deduções	(25)	(729)
Excesso	82.812	114.485
Rácio de Solvabilidade	9,5%	10,0%
Rácio TIER I	8,9%	8,7%
Rácio CORE TIER I	9,1%	7,8%

NOTA 44 – ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

No final do exercício de 2011 o Grupo tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (*Other comprehensive income – OCI*), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Grupo no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Grupo reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital próprio dos ganhos e perdas actuariais.



Relatório e Contas 2011

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Grupo a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

Balanço	1 de Janeiro de 2010			31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	29 748	-	29 748	12 078	-	12 078
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31 940	-	31 940	49 369	-	49 369
Activos financeiros detidos para negociação	1 365 581	-	1 365 581	2 012 802	-	2 012 802
Activos financeiros disponíveis para venda	528 678	-	528 678	695 005	-	695 005
Aplicações em instituições de crédito	747 085	-	747 085	372 610	-	372 610
Crédito a clientes	2 072 859	-	2 072 859	2 244 842	-	2 244 842
Investimentos detidos até à maturidade	436 445	-	436 445	717 736	-	717 736
Derivados para gestão de risco	111 126	-	111 126	104 039	-	104 039
Activos não correntes detidos para venda	1 311	-	1 311	1 283	-	1 283
Outros activos tangíveis	8 728	-	8 728	20 292	-	20 292
Activos intangíveis	16 561	-	16 561	63 936	-	63 936
Investimentos em associadas	29 182	-	29 182	35 335	-	35 335
Activos por impostos correntes	9 745	-	9 745	870	-	870
Activos por impostos diferidos	17 899	2 480	20 379	25 728	2 177	27 905
Outros activos	470 587	(8 552)	462 035	661 675	(7 508)	654 167
Total de Activo	5 877 475	(6 072)	5 871 403	7 017 600	(5 331)	7 012 269
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	-	-	264 604	-	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	456 511	-	456 511	626 472	-	626 472
Recursos de outras instituições de crédito	1 657 092	-	1 657 092	2 313 561	-	2 313 561
Recursos de clientes	833 456	-	833 456	1 338 765	-	1 338 765
Responsabilidades representadas por títulos	1 941 066	-	1 941 066	1 172 281	-	1 172 281
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	53 815	-	53 815
Derivados para gestão de risco	54 879	-	54 879	81 256	-	81 256
Provisões	13 219	-	13 219	23 768	-	23 768
Passivos por impostos correntes	4 590	-	4 590	5 554	-	5 554
Passivos por impostos diferidos	10 810	-	10 810	3 697	-	3 697
Passivos subordinados	104 140	-	104 140	109 473	-	109 473
Outros passivos	274 956	-	274 956	390 707	-	390 707
Total de Passivo	5 350 719	-	5 350 719	6 383 953	-	6 383 953
Capital Próprio						
Capital	180 000	-	180 000	180 000	-	180 000
Prémios de emissão	8 796	-	8 796	8 796	-	8 796
Outros instrumentos de capital	-	-	-	50 000	-	50 000
Reservas de justo valor	18 446	-	18 446	3 819	-	3 819
Outras reservas e resultados transitados	209 147	(6 072)	203 075	250 275	(5 676)	244 599
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do banco	50 384	-	50 384	60 030	345	60 375
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	466 773	(6 072)	460 701	552 920	(5 331)	547 589
Interesses que não controlam	59 983	-	59 983	80 727	-	80 727
Total de Capital Próprio	526 756	(6 072)	520 684	633 647	(5 331)	628 316
Total de Passivo e Capital Próprio	5 877 475	(6 072)	5 871 403	7 017 600	(5 331)	7 012 269

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	322 188	-	322 188
Juros e custos similares	238 552	-	238 552
Margem financeira	83 636	-	83 636
Rendimentos de instrumentos de capital	2 385	-	2 385
Rendimentos de serviços e comissões	158 138	-	158 138
Encargos com serviços e comissões	(18 395)	-	(18 395)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(8 941)	-	(8 941)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	23 810	-	23 810
Resultados de reavaliação cambial	25 155	-	25 155
Resultados de alienação de outros activos	2 592	-	2 592
Outros resultados de exploração	(11 118)	-	(11 118)
Proveitos operacionais	257 262	-	257 262
Custos com pessoal	87 997	(345)	87 652
Gastos gerais administrativos	46 741	-	46 741
Depreciações e amortizações	3 443	-	3 443
Provisões líquidas de anulações	10 206	-	10 206
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	30 107	-	30 107
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	139	-	139
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1 850)	-	(1 850)
Custos operacionais	176 783	(345)	176 438
Resultados de associadas	1 650	-	1 650
Resultado antes de impostos	82 129	345	82 474
Impostos			
Correntes	24 138	-	24 138
Diferidos	(6 439)	-	(6 439)
Resultado líquido do exercício	64 430	345	64 775
Atribuível aos accionistas do Banco	60 030	345	60 375
Atribuível aos interesses que não controlam	4 400	-	4 400
	64 430	345	64 775

Relatório e Contas 2011

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)			
Demonstração do Rendimento Integral	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Resultado líquido do exercício			
Atribuível aos accionistas do Banco	60 030	345	60 375
Atribuível aos interesses que não controlam	4 400	-	4 400
	64 430	345	64 775
Outro rendimento integral do exercício			
Benefícios de longo prazo	-	396	396
Diferenças de câmbio	24 497	-	24 497
	24 497	396	24 893
Activos disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	725	-	725
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(23 474)	-	(23 474)
Impostos diferidos	6 232	-	6 232
	(16 517)	-	(16 517)
Total do rendimento integral do exercício	72 410	741	73 151
Atribuível aos accionistas do Banco	63 241	741	63 982
Atribuível aos interesses que não controlam	9 169	-	9 169
	72 410	741	73 151

O detalhe dos ajustamentos efectuados com vista à alteração da política contabilística analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	Desvios actuariais em balanço de acordo com a anterior política contabilística	Impacto da alteração da política contabilística		
		No activo	No rendimento integral	Nos resultados
Valores brutos				
1 de Janeiro de 2010	8 552	(8 552)	(8 552)	-
Perdas actuariais do exercício	(628)	628	628	-
Amortização do exercício	(345)	345	-	345
Outros	(71)	71	71	-
31 de Dezembro de 2010	7 508	(7 508)	(7 853)	345
Imposto				
1 de Janeiro de 2010		2 480	2 480	-
Imposto do exercício		(303)	(303)	-
31 de Dezembro de 2010		2 177	2 177	-
Efeito líquido				
1 de Janeiro de 2010		(6 072)	(6 072)	-
31 de Dezembro de 2010		(5 331)	(5 676)	345

NOTA 45 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO GRUPO

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2011, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Relatório e Contas 2011

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO GRUPO

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010 e ainda não foi adoptada pela União Europeia. Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente Outro rendimento integral (*Other comprehensive income*). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em Outro rendimento integral não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação. Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu controlo sobre a participada. Foi introduzido o conceito de “de facto control”.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) *Joint operations*; e 2) *Joint ventures*.

Relatório e Contas 2011

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e *joint ventures* com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em *joint ventures*, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para *joint ventures*.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa *joint venture*, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), excepto de foram aplicadas as excepções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração ao IFRS 7 - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativos ao exercício de 2011**

Ao Accionista do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2011 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma reputada sociedade internacional de auditoria.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BESI no exercício de 2011, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

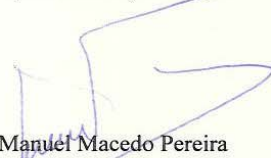
O Conselho Fiscal reconhece ainda que tais resultados são consequência da envolvente negativa nacional e internacional.

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido negativo, em base estatutária e relativo ao exercício de 2011, no montante de 9.377.433,18 euros.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL

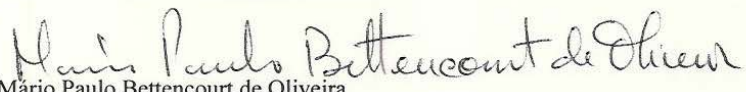


José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)



Tito Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto


Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.**Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria**

(Contas Consolidadas)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, do **"Banco Espírito Santo de Investimento, S.A."**, as quais compreendem: o Balanço consolidado (que evidencia um total de 6.559.785 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao accionista de 527.096 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível ao accionista de 9.061 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

BESI - Consolidado
CLC 2011

Rua Artimaria Lda, 104 - 4.º Esq.º - 1049 - 053 Lisboa - Portugal
t. +351 21 384 16 00 • f. +351 21 385 50 24 • e-mail: geral@besi-soc.com • www.besi-soc.com
Inscrita na lista das R.D.L. com o N.º 19 (Sociedade)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319

1/3



Kreston International
A global association of independent accountants and business advisors



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

BESI - Consolidado
CLC 2011

2/3

Rua Artilharia 11m, 104 - 4.º Esq.º - 1099 - 058 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 76 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail geral@rcr-sroc.com • www.rcr-sroc.com
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 919



Kreston International
A global association of independent accountants and business advisors



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do “Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012

José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

BESI - Consolidado
CLC 2011

Rua Artilharia 101, 104 - 4.º Escº - 1099 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 15 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail geral@acrc-sroc.com • www.acrc-sroc.com
Inscrita na lista das R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319



Kreston International
A global association of independent accountants and business advisors

3/3



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 6.559.785 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 527.096 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 9.061 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;





- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 21 de Março de 2012



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
E
NOTAS ÀS CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso
Juros e proveitos similares	4	86 847	93 149
Juros e custos similares	4	77 797	79 974
Margem financeira		9 050	13 175
Rendimentos de instrumentos de capital		22	25 087
Rendimentos de serviços e comissões	5	70 424	116 347
Encargos com serviços e comissões	5	(11 178)	(13 158)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	22 842	8 103
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	36 300	3 656
Resultados de reavaliação cambial	8	(16 244)	3 695
Resultados de alienação de outros activos financeiros	9	(4 615)	(385)
Outros resultados de exploração	10	(5 527)	(2 338)
Proveitos operacionais		101 074	154 182
Custos com pessoal	11	47 522	55 345
Gastos gerais administrativos	13	34 651	33 824
Depreciações e amortizações	23 e 24	2 965	2 407
Provisões líquidas de anulações	31	(1 440)	13 426
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	31 067	20 958
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17, 18 e 19	1 000	(104)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26	606	(797)
Custos operacionais		116 371	125 059
Resultado antes de impostos		(15 297)	29 123
Impostos			
Correntes	32	(1 238)	(4 979)
Diferidos	32	7 158	3 553
Resultado líquido do exercício		(9 377)	27 697
Resultados por acção básicos (em euros)	14	-0,34	0,77
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	-0,34	0,77

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração Individual do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido do exercício	(9 377)	27 697
Outro rendimento integral do exercício		
Benefícios de longo prazo	4 817	330
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	29 948	(5 013)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(35 309)	(3 563)
Impostos diferidos	2 640	584
Total do rendimento integral do exercício	(2 721)	(7 992)
	(7 281)	20 035

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

		(milhares de euros)		
	Notas	31.12.2011	31.12.2010 Reexpresso	01.01.2010 Reexpresso
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 854	12 024	29 575
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	36 376	20 682	27 722
Activos financeiros detidos para negociação	17	872 579	977 148	891 059
Activos financeiros disponíveis para venda	18	106 769	253 455	229 759
Aplicações em instituições de crédito	19	175 207	487 533	714 101
Crédito a clientes	20	876 777	956 352	938 187
Investimentos detidos até à maturidade	21	39 730	42 029	39 003
Derivados para gestão de risco	22	649	2 207	901
Outros activos tangíveis	23	16 701	16 055	6 821
Activos intangíveis	24	8 796	2 966	1 862
Investimentos em subsidiárias e associadas	25	4 480	3 481	3 956
Activos por impostos correntes		2 770	3 071	9 691
Activos por impostos diferidos	32	35 231	24 094	20 291
Outros activos	26	1 079 147	942 200	631 396
Total de Activo		3 257 066	3 743 297	3 544 324
Passivo				
Recursos de bancos centrais	27	64 007	264 604	-
Passivos financeiros detidos para negociação	17	733 963	507 364	404 414
Recursos de outras instituições de crédito	28	1 507 011	1 653 266	1 477 926
Recursos de clientes	29	230 814	451 377	840 453
Responsabilidades representadas por títulos	30	23 570	28 690	195 348
Derivados para gestão de risco	22	949	260	790
Provisões	31	25 659	33 090	20 677
Passivos por impostos correntes		5 187	3 995	2 209
Passivos por impostos diferidos	32	2 373	3 298	3 355
Passivos subordinados	33	70 222	70 241	69 917
Outros passivos	34	268 701	392 046	237 110
Total de Passivo		2 932 456	3 408 231	3 252 199
Capital Próprio				
Capital	35	226 269	180 000	180 000
Prémios de emissão	35	8 796	8 796	8 796
Outros instrumentos de capital	35	3 731	50 000	-
Reservas de justo valor	36	(8 082)	(5 361)	2 631
Outras reservas e resultados transitados	36	103 273	73 934	62 310
Resultado do exercício		(9 377)	27 697	38 388
Total de Capital Próprio		324 610	335 066	292 125
Total de Passivo e Capital Próprio		3 257 066	3 743 297	3 544 324

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas

Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de Capital	Reservas, resultados transitados e outro rendimento Integral			Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
				Reservas de Justo valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento Integral	Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	180 000	8 796	-	2 631	62 310	64 941	38 388	292 125
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(7 992)	-	(7 992)	-	(7 992)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	330	330	-	330
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27 697	27 697
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(7 992)	330	(7 662)	27 697	20 035
Emissão de outros instrumentos de capital (ver Nota 35)	-	-	50 000	-	(94)	(94)	-	49 906
Constituição de reservas	-	-	-	-	17 048	17 048	(17 048)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	(5 660)	(5 660)	(21 340)	(27 000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)	180 000	8 796	50 000	(5 361)	73 934	68 573	27 697	335 066
Outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(2 721)	-	(2 721)	-	(2 721)
Desvios actuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	5 459	5 459	-	5 459
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(9 377)	(9 377)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	(2 721)	5 459	2 738	(9 377)	(6 639)
Aumento de capital	46 269	-	-	-	-	-	-	46 269
Constituição de reservas	-	-	-	-	27 697	27 697	(27 697)	-
Reembolso de instrumentos de capital	-	-	(46 269)	-	-	-	-	(46 269)
Juros de outros instrumentos de capital, líquido de imposto (b)	-	-	-	-	(3 175)	(3 175)	-	(3 175)
Outro movimentos	-	-	-	-	(642)	-	-	(642)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	226 269	8 796	3 731	(8 082)	103 273	95 833	(9 377)	324 610

^(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,75 euros em 2010.

^(b) Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BESf (ver Nota 35)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
(milhares de euros)			
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		86 847	93 149
Juros e custos pagos		(75 650)	(75 820)
Serviços e comissões recebidas		70 424	116 348
Serviços e comissões pagas		(11 178)	(13 158)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(82 173)	(89 514)
		(11 730)	31 005
<i>Variação nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		10 168	17 546
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		351 731	24 389
Aplicações em instituições de crédito		312 326	226 578
Recursos de bancos centrais		(200 597)	264 604
Recursos de instituições de crédito		(146 255)	175 340
Crédito a clientes		74 944	(18 165)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(220 563)	(389 076)
Derivados para gestão de risco		4 529	(2 539)
Outros activos e passivos operacionais		(329 836)	(188 316)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(155 283)	141 366
Impostos sobre os lucros pagos		(923)	4 606
		(156 206)	145 972
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(1 000)	-
Dividendos recebidos		22	25 087
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(12 366)	(112 082)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		195 352	92 883
Investimentos detidos até à maturidade		2 315	(3 026)
Compra de imobilizações		(9 081)	(12 746)
Venda de imobilizações		207	57
		175 449	(9 827)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações		1 875	14 937
Reembolso de obrigações		(5 422)	(181 117)
Aumento capital		-	-
Emissão de outros instrumentos de capital		-	50 000
Dividendos de acções ordinárias pagos		-	(27 000)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(3 547)	(143 180)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		-	-
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		15 696	(7 035)
Caixa e equivalentes no início do exercício		20 696	27 731
Caixa e equivalentes no fim do exercício		36 392	20 696
		15 696	(7 035)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	16	14
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	36 376	20 682
Total		36 392	20 696

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

NOTA 1 - ACTIVIDADE

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Espanha, Varsóvia e Nova Iorque, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BESI agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010. Contudo, em 2011 o Banco alterou a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes dos planos de pensões de benefício definido tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 ‘Benefícios a empregados’, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral. Anteriormente a esta alteração, os desvios actuariais eram diferidos em balanço e reconhecidos em resultados com base no método do corredor previsto no parágrafo 92 do IAS 19. Os impactos desta alteração de política contabilística podem ser analisados na Nota 41.

Adicionalmente e tal como descrito na Nota 42, o Banco adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2011 não teve um efeito material nas contas do Banco.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 42.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de Março de 2012.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Relatório e Contas 2011

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros activos (ver Nota 26) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a

Relatório e Contas 2011

informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 17 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados

até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço,

Relatório e Contas 2011

sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efectue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respectivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente nulo tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 12
Mobiliário e material	4 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Relatório e Contas 2011

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, e conforme descrito na Nota 46, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 “Benefícios a empregados”, como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de Dezembro de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de activos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Os custos com serviços passados associados à introdução de um plano de benefício definido ou de alterações introduzidas nos planos existentes, são diferidos durante o período até que os mesmos se tornam de direito adquirido.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Anualmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008, cobertas pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

Relatório e Contas 2011

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

O BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011), que terminou no primeiro semestre de 2011.

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BESI tinham o direito ao recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores tinham de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadrava-se no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções e correspondia a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, foi imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante era reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração, são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em

resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais

curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;

Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Relatório e Contas 2011

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	35 154	-	35 154	33 041	-	33 041
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2 679	2 679	-	4 930	4 930
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	4 989	-	4 989	8 544	-	8 544
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	6 560	-	6 560	4 695	-	4 695
Juros de derivados para gestão de risco	-	33 442	33 442	-	39 343	39 343
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 422	-	1 422	1 251	-	1 251
Outros juros e proveitos similares	2 601	-	2 601	1 345	-	1 345
	50 726	36 121	86 847	48 876	44 273	93 149
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	162	287	449	1 640	102	1 742
Juros de recursos de clientes	6 731	-	6 731	2 860	-	2 860
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	34 893	-	34 893	34 579	-	34 579
Juros de derivados para gestão de risco	-	33 599	33 599	-	38 940	38 940
Juros de passivos subordinados	1 848	-	1 848	1 333	-	1 333
Outros juros e custos similares	277	-	277	520	-	520
	43 911	33 886	77 797	40 932	39 042	79 974
	6 815	2 235	9 050	7 944	5 231	13 175

A rubrica de juros de crédito inclui 7.093 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1.128 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.1.8., os juros de derivados de cobertura e os juros de derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.7.

NOTA 5 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	34 593	72 544
Por garantias prestadas	4 484	3 433
Por operações realizadas por conta de terceiros	31 347	40 370
	<u>70 424</u>	<u>116 347</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 687	1 744
Por operações realizadas por terceiros	9 485	11 414
Por garantias recebidas	4	-
Outros custos com serviços e comissões	2	-
	<u>11 178</u>	<u>13 158</u>
	<u>59 246</u>	<u>103 189</u>

NOTA 6 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	10 173	4 827	5 346	2 843	1 194	1 649
De outros emissores	12 124	5 406	6 718	11 860	4 280	7 580
Acções	40 579	43 715	(3 136)	56 204	59 560	(3 356)
Outros títulos de rendimento variável	195	212	(17)	10	18	(8)
	63 071	54 160	8 911	70 917	65 052	5 865
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	27 460	25 035	2 425	39 724	47 202	(7 478)
Contratos sobre taxas de juro	492 358	484 070	8 288	357 669	350 766	6 903
Contratos sobre acções/índices	153 740	151 664	2 076	274 057	269 414	4 643
Contratos sobre créditos	61 642	60 538	1 104	68 594	67 702	892
Outros	-	875	(875)	409	1 541	(1 132)
	735 200	722 182	13 018	740 453	736 625	3 828
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	216	132	84	16	313	(297)
Responsabilidades representadas por títulos	2 849	1 527	1 322	809	1 838	(1 029)
Outros Passivos Subordinados	-	493	(493)	-	264	(264)
	3 065	2 152	913	825	2 415	(1 590)
	801 336	778 494	22 842	812 195	804 092	8 103

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica inclui um efeito positivo de 417 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 28 milhares de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver nota 22).

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	2 557	535	2 022
De outros emissores	2 242	3 134	(892)	1 228	343	885
Instrumentos de capital	37 192	-	37 192	749	-	749
	39 434	3 134	36 300	4 534	878	3 656

NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	18 205	34 449	(16 244)	23 543	19 848	3 695
	18 205	34 449	(16 244)	23 543	19 848	3 695

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 9 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

A 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica incluía o montante de 4 632 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 385 mil euros) relativo a perdas reconhecidas no âmbito da venda de contratos de crédito.

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Outros serviços clientes	670	660
Impostos directos e indirectos	(2 956)	(1 225)
Perda na transferência das responsabilidades para a Segurança Social	(439)	-
Outros resultados de exploração	(2 802)	(1 773)
	<u>(5 527)</u>	<u>(2 338)</u>

NOTA 11 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Vencimentos e salários	36 137	45 467
Remunerações	35 971	45 040
Prémios de antiguidade (ver Nota 11)	166	427
Custos com pensões de reforma (ver Nota 11)	1 681	1 551
Outros encargos sociais obrigatórios	5 962	5 132
Outros custos	3 742	3 195
	<u>47 522</u>	<u>55 345</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do BESI são como segue:

			(milhares de euros)
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2011			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	5 492	3 213	8 705
Prémios de antiguidade	64	14	78
Remunerações variáveis	1 943	2 629	4 572
Total	7 499	5 856	13 355
2010			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 213	2 627	6 840
Prémios de antiguidade	37	-	37
Remunerações variáveis	1 936	1 342	3 278
Total	6 186	3 969	10 155

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores Responsáveis e Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Banco ascendia a 322 milhares de euros e 370 milhares de euros, respectivamente.

Por categoria profissional, o número de colaboradores do BESI analisa-se como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
Funções directivas	264	211
Funções de chefia	4	3
Funções específicas	153	134
Funções administrativas	34	29
Funções auxiliares	10	7
	465	384

NOTA 12 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo. Estão abrangidos por este benefício os

Relatório e Contas 2011

empregados admitidos até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida activa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de Dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efectuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de Dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de actualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Colectiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às actualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respectivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os activos dos fundos de pensões das respectivas instituições financeiras, na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respectivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2011	31.12.2010
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	2,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 menos 1 ano	TV 73/77 (ajustada)
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2011	31.12.2010
Activos	240	234
Reformados	20	21
Sobreviventes	7	5
TOTAL	267	260

Relatório e Contas 2011

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	3 612	301	3 913	8 045	523	8 568
Activos	29 070	1.398	30 468	22 779	1.481	24 260
	32 682	1 699	34 381	30 824	2 004	32 828
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro			46 686			34 956
Excesso de cobertura/(Valores) a entregar ao fundo			12 305			2 128
Custo com serviço passados diferidos			12 175			-
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro (ver Nota 26)			24 480			2 128
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral			160			7 873

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011			31.12.2010		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	30 824	2 004	32 828	28 738	1 868	30 606
Custo do serviço corrente	1 700	120	1 820	1 563	112	1 675
Custo dos juros	1 659	110	1 769	1 549	103	1 652
Contribuições dos participantes	156	-	156	162	-	162
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	(13 265)	(535)	(13 800)	-	-	-
- Alteração de pressupostos	(4 600)	(279)	(4 879)	-	-	-
- (Ganhos)/perdas de experiência	(8 965)	(256)	(9 221)	(611)	(79)	(690)
Pensões pagas pelo fundo	(667)	-	(667)	(577)	-	(577)
Responsabilidades por serviços passados associados a benefícios atribuídos durante o ano	12 275	-	12 275	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	32 382	1 699	34 081	30 824	2 004	32 828

No âmbito do acordo estabelecido, o valor dos activos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa óptica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante a pagar pelo Banco ao Estado ascendeu a 4 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 438 mil euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total a pagar no valor de 4 milhões de euros, cerca de 3,8 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 438 mil euros directamente pelo Banco. No final de Dezembro de 2011 foi efectuado o pagamento de 55% do montante do montante a liquidar, devendo o remanescente ser pago no primeiro semestre de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 323 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 308 milhares de euros) e um acréscimo no custo do período (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 37 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 35 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 323 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 287 milhares de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 34 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 35 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	34 956	32 520
Rendimento real do fundo	(4 199)	1 692
Contribuições do Banco	16 447	1 159
Contribuições dos empregados	156	162
Pensões pagas pelo fundo	(667)	(577)
Outros	(7)	-
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	46 686	34 956

Relatório e Contas 2011

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	2011	2010
Obrigações	35,91%	61,90%
Acções	33,85%	28,70%
Investimento alternativo	4,14%	4,50%
Liquidez	26,10%	4,90%
Total	100,00%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	7 873	8 479
- Alteração de pressupostos actuariais	(4 579)	-
- (Ganhos)/perdas de experiência	(3 114)	(606)
Outros	(20)	-
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	160	7 873

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Custo do serviço corrente	1 820	1 675
Custo dos juros	1 769	1 652
Rendimento esperado do fundo	(1 908)	(1 776)
Custos do exercício	1 681	1 551

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	2 128	1 914
Custo do exercício	(1 681)	(1 551)
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento	7 693	606
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	16 603	1 159
Outros	(263)	-
Saldo a 31 de Dezembro	24 480	2 128

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(32.682)	(30.824)	(28.738)	(27.648)	(26.431)
Benefícios de saúde	(1.699)	(2.004)	(1.868)	(1.797)	(1.719)
	(34.381)	(32.828)	(30.606)	(29.445)	(28.150)
Saldo dos fundos	46.686	34.956	32.520	27.648	25.710
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	12.305	2.128	1.914	(1.797)	(2.440)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	(8.965)	(611)	374	(190)	(404)
Benefícios de saúde	(256)	(79)	(15)	(49)	(63)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(6.107)	84	(2.258)	7.940	770

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio de antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Relatório e Contas 2011

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Responsabilidades a 1 de Janeiro	1 382	1 382
Custo do exercício (Ver Nota 10)	427	427
Prémios pagos	(52)	(52)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	1 757	1 757

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (ver Nota 33).

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2011).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 ^(a)
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	700.000	1.159.988
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	1.806	

^(a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 1 806 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2010 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 602 milhares de euros (597 milhares de euros – 2009). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo que a 31 de Dezembro de 2010 o seu justo valor era nulo (2009: 55, 2 mil euros).

NOTA 13 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Rendas e alugueres	6 172	5 362
Publicidade e publicações	1 704	1 784
Comunicações e expedição	6 132	4 941
Conservação e reparação	1 133	974
Deslocações e representação	6 091	6 946
Água, energia e combustíveis	618	520
Material de consumo corrente	252	307
Serviços especializados		
Informática	3 824	2 780
Mão-de-Obra eventual	379	319
Trabalho independente	1 837	2 461
Segurança e vigilância	251	246
Informações	363	285
Outros serviços especializados	3 946	4 828
Outros custos	1 949	2 071
	34 651	33 824

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com banco de dados e recrutamento de pessoal.

Relatório e Contas 2011

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até um ano	943	1 008
De um ano a cinco	1 190	1 012
	2 133	2 020

Os honorários facturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, durante os exercícios de 2011 e 2010 é de 81 e 78 milhares de euros respectivamente.

NOTA 14 – RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Resultado líquido do exercício	(12 395)	27 697
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	36 659	36 000
Resultado por acção básico em milhares de euros	-0,34	0,77

O resultado líquido do exercício encontra-se ajustado da remuneração das obrigações perpétuas as quais são registadas como um movimento de reservas

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco não detinha acções potenciais ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 15 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	16	14
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	1 301	8 008
Outros bancos centrais no estrangeiro	537	4 002
	1 838	12 010
	1 854	12 024

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa que totalizavam no final do exercício 9 168 milhares de euros. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2011 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 1% (31 de Dezembro de 2010: 1%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2011 foi incluído no período de manutenção de 14 de Dezembro de 2011 a 17 de Janeiro de 2012, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 4 milhões de euros.

NOTA 16 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	27 214	12 371
	27 214	12 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	9 162	8 311
	9 162	8 311
	36 376	20 682

NOTA 17 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	678	9 826
De outros emissores	57 207	348 629
Acções	20 283	65 543
Outros títulos	727	538
	78 895	424 536
Derivados	793 684	552 612
	872 579	977 148
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	9 485
Derivados	733 963	497 879
	733 963	507 364

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Títulos detidos para negociação		
Até 3 meses	28 509	342 406
De 3 meses a um ano	14 031	7 264
De um a cinco anos	15 295	8 650
Mais de cinco anos	50	135
Duração indeterminada	21 010	66 081
	78 895	424 536

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	678	-	678	9 413	413	9 826
De outros emissores	-	57 207	57 207	-	348 629	348 629
Acções	20 283	-	20 283	65 543	-	65 543
Outros títulos de rendimento variável	727	-	727	538	-	538
Total valor de balanço	21 688	57 207	78 895	75 494	349 042	424 536

A rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados inclui 5 600 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de Dezembro de 2010: 14 775 milhares de euros).

Durante o exercício de 2011 e 2010 constituíram-se provisões para risco país como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	-	-
Dotações	-	5
Reversões	-	(6)
Diferenças de câmbio e outras	-	1
Saldo final	-	-

Relatório e Contas 2011

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)						
	31.12.2011			31.12.2010		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de câmbio						
FX Swaps e Fxforward	1 105 329	939	-	429 015	-	1 040
CIRS	100 820	1 216	1 024	41 879	17 674	1 081
FX Options	802 468	3 835	4 209	938 405	5 442	6 329
	2 008 617	5 990	5 233	1 409 299	23 116	8 450
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps	11 772 020	583 758	522 644	12 829 212	383 533	340 181
Swatons	170 500	-	-	197 000	-	-
Interest Rate Caps & Floors	4 305 524	18 905	18 810	3 698 337	19 819	19 818
Interest Rate Options	751 217	-	-	1 183 438	-	-
	16 999 261	602 663	541 454	17 907 987	403 352	359 999
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	1 087 280	115 688	117 366	884 890	92 336	93 124
Equity / Index Options	398 697	13 282	12 558	331 967	16 616	17 754
Equity / Index Futures	141 579	-	-	47 984	-	-
	1 627 556	128 970	129 924	1 264 841	108 952	110 878
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	467 520	56 061	57 352	480 366	17 192	18 552
	467 520	56 061	57 352	480 366	17 192	18 552
Total	21 102 954	793 684	733 963	21 062 493	552 612	497 879

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2011		31.12.2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	23 538	20 959	9 488	10 130
De 3 meses a um ano	40 834	42 974	37 661	38 353
De um a cinco anos	230 725	220 948	202 468	200 756
Mais de cinco anos	498 587	449 082	302 995	248 640
	793 684	733 963	552 612	497 879

NOTA 18 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 312	-	(579)	-	3 733
De outros emissores	82 288	130	(9 281)	-	73 137
Acções	3 920	-	(257)	(1 200)	2 463
Outros títulos	32 170	200	(1 208)	(3 726)	27 436
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	122 690	330	(11 325)	(4 926)	106 769
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 157		(34)	-	2 123
De outros emissores	243 458	841	(5 756)	(12 609)	225 934
Acções	3 676	93	-	(1 200)	2 569
Outros títulos	25 587	310	(332)	(2 736)	22 829
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	274 878	1 244	(6 122)	(16 545)	253 455

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	16 545	20 228
Dotações	991	93
Utilizações	(12 610)	(3 776)
Saldo a 31 de Dezembro	4 926	16 545

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui 26 450 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de Dezembro de 2010: 22 980 milhares de euros), (ver Nota 37).

Relatório e Contas 2011

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Activos financeiros disponíveis para venda		
Até 3 meses	7 479	11 459
De 3 meses a um ano	5 776	10 132
De um a cinco anos	27 330	40 253
Mais de cinco anos	36 285	166 213
Duração indeterminada	29 899	25 398
	106 769	253 455

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 733	-	3 733	2 123	-	2 123
De outros emissores	35 252	37 885	73 137	53 754	172 180	225 934
Ações	1 575	888	2 463	705	1 864	2 569
Outros títulos de rendimento variável	8 747	18 689	27 436	-	22 829	22 829
Total valor de balanço	49 307	57 462	106 769	56 582	196 873	253 455

As principais contribuições para a reserva de justo valor e para o montante de imparidade com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

		(milhares de euros)			
2011	Custo (1)	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
Descrição		Positiva	Negativa		
OBRIGACOES TESOURO 6.4% FEB2016	2 194	-	(515)	-	1 679
BANCO COM PORT 5.625% APR2014	4 994	-	(1 476)	-	3 518
BANCO COM PORT EUR3M+90 FEB2013	12 864	-	(3 049)	-	9 815
BANCO COM PORT EUR3M+130 MAR2013	4 977	-	(1 327)	-	3 650
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 999	-	(451)	-	1 548
MAGEL 4 A EUR3M+14 PERPET	2 170	-	(819)	-	1 351
BES 1.625% APR2013	3 014	-	(576)	-	2 438
OUTROS	90 478	330	(3 112)	(4 926)	82 770
	122 690	330	(11 325)	(4 926)	106 769

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

(milhares de euros)

2010 Descrição	Custo (1)	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
OT MAI 10 5.85%	2 157	-	(34)	-	2 123
BANCO COM PORT EUR3M+90 FEB2013	12 742	-	(2 231)	-	10 511
BANCO COM PORT EUR3M+130 MAR2013	4 959	-	(905)	-	4 054
MONTEPIO GERAL EUR3M+25BP MAY12	4 000	-	(155)	-	3 845
MONTEPIO GERAL EUR3M+20 JAN11	6 999	-	(16)	-	6 983
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 998	-	(490)	-	1 508
BANCO BPI CAY EUR3M+12.5 JAN2011	4 500	-	(24)	-	4 476
OUTROS	237 523	1 244	(2 267)	(16 545)	219 955
	274 878	1 244	(6 122)	(16 545)	253 455

(1) custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida

NOTA 19 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações de muito curto prazo	-	2
Empréstimos	-	3 787
Operações de compra com acordo de revenda	128 568	313 771
Outras aplicações	46 869	170 184
	175 437	487 744
Perdas por imparidade	(230)	(211)
	175 207	487 533

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	175 437	483 957
De 1 ano a 5 anos	-	3 787
	175 437	487 744

Relatório e Contas 2011

Os movimentos ocorridos no exercício em perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	211	286
Dotações	72	8
Reversões	(63)	(210)
Diferenças de câmbio e outras	10	127
Saldo a 31 de Dezembro	230	211

NOTA 20 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	519	23 870
Empréstimos	713 722	835 968
Descobertos	28	97
Outros créditos	61 553	75 280
A particulares		
Habitação	671	771
	776 493	935 986
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	-	280
Créditos em conta corrente	19 385	-
Empréstimos	149 826	60 486
	169 211	60 766
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	3 868	710
Há mais de 90 dias	167	1 108
	4 035	1 818
	949 739	998 570
Provisão para imparidade do crédito	(72 962)	(42 218)
	876 777	956 352

Adicionalmente, o Banco tem em 31 de Dezembro de 2011 - 25 623 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2010 – 27 359 milhares de euros), os quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (Ver Nota 31).

Relatório e Contas 2011

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	17 443	67 087
De 3 meses a um ano	113 824	60 742
De um a cinco anos	216 872	231 946
Mais de cinco anos	597 565	636 977
Duração indeterminada	4 035	1 818
	949 739	998 570

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	42 218	28 300
Dotações	61 379	25 773
Reversões	(30 312)	(4 815)
Transferências	(206)	-
Diferenças de câmbio e outras	(117)	(654)
Utilizações	-	(6 386)
Saldo a 31 de Dezembro	72 962	42 218

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Taxa fixa	126 372	2 720
Taxa variável	823 367	995 850
	949 739	998 570

O Crédito a clientes repartido por tipo de garantia é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Créditos garantidos por hipoteca	164 816	68 933
Créditos garantidos por títulos cotados	71 364	97 687
Outras garantias	548 873	698 696
Créditos sem garantia	164 686	133 254
	949 739	998 570

NOTA 21 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	39 730	42 029
	39 730	42 029

A 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
De 3 meses a um ano	-	107
Mais de cinco anos	39 730	41 922
	39 730	42 029

O valor de mercado dos investimentos detidos até à maturidade a 31 de Dezembro de 2011 é de 37 117 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 39 869 milhares de euros).

O Banco avaliou, com referência a 31 de Dezembro de 2011 a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

A rubrica de Investimentos detidos até à maturidade inclui 1 556 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de Dezembro de 2010: 3 453 milhares de euros).

NOTA 22 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Derivados para gestão de risco activos	649	2 207
Derivados para gestão de risco passivos	949	260
	(300)	1 947

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)							
31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	4 710	265	371	(652)	213
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	6 600	1 035	457	(1 014)	(131)
			11 310	1 300	828	(1 666)	82

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)							
31.12.2010							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	18 493	315	421	829	(157)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	11 644	98	(164)	(1 230)	(312)
			30 137	413	257	(401)	(469)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados operacionais.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2011								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	19 874	(1 600)	(3 146)	1 203	2 538	18 670	19 874
		19 874	(1 600)	(3 146)	1 203	2 538	18 670	19 874

(milhares de euros)

31.12.2010								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	19 780	1 556	1 503	(1 585)	(1 545)	5 216	4 977
Recursos de outras instituições de crédito	IRS e CDS	19 380	(22)	77	131	15	27 628	27 760
		39 160	1 534	1 580	(1 454)	(1 530)	32 844	32 737

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, é positiva e o respectivo valor acumulado ascende em 31 de Dezembro de 2011 a 575 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 158 milhares de euros).

Relatório e Contas 2011

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)				
31.12.2011				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
De 3 meses a um ano	6 600	-	1 035	-
De um a cinco anos	4 710	19 874	265	(1 600)
	11 310	19 874	1 300	(1 600)
(milhares de euros)				
31.12.2010				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	-	21 161	-	(33)
De 3 meses a um ano	8 305	17 999	(53)	-
De um a cinco anos	9 850	-	423	1 567
Mais de cinco anos	11 982	-	43	-
	30 137	39 160	413	1 534

NOTA 23 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Imóveis		
De serviço próprio	643	643
Beneficiações em edifícios arrendados	7 753	7 436
	8 396	8 079
Equipamento		
Equipamento informático	7 221	4 400
Mobiliário e material	3 193	2 627
Máquinas e ferramentas	1 035	1 019
Instalações interiores	2 733	2 139
Material de transporte	98	51
Equipamento de segurança	325	325
Outros	81	78
	14 686	10 639
	23 082	18 718
Imobilizado em curso		
Imóveis	30	-
Equipamento	5 289	6 978
	5 319	6 978
	28 401	25 696
Depreciação acumulada	(11 700)	(9 641)
Saldo em 31 de Dezembro	16 701	16 055

Relatório e Contas 2011

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	4 808	9 883	357	15 048
Adições	3 177	744	6 954	10 875
Abates / vendas	-	(227)	-	(227)
Transferências	94	239	(333)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	8 079	10 639	6 978	25 696
Adições	121	444	1 304	1 869
Transferências	189	2 688	(2 877)	-
Outros movimentos	7	915	(86)	836
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	8 396	14 686	5 319	28 401
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 044	6 183	-	8 227
Depreciações do exercício	570	1 050	-	1 620
Abates / vendas	-	(206)	-	(206)
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	2 614	7 027	-	9 641
Depreciações do exercício	667	1 392	-	2 059
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	3 281	8 419	-	11 700
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	5 115	6 267	5 319	16 701
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	5 465	3 612	6 978	16 055

NOTA 24 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	11 766	9 573
Outras	916	916
	12 682	10 489
Imobilizado em curso	6 519	1 976
	19 201	12 465
Amortização acumulada	(10 405)	(9 499)
Saldo em 31 de Dezembro	8 796	2 966

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	9 048	897	629	10 574
Adições:				
Adquiridas a terceiros	419	-	1 453	1 872
Transferências	106	19	(106)	19
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	9 573	916	1 976	12 465
Adições:				
Adquiridas a terceiros	371	-	6 841	7 212
Transferências	1 703	-	(1 703)	-
Outros Movimentos	119	-	(595)	(476)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	11 766	916	6 519	19 201
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	8 088	624	-	8 712
Amortizações do exercício	658	129	-	787
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	8 746	753	-	9 499
Amortizações do exercício	780	126	-	906
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	9 526	879	-	10 405
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2011	2 240	37	6 519	8 796
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2010	827	163	1 976	2 966

NOTA 25 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euros)	Custo da participação
BRB INTERNACIONAL	133 000	19,00%	5,00	8.103	133 000	19,00%	5,00	8.103
PRO SPORT	1 900	19,00%	6,02	189	1 900	19,00%	6,02	189
APOLO FILMS	16 508	19,00%	6,01	582	16 508	19,00%	6,01	582
COMINVEST	375 000	25,00%	5,00	2.089	375 000	25,00%	5,00	2.089
COPORGEST	10 000	5,00%	5,00	50	10 000	5,00%	5,00	50
ESSI COMUNICAÇÕES SGPS, S.A.	10 000	100,00%	5,00	50	10 000	100,00%	5,00	50
ESSI INVESTIMENTOS, SGPS, S.A.	410 000	100,00%	5,00	2.050	210 000	100,00%	5,00	1.050
ESPIRITO SANTO INVESTMENT PLC	164 994	100,00%	5,00	825	164 994	100,00%	5,00	825
				13 937				12 938
Perdas por imparidade				(9 457)				(9 457)
				4 480				3 481

Relatório e Contas 2011

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	9 457	8 987
Dotações	-	470
Saldo a 31 de Dezembro	9 457	9 457

NOTA 26 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	500 679	297 507
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	20 895	16 286
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	330 732	279 138
Sector público administrativo	100	90
Outros devedores diversos	-	20 152
	852 406	613 173
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(5 410)	(5 401)
	846 996	607 772
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	1 129	275
Outros activos	4 359	4 459
	5 488	4 734
Proveitos a receber	2 577	2 344
Despesas com custo diferido	15 628	1 903
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	109 889	73 101
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	61 523	201 781
Outras operações a regularizar	12 564	48 437
	183 976	323 319
Pensões de reforma (ver Nota 11)	24 480	2 128
	1 079 145	942 200

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar reflecte as operações realizadas com títulos na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, a aguardar liquidação.

Relatório e Contas 2011

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	5 401	11 966
Dotações	3 804	6 720
Utilizações	(723)	(5 939)
Reversões	(3 198)	(7 517)
Diferenças de câmbio e outras	126	171
Saldo a 31 de Dezembro	5 410	5 401

NOTA 27 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica inclui uma operação de Mercado Monetário interbancário com o Banco de Portugal com o montante de 64 000 milhares de euros (31 de Dezembro 2010: 264 500 milhares de euros) e um juro corrido até a data de 7 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 104 milhares de euros).

O saldo desta rubrica encontrava-se colateralizado por activos financeiros do Grupo (ver Nota 18).

NOTA 28 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
No país		
Mercado monetário interbancário	646 372	573 646
Depósitos	378 628	454 514
Empréstimos medio e longo prazo	-	35 287
Operações com acordo de recompra	17 607	30 389
Outros recursos	369 248	412 586
	1 411 855	1 506 422
No estrangeiro		
Depósitos	8	34
Empréstimos medio e longo prazo	3 894	-
Operações de venda com acordo de recompra	99	310
Outros recursos	91 155	146 500
	95 156	146 844
	1 507 011	1 653 266

O escalonamento dos recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	1 209 477	1 131 676
De 3 meses a um ano	-	30 699
De um a cinco anos	283 545	490 891
Mais de cinco anos	13 989	-
	1 507 011	1 653 266

NOTA 29 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	18 654	20 988
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	82 608	89 501
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	129 001	308 021
Outros Depósitos	108	32 696
Outros	443	171
	129 552	340 888
	230 814	451 377

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Exigível à vista	19 097	21 159
Exigível a prazo		
Até 3 meses	211 717	359 281
De 3 meses a um ano	-	5 202
De um a cinco anos	-	65 735
	211 717	430 218
	230 814	451 377

NOTA 30 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações de caixa	5 039	9 346
Outras Obrigações	15 553	16 286
Certificados de Depósito	2 978	3 058
	23 570	28 690

O justo valor da carteira de Responsabilidades Representadas por Títulos encontra-se apresentado na Nota 39.

Esta rubrica inclui 18 670 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 5 216 milhares de euros) de responsabilidades registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 22).

Durante o exercício de 2011, o Banco procedeu à emissão de 1 875 milhares de euros de títulos (14 937 milhares de euros durante 2010) e reembolsou 5 422 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 181 117 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Até 3 meses	-	1 724
De 3 meses a um ano	-	3 182
De um a cinco anos	23 570	23 784
	23 570	28 690

As características essenciais destes recursos, em 31 de Dezembro de 2011, são como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor emitido	31-12-2011		Taxa de Juro
					Valor de Balanço	Maturidade	
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	29-03-2006	4 913	1 429	29-03-2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	31-03-2006	3 458	3 610	01-04-2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14 a)	EUR	25-08-2006	3 013	2 978	26-08-2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED a)	EUR	27-07-2010	3 500	3 281	05-09-2014	Indexada a Cabaz composto pelos Índices Eurostoxx50
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL a)	EUR	27-07-2010	12 500	10 535	05-09-2014	Indexada a Cabaz composto pelo Índices TOPIX, HANG
BESI	BESI 1.8% GOLD APR2015 a)	EUR	03-10-2011	1 875	1 737	05-09-2014	Taxa Fixa 1,8%
Total				29 259	23 570		

a) Indexado a câmbio e taxa de juro

NOTA 31 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisões para riscos gerais de crédito	Provisões para outros riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	19 207	1 470	20 677
Dotações	14 960	5 695	20 655
Reversões	(7 229)	-	(7 229)
Utilizações	-	(1 470)	(1 470)
Diferenças de câmbio e outras	421	36	457
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	27 359	5 731	33 090
Dotações	5 593	4 700	10 293
Reversões	(7 401)	(4 332)	(11 733)
Transferências	206	(1 400)	(1 194)
Utilizações	-	(1 400)	(1 400)
Diferenças de câmbio e outras	(134)	(3 263)	(3 397)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	25 623	36	25 659

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2010 foi apurado pelo BESI com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal e estadual de 28%, de acordo com a Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais).

O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2011 foi apurado pelo Banco com base numa taxa nominal de IRC, derrama municipal e derrama estadual de 29%.

Relatório e Contas 2011

As declarações de autoliquidação do Banco, relativas aos exercícios de 2011 e anteriores, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 85.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	26%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	45.95%

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Activos financeiros detidos para venda	3 143	528	-	(24)	3 143	504
Crédito a clientes	28 938	18 160	-	-	28 938	18 160
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(1 218)	(1 113)	(1 218)	(1 113)
Provisões	967	1 519	-	-	967	1 519
Fundo de pensões	2 183	2 183	-	-	2 183	2 183
Outros	-	-	(1 155)	(2 161)	(1 155)	(2 161)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1 704	-	-	-	1 704
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	35 231	24 094	(2 373)	(3 298)	32 858	20 796

O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos são apresentadas como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	20 796	14 477
Reconhecido em resultados	7 158	3 553
Reconhecido em reservas de justo valor	2 640	584
Reconhecido em outras reservas	1 259	2 183
Variação cambial e outros	1 005	(1)
Saldo a 31 de Dezembro	32 858	20 796

O imposto diferido reconhecido em outras reservas respeita aos desvios actuariais também reconhecidos nesta rubrica, conforme descrito na Nota 12.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2011 e 2010 explica-se como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	-	-	3 227	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(2 640)	-	(584)
Crédito a clientes	(10 779)	-	(7 275)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	105	-	-	-
Provisões	552	-	(1 130)	-
Fundo de Pensões	-	-	-	(2 183)
Prejuízos fiscais	2 964	(1 259)	1 625	-
	(7 158)	(3 899)	(3 553)	(2 767)
Impostos Correntes	1 238	-	4 979	-
Total do imposto reconhecido	(5 920)	(3 899)	1 426	(2 767)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		(15 297)		29 123
Taxa de imposto do BESl	29,0		28,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESl		(4 436)		8 154
Imposto sobre lucros das sucursais	1,0	(146)	(20,9)	3 202
Dividendos excluídos de tributação	0,0	-	45,9	(7 024)
Tributação autónoma	(4,9)	753	(3,6)	547
Alterações da taxa de imposto	11,8	(1 799)	0,0	-
Proveitos não tributáveis	(1,4)	-	(1,4)	(415)
Imposto diferido não reconhecido sobre prejuízos fiscais do exercício	0,0	-	15,1	(2 312)
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	9,6	(1 475)	0,0	-
Benefícios fiscais	0,3	(52)	0,3	(52)
Custos não dedutíveis	(6,6)	1 015	(1,0)	152
Outros	(1,4)	220	5,4	(826)
	38,7	(5 920)	4,9	1 426

Relatório e Contas 2011

No seguimento da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, foi criada a contribuição sobre o sector bancário. A 31 de Dezembro de 2011 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 1,5 milhões de euros, o qual foi incluído nos outros resultados operacionais – Impostos directos e indirectos (ver Nota 10).

NOTA 33 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações de caixa	70 222	70 241
	70 222	70 241

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)						
31.12.2011						
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	10 178	Indexada à CMS	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	Euribor 3M + 0,95%	2015
Sub-total				70 178		
Juro Corrido				44		
				70 222		

(milhares de euros)						
31.12.2010						
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	10 087	5,5000%	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	Euribor 3M + 0,95%	2015
Sub-total				70 087		
Juro Corrido				154		
				70 241		

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não houve emissões nem reembolsos de passivos subordinados.

NOTA 34 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	3 638	5 567
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	61 123	81 200
Credores por fornecimento de bens	1 777	3 055
Outros credores	11 055	9 529
	77 593	99 351
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	1 832	1 757
Outros custos a pagar	8 076	9 006
	9 908	10 763
Receitas com proveito diferido	1 110	939
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	58 379	190 500
Operações cambiais a liquidar	106 539	70 674
Outras operações a regularizar	15 172	19 819
	180 090	280 993
	268 701	392 046

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra em bolsa do Banco que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 35 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Acções ordinárias

Em 29 de Junho de 2009, o Banco procedeu a emissão de 22 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, totalizando 36 milhões de acções com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital no montante de 46 269 milhares de euros através da emissão de 9 253 800 acções, com o valor nominal de 5 euros cada, o qual foi subscrito e realizado pelo Banco Espírito Santo, S.A., mediante entrada em espécie, constituída por 46 269 valores mobiliários emitidos pelo BESI com o valor nominal de 1 000 euros cada.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

Outros instrumentos de capital

O Banco emitiu durante o mês de Outubro de 2010, obrigações perpétuas subordinadas com juro condicionado no montante global de 50 milhões de euros.

Estas obrigações têm um juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Este juro condicionado correspondente à aplicação de uma taxa anual de 8,5% sobre o valor nominal, pago semestralmente. O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, após 15 de Setembro de 2015, dependendo apenas da opção do BESI, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

Durante o exercício de 2011, o Banco efectuou o pagamento de juros no montante de 4 250 milhares de euros, os quais foram registados como uma dedução a reservas. Adicionalmente foi efectuado o reembolso de 46 259 milhares de euros de outros instrumentos de capital.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco.

NOTA 36 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

Reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)							
	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Desvios actuariais (líquidos de imposto)	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (reexpresso)	3 584	(953)	2 631	31 479	(6 020)	36 851	62 310
Desvios actuariais	-	-	-	-	330	-	330
Alterações de justo valor	(8 576)	584	(7 992)	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	3 839	-	(5 658)	(1 819)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	13 208	13 208
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(95)	(95)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)	(4 992)	(369)	(5 361)	35 318	(5 690)	44 306	73 934
Desvios actuariais	-	-	-	-	5 459	-	5 459
Alterações de justo valor	(6 233)	3 512	(2 721)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	2 735	-	25 579	28 314
Juros de instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	(4 250)	(4 250)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(184)	(184)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(11 225)	3 143	(8 082)	38 053	(231)	65 451	103 273

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	122 533	276 312
Imparidade acumulada reconhecida	(4 926)	(16 545)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	117 607	259 767
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	106 769	255 144
Ganhos/(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(10.838)	(4.623)
Impostos	2.756	(369)
Saldo em 31 de Dezembro	(8 082)	(4 992)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, no exercício de 2011 pode ser assim analisada:

(milhares de euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo em 1 de Janeiro	(4 992)	2 631
Variação de justo valor	(6.233)	(8.553)
Alienações do exercício	-	1.299
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	3.143	(369)
Saldo em 31 de Dezembro	(8 082)	(4 992)

NOTA 37 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	1 466 339	1 548 404
Activos financeiros dados em garantia	125 494	329 422
	1 591 833	1 877 826
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	113 287	216 101
	113 287	216 101

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 18 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 22.980 milhares de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 79 426 milhares de euros (o valor total dos títulos elegíveis para redesconto junto do Banco de Portugal ascendia a 33 606 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011).

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 336 milhares de euros (31 de Dezembro de 2010: 1 533 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	6 273 217	5 012 634
Credito Securitizado sob gestão	-	252 624
Outras responsabilidades por prestação de serviços	2 238 044	5 373 478
	8 511 261	10 638 736

NOTA 38 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resumem-se como segue:

	31.12.2011						31.12.2010					
	Aplicações em Instituições de Crédito	Títulos	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos	Aplicações em Instituições de Crédito	Títulos	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias												
ESIP	18 752	114 601	68 989	-	37 546	1 241	121 651	478 553	43 476	-	195 076	87 700
ESSI INV SGPS	-	-	1 163	-	-	-	-	-	32	-	-	-
ES CAPITAL	-	-	8 982	135	1 792	200	-	-	7 807	135	1 729	180
ESSI SGPS	-	-	7 603	-	-	-	-	-	730	-	716	417
ESSI COMUNICAÇÕES	-	-	68	-	-	-	-	-	84	-	-	-
COMINVEST	-	-	5 450	60	-	-	-	-	5 459	18	13	-
KUTAYA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BES INVESTIMENTO BRASIL, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 888	-	-
INFRASTRUCTURE	-	-	-	-	1 389	-	-	-	694	-	1 321	-
ESSI FIN	-	3 231	10	-	-	-	-	-	3	-	-	-
	18 752	117 832	92 265	195	40 727	1 441	121 651	478 553	58 285	4 041	198 855	88 297

NOTA 39 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para o BESI, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total de Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
31 de Dezembro de 2011						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 854	-	-	-	1 854	1 854
Disponibilidades em outras instituições de crédito	36 376	-	-	-	36 376	36 376
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	21 688	850 891	-	872 579	872 579
Activos financeiros disponíveis para venda	-	49 307	39 095	18 367	106 769	106 769
Aplicações em instituições de crédito	175 207	-	-	-	175 207	175 207
Crédito a clientes	876 777	-	-	-	876 777	876 777
Investimentos detidos até à maturidade	39 730	-	-	-	39 730	37 117
Derivados para gestão de risco	-	-	649	-	649	649
Activos financeiros	1 129 944	70 995	890 635	18 367	2 109 941	2 107 328
Recursos de bancos centrais	64 007	-	-	-	64 007	64 007
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	733 963	-	733 963	733 963
Recursos de outras instituições de crédito	1 507 011	-	-	-	1 507 011	1 507 011
Recursos de clientes e outros empréstimos	230 814	-	-	-	230 814	230 814
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	23 570	-	23 570	23 570
Derivados para gestão de risco	-	-	949	-	949	949
Passivos subordinados	60 044	-	10 178	-	70 222	50 799
Passivos financeiros	1 861 876	-	768 660	-	2 630 536	2 611 113
31 de Dezembro de 2010						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	12 024	-	-	-	12 024	12 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20 682	-	-	-	20 682	20 682
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	75 494	901 654	-	977 148	977 148
Activos financeiros disponíveis para venda	-	56 582	174 337	22 536	253 455	253 455
Aplicações em instituições de crédito	487 533	-	-	-	487 533	487 533
Crédito a clientes	956 352	-	-	-	956 352	956 352
Investimentos detidos até à maturidade	42 029	-	-	-	42 029	39 869
Derivados para gestão de risco	-	-	2 207	-	2 207	2 207
Activos financeiros	1 518 620	132 076	1 078 198	22 536	2 751 430	2 749 270
Recursos de bancos centrais	264 604	-	-	-	264 604	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	507 364	-	507 364	507 364
Recursos de outras instituições de crédito	1 653 266	-	-	-	1 653 266	1 653 266
Recursos de clientes e outros empréstimos	451 377	-	-	-	451 377	451 377
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	28 690	-	28 690	28 690
Derivados para gestão de risco	-	-	260	-	260	260
Passivos subordinados	60 036	-	10 205	-	70 241	44 040
Passivos financeiros	2 429 283	-	546 519	-	2 975 802	2 949 601

Os activos e passivos ao justo valor do BESI, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante os exercícios de 2011 e 2010 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante os exercícios de 2011 e 2010, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo a 1 de Janeiro	22 536	27 244
Aquisições	832	2 123
Variação de valor	(5 001)	(443)
Alienações	-	(6 388)
Saldo a 31 de Dezembro	18 367	22 536

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2011 e 2010, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,33	0,11	0,43	0,45	0,30	0,58
1 mês	1,02	0,30	0,76	0,78	0,26	0,68
3 meses	1,36	0,58	1,09	1,01	0,30	0,82
6 meses	1,62	0,81	1,34	1,23	0,46	1,26
9 meses	1,79	0,97	1,59	1,37	0,62	1,42
1 ano	1,42	0,68	1,09	1,33	0,46	0,89
3 anos	1,38	0,82	1,36	1,95	1,30	1,95
5 anos	1,72	1,23	1,56	2,48	2,20	2,62
7 anos	2,07	1,63	1,86	2,89	2,84	3,10
10 anos	2,39	2,02	2,29	3,31	3,40	3,54
15 anos	2,68	2,37	2,65	3,64	3,86	3,88
20 anos	2,69	2,50	2,83	3,70	4,00	3,95
25 anos	2,63	2,55	2,94	3,67	4,08	3,95
30 anos	2,56	2,59	2,99	3,50	4,12	3,92

Spreads de Crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

		(pontos de base)				
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2011						
CDX USD Main	17	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	16	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	16	-	-	275,25	-	275,25
Ano 2010						
CDX USD Main	15	55,50	49,81	85,07	95,85	104,23
iTraxx Eur Main	14	-	79,49	105,35	113,24	120,17
iTraxx Eur Senior Financial	14	-	-	177,71	-	182,17

Volatilidades de Taxas de Juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2011			31.12.2010		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	51,08	76,512	53,15	42,00	104,76	56,90
3 anos	52,92	77,70	67,00	42,80	67,49	52,00
5 anos	50,31	67,85	62,90	36,20	47,52	39,60
7 anos	44,19	56,34	52,30	31,30	37,90	32,00
10 anos	38,00	47,78	39,70	26,80	31,35	25,50
15 anos	32,415	42,358	29,70	23,19	27,04	20,50

Câmbios e Volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2011	31.12.2010	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,23	14,68	15,15	15,25	15,35
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,28	9,55	10,48	10,85	11,23
EUR/CHF	1,2156	1,2504	9,75	9,20	8,85	8,85	8,58
EUR/NOK	7,7540	7,8000	7,10	8,05	8,60	8,81	9,03
EUR/PLN	4,4580	3,9750	10,95	12,30	13,10	13,43	13,60
EUR/RUB	41,7650	40,8200	11,75	12,60	13,50	14,05	14,50
USD/BRL ^{a)}	1,8671	1,6597	17,15	18,45	18,90	19,23	19,55
USD/TRY ^{b)}	1,8882	1,5487	14,20	15,75	16,50	16,85	17,00

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre Cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica (%)		
	31.12.2011	31.12.2010	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita (%)
DJ Euro Stoxx 50	2 317	2 793	- 17,1	32,14	38,50	29,23
PSI 20	5 494	7 588	- 27,6	23,53	27,79	-
IBEX 35	8 566	9 859	- 13,1	30,60	35,06	-
FTSE 100	5 572	5 900	- 5,6	20,99	26,58	19,26
DAX	5 898	6 914	- 14,7	31,54	38,80	27,85
S&P 500	1 258	1 258	- 0,0	24,04	27,70	20,27
BOVESPA	56 754	69 305	- 18,1	23,60	28,47	24,57

Relatório e Contas 2011

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito.

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Investimentos Detidos até à Maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de outras Instituições de Crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de Clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos Representados por Títulos e Passivos Subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 40 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do BESl.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

O Departamento de Risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o BESl no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos *Credit Default Swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Banco. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do BESl, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.



Relatório e Contas 2011

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BESI ao risco de crédito:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades e aplicações em instituições de créditos	213 421	520 225
Activos financeiros detidos para negociação	851 569	911 067
Activos financeiros disponíveis para venda	76 870	228 057
Crédito a clientes	876 777	956 352
Investimentos detidos até à maturidade	39 730	42 029
Derivados para gestão de risco	649	2 207
Outros activos	578 468	644 693
Garantias e avais prestados	1 466 339	1 548 404
Compromissos irrevogáveis	113 287	216 101
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	7 025	16 626
	4 224 135	5 069 135

Concentração de Riscos

A repartição do Crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

(milhares de euros)

	31.12.2011					
	Crédito sobre clientes			Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros detidos para venda	
	Valor bruto	Imparidade		Valor bruto	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		
Indústrias extractivas	-	-	-	-	2	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	14	-
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	-	-	(217)	-	-	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	525	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	34 587	168	-	(2)	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	23 603	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	-	-	(30)	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	154 789	174	(1 195)	(1)	11 013	832
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	-	-	600
Construção	33 714	45	-	-	-	-
Actividades imobiliárias	401	116	-	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1 984	-	-	-	-	-
Transportes e armazenagem	115 325	-	-	-	2 854	-
Alojamento, restauração e similares	5 885	268	(27)	-	-	-
Actividades e edição	25 311	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas tv	3 406	-	-	-	690	-
Actividades de rádio e de televisão	10 228	-	-	-	-	-
Actividades de informação e de comunicação - comunicação	6 307	-	(165)	-	9 509	-
Actividades de intermediação monetária	-	-	-	-	728 059	31 624
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	119 435	283	(19 488)	(3)	44 509	-
Outras actividades financeiras e de seguros	110 723	-	-	-	2 162	34 081
Actividades imobiliárias	68 506	-	(27 627)	-	-	(4 472)
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	50 096	183	-	(46)	-	-
Actividades de aluguer	18 336	-	(21 749)	-	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	678	3 733
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	17 020	1 236	(2 383)	(4)	4 107	-
Outras actividades de serviços	145 377	1 562	-	(25)	65 559	40 825
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	2 898	-
Crédito à Habitação	671	-	-	-	-	-
TOTAL	945 704	4 035	(72 881)	(81)	872 579	111 695
						(4 926)

(milhares de euros)

	31.12.2010					
	Crédito sobre clientes			Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Valor Bruto	Imparidade		Valor Bruto	Valor Bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		
Agricultura, Silvicultura e Pesca	-	1 108	-	(1 108)	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	810	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	178	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	-	-	-	-	110	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	3 531	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	139	-
Produtos Químicos e de Borracha	33 321	-	(3 300)	-	-	-
Electricidade, Gás e Água	140 682	-	-	-	10 210	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despol	-	-	-	-	705	-
Construção e Obras Públicas	62 922	-	-	-	8 624	-
Comércio por Grosso e a Retalho	-	-	-	-	183	-
Alojamento, restauração e similares	7 633	-	-	-	-	-
Transportes e armazenagem	165 933	-	-	-	14 950	-
Actividades de edição	30 981	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo de produção	6 008	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo de produção	12 520	-	-	-	-	-
Actividades de telecomunicações	12 931	-	-	-	10 119	-
Actividades de intermediação monetária	-	391	-	-	35 451	40 288
Actividades de aluguer	19 173	-	-	-	-	-
Actividades das sociedades gestoras de participações	151 360	-	(17 500)	-	7 313	-
Actividades Financeiras	34 440	-	-	-	809 561	60 121 (16 470)
Actividades Imobiliárias	57 197	-	(18 600)	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	71 742	6	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4 281	-	-	-	26 686	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	9 826	2 123
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	16 415	-	(1 700)	-	1 300	-
Serviços Prestados às Empresas	-	-	-	-	807	-
Outras actividades de serviços	168 443	313	-	(10)	-	-
Crédito à Habitação	770	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	37 350	166 763 (75)
TOTAL	996 752	1 818	(41 100)	(1 118)	977 148	270 000 (16 545)

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O BESI utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

Relatório e Contas 2011

(milhões de euros)

	31.12.2011				31.12.2010			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	1,09	1,58	0,99	1,09	0,66	1,74	1,32	1,65
Risco taxa de juro	3,78	3,66	3,37	3,78	3,50	4,17	5,97	2,62
Acções	1,86	2,18	4,84	1,86	3,65	4,12	9,85	1,99
Covariância	-3,13	-2,07	-1,95	-3,13	-2,27	-2,85	-2,63	-2,31
Total	3,60	5,35	7,25	3,60	5,54	7,18	14,51	3,95

O BESI encerrou o ano com um VaR de 3,6 milhões de euros para as suas posições de negociação, registando um decréscimo de 35% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	2	2	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	212	36	176	-	-	-	-
Crédito a clientes	950	109	285	415	97	12	32
Títulos	146	31	44	36	-	14	21
Colaterais	501	-	501	-	-	-	-
Fora de balanço	157	-	32	41	36	31	17
Total	1 968	178	1 038	492	133	57	70
Recursos de bancos centrais	64	-	64	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	1 508	87	1 396	3	5	17	-
Recursos de clientes	101	20	78	2	1	-	-
Repo's com clientes	129	-	129	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	95	-	60	-	10	25	-
Outros instrumentos de Capital	4	-	-	-	-	-	4
Colaterais	6	-	6	-	-	-	-
Fora de balanço	157	-	39	46	24	31	17
Total	2 064	107	1 772	51	40	73	21
GAP (Activos - Passivos)	(96)	71	(734)	441	93	(16)	49

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

(milhões de euros)

	31.12.2010						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	12	12	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	509	21	488	-	-	-	-
Crédito a clientes	999	60	484	405	10	40	-
Títulos	294	27	176	40	-	23	28
Fora de balanço	-	-	41	65	51	46	39
Total	1 814	120	1 189	510	61	109	67
Recursos de bancos centrais	265	-	265	-	-	-	-
Recursos de outras ICs	1 653	1	1 570	80	-	2	-
Recursos de clientes	143	23	110	-	5	5	-
Repo's com clientes	308	-	308	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	98	-	62	-	13	21	2
Outros instrumentos de Capital	50	-	-	-	-	-	50
Fora de Balanço	-	-	53	74	33	45	37
Total	2 517	24	2 368	154	51	73	89
GAP (Activos - Passivos)	(703)	96	(1 179)	356	10	36	(22)

* Os montantes em risco estão ao valor nominal



Relatório e Contas 2011

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

	(milhões de euros)			
	31.12.2011		31.12.2010	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	(1,8)	1,8	6,3	(6,3)
Média do exercício	0,3	(0,3)	3,9	(3,9)
Máximo para o exercício	7,0	6,0	6,3	(1,2)
Mínimo para o exercício	(6,0)	(7,0)	1,2	(6,3)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do BESI, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

	31.12.2011			31.12.2010		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	353 519	7 747	2,19%	804 019	10 293	1,28%
Crédito a clientes	841 456	35 154	4,18%	957 035	33 040	3,45%
Aplicações em títulos	436 411	10 661	2,44%	731 138	10 876	1,49%
Activos financeiros	1 631 386	53 562	3,28%	2 492 192	54 209	2,18%
Recursos monetários	1 578 469	34 893	2,21%	2 100 938	34 579	1,65%
Recursos de clientes	346 116	6 731	1,94%	473 328	3 075	0,65%
Outros recursos	94 899	2 582	2,72%	157 233	3 380	2,15%
Passivos financeiros	2 019 484	44 206	2,19%	2 731 499	41 034	1,50%
Resultado Financeiro		9 356	1,09%		13 175	0,67%

Em especial no que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por moeda, é analisado como segue:

		(milhares de euros)					
		31.12.2011			31.12.2010		
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD	DOLAR DOS E.U.A.	74.974	2.420	77.394	(81.377)	82.668	1.291
GBP	LIBRA ESTERLINA	(74.181)	73.715	(466)	42.525	2.033	44.558
BRL	REAL BRASILEIRO	(74)	135.950	135.876	593	-	593
JPY	YEN	311	-	311	(63)	11.308	11.245
CHF	FRANCO SUICO	1.708	972	2.680	567	-	567
PLN	ZLOTI POLACO	1.052	-	1.052	(6.332)	5	(6.327)
CAD	DOLAR CANADIANO	19.141	(14.029)	5.112	(8.669)	-	(8.669)
	OUTRAS	(841)	977	136	17.322	(5.297)	12.025
		22.090	200.005	222.095	(35.434)	90.717	55.283

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Indicadores de liquidez individual

(milhares euros)		
	31.12.2011	31.12.2010
Mismatch acumulado ¹	-652.273	-657.887
Buffer de activos líquidos ²	65.001	225.850
Liquidez Global	-587.272	-432.037

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no BESI são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do BESI em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do BESI.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Banco concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Banco apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do BESI dividem-se em Fundos Próprios Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

Fundos Próprios de Base (Tier I): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários. São deduzidos pelo seu valor de balanço os valores relativos a *goodwill* apurado, a activos intangíveis, o valor das reservas de reavaliação de títulos de capital negativas, 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e a desvios actuariais negativos decorrentes com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, reconhecidos até ao exercício de 2008, e o rendimento esperado, e não obtido, do rendimento dos activos do fundo de pensões referentes ao exercício de 2008.

Fundos Próprios Complementares: Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

Deduções: Compreende, essencialmente, a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder o *Tier I* e determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar 50% do *Tier I*.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, essas deduções eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a esse mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB, elegíveis para efeitos de *Tier I*, em 2010 e 2009 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo do Início do exercício	338.123	272.332
Capital realizado	46.269	-
Outros instrumentos equiparáveis a capital	(46.269)	50.000
Variação de Reservas e Resultados Transitados	(2.416)	16.949
Variação de Desvios Actuariais a Deduzir a FPB	1.707	(187)
Diferença Reavaliação ADV	(708)	98
Activos intangíveis	(5.830)	(1.104)
Deduções	(13.241)	35
Saldo no Fim do exercício	317.635	338.123

Relatório e Contas 2011

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do BESI para 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010:

(milhares de euros)

	31.12.2011	31.12.2010
Total Activos	3.257.066	3.743.297
Activos Ponderados	3.414.527	2.702.188
% Ponderação	104,83%	72,08%
Requisitos de Fundos Próprios	273.162	216.175
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	217.539	155.800
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	38.904	45.308
Requisitos de Fundos Próprios Risco Operacional	16.719	15.067
Fundos Próprios Elegíveis	358.931	404.506
Fundos Próprios Core Tier I	318.717	289.072
Fundos Próprios de Base	317.635	338.123
Fundos Próprios Complementares	41.321	66.912
Deduções	(25)	(529)
Excesso	85.769	188.331
Rácio de Solvabilidade	10,5%	15,0%
Rácio TIER I	9,3%	12,5%
Rácio CORE TIER I	9,3%	10,7%

NOTA 41 – ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

No final do exercício de 2011 o Banco tomou a decisão de proceder à alteração da política contabilística relativa ao tratamento dos desvios actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (*Other comprehensive income* – OCI), conforme permitido pelo parágrafo 93A do IAS 19.

A decisão de alterar a política contabilística teve como base o entendimento de que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capital próprio na rubrica de outro rendimento integral proporciona uma informação mais relevante sobre a posição do Banco no que se refere às suas responsabilidades com pensões de reforma. Este entendimento é corroborado pelo próprio IASB no parágrafo BC48B do IAS 19, onde é referido que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata em capital próprio proporciona uma informação mais fidedigna das operações do que o método do corredor.

De acordo com o parágrafo 29 do IAS 8, a alteração de uma política contabilística torna necessário que o Banco reexpresse as suas demonstrações financeiras como se tivesse adoptado desde sempre a política de reconhecimento em capital próprio dos ganhos e perdas actuariais.

Desta forma, apresentam-se de seguida os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras do Banco a 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010:

Balço	(milhares de euros)					
	1 de Janeiro de 2010			31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	29 575	-	29 575	12 024	-	12 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27 722	-	27 722	20 682	-	20 682
Activos financeiros detidos para negociação	891 059	-	891 059	977 148	-	977 148
Activos financeiros disponíveis para venda	229 759	-	229 759	253 455	-	253 455
Aplicações em instituições de crédito	714 101	-	714 101	487 533	-	487 533
Crédito a clientes	938 187	-	938 187	956 352	-	956 352
Investimentos detidos até à maturidade	39 003	-	39 003	42 029	-	42 029
Derivados para gestão de risco	901	-	901	2 207	-	2 207
Outros activos tangíveis	6 821	-	6 821	16 055	-	16 055
Activos intangíveis	1 862	-	1 862	2 966	-	2 966
Investimentos em associadas	3 956	-	3 956	3 481	-	3 481
Activos por impostos correntes	9 691	-	9 691	3 071	-	3 071
Activos por impostos diferidos	17 832	2 459	20 291	21 911	2 183	24 094
Outros activos	639 875	(8 479)	631 396	949 728	(7 528)	942 200
Total de Activo	3 550 344	(6 020)	3 544 324	3 748 642	(5 345)	3 743 297
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	-	-	264 604	-	264 604
Passivos financeiros detidos para negociação	404 414	-	404 414	507 364	-	507 364
Recursos de outras instituições de crédito	1 477 926	-	1 477 926	1 653 266	-	1 653 266
Recursos de clientes	840 453	-	840 453	451 377	-	451 377
Responsabilidades representadas por títulos	195 348	-	195 348	28 690	-	28 690
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados para gestão de risco	790	-	790	260	-	260
Provisões	20 677	-	20 677	33 090	-	33 090
Passivos por impostos correntes	2 209	-	2 209	3 995	-	3 995
Passivos por impostos diferidos	3 355	-	3 355	3 298	-	3 298
Passivos subordinados	69 917	-	69 917	70 241	-	70 241
Outros passivos	237 110	-	237 110	392 046	-	392 046
Total de Passivo	3 252 199	-	3 252 199	3 408 231	-	3 408 231
Capital Próprio						
Capital	180 000	-	180 000	180 000	-	180 000
Prémios de emissão	8 796	-	8 796	8 796	-	8 796
Outros instrumentos de capital	-	-	-	50 000	-	50 000
Reservas de justo valor	2 631	-	2 631	(5 361)	-	(5 361)
Outras reservas e resultados transitados	68 330	(6 020)	62 310	79 624	(5 690)	73 934
Resultado líquido do exercício	38 388	-	38 388	27 352	345	27 697
Total de Capital Próprio	298 145	(6 020)	292 125	340 411	(5 345)	335 066
Total de Passivo e Capital Próprio	3 550 344	(6 020)	3 544 324	3 748 642	(5 345)	3 743 297

Relatório e Contas 2011

(milhares de euros)

Demonstração de Resultados	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Juros e proveitos similares	93 149	-	93 149
Juros e custos similares	79 974	-	79 974
Margem financeira	13 175	-	13 175
Rendimentos de instrumentos de capital	25 087	-	25 087
Rendimentos de serviços e comissões	116 347	-	116 347
Encargos com serviços e comissões	(13 158)	-	(13 158)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	8 103	-	8 103
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	3 656	-	3 656
Resultados de reavaliação cambial	3 695	-	3 695
Resultados de alienação de outros activos	(385)	-	(385)
Outros resultados de exploração	(2 338)	-	(2 338)
Proveitos operacionais	154 182	-	154 182
Custos com pessoal	55 690	(345)	55 345
Gastos gerais administrativos	33 824	-	33 824
Depreciações e amortizações	2 407	-	2 407
Provisões líquidas de anulações	13 426	-	13 426
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20 958	-	20 958
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(104)	-	(104)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(797)	-	(797)
Custos operacionais	125 404	(345)	125 059
Resultado antes de impostos	28 778	345	29 123
Impostos			
Correntes	(4 979)	-	(4 979)
Diferidos	3 553	-	3 553
Resultado líquido do exercício	27 352	345	27 697

Os ajustamentos efectuados ao outro rendimento integral do exercício findos em 31 de Dezembro de 2010 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Demonstração do Rendimento Integral	31 de Dezembro de 2010		
	Reportado	Ajustamentos	Reexpresso
Resultado líquido do exercício	27 352	345	27 697
Outro rendimento integral do exercício			
Benefícios de longo prazo	-	330	330
Activos disponíveis para venda			
Ganhos e perdas no exercício	(5 013)	-	(5 013)
Transferência de ganhos e perdas realizados para resultados do exercício	(3 563)	-	(3 563)
Impostos diferidos	584	-	584
	(7 992)	-	(7 992)
Total do rendimento integral do exercício	19 360	675	20 035

O detalhe dos ajustamentos efectuados com vista à alteração da política contabilística analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	Desvios actuariais em balanço de acordo com a anterior política contabilística	Impacto da alteração da política contabilística		
		No activo	No rendimento integral	Nos resultados
Valores brutos				
1 de Janeiro de 2010	8 479	(8 479)	(8 479)	-
Perdas actuariais do exercício	(606)	606	606	-
Amortização do exercício	(345)	345	-	345
31 de Dezembro de 2010	7 528	(7 528)	(7 873)	345
Imposto				
1 de Janeiro de 2010		2 459	2 459	-
Imposto do exercício		(276)	(276)	-
31 de Dezembro de 2010		2 183	2 183	-
Efeito líquido				
1 de Janeiro de 2010		(6 020)	(6 020)	-
31 de Dezembro de 2010		(5 345)	(5 690)	345

NOTA 42 – NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS E ADOPTADAS PELO BANCO

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011, o Banco adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, o IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Relatório e Contas 2011

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações são de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2011.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS AINDA NÃO ADOPTADAS PELO BANCO

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

- O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma sofreu algumas alterações em Outubro de 2010 e ainda não foi adoptada pela União Europeia. Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:
- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando

que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

- Todos os instrumentos de capital terão de ser mensurados ao justo valor, deixando de existir a possibilidade estabelecida pela IAS 39 de manter estes títulos ao seu custo de aquisição em situações em que este não possa ser mensurado com fiabilidade;
- As alterações de justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria justo valor através de resultados (*fair value option*) serão reconhecidas directamente Outro rendimento integral (*Other comprehensive income*). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em Outro rendimento integral não serão posteriormente transferidos para resultados.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 11 - Acordos conjuntos

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) *Joint operations*; e 2) *Joint ventures*.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma *joint venture*, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, o IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- Os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 13 - Mensuração do justo valor

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração ao IFRS 7 - Divulgações - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - *Offsetting* de activos e passivos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - *Offsetting* de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativos ao exercício de 2011**

Ao Accionista do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2011 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma reputada sociedade internacional de auditoria.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BESI no exercício de 2011, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

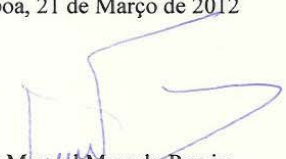
O Conselho Fiscal reconhece ainda que tais resultados são consequência da envolvente negativa nacional e internacional.

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido negativo, em base estatutária e relativo ao exercício de 2011, no montante de 9.377.433,18 euros.

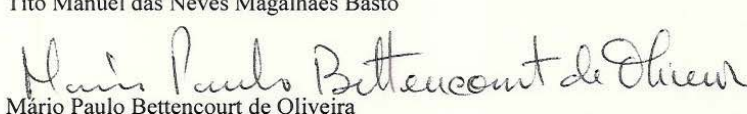
Lisboa, 21 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL


José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)


Tito Manuel das Neves Magalhães Basto


Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

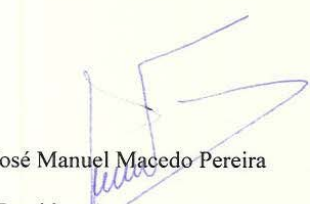
A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245 do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho Fiscal declara, de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, com referência a 31 de Dezembro de 2011, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação; e
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam no decurso da sua actividade.

Lisboa, 21 de Março de 2012

O CONSELHO FISCAL



José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)



Tito Manuel das Neves Magalhães Basto



Mário Paulo Bettencourt de Oliveira



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria

(Contas Individuais)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, do **"Banco Espírito Santo de Investimento, S.A."**, as quais compreendem: o Balanço (que evidencia um total de 3.257.066 milhares de euros e um total de capital próprio de 324.610 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.377 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n. 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

BESI
CLC 2011

Rua Artilharia 104 - 4º 694 - 1099 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 16 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail geral@acrc-stoc.com • www.acrc-stoc.com
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 919

1/3



Kreston International
A global association of independent accountants and business advisors



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

BESI
CLC 2011

Rua Artística Lda, 106 - 4.º Esq.º - 1099 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 16 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail geral@clc-iroc.com • www.clc-iroc.com
Inscrita na lista dos R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319

2/3



Kreston International
A global association of independent accountants and business advisors



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

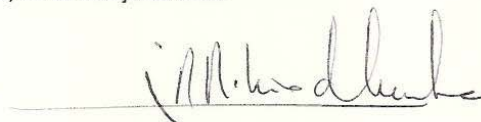
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do “Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012



José Maria Ribeiro da Cunha
Em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

BESI
CLC 2011

Rua Artilharia 104 - 4.º Esq.º - 1093 - 053 Lisboa - Portugal
t +351 21 384 16 00 • f +351 21 385 50 24 • e-mail geral@acrc-sroc.com • www.acrc-sroc.com
Inscrita na lista das R.O.C. com o N.º 19 (Sociedades)
Registada no Registo de Auditores junto da C.M.V.M. com o N.º 319



Kreston International
A global association of independent accountants and business advisors

3/3



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 3.257.066 milhares de euros e um total de capital próprio de 324.610 milhares de euros), incluindo um resultado líquido negativo de 9.377 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.





- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

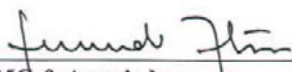
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

ANEXOS



Relatório e Contas 2011

ANEXO I - PARTICIPAÇÕES ACCIONISTAS E OBRIGACIONISTAS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

(anexo a que se refere o número 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2010	Movimentos em 2011				Nº títulos à data de 31/12/2011
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (em euros)	
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Acções BES	1.384.333		0	0		1.384.333
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	Acções BES	21.789		0	0		21.789
Francisco Ravara Cary	-						
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	Obrigações BES Finance 3% 2044 Obrigações BES 5,625% 2014	401 2	06-01-2011	0	401 0	71,61	0 2
Miguel António Igrejas Horta e Costa	-						
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	Acções BES	50.000		0	0		50.000
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Acções BES Obrigações BES 3,875% 2015 Obrigações BES 5,625% 2014	40.251 5 5	13-10-2011	25 ⁽¹⁾ 0 0	 0 0	1,90	40.276 5 5
Bernard Marcel Fernand Basecqz	Obrigações ESFG 5,05% Conv 2025 Obrigações BES 5,625% 2014	0 0	02-02-2011 02-02-2011	2 1		70,73 90,30	2 1
Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia ⁽²⁾	Acções BES	496.000	05-12-2011	138.888		1,80	634.888
Christian Georges Jacques Minzolini	-						
Diogo Luís Ramos de Abreu	Obrigações BES 3,875% 2015	1		0	0		1
Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva	Acções BES Obrigações BES Finance Ltd. 2035	116.100 125		0 0	0 0		116.100 125
Félix Aguirre Cabanyes	-						
João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha	-						
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Acções BES Obrigações BES 5,625% 2014 Obrigações BES Finance 3% 2042	357.008 4 0	12-04-2011 29-04-2011 27-07-2011	10.000 0 284	 0 284	2,93 70,01 70,08	367.008 4 0
Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz	-						
Moses Dodo	BES Investimento Brasil SR NT 5.625% 2014	0	18-10-2011	2.500		68,98	2.500
Paulo José Lameiras Martins	-						
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	Acções BES Obrigações BES 3,875% 2015 Obrigações BES 5,625% 2014 Acções BESI Brasil	4.484 2 1 1		0 0 0 0	0 0 0 0		4.484 2 1 1
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	Acções BES Obrigações BES Finance Ltd 6,25% 2011 Obrigações ES Financière 4,5% 2011 Obrigações Sub. ESI Plc. 1,179% 2015 Obrigações BES 5,625% 2014 Obrigações BES 3,875% 2015 Obrigações BES eur 3m+0,15% Float 2014	691 53 50 100 50 50 0	 17-05-2011 31-05-2011 30-06-2011 01-07-2011	0 0 0 100	0 53 50 100 0 0 0	 100,00 100,00 80,00 80,00	691 0 0 0 50 50 100
Phillipe Gilles Fernand Guiral	-						
Nicholas Mark Finegold ⁽³⁾	Acções Espírito Santo Investment Holdings Limited	4.524.727		0	0		4.524.727
José Manuel Macedo Pereira	-						
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	-						
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-						
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados - SROC	-						
Nuno Espírito Santo Leite de Faria	Acções BES	238		0	0		238

(1) Acções atribuídas por 25 anos de banco - (2) Directamente e através de Sociedades onde exerce funções de gestão - (3) Directamente e através de fundos

ANEXO II - PARTICIPAÇÕES DE ACCIONISTAS

(anexo a que se refere o número 4 do Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	% do Capital
Banco Espírito Santo, S.A.	100%

O capital social do Banco foi objecto de um aumento, no montante de 46.269.000 de euros, tendo sido integralmente subscrito pelo accionista único Banco Espírito Santo, S.A., mediante entrada em espécie constituída por valores mobiliários emitidos pelo Banco, que haviam sido objecto de oferta de troca realizada pelo dito accionista único. Não foram efectuadas quaisquer outras transacções envolvendo acções representativas do capital social do Banco.

ANEXO III - ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO *FINANCIAL STABILITY FORUM* (FSF) E DO *COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS* (CEBS) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS

(Carta-Circular nº 97/2008/DSB de 3 de Dezembro e Carta Circular nº 58/2009/DSB de 5 de Agosto)

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº 58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF), bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS), no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nºs 46/2008/DSB de 15 de Julho de 2008 e 97/2008/DSB de 3 de Dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspectos mencionados nas respectivas recomendações do CEBS e do FSF. No presente capítulo procurou-se dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios de 2010 e 2011.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividades e Resultados”, faz-se uma descrição detalhada do modelo de negócio do Banco Espírito Santo de Investimento. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) é também apresentada na Nota Explicativa 4¹.

2. Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Banco Espírito Santo de Investimento são divulgados no ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividades e Resultados”.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividades e Resultados” e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

¹ Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto número 4 do Relatório de Gestão, denominado “Gestão Integrada dos Riscos”, dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Banco Espírito Santo de Investimento. Também na Nota Explicativa 43 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter uma percepção detalhada sobre os riscos incorridos pelo Banco Espírito Santo de Investimento e quais os mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos

Em 2010 e 2011 a actividade desenvolveu-se num quadro de referência de deterioração da situação económica do país, com impacto no agravamento do risco, pelo que o Banco Espírito Santo de Investimento realizou um reforço total de provisões de 44,2 milhões de euros em 2011 (38,6 milhões de euros no exercício de 2010).

12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação, com os activos e passivos ao justo valor através de resultados e com os activos disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas Explicativas 7 e 8. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas Explicativas 19 e 39, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota Explicativa 19.

13. Turbulência financeira na cotação das acções

Não aplicável no universo do Banco Espírito Santo de Investimento.

14. Risco de perda máxima

No ponto número 4 do Relatório de Gestão, denominado “Gestão Integrada dos Riscos”, e na Nota Explicativa 43 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15. Responsabilidades do Banco Espírito Santo de Investimento emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 42 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

17. Mitigantes do risco de crédito

18. Informação sobre as exposições do Banco Espírito Santo de Investimento

Nos exercícios de 2010 e 2011, a turbulência decorreu do agravamento dos riscos soberanos dos países da periferia da Zona Euro. A exposição do Banco Espírito Santo de Investimento no que se refere a títulos de dívida pública dos países afectados (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) totalizava, em 31 de Dezembro de 2010, 9.844.904 euros (Portugal: 2.179.935 euros; Grécia: 0 euros; Espanha: 2.800.428 euros; Irlanda: 4.864.541 euros).

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição em relação a títulos de dívida pública dos países referenciados totalizava 9.944.977 euros (Portugal: 3.931.982 euros; Grécia: 0 euros; Espanha: 989.423 euros; Irlanda: 5.023.572 euros).

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Na Nota Explicativa 43 consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados com referência aos exercícios de 2010 e 2011. Considera-se suficiente a informação aí divulgada dado o detalhe e quantificação apresentados.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável no universo Banco Espírito Santo de Investimento.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados

O Banco Espírito Santo de Investimento não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota Explicativa 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities* (SPE) e consolidação

Não aplicável no universo Banco Espírito Santo de Investimento.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas Explicativas 2 e 42 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Banco Espírito Santo de Investimento, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas em vigor ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus Accionista, Clientes, Colaboradores, Entidades de Supervisão e ao público em geral, destacamos o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras, que são objecto de divulgação ao mercado com uma periodicidade semestral, são preparadas tendo por base os IFRS que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

Sempre que necessário o Banco Espírito Santo de Investimento procede pontualmente à emissão de comunicados de factos relevantes.

ANEXO IV - ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

(n.º 4 do Artigo 245º A do Código dos Valores Mobiliários)

- **Participações qualificadas no capital social da sociedade**

O capital social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (“Banco”) é integralmente detido pelo Banco Espírito Santo, S.A.

- **Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos**

O capital social do Banco é integralmente representado por acções ordinárias.

- **Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial**

Podem participar nas Assembleias-gerais do Banco os Accionistas, ou conjuntos de Accionistas, que sejam titulares de um mínimo de cem acções, até aos cinco dias anteriores à data da Assembleia-geral em causa, a cada um dos quais corresponderá um voto.

- **Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

Os membros dos órgãos de administração são eleitos em Assembleia-geral de Accionistas. Não existem regras específicas para a substituição de Administradores, que se deverá processar nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não se encontram consagradas regras específicas para alterações aos Estatutos do Banco, que deverão ser feitas nos termos gerais previstos no Código das sociedades.

- **Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital**

O Conselho de Administração não possui actualmente quaisquer poderes quanto à deliberação de aumentos de capital social, tendo a previsão estatutária relativa a esta matéria cessado a sua vigência em resultado do último aumento de capital deliberado pelo Accionista Único.

- **Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira**

- **Sistema de Controlo Interno**

O Banco mantém e opera um sistema de controlo interno, cuja gestão está confiada ao Departamento de *Compliance*.

Neste contexto, o Departamento de *Compliance* tem por missão manter, em conjunto com os responsáveis pelos processos relevantes, a documentação relativa ao Sistema de Controlo Interno do Banco, cabendo-lhe garantir uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno de todo o Grupo liderado pelo Banco, contribuindo assim para o reforço da fiabilidade da informação financeira, da salvaguarda dos activos e da adequada prevenção de riscos inerentes.

Compete ainda ao Departamento de *Compliance* preparar e assegurar o reporte interno e externo às diversas entidades regulamentares, nacionais e internacionais, assegurando assim uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno.

- Sistema de controlo dos riscos

No Grupo liderado pelo Banco a função do risco está organizada de forma a abranger os riscos de crédito, de mercados, de liquidez, de taxa de juro, de taxa de câmbio, operacional e de *Compliance*.

A definição do perfil de risco é efectuada ao nível do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. sendo responsabilidade da Comissão Executiva do Banco assegurar o seu cumprimento e controlo, garantindo que para tal o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objectivos traçados.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção de riscos, na actividade do Banco, são o Conselho de Crédito e Riscos, o Departamento de Risco, o Comité de Imparidade, o Departamento de *Compliance* e o Departamento de Auditoria e Inspeção (um desenvolvimento pormenorizado do sistema de controlo dos riscos encontra-se no Capítulo 04 - Gestão Integrada dos Riscos do Relatório Consolidado de Gestão).

A nível operacional as equipas de análise e controlo de risco do Banco trabalham de uma forma integrada e em consonância com o Departamento de Risco Global (DRG) do BES que centraliza a função de Risco do Grupo Banco Espírito Santo quer ao nível da actividade doméstica, quer ao nível da actividade internacional, abrangendo os diversos tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, taxa de juro, de balanço e operacional.

Dentro desse relacionamento a função de Gestão de Risco ao nível da Banca de Investimento assenta nos seguintes princípios básicos:

- Avaliação contínua e permanente do risco;
- Estabelecimento de limites de tolerância tendo em conta a Solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- Análise, Quantificação, Controlo e Monitorização de risco por entidades independentes das áreas de negócio;
- Utilização de diversas metodologias, nomeadamente *ratings* internos e externos, estes últimos fornecidos pelas principais agências de *rating* internacionais, VaR e análises de sensibilidade e de posições;

Relatório e Contas 2011

- Análise das especificidades dos mercados onde as suas diversas unidades de negócio estão implantadas, bem como as características dos seus portfolios (negociação, investimento ou de detenção até à maturidade).

O controlo e supervisão de risco é efectuado pela Comissão Executiva do Banco, que delega respectivamente no Comité de Políticas de Risco e no Conselho de Crédito e Riscos (CCR) a definição das normas e procedimentos conducentes da actividade e a aprovação das operações, e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) a definição e o acompanhamento as políticas de gestão de balanço e de liquidez.

ANEXO V - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES (SENIOR MANAGING DIRECTORS E COLABORADORES AFECTOS A ÁREAS DE CONTROLO NOS TERMOS DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL 5/2008)

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, indicam-se de seguida as remunerações pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., ou sociedades por si dominadas, a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2011.

Conselho de Administração:

Membros Executivos do Conselho de Administração	BESI e Sucursais			Subsidiárias e Filiais			Total		
	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração	Remuneração
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	450.721,00	211.926,00	662.647,00				450.721,00	211.926,00	662.647,00
Francisco Ravara Cary	320.000,00	172.264,00	492.264,00				320.000,00	172.264,00	492.264,00
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	280.000,00	120.065,00	400.065,00				280.000,00	120.065,00	400.065,00
Miguel António Igrejas Horta e Costa	280.000,00	18.746,00	298.746,00				280.000,00	18.746,00	298.746,00
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva			0,00	361.882,35	142.739,42	504.621,77 a)	361.882,35	142.739,42	504.621,77
Christian Georges Jacques Minzolini	260.000,00	59.144,00	319.144,00				260.000,00	59.144,00	319.144,00
Diogo Luís Ramos de Abreu	260.000,00	45.064,00	305.064,00				260.000,00	45.064,00	305.064,00
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz	179.955,75	167.730,00	347.685,75	120.995,62 b)		120.995,62	300.951,37	167.730,00	468.681,37
Paulo José Lameiras Martins	260.000,00	167.588,00	427.588,00				260.000,00	167.588,00	427.588,00
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	260.000,00	86.868,00	346.868,00				260.000,00	86.868,00	346.868,00
Félix Aguirre Cabanyes	280.775,53	345.227,00	626.002,53				280.775,53	345.227,00	626.002,53
Moses Dodo	323.343,61	197.675,04	521.018,65 c)				323.343,61	197.675,04	521.018,65
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	260.000,00	27.934,00	287.934,00				260.000,00	27.934,00	287.934,00
Nigel Keith Purse	336.621,50	183.127,62	519.749,12 d)				336.621,50	183.127,62	519.749,13
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	119.873,61	139.767,00	259.640,61				119.873,61	139.767,00	259.640,61
Total Agregado	3.871.291,01	1.943.125,66	5.814.416,66	482.877,97	142.739,42	625.617,39	4.354.168,98	2.085.865,08	6.440.034,06

a) pagamento de BRL 1.173.708,19 ao câmbio médio de 2011 (2,3259)

b) pagamento de GBP 105.000,00 ao câmbio médio de 2011 (0,8678)

c) pagamento de USD 725.106,00 ao câmbio médio de 2011 (1,3917)

d) pagamento de GBP 451.021,40 ao câmbio médio de 2011 (0,8678)

Remuneração Variável Diferida

Membros Executivos do Conselho de Administração	Numerário referente ao Exercício de 2010 a ser pago em 2013 e 2014		Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) referente ao Exercício de 2010 a ser paga em 2014		Numerário referente ao Exercício de 2011		Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) referente ao Exercício de 2011 a ser pago em 2015	
	Numerário referente ao Exercício de 2010 a ser pago em 2013 e 2014	Montante em Espécie referente ao Exercício de 2010 a ser pago em 2013 e 2014	Numerário referente ao Exercício de 2010 a ser paga em 2014	Montante em Espécie referente ao Exercício de 2010 a ser paga em 2014	Numerário referente ao Exercício de 2011	Montante em Espécie referente ao Exercício de 2011	Numerário referente ao Exercício de 2011 a ser pago em 2015	Montante em Espécie referente ao Exercício de 2011 a ser pago em 2015
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	105.963,00	105.963,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	
Francisco Ravara Cary	86.131,75	86.131,75	75.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	60.032,50	60.032,50	75.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Miguel António Igrejas Horta e Costa	9.372,75	9.372,75	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	102.750,00	102.750,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Christian Georges Jacques Minzolini	29.572,00	29.572,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Diogo Luís Ramos de Abreu	22.532,00	22.532,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz	83.865,00	83.865,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Paulo José Lameiras Martins	83.793,75	83.793,75	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	43.433,75	43.433,75	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Félix Aguirre Cabanyes	172.613,50	172.613,50	75.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Moses Dodo	96.820,50	96.820,50	75.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	13.967,00	13.967,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Nigel Keith Purse	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Agregado	910.847,50	910.847,50	825.000,00	0,00	0,00	0,00	675.000,00	

Todos os pagamentos das importâncias diferidas estão dependentes da verificação dos pressupostos de desempenho do Banco nos termos da Política de Remuneração em vigor.

Relatório e Contas 2011

Os Administradores não Executivos:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado;
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires;
Bernard Marcel Fernand Basecqz;
Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia;
Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva;
João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha;
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva;
Nicholas Mark Finegold; e
Philippe Gilles Fernand Guiral,

não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2011.

Conselho Fiscal:

Membros do Conselho Fiscal	(euros)
	BES e Sucursais Remuneração Total
José Manuel Macedo Pereira	12.000,00
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	9.000,00
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	9.000,00

O membro suplente do Conselho Fiscal, Nuno Espírito Santo Leite de Faria não auferiu quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2011.

Revisor Oficial de Contas:

Revisor Oficial de Contas	(euros)
	BES e Sucursais Remuneração Total
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC	81.000,00

Colaboradores

(De acordo com definição constante do Artigo 2º do Aviso 11/2011 do Banco de Portugal)

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Diferida	Remuneração Total
Senior Managing Directors	2.620.765,75	1.448.705,04	1.207.305,04	5.276.775,83
Função Controlo de Risco	729.373,00	304.607,91	85.000,00	1.118.980,91
Função Compliance	857.729,00	179.928,00	0	1.037.657,00
Função Auditoria Interna*	-	-	-	-

*A Função Auditoria Interna é desenvolvida pelo Departamento de Auditoria e Inspeção (DAI) do Banco Espírito Santo, S.A.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

I. PRINCIPAIS ASPECTOS DA REGULAMENTAÇÃO

No final de ano de 2009, início de 2010, foram publicadas novas regras e recomendações em matéria de remunerações de órgãos sociais: foi publicada a Lei 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovado um novo Código de Governo de Sociedades, um novo Regulamento da CMVM 1/2010, foi publicado o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010 e ainda divulgada a Carta-Circular n.º 2/2010/DSB.

Nessa sequência foi submetida e aprovada em assembleia geral, de 5 de Abril de 2010, a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, proposta pela Comissão de Fixação de Vencimentos do Banco Espírito Santo de Investimento, SA (Banco).

Já no decurso de 2011, foi publicado o Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Junho e no início de 2012 foi divulgado o Aviso do Banco de Portugal 10/2011, que vieram impor novas exigências em matéria de remunerações e a obrigatoriedade de constituição de uma comissão consultiva – Comissão de Remunerações – que prepara as decisões e apresenta propostas em matéria de remunerações. Este novo enquadramento veio impor ajustamentos à Política de Remuneração aprovada em 2010 e que ora se introduzem:

II. A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO BANCO

1. Aprovação da Política de Remuneração

APROVAÇÃO

A aprovação da política de remuneração compete à Comissão de Fixação de Vencimentos e à assembleia geral.

Com o Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Junho e Aviso do Banco de Portugal 10/2011, passou a ser obrigatória a existência de uma comissão de remunerações – órgão consultivo composto por administradores não executivos - a quem compete a preparação das decisões relativas à remuneração, incluindo as decisões com implicações em termos de riscos e gestão de riscos da instituição, que devem ser tomadas pela Comissão de Fixação de Vencimentos e pela assembleia geral.

A presente Política foi aprovada pela Comissão de Fixação de Vencimentos e pela assembleia geral de 5 de Abril de 2010, e alterada pela Comissão de Fixação de Vencimentos em 20 de Março de 2012, e pela assembleia geral em 21 de Março de 2012.

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES – COMPETÊNCIAS, MANDATO E COMPOSIÇÃO

A Comissão de Remunerações é um órgão consultivo e tem como atribuições, entre outras, as seguintes:

- (i) Avaliar os administradores executivos, de acordos com os critérios constantes na Política de Remuneração;
- (ii) Efectuar recomendações à Comissão de Fixação de Vencimentos sobre a Política de Remuneração;
- (iii) Preparar propostas e recomendações sobre a determinação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;
- (iv) Elaborar anualmente um parecer fundamentado sobre a adequação da política de remuneração e enviar esse parecer à assembleia geral.

A Comissão de Remunerações foi eleita em assembleia geral do dia 16 de Março de 2012, para o mandato em curso 2009-2012, e é composta pelos seguintes membros não executivos do Conselho de Administração:

Presidente: Dr. Ricardo Espírito Santo Silva Salgado;
Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, e
Dr. Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS – COMPETÊNCIAS, MANDATO E COMPOSIÇÃO

Nos termos do artigo 18º dos estatutos do Banco compete à Comissão de Fixação de Vencimentos estabelecer a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é fixada pela Comissão de Fixação de Vencimentos até ao final de Abril, com base nos princípios e regras fixados na presente Política e mediante proposta da Comissão de Remunerações.

A Comissão de Fixação de Vencimentos foi eleita em assembleia geral do dia 5 de Abril de 2010, para o mandato em curso de 2009-2012, e é composta pelos seguintes elementos:

Presidente: Dr. José Manuel Galvão Teles
Dr. Jorge de Abreu
Dr. Jacques dos Santos

d) CONSULTORES EXTERNOS, ARTICULAÇÃO COM O BES E OUTROS INTERVENIENTES

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização aprovada pela Comissão de Fixação de Vencimentos e pela assembleia geral anual realizada a 5 de Abril de 2010 seguiu as orientações estabelecidas pelo Banco Espírito Santo, SA e enquadradas pelos estudos de consultores externos - Mercer Ltd.

No processo de definição da Política de Remuneração intervieram, em estreita colaboração com a Comissão de Remunerações e com a Comissão de Fixação de Vencimentos, as pessoas que integram as unidades responsáveis pelas funções de controlo e pelos recursos humanos.

2. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal auferem uma remuneração mensal fixa, paga doze vezes ao ano e fixada todos os anos pela Comissão de Fixação de Vencimentos, mediante proposta da Comissão de Remunerações.

3. Remuneração dos Membros do Conselho de Administração

3.1. Membros não Executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem remuneração pelo exercício das suas funções.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções executivas em órgãos de administração de sociedades dominadas pelo Banco, ou que exerçam funções específicas nessas sociedades por indicação do Conselho de Administração, poderão ser remunerados pelas referidas sociedades, de acordo com o relevo das funções desempenhadas, mas respeitando, no conjunto das remunerações auferidas, a política de remuneração aqui enunciada.

3.2. Membros da Comissão Executiva

CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

A remuneração fixa é determinada pela categoria de cada um dos membros (presidente, vice-presidente e vogal) e pela antiguidade no cargo.

No caso dos administradores executivos responsáveis pelas sucursais e/ou filiais no estrangeiro, a remuneração fixa atenderá ainda aos valores praticados nos mercados locais para idênticas funções em instituições financeiras semelhantes.

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

A remuneração dos administradores executivos comporta uma parte fixa e uma parte variável. A parte fixa é composta pelo vencimento e pelos complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios; a parte variável é composta por numerário, acções, instrumentos equivalentes e opções.

LIMITES DA REMUNERAÇÃO

A remuneração variável está sujeita a vários limites:

- (i) a parte variável da remuneração de cada um dos administradores executivos não ultrapassa em média 60% da sua remuneração total;
- (ii) a remuneração variável total de cada exercício não poderá aumentar mais do que os resultados líquidos consolidados do Banco nesse exercício;
- (iii) pelo menos 50% da remuneração variável é paga em acções, instrumentos equivalentes e/ou opções;
- (iv) pelo menos 50% da remuneração variável está sujeita a diferimento, só sendo paga se os resultados consolidados do Banco forem positivos.

EQUILÍBRIO NA REMUNERAÇÃO

A parte fixa da remuneração representar pelo menos 40% do total da remuneração, sendo o restante, até ao limite máximo médio de 60%, atribuído como parte variável. O montante efectivo da parte variável da remuneração oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DA COMPONENTE VARIÁVEL E MOMENTOS DO SEU PAGAMENTO

A componente variável é dividida em duas sub-componentes:

- (i) Uma associada ao desempenho de curto prazo (Remuneração Variável Anual), e outra
- (ii) Associada ao desempenho de médio prazo (Remuneração Variável de Médio Prazo).

DESEMPENHO DE CURTO PRAZO (REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL)

A Remuneração Variável Anual («RVA») é referente ao Desempenho de Curto Prazo e terá um peso de até 50% na Remuneração Total Anual.

A RVA será calculada no início de cada ano, relativamente ao desempenho do ano anterior, pela Comissão de Fixação de Vencimentos, mediante proposta da Comissão de Remunerações, em função da avaliação do desempenho de curto prazo, quer ao nível individual de cada membro da Comissão Executiva, quer do Banco e do grau de cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração (*vd infra critérios para avaliação de desempenho*).

A RVA é dividida em duas partes de idêntico valor:

- (i) Uma parcela imediata («RVAImediata»), que é paga em numerário após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, e
- (ii) Uma parcela diferida que será paga mediante a atribuição de acções ou instrumentos equivalentes a acções («RVADiferida»), nos 3 anos subsequentes à sua determinação, em três prestações iguais anuais (1/3, 1/3, 1/3).

O pagamento de cada uma das prestações referentes à RVADiferida está sujeito à condição de os

resultados consolidados serem positivos.

DESEMPENHO DE MÉDIO PRAZO (A REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE MÉDIO PRAZO)

A Remuneração Variável de Médio Prazo «RVMP» é referente ao Desempenho de Médio Prazo e terá um peso de até 10% no conjunto da Remuneração Total Anual.

A RVMP será calculada no início de cada ano pela Comissão de Fixação de Vencimentos, mediante proposta da Comissão de Remunerações, em função da avaliação do ano anterior e do desempenho de médio prazo, quer ao nível individual de cada membro da Comissão Executiva, quer do Banco e do grau de cumprimento dos principais objectivos fixados para o ciclo económico em curso.

A RVMP consiste na atribuição de direitos de aquisição e/ou opções sobre acções ou instrumentos equivalentes a acções do Banco (instrumentos emitidos pelo Banco com valor indexado ao valor contabilístico das acções), que apenas poderão ser exercidos decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição. A Comissão de Remunerações fixará um montante em euros, ao qual corresponderá um determinado número de direitos de aquisição e/ou opções.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do Banco e será calculada em função do retorno global proporcionado aos accionistas ao longo de três anos. Esse retorno será calculado com base nos dividendos pagos, acrescido da valorização do valor contabilístico por acção do Banco, corrigido dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos de capital em dinheiro ou em espécie efectuados pelos accionistas.

REGULAMENTAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES E/OU OPÇÕES E/OU OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A regulamentação da atribuição de acções, direitos de acções, instrumentos equivalentes e opções aos membros da Comissão Executiva é objecto de regulamentação própria (Plano de remuneração variável em instrumentos financeiros dos membros da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, SA), anexa à presente Política.

MECANISMOS DE LIMITAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A Remuneração Variável encontra-se sujeita às seguintes limitações gerais:

- (i) a remuneração variável dos administradores executivos não deve ultrapassar em média os 60% da sua remuneração total;
- (ii) a remuneração variável total de cada exercício não poderá aumentar mais do que os resultados líquidos consolidados do BANCO nesse exercício;
- (iii) pelo menos 50% da remuneração variável é paga em acções e/ou instrumentos equivalentes, limitados assim à evolução do valor contabilístico das acções do Banco;
- (iv) pelo menos 50% da remuneração variável está sujeita a diferimento ao longo de um período de 3 anos;
- (v) no caso da remuneração variável diferida, as prestações em dívida, não serão pagas

enquanto os resultados consolidados não forem positivos.

CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho dos administradores executivos assenta nos seguintes indicadores:

Resultado Líquido do Exercício, indicador que traduz o contributo anual de resultado gerado para os accionistas;

"Return-on-Equity" (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas;

Retorno Total ao Accionista indicador que reflecte a variação da situação líquida do Banco acrescido dos dividendos distribuídos e deduzido dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos de capital em dinheiro ou em espécie.

Desempenho Individual de cada administrador membro da Comissão Executiva, de forma a identificar o seu contributo para o resultado global do Banco, reflectido de forma objectiva na análise do desempenho das funções e departamentos que estejam sob a sua responsabilidade, para além do contributo individual para as decisões tomadas ao nível colegial.

Rácio de Core Tier 1, principal indicador para aferir a solvabilidade do ponto de vista regulatório.

Cumprimento das principais regras associadas à actividade da instituição, avaliação a efectuar pelas funções de Controlo Interno, que evidenciam eventuais desconformidades nas áreas de risco, auditoria interna e de *compliance* e as medidas implementadas/concretizadas para sanar tais insuficiências, as quais são reportadas ao Banco de Portugal.

CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A MANUTENÇÃO PELOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS DAS ACÇÕES OU INSTRUMENTOS EQUIVALENTES QUE LHES TENHAM SIDO ATRIBUÍDOS

Até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, as acções ou instrumentos equivalentes adquiridos com base no pagamento da remuneração variável são mantidos pelos membros da Comissão Executiva até ao termo do mandato, com excepção dos que necessitem de ser alienados para pagamento de impostos resultantes do benefício de tais acções ou instrumentos equivalentes.

CRITÉRIOS EM QUE SE BASEIA A EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS RELATIVOS ÀS ACÇÕES OU INSTRUMENTOS EQUIVALENTES ATRIBUÍDOS

Está prevista a aquisição das acções ou instrumentos equivalentes, pelo Banco, após o período de retenção fixado, enquanto as acções não forem admitidas à cotação. As acções serão adquiridas pelo Banco pelo seu Valor Contabilístico (reportado ao último exercício social), no prazo máximo de 20 dias úteis contados sobre a data de fim do período de retenção.

OS PRINCIPAIS PARÂMETROS E FUNDAMENTOS DE QUALQUER SISTEMA DE PRÉMIOS ANUAIS E DE QUAISQUER OUTROS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração

REMUNERAÇÃO PAGA SOB A FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E OU DE PAGAMENTO DE

PRÉMIOS E OS MOTIVOS POR QUE TAIS PRÉMIOS E OU PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS FORAM CONCEDIDOS

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variáveis descritas na presente política de remuneração.

INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO

Vide quadro Anexo

LIMITAÇÕES CONTRATUAIS PREVISTAS PARA A COMPENSAÇÃO A PAGAR POR DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA DO ADMINISTRADOR E SUA RELAÇÃO COM A COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva em caso de destituição sem justa causa.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES OU DE REFORMA ANTECIPADA, COM INDICAÇÃO SE FORAM SUJEITAS A APRECIACÃO PELA ASSEMBLEIA GERAL

Os Administradores residentes em Portugal e/ou os administradores abrangidos pelo Acordo Colectivo de Trabalho do sector Bancário (ACT), no caso de doença ou invalidez, ou quando tenham atingido 65 anos de idade, têm direito a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez nos seguintes termos:

- (i) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade, ou trinta e cinco anos de actividade profissional, ou em caso de invalidez conforme previsto na cláusula 137º do Acordo Colectivo de Trabalho.
- (ii) O complemento de pensão de reforma que se descreve infra.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário profissional do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde, grosso modo, a cem por cento da última remuneração fixa total anual ilíquida auferida pelo administrador em causa.

O Plano complementar do Fundo de Pensões do Banco abrange os administradores executivos que cumpram cumulativamente as seguintes condições: encontrarem-se abrangidos pelo regime de benefícios consagrados no Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) do sector bancário (ou seja, estejam cobertos pelo plano base do fundo de pensões); completarem, aos 65 anos de idade, 20 anos completos de serviço no Grupo BES ou na Espírito Santo Financial Group; estejam ao serviço do Banco no momento em que passem à situação de reforma (designadamente, reforma por velhice, invalidez, antecipada ou diferida). O salário pensionável deste plano complementar, corresponde à retribuição base e diuturnidades, acrescido dos complementos fixos (isenção de horário de trabalho e/ou subsídio

complementar).

Este Plano complementar foi aprovado em assembleia geral de 17 de Janeiro de 2012

ESTIMATIVA DO VALOR DOS BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS RELEVANTES CONSIDERADOS COMO REMUNERAÇÃO NÃO ABRANGIDOS NAS SITUAÇÕES ANTERIORES

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

4. Regras Aplicáveis a todos os membros do Órgão de Administração

PAGAMENTOS RELATIVOS À DESTITUIÇÃO OU CESSAÇÃO POR ACORDO DE FUNÇÕES DE ADMINISTRADORES

Vide quadro Anexo

MONTANTES PAGOS EM 2011 AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL, INCLUINDO OS MONTANTES PAGOS A QUALQUER TÍTULO POR OUTRAS SOCIEDADES EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO

Vide quadro Anexo

Anexo

Remunerações pagas em 2011

Membros Executivos do Conselho de Administração	BESI e Sucursais			Subsidiárias e Filiais			Total		
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	450.721,00	211.926,00	662.647,00				450.721,00	211.926,00	662.647,00
Francisco Ravara Cary	320.000,00	172.264,00	492.264,00				320.000,00	172.264,00	492.264,00
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	280.000,00	120.065,00	400.065,00				280.000,00	120.065,00	400.065,00
Miguel António Igrejas Horta e Costa	280.000,00	18.746,00	298.746,00				280.000,00	18.746,00	298.746,00
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva			0,00	361.882,35	142.739,42	504.621,77 a)	361.882,35	142.739,42	504.621,77
Christian Georges Jacques Minzolini	260.000,00	59.144,00	319.144,00				260.000,00	59.144,00	319.144,00
Diogo Luís Ramos de Abreu	260.000,00	45.064,00	305.064,00				260.000,00	45.064,00	305.064,00
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz	179.955,75	167.730,00	347.685,75	120.995,62 b)		120.995,62	300.951,37	167.730,00	468.681,37
Paulo José Lameiras Martins	260.000,00	167.588,00	427.588,00				260.000,00	167.588,00	427.588,00
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	260.000,00	86.868,00	346.868,00				260.000,00	86.868,00	346.868,00
Félix Aguirre Cabanyes	280.775,53	345.227,00	626.002,53				280.775,53	345.227,00	626.002,53
Moses Dodo	323.343,61	197.675,04	521.018,65 c)				323.343,61	197.675,04	521.018,65
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	260.000,00	27.934,00	287.934,00				260.000,00	27.934,00	287.934,00
Nigel Keith Purse	336.621,50	183.127,62	519.749,12 d)				336.621,50	183.127,62	519.749,13
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	119.873,61	139.767,00	259.640,61				119.873,61	139.767,00	259.640,61
Total Agregado	3.871.291,01	1.943.125,66	5.814.416,66	482.877,97	142.739,42	625.617,39	4.354.168,98	2.085.865,08	6.440.034,06

a) pagamento de BRL 1.173.708,19 ao câmbio médio de 2011 (2,2359)

b) pagamento de GBP 105.000,00 ao câmbio médio de 2011 (0,8678)

c) pagamento de USD 725.106,00 ao câmbio médio de 2011 (1,3917)

d) pagamento de GBP 451.021,40 ao câmbio médio de 2011 (0,8678)

Remuneração Variável Diferida

Membros Executivos do Conselho de Administração	Numerário referente ao Exercício de 2010 a ser pago em 2013 e 2014	Montante em Espécie referente ao Exercício de 2010 a ser pago em 2013 e 2014	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) referente ao Exercício de 2010 a ser pago em 2014	Numerário referente ao Exercício de 2011	Montante em Espécie referente ao Exercício de 2011	Remuneração Variável de Médio Prazo (em espécie) referente ao Exercício de 2011 a ser pago em 2015
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	105.963,00	105.963,00	100.000,00	0,00	0,00	75.000,00
Francisco Ravara Cary	86.131,75	86.131,75	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	60.032,50	60.032,50	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Miguel António Igrejas Horta e Costa	9.372,75	9.372,75	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	102.750,00	102.750,00	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Christian Georges Jacques Minzolini	29.572,00	29.572,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Diogo Luís Ramos de Abreu	22.532,00	22.532,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz	83.865,00	83.865,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Paulo José Lameiras Martins	83.793,75	83.793,75	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	43.433,75	43.433,75	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Félix Aguirre Cabanyes	172.613,50	172.613,50	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Moses Dodo	96.820,50	96.820,50	75.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	13.967,00	13.967,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Nigel Keith Purse	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Agregado	910.847,50	910.847,50	825.000,00	0,00	0,00	675.000,00

Todos os pagamentos das importâncias diferidas estão dependentes da verificação dos pressupostos de desempenho do Banco nos termos da Política de Remuneração em vigor.

Indemnizações pagas em 2011

Membros Executivos do Conselho de Administração	Indemnização Contrato de trabalho	Cessação de funções
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	1.060.000,00	440.000,00

Membros do Conselho Fiscal	BESI e Sucursais
	Remuneração Total
José Manuel Macedo Pereira	12.000,00
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	9.000,00
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	9.000,00

Revisor Oficial de Contas	BESI e Sucursais
	Remuneração Total
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados	81.000,00

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DE COLABORADORES – QUADROS DIRECTIVOS (SENIOR MANAGING DIRECTORS (SMD's), DOS MANAGING DIRECTORS, EXECUTIVE DIRECTORS, VICE-PRESIDENTS, ASSISTANT VICE-PRESIDENTS E MANAGERS) DO BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO

I. APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A Política de Remuneração dos colaboradores – quadros directivos do Banco Espírito Santo de Investimento, SA (Banco) (*Senior Managing Directors (SMD'S)*, dos *Managing Directors*, *Executive Directors*, *Vice-Presidents*, *Assistant Vice-Presidents* e *Managers* (Quadros Directivos)) é aprovada pela Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, SA (Banco).

No processo de definição da Política de Remuneração intervêm em estreita colaboração com a Comissão Executiva as pessoas que integram as unidades responsáveis pelas funções de controlo e pelos recursos humanos.

II. COMPOSIÇÃO E CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

A Remuneração dos Quadros Directivos comporta uma parte Fixa e uma parte Variável.

A Remuneração Fixa é determinada pela categoria de cada um dos colaboradores, pela antiguidade no cargo e pelos valores praticados no mercado local para idênticas funções em instituições financeiras semelhantes. A Remuneração Fixa é composta pelo vencimento e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

A Comissão Executiva do Banco poderá estabelecer um valor mínimo anual para cada categoria.

A Remuneração Variável é fixada anualmente pela Comissão Executiva, até ao final de Abril de cada ano, com base na análise do desempenho do exercício anterior, tanto da instituição com um todo, como do desempenho individual do colaborador.

- No caso dos *Senior Managing Directors*, a Remuneração Variável assentará nos seguintes factores:
 - (i) Resultado líquido do exercício, que traduz o contributo anual de resultado gerado para os accionistas;
 - (ii) *Return-on-Equity*, que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos accionistas;
 - (iii) Retorno Total ao Accionista, indicador que reflecte a variação da situação líquida do Banco acrescida dos dividendos distribuídos e deduzida dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos de capital em dinheiro ou espécie subscritos pelos accionistas;
 - (iv) Avaliação de desempenho do *Senior Managing Director*;

- (v) Respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno, e as relativas à relações com os clientes e investidores, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo, e
 - (vi) Contributo para o desenvolvimento dos objectivos globais do Banco para o ciclo económico em curso.
- No caso dos demais Quadros Directivos (*Managing Directors, Executive Directors, Vice Presidents, Assistant Vice-Presidents e Managers*), a remuneração variável assentará nos seguintes factores:
 - (i) Resultado líquido do exercício;
 - (ii) Resultados de área e da geografia do colaborador;
 - (iii) Avaliação de desempenho do colaborador.

III. EQUILÍBRIO NA REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL; TIPOS DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A parte Fixa da remuneração representará em média para o conjunto dos *SMD's* 40% do total da sua remuneração, e para os restantes Quadros Directivos cerca de 50% do total da sua remuneração, sendo o restante atribuído como parte variável.

O montante efectivo da parte Variável da remuneração oscilará, em cada ano, em função do desempenho do Banco e da *performance* individual do colaborador.

A Remuneração Variável será associada ao desempenho de curto prazo - Remuneração Variável Anual - e terá um peso médio de até 50% na Remuneração Total Anual dos *SMD's* e de 50% na Remuneração Total Anual dos demais quadros directivos.

No caso dos *SMD's*, a Remuneração Variável será ainda associada ao desempenho de médio prazo - Remuneração Variável de Médio Prazo - e terá um peso médio de até 10% na Remuneração Total Anual dos *SMD's*.

IV. A REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL

A Remuneração Variável Anual (RVA) será estabelecida no início de cada ano pela Comissão Executiva, em função do cumprimento dos principais objectivos quantitativos constantes do Orçamento Anual do ano anterior e da apreciação qualitativa do mérito individual, e do contributo para o desenvolvimento da organização como um todo.

A RVA será composta de uma parcela em numerário a ser paga até ao final de Abril do ano seguinte. Caso a RVA ultrapasse um determinado valor a ser fixado anualmente na Comissão Executiva, passará a incluir também uma parcela sujeita a diferimento. Nesta situação, a RVA será então repartida em duas

parcelas iguais:

- (i) uma parcela simples («RVASimples»), em numerário a ser paga até ao final de Abril do ano seguinte, e
- (ii) uma parcela objecto de diferimento (a Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»), a ser paga em numerário, nos 3 anos subsequentes à sua determinação, em prestações iguais anuais (de 1/3,1/3,1/3). A RVADiferida incluirá duas partes iguais: (i) uma parte a pagar em numerário, capitalizada anualmente segundo taxa de mercado a definir, e (ii) outra parte a ser paga em numerário ou em espécie, em instrumentos financeiros e/ou equivalentes, em qualquer destes casos indexados à performance do Banco.

A Comissão Executiva determinará anualmente no momento da atribuição qual o critério de correcção financeira aplicável à parcela que ficará diferida no tempo.

V. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE MÉDIO PRAZO

A Remuneração Variável dos SMD's incluirá ainda uma componente associada ao desempenho de médio prazo («Remuneração Variável de Médio Prazo») e terá um peso médio conjunto de até 10% na Remuneração Total Anual.

A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») será determinada pela Comissão Executiva no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior e do desempenho de médio prazo, e será paga através da atribuição de direitos de aquisição e/ou opções sobre acções ou instrumentos equivalentes a acções do Banco (instrumentos emitidos pelo Banco com valor indexado ao valor contabilístico das acções), que apenas poderão ser exercidos decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição. A Comissão Executiva fixará um montante em euros, ao qual corresponderá um determinado número de direitos de aquisição e/ou opções.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do Banco e será calculada em função do retorno global proporcionado aos accionistas ao longo de três anos. Esse retorno será calculado com base nos dividendos pagos, acrescido da valorização do valor contabilístico por acção do Banco, corrigido dos efeitos decorrentes de eventuais aumentos de capital em dinheiro ou em espécie efectuados pelos accionistas.

A regulamentação da atribuição de acções, direitos de acções, instrumentos equivalentes e opções aos SMD's é objecto de regulamentação própria (Plano de remuneração variável em instrumentos financeiros dos SMD's).

Em cada ano, o Departamento de Recursos Humanos emitirá e entregará a cada colaborador um

documento com informação detalhada sobre a sua Remuneração Variável Total Anual.

VI. MECANISMOS DE LIMITAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A Remuneração Variável Anual Diferida e de Médio Prazo dos SMD's não será paga se:

- (i) os resultados consolidados do Banco não forem positivos;
- (ii) o colaborador deixar o banco, por demissão voluntária ou se for demitido com justa causa.

A Remuneração Variável Anual Diferida dos demais quadros directivos não será paga se o colaborador deixar o banco, por demissão voluntária ou se for demitido com justa causa.

Quanto à Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), estará condicionado à evolução do valor contabilístico das Acções e/ou Instrumentos Equivalentes do BESI ao longo do período. Esta remuneração apenas será devida se o valor de referência tiver uma evolução positiva acumulada de, pelo menos, 10% no período de 3 anos.

VII. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES DE CONTROLO

Os colaboradores nestas funções, nomeadamente os colaboradores da área de Compliance e de Risco terão uma remuneração em função da estrita prossecução dos objectivos associados às respectivas funções.

Não obstante, os SMDs e Quadros Directivos destes departamentos estarão abrangidos pelas políticas de diferimento e pagamento de Remuneração Variável acima enunciadas.

VIII. ELEMENTOS A DEFINIR PELA COMISSÃO EXECUTIVA ANUALMENTE

A Comissão Executiva do BESI definirá anualmente os seguintes parâmetros referentes à política remuneratória:

- a) O valor a partir do qual os Quadros Directivos ficam abrangidos pela Política de Diferimento no pagamento da RVA;
- b) A extensão, ou não, desse critério de diferimento aos demais colaboradores;
- c) O coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida, que deverá ser aplicado

sobre os montantes atribuídos num determinado ano;

IX. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES ATRIBUÍDOS AOS DIRECTORES CENTRAIS SENIORES (*SENIOR MANAGING DIRECTORS*) DIRECTORES CENTRAIS (*MANAGING DIRECTORS*), DIRECTORES EXECUTIVOS (*EXECUTIVE DIRECTORS*) E DIRECTORES (*VICE PRESIDENTS*)

O Plano complementar do Fundo de Pensões do Banco abrange os directores centrais seniores, directores centrais, directores executivos e directores, que cumpram cumulativamente as seguintes condições: (i) encontrarem-se abrangidos pelo regime de benefícios consagrados no ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) do sector bancário (ou seja, estejam cobertos pelo plano base do fundo de pensões); (ii) completem, aos 65 anos de idade, 20 anos completos de serviço no Grupo BES ou na Espírito Santo Financial Group; (iii) estejam ao serviço do Banco no momento em que passem à situação de reforma (designadamente, reforma por velhice, invalidez, antecipada ou diferida); e, (iv) relativamente aos directores centrais, directores executivos e directores, para poderem beneficiar do plano complementar, que tenham estado ao serviço da Banco em 31/12/1998 com a categoria profissional de director ou superior.

O salário pensionável deste plano complementar, corresponde à retribuição base e diuturnidades, acrescido dos complementos fixos (isenção de horário de trabalho e/ou subsídio complementar).

Este plano complementar foi aprovado em assembleia-geral do dia 17 de Janeiro de 2012

X. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Ano de 2010

A Comissão Executiva definiu que a Remuneração Variável Anual dos Quadros Directivos referente ao ano de 2010, só será objecto de diferimento, caso essa remuneração ultrapasse os 75 mil euros. Esse limite no caso da sucursal de Varsóvia é ajustado para 120 mil euros e no caso do BESI Brasil é ajustado para 100 mil euros.

A Comissão Executiva definiu ainda: (i) que o coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida indexada ao mercado é de 5% ao ano (correspondente à taxa *yield* médio da dívida pública a 2 anos, do período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e 28 de Fevereiro de 2011); (ii) que o coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida indexada à performance do BESI será calculado anualmente em função da evolução do valor contabilístico por acção do BESI, calculado em euros, e removendo os efeitos de operações de capital ou distribuição de reservas e resultados.

Ano de 2011

A Comissão Executiva definiu que a Remuneração Variável Anual dos Quadros Directivos referente ao ano de 2011, só será objecto de diferimento, caso essa remuneração ultrapasse os 100 mil euros. Esse limite no caso da sucursal de Varsóvia é ajustado para 120 mil euros, no caso da sucursal de Londres é ajustado para 100 mil libras e no caso do BESI Brasil é ajustado para 100 mil euros.

A Comissão Executiva definiu ainda: (i) que o coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida indexada ao mercado é de 5% ao ano; ii) que o coeficiente de correcção financeira da parcela da RVA Diferida indexada à performance do BESI será calculado anualmente em função da evolução do valor contabilístico por acção do BESI, calculado em euros, e removendo os efeitos de operações de capital ou distribuição de reservas e resultados.

**PLANO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS
DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO
BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.**

Considerando que:

- 1. A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco (Política de Remuneração) prevê, nomeadamente, que a remuneração variável dos administradores executivos seja determinada pela Comissão de Fixação de Vencimentos no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho de cada administrador executivo e na evolução de indicadores de sustentabilidade e crescimento do Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI) ;*
- 2. A Política de Remuneração prevê que a remuneração variável tenha:*
 - (i) uma componente de curto prazo, representando até 50% da remuneração anual total, sendo metade paga em numerário e a outra metade constituída por acções e /ou instrumentos equiparados a acções do BESI; e*
 - (ii) uma componente de médio prazo, representando até 10% da remuneração anual total, constituída por direitos de aquisição e/ou opções de aquisição de acções do BESI e/ou sobre instrumentos equiparados a acções do BESI;*
- 3. Importa regular as referidas duas componentes da remuneração variável em espécie dos membros da Comissão Executiva.*

É aprovado o presente **Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros**, que se rege pelos artigos seguintes:

**PLANO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DOS MEMBROS
EXECUTIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DO BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, SA****Secção I
Disposições Gerais****Artigo 1º
Definições**

No presente Plano as expressões abaixo indicadas terão o seguinte significado:

- «Acções»: as acções ordinárias representativas do capital social do BESI;
- «Beneficiários»: os membros da Comissão Executiva do BESI;
- «Data de Atribuição»: a data de atribuição das Acções, Instrumentos Equivalentes e Opções a cada Beneficiário, a qual é determinada até 30 de Abril de cada ano;
- «Direitos de Aquisição»: direito atribuído a um Beneficiário de adquirir a título gratuito uma ou mais Acções do BESI e/ou Instrumentos Equivalentes;
- «Instrumentos Equivalentes»: títulos emitidos pelo BESI com valor indexado ao valor contabilístico das Acções;
- «Instrumentos Financeiros»: Acções, Instrumentos Equivalentes, Direitos de Aquisição e Opções;
- «Opções»: direito atribuído a um Beneficiário de adquirir por compra uma ou mais Acções do BESI ou Instrumentos Equivalentes;
- «Plano»: o presente Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros dos membros executivos da Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, SA;
- «Política de Remuneração»: a política de remuneração para os órgãos sociais do BESI, tal como se encontre em cada momento em vigor;
- «Valor Contabilístico»: o valor unitário das Acções, correspondente ao valor dos capitais próprios consolidados por Acção (excluindo interesses minoritários e outros instrumentos de capital regulatório não pertencentes aos accionistas), com referência ao balanço consolidado e auditado do último exercício social, com os ajustamentos decorrentes dos montantes de dividendos ou reservas distribuídos, de operações de aumento de capital e de outras operações com repercussões directas no valor do capital próprio do BESI, ocorridas após o termo do último exercício social.

**Artigo 2º
Concepção Geral do Plano**

1. Nos termos da Política de Remuneração, a Comissão de Fixação de Vencimentos pode anualmente:

- a) Atribuir aos Beneficiários uma remuneração variável em espécie de curto prazo, cujo pagamento seja feito em Acções ou em Instrumentos Equivalentes; e/ou
 - b) Atribuir aos Beneficiários uma remuneração variável em espécie de médio prazo, cujo pagamento seja feito através de Direitos de Aquisição e de Opções que serão exercidas a médio prazo.
2. O Plano regula os termos da atribuição dos Instrumentos Financeiros aos Beneficiários.

Artigo 3º

Atribuição de Instrumentos Financeiros

1. A Comissão de Fixação de Vencimentos fixará, na Data de Atribuição, o número e tipo de Instrumentos Financeiros (Acções, Instrumentos Equivalentes, Direitos de Aquisição e Opções) a atribuir a cada Beneficiário, com base na respectiva avaliação de desempenho.
2. A avaliação de desempenho será efectuada nos termos e com base nos factores previstos na Política de Remuneração.
3. A Comissão de Fixação de Vencimentos poderá decidir em determinado ou determinados anos, em função da avaliação efectuada, não atribuir quaisquer Instrumentos Financeiros.
4. A atribuição dos Instrumentos Financeiros será contratualizada com cada Beneficiário, conforme minuta em *Anexo* ao presente Plano.

Secção II

Remuneração Variável em espécie de Curto Prazo

Artigo 4º

Atribuição de Acções e/ou Instrumentos Equivalentes

1. A Remuneração Variável em espécie de Curto Prazo consiste na atribuição, pela Comissão de Fixação de Vencimentos, na Data de Atribuição, de Acções ou Instrumentos Equivalentes aos Beneficiários.
2. A Comissão de Fixação de Vencimentos fixará o número de Acções ou Instrumentos Equivalentes a atribuir a cada Beneficiário, de acordo com o estabelecido na Política de Remuneração, e de acordo com os seguintes termos:

Acções ou Instrumentos Equivalentes Atribuídos = Montante em euros/Valor Contabilístico unitário das Acções;

Montante em euros = valor definido pela Comissão de Fixação de Vencimentos a atribuir a cada beneficiário na Data da Atribuição

3. O número de Acções ou Instrumentos Equivalentes atribuído será repartido em 3 lotes iguais, sendo o seu pagamento diferido por três prestações anuais subsequentes à Data de Atribuição, vencendo-se a primeira prestação no ano seguinte ao da Data de Atribuição.
4. O pagamento de cada um dos lotes está sujeito à condição de não ocorrer uma degradação estrutural do desempenho do BESI, [nomeadamente não haver resultados consolidados do Banco negativos] cabendo à Comissão de Fixação de Vencimentos determinar a existência dessa situação.

Artigo 5º

Política de Retenção de Acções ou Instrumentos Equivalentes

Os Beneficiários devem manter as Acções ou Instrumentos Equivalentes até ao termo do mandato, até ao limite mínimo de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção das Acções ou Instrumentos Equivalentes que necessitem de ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício de tais Acções ou Instrumentos Equivalentes.

Artigo 6º

Aquisição de Acções ou Instrumentos Equivalentes

1. A partir do momento em que as Acções ou Instrumentos Equivalentes deixem de estar sujeitas a retenção, serão obrigatoriamente adquiridas pelo Banco pelo seu Valor Contabilístico (reportado ao último exercício social), no prazo máximo de 20 dias úteis contados sobre a data de fim do período de retenção.
2. Se na data em que terminar o período de retenção as Acções se encontrarem admitidas à cotação em Bolsa, o Beneficiário poderá optar por não alienar as Acções ao Banco.

Secção III

Remuneração Variável de Médio Prazo

Artigo 7º

Composição e Fixação da Remuneração Variável de Médio Prazo

1. A Remuneração Variável de Médio Prazo é composta por Direitos de Aquisição e por Opções.
2. A Cada Beneficiário será atribuído pela Comissão de Fixação de Vencimentos, na Data de Atribuição, um montante em euros, ao qual corresponderá um determinado número de Direitos de Aquisição e de Opções.
3. A Comissão de Fixação de Vencimentos fixará o número de Direitos de Aquisição e de Opções de acordo com os seguintes termos:

- *Direitos de Aquisição e de Opções = Montante em euros/Valor Contabilístico unitário das Acções;*
- *Montante em euros = valor definido pela Comissão de Fixação de Vencimentos a atribuir a cada beneficiário na Data da Atribuição*

Artigo 8º

Direitos de Aquisição

1. Os Direitos de Aquisição conferem ao Beneficiário a possibilidade de, decorridos 3 anos sobre a Data da Atribuição, adquirir a título gratuito Acções ou Instrumentos Equivalentes desde que na data de exercício dos direitos, o Valor Contabilístico das Acções seja pelo menos, 10% superior ao valor contabilístico da Data da Atribuição.
2. Os Direitos de Aquisição que não forem exercidos na data de exercício caducam.

Artigo 9º

Opções

1. As Opções conferem ao Beneficiário a possibilidade de, decorridos 3 anos sobre a Data da Atribuição, adquirir a título oneroso Acções ou Instrumentos Equivalentes desde que nessa data, o Valor Contabilístico das Acções seja pelo menos, 10% superior ao valor contabilístico da Data da Atribuição.
2. O preço de exercício das Opções será o correspondente ao Valor Contabilístico à Data de Atribuição das Opções.
3. As Opções que não forem exercidas na data de exercício caducam.

Artigo 10º

Procedimento para a atribuição de Direitos de Aquisição e de Opções

1. A Comissão de Fixação de Vencimentos delibera até ao final de Abril de cada ano, o número de Direitos de Aquisição a atribuir a cada Beneficiário. Por cada Direito de Aquisição atribuído, serão atribuídas quatro Opções.
2. A Comissão de Fixação de Vencimentos ao deliberar sobre os Direitos de Aquisição a atribuir deverá ainda nessa data fixar os seguintes elementos:
 - a) O montante da Remuneração Variável afecta à atribuição dos Direitos de Aquisição;
 - b) O número de Direitos de Aquisição a atribuir;
 - c) Data de exercício dos Direitos de Aquisição;
 - d) Valor Contabilístico à Data da Atribuição;
 - e) O número de Opções atribuídas;
 - f) O Preço de Exercício das Opções;

- g) Data de maturidade/ exercício das Opções.

Artigo 11º

Exercício das Opções

1. Na maturidade, cada Beneficiário, verificadas as condições de exercício, poderá proceder ao exercício das Opções mediante notificação escrita ao BESI.
2. Tendo o beneficiário procedido ao exercício das Opções deverá efectuar o pagamento do preço no prazo máximo de 40 dias úteis após a data da notificação.

Artigo 12º

Política de Retenção de Acções ou Instrumentos Equivalentes resultantes dos Direitos de Aquisição e das Opções

Os Beneficiários devem manter as Acções ou Instrumentos Equivalentes que adquiriram através do exercício de Direitos de Aquisição e das Opções até ao termo do mandato, até ao limite mínimo de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção das Acções ou Instrumentos Equivalentes que necessitem de ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício de tais Acções ou Instrumentos Equivalentes.

Artigo 13º

Aquisição de Acções ou Instrumentos Equivalentes

1. A partir do momento em que as Acções ou Instrumentos Equivalentes resultantes do exercício Direitos de Aquisição e das Opções deixem de estar sujeitas a retenção, essas Acções ou Instrumentos Equivalentes serão obrigatoriamente adquiridas pelo Banco, pelo seu Valor Contabilístico (reportado ao último exercício social), no prazo máximo de 20 dias úteis contados sobre a data de fim do período de retenção.
2. Se as Acções se encontrarem admitidas à cotação em bolsa, cada Beneficiário poderá optar por não alienar as Acções ao BESI.

Secção IV

Diversos

Artigo 14º

Alterações ao Plano

1. Em caso de ocorrência de situações excepcionais, reconhecidas pela Comissão de Fixação de Vencimentos, como sejam exemplificativamente, alterações do capital social do BESI, fusões ou cisões, *stock splits* ou alterações na política de dividendos, a Comissão tem o poder de proceder às alterações que se demonstrem necessárias para manter a equidade do Plano em cada ano, podendo designadamente alterar o número total de Acções, Instrumentos Equivalentes ou Opções, ou o preço de exercício das Opções.
2. Em caso de aumento de capital por incorporação de reservas com emissão de novas acções, será aumentado proporcionalmente o número de Acções ou Instrumentos Equiparados objecto das Opções, sem que tal origine qualquer alteração nos preços de compra ou de venda previstos supra.

Artigo 15º

Exclusão de Beneficiários

1. A Comissão de Fixação de Vencimentos poderá decidir a exclusão de Beneficiários, nos seguintes casos:
 - a) Não cumprimento pontual das obrigações assumidas ao abrigo do presente Regulamento e Contratos, nomeadamente de obrigações de pagamento do preço;
 - b) Cessação do mandato de administrador antes do decurso do prazo;
 - c) Suspensão de funções por causa imputável ao Beneficiário;
 - d) Aplicação ao Beneficiário de sanções disciplinares.

Artigo 16º

Morte e Incapacidade Permanente de Beneficiários

1. Em caso de morte do Beneficiário, durante o período de vigência do Plano, transmite-se aos respectivos sucessores o direito a receber as Acções, Instrumentos Equiparados ou Opções ainda não atribuídas.
2. No caso das Opções, a Comissão de Fixação de Vencimentos poderá determinar que estas sejam exercidas antes da data da sua maturidade, mediante requerimento escrito e fundamentado pelos sucessores do Beneficiário.
3. O mesmo regime será aplicado em caso de incapacidade ou invalidez permanente, verificada nos termos legalmente estabelecidos, com as necessárias adaptações.

Artigo 17º

Limitações à transmissibilidade

Exceptuada a sucessão por morte, não podem ser transmitidos quaisquer direitos resultantes da condição de Beneficiário por qualquer causa, obrigando-se os Beneficiários a não os prometer transmitir, dar em garantia e, em geral, a não constituir qualquer ónus ou encargo sobre os mesmos

nem a celebrar quaisquer contratos sobre os mesmos que visem impedir ou limitar o carácter variável da remuneração.

Artigo 18º

Impostos, taxas e comissões

1. O BESI suportará as despesas de transacção devidas pela transmissão das Acções ou Instrumentos Equivalentes realizada a favor dos Beneficiários.
2. Cada Beneficiário suportará todos os impostos e taxas por ele devidos em resultado da atribuição e/ou transmissão, a seu favor, de Acções, Instrumentos Equivalentes e Opções.

Artigo 19º

Convenção de arbitragem

1. Todos os eventuais litígios decorrentes da atribuição das Acções e das Opções aos Beneficiários, bem como da aplicação do Plano serão definitivamente resolvidos por recurso a arbitragem.
2. Funcionará como árbitro único a pessoa que for o presidente do Conselho Fiscal do BESI ao tempo do início do procedimento arbitral e a sua decisão será definitiva, não admitindo recurso.
3. O Tribunal Arbitral funcionará em Lisboa e seguirá as normas do Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.

ANEXO: MINUTA DE CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DO BESI A ADMINISTRADOR EXECUTIVO A TÍTULO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Contrato de ATRIBUIÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DO BESI A ADMINISTRADOR EXECUTIVO A TÍTULO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

____/04/____

Entre:

Primeiro:

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Alexandre
Bergamini, nº 10, 1.º andar, 1200-028 Lisboa, com o capital social de 1.000.000,00, pessoa
colectiva número 501.385.932 e sob este número matriculado na Conservatória do Registo Comercial
de Lisboa, adiante abreviadamente designado por **BESI**;

E

Segundo:

..... (**nome Completo, estado civil, número de contribuinte, morada**), adiante abreviadamente
designado por BENEFICIÁRIO;

Considerando:

- a) Que o BESI aprovou uma política de remuneração variável em parte assente na atribuição de Acções ou Instrumentos Equivalentes (títulos representativos das Acções do BESI e cujo valor corresponde ao valor contabilístico das Acções), Direitos de Aquisição e Opções para os membros executivos do Conselho de Administração;
- b) Que as regras aplicáveis à remuneração variável em instrumentos financeiros constam do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros dos membros executivos do Conselho de Administração;
- c) Que o Beneficiário é membro da Comissão Executiva;
- d) Que a omissão de qualquer dos elementos acima mencionados não impede a sua reunião de se fazer o ora
Segundo Contraente como Beneficiário do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos
Financeiros, mediante a atribuição de:
 - (i) de cestas estruturadas e de títulos de Remuneração Variável de Curto Prazo Diferida; e

a título de Remuneração Variável de médio prazo

(ii) . Direitos de Aquisição, e

(iii) es;

é celebrado o presente Contrato nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

A s l s s E s

1. O Beneficiário tem o direito a receber do BESI Acções/Instrumentos Equivalentes representativas do capital social do BESI, em 3 tranches anuais, iguais e sucessivas, nos seguintes montantes e datas:
 - ri de c es strume tos uiva e tes
 - ri de c es strume tos uiva e tes
 - Abril de c es strume tos uiva e tes
2. Esta aquisição de Acções será feita a título não oneroso, aplicando-se-lhe os termos e condições previstos no Plano anexo ao presente Contrato.

Cláusula 2ª

Direitos de Aquisição

1. O Beneficiário tem o direito a receber do BESI, as _____ Direitos de Aquisição sobre Acções/ Instrumentos Equivalentes.
2. A data de exercício dos Direitos de Aquisição sobre Acções/ Instrumentos Equivalentes é em _____.
3. Serão aplicáveis os demais termos e condições previstos no Plano anexo ao presente Contrato

Cláusula 3ª

O s

4. O Beneficiário tem o direito a receber do BESI, as _____ Opções sobre Acções/ Instrumentos Equivalentes.
5. O período de exercício das Opções será em _____ e o preço de exercício será de _____.
6. Serão aplicáveis os demais termos e condições previstos no Plano anexo ao presente Contrato.

Cláusula 4ª

O R

O Beneficiário obriga-se a manter Acções ou Instrumentos Equivalentes que venha a adquirir a título de remuneração variável até ao termo do mandato, até ao limite mínimo de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção das Acções ou Instrumentos Equivalentes que necessitem de ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício de tais Acções ou Instrumentos Equivalentes.

Cláusula 5ª

Alterações

Quaisquer alterações aos termos do presente contrato só serão válidas se reduzidas a escrito.

Cláusula 6ª

Comunicações

1. Todas as comunicações entre as partes relativamente a este Contrato devem ser efectuadas mediante comunicação escrita dirigida para os endereços seguintes:

a) Banco Espírito Santo de Investimento, SA

Morada: Rua Alexandre Herculano, nº 38

1269-161 Lisboa

Telefax nº:00.351.21.330.95.00

Att/ de

b)

Morada:

Telefax nº:

2. As comunicações efectuadas nos termos do número anterior serão eficazes nos termos do nº 1 do art. 224º do Código Civil e considerar-se-ão realizadas na data da respectiva recepção ou, se fora das horas normais de expediente (entre as 8h e 30m e as 18h e 30m), no dia útil imediatamente seguinte.

feito em Lisboa aos _____ dias do mês de _____ de _____ em vias originais, uma em poder do Banco Espírito Santo de Investimento, SA e outra em poder de _____

Pelo BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.:

[nome completo]

Anexo - Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros dos Membros da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A

**PLANO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS
DOS SENIOR MANAGING DIRECTORS (SMD’S) DO BANCO ESPÍRITO SANTO DE
INVESTIMENTO, S.A.**

Considerando que:

1. *A Política de Remuneração dos colaboradores – quadros directivos do Banco Espírito Santo de Investimento, SA (Banco) prevê que a Remuneração Variável dos colaboradores com a categoria de Senior Managing Directors incluirá ainda uma componente associada ao desempenho de médio prazo («Remuneração Variável de Médio Prazo») e terá um peso médio conjunto de até 10% na Remuneração Total Anual.*
2. *A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») será determinada pela Comissão Executiva no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior e do desempenho de médio prazo, e será paga através da atribuição de direitos de aquisição e/ou opções sobre acções ou instrumentos equivalentes a acções do Banco (instrumentos emitidos pelo Banco com valor indexado ao valor contabilístico das acções), que apenas poderão ser exercidos decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição.*
3. *Importa regular a atribuição de direitos de aquisição e/ou opções sobre acções ou instrumentos equivalentes a acções do Banco ou instrumentos equivalentes e opções aos SMD’s,*

É aprovado o presente **Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros dos Senior Managing Directors (SMD’s)**, que se rege pelos artigos seguintes:

**PLANO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DOS SENIOR
MANAGING DIRECTORS (SMD'S)****Secção I****Disposições Gerais****Artigo 1º****Definições**

No presente Plano as expressões abaixo indicadas terão o seguinte significado:

- «Acções»: as acções ordinárias representativas do capital social do BESI;
- «Beneficiários»: os Senior Managing Directors (SMD's) do BESI;
- «Data de Atribuição»: a data de atribuição dos Direitos de Aquisição e Opções a cada Beneficiário, a qual é determinada até 30 de Abril de cada ano;
- «Direitos de Aquisição»: direito atribuído a um Beneficiário de adquirir a título gratuito uma ou mais Acções do BESI e/ou Instrumentos Equivalentes;
- «Instrumentos Equivalentes»: títulos emitidos pelo BESI com valor indexado ao valor contabilístico das Acções;
- «Instrumentos Financeiros»: Acções, Instrumentos Equivalentes, Direitos de Aquisição e Opções;
- «Opções»: direito atribuído a um Beneficiário de adquirir por compra uma ou mais Acções do BESI ou Instrumentos Equivalentes;
- «Plano»: o presente Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros;
- «Política de Remuneração»: a política de remuneração para os órgãos sociais do BESI, tal como se encontre em cada momento em vigor;
- «Valor Contabilístico»: o valor unitário das Acções, correspondente ao valor dos capitais próprios consolidados por Acção (excluindo interesses minoritários e outros instrumentos de capital regulatório não pertencentes aos accionistas), com referência ao balanço consolidado e auditado do último exercício social, com os ajustamentos decorrentes dos montantes de dividendos ou reservas distribuídos, de operações de aumento de capital e de outras operações com repercussões directas no valor do capital próprio do BESI, ocorridas após o termo do último exercício social.

Artigo 2º**Concepção Geral do Plano**

1. Nos termos da Política de Remuneração, a Comissão de Executiva pode anualmente Atribuir aos Beneficiários uma remuneração variável em espécie de médio prazo, cujo pagamento seja feito através de Direitos de Aquisição e de Opções que serão exercidas a médio prazo.

2. O Plano regula os termos da atribuição dos Instrumentos Financeiros aos Beneficiários.

Artigo 3º

Atribuição de Instrumentos Financeiros

1. A Comissão de Executiva fixará, na Data de Atribuição, o número e tipo de Instrumentos Financeiros (Direitos de Aquisição e Opções) a atribuir a cada Beneficiário, com base na respectiva avaliação de desempenho.
2. A avaliação de desempenho será efectuada nos termos e com base nos factores previstos na Política de Remuneração.
3. A Comissão de Executiva poderá decidir em determinado ou determinados anos, em função da avaliação efectuada, não atribuir quaisquer Instrumentos Financeiros.
4. A atribuição dos Instrumentos Financeiros será contratualizada com cada Beneficiário, conforme minuta em *Anexo* ao presente Plano.

Secção II

Remuneração Variável de Médio Prazo

Artigo 4º

Composição e Fixação da Remuneração Variável de Médio Prazo

1. A Remuneração Variável de Médio Prazo é composta por Direitos de Aquisição e por Opções.
2. A Cada Beneficiário será atribuído pela Comissão de Executiva, na Data de Atribuição, um montante em euros, ao qual corresponderá um determinado número de Direitos de Aquisição e de Opções.
3. A Comissão de Executiva fixará o número de Direitos de Aquisição e de Opções de acordo com os seguintes termos:
 - *Direitos de Aquisição e de Opções = Montante em euros/Valor Contabilístico unitário das Acções;*
 - *Montante em euros = valor definido pela Comissão de Executiva a atribuir a cada beneficiário na Data da Atribuição*

Artigo 5º

Direitos de Aquisição

1. Os Direitos de Aquisição conferem ao Beneficiário a possibilidade de, decorridos 3 anos sobre a Data da Atribuição, adquirir a título gratuito Acções ou Instrumentos Equivalentes desde que na data de exercício dos direitos, o Valor Contabilístico das Acções seja pelo menos, 10% superior

ao valor contabilístico da Data da Atribuição.

2. Os Direitos de Aquisição que não forem exercidos na data de exercício caducam.

Artigo 6º

Opções

1. As Opções conferem ao Beneficiário a possibilidade de, decorridos 3 anos sobre a Data da Atribuição, adquirir a título oneroso Acções ou Instrumentos Equivalentes desde que nessa data, o Valor Contabilístico das Acções seja pelo menos, 10% superior ao valor contabilístico da Data da Atribuição.
2. O preço de exercício das Opções será o correspondente ao Valor Contabilístico à Data de Atribuição das Opções.
3. As Opções que não forem exercidas na data de exercício caducam.

Artigo 7º

Procedimento para a atribuição de Direitos de Aquisição e de Opções

1. A Comissão de Executiva delibera até ao final de Abril de cada ano, o número de Direitos de Aquisição a atribuir a cada Beneficiário. Por cada Direito de Aquisição atribuído, o Beneficiário terá direito a receber quatro Opções.
2. A Comissão de Executiva ao deliberar sobre os Direitos de Aquisição a atribuir deverá ainda nessa data fixar os seguintes elementos:
 - a) O montante da Remuneração Variável afecta à atribuição dos Direitos de Aquisição;
 - b) O número de Direitos de Aquisição a atribuir;
 - c) Valor Contabilístico na Data de Atribuição;
 - d) Data de exercício dos Direitos de Aquisição
 - e) O número de Opções atribuídas;
 - f) O Preço de Exercício das Opções;
 - g) Data de maturidade/ exercício das Opções.

Artigo 8º

Exercício das Opções

1. Na maturidade, cada Beneficiário, verificadas as condições de exercício, poderá proceder ao exercício das Opções mediante notificação escrita ao BESI.
2. Tendo o beneficiário procedido ao exercício das Opções deverá efectuar o pagamento do preço no prazo máximo de 40 dias úteis após a data da notificação.
3. As Acções e/ou Instrumentos Equivalentes objecto das Opções serão obrigatoriamente adquiridas pelo Banco, pelo seu Valor Contabilístico (reportado ao último exercício social), no prazo máximo de 20 dias úteis contados sobre a data de fim do período de retenção.

4. Se as Acções se encontrarem admitidas à cotação em bolsa, cada Beneficiário poderá optar por não alienar as Acções ao BESI.

Secção III

Diversos

Artigo 9º

Alterações ao Plano

1. Em caso de ocorrência de situações excepcionais, reconhecidas pela Comissão de Fixação de Vencimentos, como sejam exemplificativamente, alterações do capital social do BESI, fusões ou cisões, *stock splits* ou alterações na política de dividendos, a Comissão de Executiva tem o poder de proceder às alterações que se demonstrem necessárias para manter a equidade do Plano em cada ano, podendo designadamente alterar o número total de Direitos de Aquisição ou Opções, ou o preço de exercício das Opções.
2. Em caso de aumento de capital por incorporação de reservas com emissão de novas acções, será aumentado proporcionalmente o número de Acções ou Instrumentos Equiparados objecto dos Direitos de Aquisição ou das Opções, sem que tal origine qualquer alteração nos preços de compra ou de venda previstos supra.

Artigo 10º

Exclusão de Beneficiários

A Comissão de Fixação de Vencimentos poderá decidir a exclusão de Beneficiários, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento pontual das obrigações assumidas ao abrigo do presente Regulamento e Contratos, nomeadamente de obrigações de pagamento do preço;
- b) O Beneficiário deixar o Banco, por demissão voluntária ou se for demitido por justa causa;

Artigo 11º

Morte e Incapacidade Permanente de Beneficiários

1. Em caso de morte do Beneficiário, durante o período de vigência do Plano, transmite-se aos respectivos sucessores o direito a receber os Direitos de Aquisição ou Opções ainda não exercidos, podendo a Comissão Executiva determinar que estes sejam exercidos antes da data da sua maturidade, mediante requerimento escrito pelos sucessores do Beneficiário.
2. O mesmo regime será aplicado em caso de incapacidade ou invalidez permanente, verificada nos termos legalmente estabelecidos, com as necessárias adaptações.

Artigo 12º**Limitações à transmissibilidade**

Exceptuada a sucessão por morte, não podem ser transmitidos quaisquer direitos resultantes da condição de Beneficiário por qualquer causa, obrigando-se os Beneficiários a não os prometer transmitir, dar em garantia e, em geral, a não constituir qualquer ónus ou encargo sobre os mesmos nem a celebrar quaisquer contratos sobre os mesmos que visem impedir ou limitar o carácter variável da remuneração.

Artigo 13º**Impostos, taxas e comissões**

1. O BESI suportará as despesas de transacção devidas pela transmissão das Acções ou Instrumentos Equivalentes realizada a favor dos Beneficiários.
2. Cada Beneficiário suportará todos os impostos e taxas por ele devidos em resultado da atribuição e/ou transmissão, a seu favor, de Acções, Instrumentos Equivalentes, direitos de aquisição e Opções.

Artigo 14º**Convenção de arbitragem**

1. Todos os eventuais litígios decorrentes da atribuição das Acções e das Opções aos Beneficiários, bem como da aplicação do Plano serão definitivamente resolvidos por recurso a arbitragem.
2. Funcionará como árbitro único a pessoa que for o presidente do Conselho Fiscal do BESI ao tempo do início do procedimento arbitral e a sua decisão será definitiva, não admitindo recurso.
3. O Tribunal Arbitral funcionará em Lisboa e seguirá as normas do Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.

**ANEXO: MINUTA DE CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS
DO BESI A COLABORADOR SENIOR MANAGING DIRECTOR**

Contrato de
DE ATRIBUIÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DO BESI A COLABORADOR SENIOR
MANAGING DIRECTOR

___/04/___

Entre:

Primeiro:

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, número 38, com o capital social integralmente realizado de €226.269.000,00, pessoa colectiva número 501.385.932 e sob este número matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, adiante abreviadamente designado por **BESI**;

E

Segundo:

..... (**nome Completo, estado civil, número de contribuinte, morada**), adiante abreviadamente designado por BENEFICIÁRIO;

Considerando:

1. Que o BESI aprovou uma política de remuneração variável em parte assente na atribuição de Direitos de Aquisição e Opções para os colaboradores com a categoria de Senior Managing Director;
2. Que as regras aplicáveis à remuneração variável assente na atribuição de Direitos de Aquisição e Opções constam do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros dos Senior Managing Director membros executivos do Conselho de Administração;
3. Que o Beneficiário é membro da Senior Managing Director;
4. Que a Comissão Executiva deliberou, na sua reunião de....., eleger o ora Segundo Contraente como Beneficiário do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros, mediante a atribuição de Direitos de Aquisição, e Opções;

é celebrado o presente Contrato nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª**“Direitos de Aquisição”**

1. O Beneficiário tem o direito a receber do BESI, as _____ Direitos de Aquisição sobre Acções/ Instrumentos Equivalentes.
2. A data de exercício dos Direitos de Aquisição sobre Acções/ Instrumentos Equivalentes é em _____.
3. Serão aplicáveis os demais termos e condições previstos no Plano anexo ao presente Contrato

Cláusula 3ª**“Opções”**

4. O Beneficiário tem o direito a receber do BESI, as _____ Opções sobre Acções/ Instrumentos Equivalentes.
5. O período de exercício das Opções será em _____ e o preço de exercício será de _____.
6. Serão aplicáveis os demais termos e condições previstos no Plano anexo ao presente Contrato.

Cláusula 4ª**“Alterações”**

Quaisquer alterações aos termos do presente contrato só serão válidas se reduzidas a escrito.

Cláusula 5ª**Comunicações**

1. Todas as comunicações entre as partes relativamente a este Contrato devem ser efectuadas mediante comunicação escrita dirigida para os endereços seguintes:
 - a) Banco Espírito Santo de Investimento, SA
Morada: Rua Alexandre Herculano, n.º 38
1269-161 Lisboa
Telefax n.º: 00.351.21.330.95.00
Att/ de
 - b)
Morada:
Telefax n.º:
2. As comunicações efectuadas nos termos do número anterior serão eficazes nos termos do n.º 1 do art. 224º do Código Civil e considerar-se-ão realizadas na data da respectiva recepção ou, se

fora das horas normais de expediente (entre as 8h e 30m e as 18h e 30m), no dia útil imediatamente seguinte.

Feito em Lisboa aos ... dias do mês de Abril de ____, em 2 vias originais, ficando uma em poder do Banco Espírito Santo de Investimento, SA e outra em poder de

Pelo BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.:

[nome completo]

Anexo - Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros dos Senior Managing Director do Banco Espírito Santo de Investimento, SA

**DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS
DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

(Assembleia Geral Anual de 21 de Março de 2012)

A Lei 28/2009, de 19 de Junho veio impor às entidades de interesse público, nas quais se incluem as instituições de crédito, que submetam, anualmente, à aprovação da assembleia-geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

A assembleia-geral anual de 2010 aprovou a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que lhe foi apresentada pela Comissão de Fixação de Vencimentos do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Na avaliação anual efectuada à estrutura de remunerações do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., a Comissão de Fixação de Vencimentos concluiu pela actualidade, nos seus aspectos essenciais, da política de remunerações aprovada no ano de 2010, devendo a mesma ser alterada de acordo com as novas exigências decorrentes da aprovação do Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Junho, bem como do Aviso do Banco de Portugal 10/2011.

Face ao exposto, a Comissão de Fixação de Vencimentos do Banco Espírito Santo de Investimento, SA vem propor à Assembleia Geral que aprove a “Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização” que ora se anexa.

Lisboa, 20 de Março de 2012

A Comissão de Fixação de Vencimentos do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

(Dr. José Manuel Galvão Teles)
(Assinaturas ilegíveis)

(Dr. Jorge Abreu)
(Assinaturas ilegíveis)

(Dr. Jacques dos Santos)
(Assinaturas ilegíveis)